

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América
do Sul (séculos XVI-XVIII)

Jonathan Felix Ribeiro Lopes

Orientador: Prof. Doutor Francisco Manuel de Paula Nogueira Roque de Oliveira

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana

Ano de conclusão
2016



Cartografia histórica e geopolítica do espaço brasileiro no contexto da colonização da América do Sul (séculos XVI-XVIII)

Jonathan Felix Ribeiro Lopes

Orientador: Prof. Doutor Francisco Manuel de Paula Nogueira Roque de Oliveira

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana

Júri:

Presidente: Doutora Maria Lucinda Fonseca, Professora Catedrática

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor João Carlos Vicente Sarmento Ph.D, Professor Auxiliar com Agregação
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho;
- Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo, Professora Auxiliar
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;
- Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues, Professor Catedrático
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, Professor Associado
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Doutor Francisco Manuel de Paula Nogueira Roque de Oliveira, Professor Auxiliar
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa,
orientador;

Instituição financiadora e âmbito

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Programa de doutorado pleno
no exterior

Ano de conclusão

2016

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO	1
PERTINÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO	5
OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS	9
CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA, HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA E GEOPOLÍTICA	13
1.1. REFERENCIAL TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICO	13
1.2. HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA	15
1.2.1. <i>Reflexões acerca dos estudos em História da Cartografia</i>	15
1.2.2. <i>O acirramento das disputas coloniais: primazia científica e delimitação territorial após as invasões napoleônicas</i>	20
1.2.3. <i>Críticas ao Iluminismo</i>	24
1.2.4. <i>A emergência do positivismo</i>	26
1.2.5. <i>A História da Cartografia como disciplina: dos cursos universitários ao “colégio invisível”</i>	27
1.2.6. <i>O “paradigma” John Brian Harley</i>	31
1.2.7. <i>Críticas ao “paradigma” Brian Harley</i>	33
1.2.8. <i>Arte, teoria e pluralidade</i>	34
1.3. GEOGRAFIA, GEOPOLÍTICA E CARTOGRAFIA ANTIGA: AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	43
1.3.1. <i>Percursos em História do Pensamento Geopolítico</i>	44
1.3.2. <i>Geopolítica e história: ação e análise</i>	54
1.3.3. <i>Quatro autores da Geopolítica Crítica: Yves Lacoste, John Agnew, Gearóid Ó Tuathail e Antonio Carlos Robert Moraes</i>	57
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA E CONCEITOS FUNDAMENTAIS	67
2.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS	67
2.1.1. <i>Território</i>	67
2.1.2. <i>Limites e fronteiras</i>	74
2.1.3. <i>A análise cartográfica e o problema da escala em Geografia</i>	76
2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
2.2.1. <i>Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental</i>	79
2.2.2. <i>Os acervos</i>	82
2.2.3. <i>Os documentos cartográficos selecionados</i>	85
CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA NOS SÉCULOS XVI-XVIII	93
3.1. DESENVOLVIMENTO TÉCNICO COMO PONTO DE PARTIDA	93
3.2. CARTOGRAFIAS: REPRESENTAÇÕES DO MUNDO ENTRE LETRADOS E HOMENS DO MAR	95
3.3. PADRÕES: MAPAS DE SABER NÁUTICO E GEOGRÁFICO	113
3.4. A CARTOGRAFIA EM GRANDE ESCALA: PORMENORES LITORÂNEOS E AGLOMERAÇÕES	123
3.5. CARTOGRAFIA IMPRESSA: A DIFUSÃO DA IMAGEM DO MUNDO	125
CAPÍTULO 4 – DO UNIVERSALISMO CRISTÃO À GEOPOLÍTICA	129
4.1. FÉ, MONARQUIA E A ORGANIZAÇÃO GLOBAL DA SOBERANIA	129

4.2. PORTUGAL E A FÉ CRISTÃ: PREMISSAS DA EXPANSÃO ULTRAMARINA	133
4.3. O MONOPÓLIO EM CAUSA: PORTUGAL E ESPANHA COMO PRECURSORES GEOPOLÍTICOS	139
CAPÍTULO 5 - A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE UM MUNDO DIVIDIDO	155
5.1. O PLANISFÉRIO ANÔNIMO DE 1502, DITO DE CANTINO	155
5.2. REVISITANDO A TESE DA “FALSIFICAÇÃO CARTOGRÁFICA”	173
5.3. A <i>UNIVERSALIS COSMOGRAPHIA</i> (1507) DE MARTIN WALDSEEMÜLLER	179
CAPÍTULO 6 – O COMÉRCIO, O CONHECIMENTO E O DELINEAMENTO DA COSTA	189
6.1. A ASCENSÃO COMERCIAL E A DISPUTA PELO CONTROLE DO LITORAL	189
6.2. UMA DISPUTA CARTOGRÁFICA POR ESPAÇOS DE SOBERANIA	195
6.3. UMA GRANDE REGIÃO CHAMADA BRASIL	203
CAPÍTULO 7 – AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS NA CARTOGRAFIA COLONIAL (1534-1674)	211
7.1. O REGIME DE CAPITANIAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS	211
7.2. A REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS CAPITANIAS	217
7.2.1. <i>O nordeste representado na cartografia durante a ocupação holandesa</i>	231
7.2.2. <i>Entre a organização do espaço e o (re)estabelecimento da soberania</i>	236
CAPÍTULO 8 – TERRITÓRIOS NATIVOS: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E CARACTERIZAÇÃO DE POVOS AUTÓCTONES	243
8.1. A TERRITORIALIDADE DE POVOS NATIVOS NA GEOHISTÓRIA BRASILEIRA: UMA NARRATIVA OCULTA	243
8.2. DESCRIÇÕES E IMAGENS CARTOGRÁFICAS: A DIVERSIDADE E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE POVOS NATIVOS	247
8.3. A <i>CARTE DE LA TERRE FERME DU PEROU, DU BRÉSIL ET DU PAYS DES AMAZONES</i> : DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E CARACTERIAÇÃO DOS POVOS NATIVOS	255
CAPÍTULO 9 – DISPUTAS GEOPOLÍTICAS E CONFLITOS LOCAIS: AS FRONTEIRAS NORTE E SUL DO BRASIL	273
9.1. DA BAÍA DE GUANABARA AO OIAPOQUE: AS RELAÇÕES COLONIAIS ENTRE PORTUGAL E FRANÇA	274
9.2. SÍMBOLOS CARTOGRÁFICOS DA DISPUTA LUSO-ESPANHOLA PELA FOZ DO PRATA	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	301
REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS	319

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - PLANISFÉRIO DE JUAN DE LA COSA, 1500	105
FIGURA 2 - PLANISFÉRIO DITO DE CANTINO, DE 1502	110
FIGURA 3 – PLANISFÉRIO NÁUTICO DE NICOLAU CAVÉRIO, CA. 1502-1506	181
FIGURA 4 - <i>UNIVERSALIS COSMOGRAPHIA</i> DE MARTIN WALDSEEMÜLLER, 1507	182
FIGURA 5 - PLANISFÉRIO ANÔNIMO, ATRIBUÍDO A JORGE REINEL, CA. 1519	196
FIGURA 6 - CARTA UNIVERSAL DE DIOGO RIBEIRO, 1529	200
FIGURA 7 - BRASIL E ATLÂNTICO SUL NO <i>ATLAS MILLER</i> . ANÔNIMO - ATRIBUÍDO A PEDRO E JORGE REINEL	206
FIGURA 8 - CARTA ATLÂNTICA NO “ATLAS MILLER”. ANÔNIMO - ATRIBUÍDO A PEDRO E JORGE REINEL, CA. 1519	208
FIGURA 9 - MAPA DO BRASIL PRESENTE NO <i>ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS</i> DE LUÍS TEIXEIRA, CA. 1586	219
FIGURA 10 - <i>NOVUS BRASILIAE TYPUS</i> DE WILLEM JANSZON BLAEU, 1630	227
FIGURA 11 - <i>ACCURATISSIMA BRASILIAE TABULA</i> DE HENRICUS HONDIUS, 1640	227
FIGURA 12 - <i>ESTADO DO BRASIL</i> DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ I. 1631	230
FIGURA 13 - LITORAL DO NORDESTE DO BRASIL DE WILLEM HONDIUS, 1635	232
FIGURA 14 - MODELO ILUSTRATIVO DO NORDESTE DE GEORG MARCGRAF, 1647	235
FIGURA 15 - <i>AMERIQUE MERIDIONALE</i> DE NICOLAS SANSON D’ABBEVILLE, 1650	238
FIGURA 16 - <i>PROVÍNCIA DO BRASIL</i> DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ II, 1666	242
FIGURA 17 - <i>LE BRESIL...</i> DE NICOLAS SANSON D’ABBEVILLE, 1656	252
FIGURA 18 - <i>CARTE DE LA TERRE FERME...</i> DE GUILLAUME DELISLE, 1703	272
FIGURA 19 - <i>ISLE ET FORT DES FRANÇOIS</i> DE ANDRÉ THEVET, 1575	275
FIGURA 20 - <i>PARTIE DE TERRE FERME OU SONT GUIANE ET CARIBANE</i> DE NICOLAS SANSON D’ABBEVILLE, 1656	277
FIGURA 21 - <i>CARTA GEOGRAPHICA DE LAS PROVINCIAS DE LA GOVERNACIÓN DEL RÍO DE LA PLATA, TUCUMÁN, Y PARAGUAY</i> DE JUAN RAMÓN CONINCK, 1683	283
FIGURA 22 - <i>DELINEACIÓN DE LA BOCA DEL RÍO DE LA PLATA, URUAYIG Y RÍO NEGRO</i> DE JUAN RAMÓN CONINCK, 1683	284
FIGURA 23 - <i>DESCRIPCIÓN DE LAS YSLAS DE SAN GABRIEL QUE ESTÁN EN EL RÍO DE LA PLATA...</i> ANÔNIMO, 1692	285
FIGURA 24 - <i>PARTIE LA PLUS MERIDIONALE DE L’AMERIQUE</i> DE NICOLAS DE FER, 1720	288
FIGURA 25 - <i>MAPA PARTICULAR DEL RÍO DE LA PLATA Y SUS CONTORNOS</i> , 1732	289
FIGURA 26 - <i>PLANO DE LA COLONIA DEL SACRAMENTO Y ATAQUES DE SU SITIO</i> DE DOMINGO PETRARCA, 1737	291
FIGURA 27 - OS DIFERENTES NÍVEIS DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO	296
FIGURA 28 - NÍVEIS DE ANÁLISE DO CONFLITO GEOHISTÓRICO DA BACIA DO PRATA	298

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre a Geografia Tradicional e a Nova Geografia	48
Quadro 2 – Localização de acervos com obras cartográficas sobre o Brasil	84
Quadro 3 – População nativa e localização no mapa <i>Estado do Brasil</i> de João Teixeira Albernaz I (1631)	250

Agradecimentos

Ao governo da presidenta Dilma Rousseff e as políticas de incentivo à educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Aos meus pais que apoiaram incondicionalmente minha busca por maior qualificação

À minha família

Ao professor Francisco Roque de Oliveira, obrigado pela acolhida e pelo excelente trabalho de orientação

Aos professores e professoras do Instituto de Geografia e Ordenamento da Território

Aos funcionários e funcionárias do Instituto de Geografia e Ordenamento da Território

Aos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Aos amigos e amigas feitos durante o curso de doutorado.

Aos colegas do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Aos amigos e amigas brasileiros e brasileiras

Aos amigos e amigas portugueses e portuguesas

Ao coletivo Andorinha – Frente democrática brasileira de Lisboa

Aos funcionários e funcionárias da Biblioteca Nacional de Portugal

Aos funcionários e funcionárias da Biblioteca da Ajuda

Aos funcionários e funcionárias da Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Aos funcionários e funcionárias da Sociedade de Geografia de Lisboa

Aos funcionários e funcionárias da Biblioteca Nacional do Brasil

Aos funcionários e funcionárias da Mapoteca do Itamaraty

Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Geral das Índias em Sevilha

Resumo

Esta tese tem como tema as relações entre a cartografia antiga e a geopolítica na formação do território brasileiro. O olhar geopolítico é aplicado sobre a cartografia do passado a partir de conceitos específicos desse campo do saber. São centrais as noções de território, limite, fronteira e escala. A partir deles buscamos identificar as transformações no modo de representação do espaço, associando-os aos ritmos da des-re-territorialização.

A análise geográfica do passado implica necessariamente uma abordagem interdisciplinar. Por essa razão, buscamos na história do pensamento geográfico e geopolítico os pontos de intersecção com a história e, mais especificamente, com a história da cartografia.

O período de análise se estende entre os antecedentes da chegada dos europeus à América, no final do século XV, até a primeira metade do século XVIII. O período inicial justifica-se por não se poder compreender a inserção do território brasileiro na geopolítica sem antes conhecer os acordos políticos estabelecidos durante o período da expansão europeia. O limite final, por sua vez, é explicado em função do Tratado de Utreque (1715) e seus desdobramentos até o Tratado de Madrid (1750), quando se inicia uma nova fase no processo de delimitação do território colonial ibérico na América do Sul.

Para elaboração da análise foram selecionados 26 mapas de diferentes escalas, escolhidos de acordo com os aspectos da projeção do território e os aspectos simbólicos apresentados em cada mapa. A análise comparativa entre as cartas permitiu estabelecer as relações com cada contexto geohistórico. A geopolítica é tratada observando a distribuição espacial de povos nativos e as relações que estabelecem com os colonizadores no território.

Desse modo, a tese foi organizada em nove capítulos. O primeiro consiste no referencial teórico-bibliográfico. O segundo apresenta a metodologia e os conceitos fundamentais adotados, considerando a natureza de cada tipo de documentação utilizada na análise. O capítulo 3 introduz aos diferentes padrões técnicos da produção cartográfica de cada período em análise. Os capítulos 4 a 9 apresentam os resultados da análise. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Palavras-chave: Cartografia Histórica; Geopolítica; Brasil; Território; Fronteiras;

Séculos XVI-XVIII

Abstract

This thesis has as its theme the relationship between the old maps and geopolitics in the formation of Brazil. The geopolitical look is applied to the mapping of the past from specific concepts of this field of knowledge. Central are the notions of territory, boundary, border and scale. From them we seek to identify the changes in the spacial mode of representation, associating them to the rhythms of de-re-territorialization.

Geographical analysis of the past necessarily involves an interdisciplinary approach. For this reason, we seek in the history of geographical and geopolitical thought the points of intersection with history and, more specifically, with the history of cartography.

The period of analysis extends from the arrival of Europeans to America in late fifteenth century until the first half of the eighteenth century. The initial period is justified because one can not understand the inclusion of Brazil in the geopolitics before knowing the political agreements reached during the period of European expansion. The final period, in turn, is explained in terms of the Utrecht Treaty (1715) and its consequences to the Treaty of Madrid (1750) that initiates a new phase in the delineation of the Iberian colonial territory in South America.

To prepare the analysis we selected 26 maps of different scales, chosen according to aspects of territorial projection and also symbolics displayed on each map. The comparative analysis of the maps allowed us to establish relations with the corresponding geo-historical context. Geopolitics is treated observing the spatial distribution of native peoples and the relationships they establish with the settlers in the territory.

Thus, the thesis was organized in nine chapters. The first corresponds to the theoretical and bibliographic references. The second presents the methodological procedures and the main concepts adopted, considering the nature of each type of documentation used in the analysis. Chapter 3 introduces the different technical standards of cartographic production of each period. Chapters 4-9 present the results of the analysis. Finally, the final considerations are presented.

Keywords: Historical cartography; Geopolitics; Brazil; Territory; Frontiers; 16th-18th centuries

INTRODUÇÃO

Este trabalho é dedicado a identificar de que forma a produção cartográfica pode nos evidenciar diferentes contextos geopolíticos. Mais do que isso, questiona-se se a cartografia antiga pode influenciar o jogo político que envolve a formação dos territórios. O caso em questão é o território que hoje corresponde ao Brasil, nome este que antecede a própria configuração espacial (ADONIAS, 1993). Aqui repousa possivelmente uma das primeiras influências cartográficas na consolidação da imagem do território brasileiro.

A documentação do período evidencia que o termo Brasil – entra as diferentes grafias – fora utilizado para designar o espaço oriental sulamericano desde a primeira década de 1500. Em 1504 aparece como *Terra nova del Prisilli*. No *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, assim como em um diário náutico de 1505/1506, figura o termo *terra do brasil*. É curioso perceber que o termo é cunhado à revelia da vontade de D. Manuel, que apelida o lugar como *Santa Cruz* (ADONIAS, 1993). O nome é questionado também por elementos do clero, preocupados em preservar a nomenclatura religiosa.

Na cartografia, o termo em referência ao lugar aparece pela primeira vez no *Orbis Typus Universalis*. Este planisfério produzido em Veneza por Jerônimo Marini em 1511 não é rico de informações sobre o espaço, mas curiosamente figura *Brasil* sobre o espaço oriental sulamericano. Visualmente, no entanto, a referência a nobre madeira é vista na iconografia cartográfica desde 1502, no planisfério de Cantino. Junto a três aves belissimamente desenhadas, uma densa floresta de coníferas preenche o espaço. *Terra dos papagaios* e *terra do brasil* seriam as expressões comuns em referência ao território (ADONIAS, 1993).

A *terra dos papagaios* não perduraria. O termo *Brasil* sim, embora não imeditamente. Em 1519, a referência tornar-se-ia evidente na *Tabula hec Regionis magni Brasilis*, presente no *Atlas Miller*. A iconografia é ainda mais expressiva. Além de um conjunto de elementos da fauna – entre eles um dragão –, a representação de nativos exercendo a extração do pau-brasil é predominante (ADONIAS, 1993).

Outros mapas representam a conjunção do nome oficial, com a alcunha atribuída ao território. Com o passar das primeiras décadas, a alcunha se tornaria

nome. Na concepção visual, propiciada pela cartografia, o termo conferia uma unidade espacial mais ou menos definida. É assim que, em finais do século XVI, o primeiro Atlas sobre o território oriental sulamericano aparece como “costa do Brasil” (ADONIAS, 1993).

Esse exemplo esboçado com base em Isa Adonias (1993) parece-nos um bom modo de exemplificar como a cartografia pode consolidar imagens sobre os lugares. Por trás do nome e da iconografia alegórica, encontrava-se um território complexo, com uma grande diversidade de povos. É nessas nuances entre o representado e o real que se centra esta tese. A cartografia é capaz de projetar, isto é, apresentar aspectos da realidade concreta dos espaços. Ao mesmo tempo, possui a capacidade de construir imagens sobre o território.

É essa característica que dá a cartografia antiga um papel especial na análise da formação dos espaços. Ela permite, por meio da análise comparada, identificar diferentes contextos geopolíticos. É preciso estar atento ao fato de que os estudos em cartografia antiga se encontram divididos em diversas correntes. Em linhas epistemológicas gerais, essas correntes transitam entre os chamados estudos tradicionais e os pós-modernos. Em um dos extremos encontram-se aqueles que acreditam serem os mapas espelhos da realidade. A evolução técnica é o eixo central da análise cartográfica. No outro extremo estão aqueles que definem o mapa como um objeto abstrato, descolado da realidade. Nessa perspectiva, importa analisar o contexto no qual o mapa se insere.

Nesta tese não nos colocamos em nenhum dos extremos. Reconhecemos que desde o uso da cartografia náutica, os mapas buscam estabelecer uma referência espacial concreta. Os elementos representados – iconografia, linhas e legendas – e, por vezes, a própria projeção, revelam sentidos mais ou menos explícitos. Podem ainda contribuir para consolidar determinada imagem sobre o espaço.

Atentos a essa questão de fundo teórico e metodológico estabelecemos no primeiro capítulo uma reflexão sobre a história da cartografia. O intuito é identificar os diferentes sentidos atribuídos aos mapas, bem como os procedimentos de análise adequados para cada perspectiva. Para assegurar a conexão estabelecida entre a cartografia e o espaço recorreremos a geografia (histórica) e a geopolítica, com o objetivo de (re)estabelecer essa relação.

Em decorrência dessa reflexão, no capítulo 2 procedemos a reflexão sobre conceitos, estabelecendo categorias de análise. Tornam-se centrais as noções de território, limite, fronteira e escala. Introduzidos os conceitos fundamentais, descrevemos os procedimentos metodológicos. A análise centra-se em dois tipos de fontes: primárias e secundárias. As fontes primárias se dividem em dois tipos de materiais: cartográfico e escrito.

Assim definido, no capítulo 3 apresentamos uma reflexão sobre o desenvolvimento técnico da cartografia para o período em análise: séculos XVI-XVIII. A partir do capítulo 4 iniciamos a apresentação dos resultados da análise. Os resultados estão desdobrados em 6 capítulos nos quais buscamos abordar, a partir dos mapas, diferentes aspectos geopolíticos que envolveram a formação do assim chamado Brasil.

Desse modo, no capítulo 4 introduzimos o contexto geopolítico que envolveu as primeiras experiências de expansão ultramarina. Esse processo acompanhou uma intensa movimentação diplomática que negociava espaços muitas vezes desconhecidos. Descoberto o caminho marítimo para a Ásia e revelado o espaço americano, logo se iniciava uma nova negociação diplomática. Essa negociação seria acompanhada por uma intensa produção cartográfica. É a partir desse objeto que desenvolvemos as análises dos capítulos 5 e 6.

Como consequência do contexto geopolítico, a Coroa portuguesa procede a organização do espaço por ela reivindicado na faixa oriental da América do Sul. A cartografia logo daria formas geométricas a esse ordenamento territorial. Assim, no capítulo 7 analisamos o modo como foram representadas cartograficamente as capitanias, acompanhando as diferentes disputas geopolíticas que se manifestaram no território brasileiro.

No capítulo 8 damos continuidade a análise da organização cartográfica da organização espacial. O que se altera é o foco de observação, que recai sobre a distribuição espacial de povos nativos no território. A caracterização dos modos de vida é individualizada segundo diferentes grupos populacionais representados nas cartas, combinando com descrições observadas de fontes escritas.

No último capítulo, apresentamos uma síntese pormenorizada das relações entre grupos nativos e colonos europeus. À luz das disputas geopolíticas entre

Portugal e Espanha e Portugal e França, focamos a análise sobre áreas específicas onde se materializaram conflitos. A dimensão local e global é aqui evidente. Conflitos locais envolvendo, por vezes, populações nativas são contextualizadas em disputas diplomáticas amplas.

Pertinência da investigação

O trabalho de investigação que conduziu até à elaboração desta tese esteve vinculado a uma série de inquietações a respeito da formação territorial brasileira, a começar pela escassez de estudos elaborados por geógrafos (STRAFORINI, 1998). Apesar da natureza espacial do tema, é grande o predomínio de historiadores. Na realidade, entre os campos disciplinares presentes, os trabalhos elaborados por historiadores são os mais presentes. Capitrano de Abreu (1998), seguindo a linha de Adolpho Varnhagen, descreve o território antes de iniciar seu percurso historiográfico. É, no entanto, com *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* que Abreu (1960) adentra o campo geográfico para imprimir uma narrativa a formação do território brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda (1994; 1976) irá desenvolver estudos ainda mais aprofundados. O eixo comum entre esses estudos é a observação dos movimentos expansionistas europeu e, depois, luso-brasileiro. No âmbito português, os trabalhos permanecem igualmente vinculados a historiografia. A coletânea *História da colonização portuguesa do Brasil*, organizada por Malheiro Dias (1921) é um dos exemplos. A *Construção do Brasil* de Jorge Couto (1995) é outro. Diante desse quadro, como explicar a ausência de escritos geográficos?

Essa é a primeira indagação que explica a pertinência de um estudo elaborado aos olhos da Geografia sobre o tema. Rafael Straforini (2008), argumenta que o pensamento geográfico brasileiro se orientou segundo a oposição disciplinar entre a História e a Geografia. Exceções são raras e espaçadas no tempo. Os anos 2000 apresentaram duas obras importantes. De Manuel Correia de Andrade (2000), *A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)*: a produção do território, definição de fronteiras, região, nação e integração regional. Em 2001, Antonio Carlos Robert Moraes (2011) apresentava sua tese de doutorado *Bases da Formação Territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. À exemplo de Caio Prado Junior (1942), as duas obras possuem um enfoque notadamente econômico.

Passados doze anos desde a obra de Robert Moraes, o tema permaneceria sem a definição de uma nova análise. Poder-se-ia argumentar que a questão já foi exaustivamente analisada. No entanto, é preciso acompanhar mudanças conceituais importantes que decorreram nos últimos anos. Concordemos ou não com a pós-modernidade, é preciso reconhecer que ela trouxe novas reflexões para o campo

geográfico. O hiato geográfico nas análises sobre a formação do território brasileiro permanece.

O caminho escolhido foi uma revisão conceitual que, dada a caracterização do processo colonial e a natureza da formação de espaços coloniais, perpassa a geopolítica. Aqui também uma revisão da história do pensamento fez-se necessária. As narrativas geopolíticas brasileiras estiveram imersas no caráter expansionista da ocupação colonial. De Mario Travassos (1947) até Therezinha de Castro (1986), predomina a perspectiva de um território construído no ímpeto expansionista, enquanto herança portuguesa. Era igualmente necessário rever as perspectivas conceituais, buscando concepções mais contemporâneas.

Diante desse quadro, vislumbrou-se a necessidade de uma leitura atualizada da formação do território brasileiro. A segunda indagação que nos colocamos era: a partir de quais documentos? Estudos exaustivos de documentos escritos já foram elaborados de Varnhagen. Além disso, o olhar geográfico sobre o passado implica a análise espacial e, nesse âmbito, a análise cartográfica parece-nos especialmente relevante. Além da obra *História do Brasil nos velhos mapas*, publicada na década de 1960 por Jaime Cortesão (2009), são escassas análises similares. Em um momento seguinte comentaremos algumas delas. É preciso lembrar, todavia, o caráter geográfico da análise de Jaime Cortesão, bastante versado nos conceitos geopolíticos de sua época.

Desde a década de 1960, no entanto, foram significativas as mudanças no modo de análise em História da Cartografia. O próprio modo como se observam os mapas passou por discussões profundas. Mais uma vez incentivada pelo paradigma pós-moderno, noções até então estabelecidas sobre a própria natureza dos mapas passaram a ser questionadas. Surge um novo hiato.

Conciliar a História e Geografia no estudo da formação dos espaços é uma tarefa árdua. Felizmente, Orlando Ribeiro (1977) nos orienta sobre a matéria ao se indagar sobre o modo como os historiadores têm observado as relações entre a humanidade e a terra no decorrer do tempo. No fundo, é a partir dessa relação que se definem os territórios. Delas derivam as próprias relações humanas, pois é a terra quem estabelece as condições para sua ocupação.

A necessidade de reestabelecer a relação entre a Geografia e a História no

estudo da formação territorial do Brasil torna-se necessária diante dos hiatos apresentados. Trata-se de uma contribuição necessária para adequação da análise às transformações epistemológicas e conceituais do campo geográfico e geopolítico.

Outra questão eminentemente geográfica é específica do território brasileiro. A maior parte dos estudos dedicados a matéria dedicam-se, basicamente, a narrar espacialmente a colonização portuguesa. São raríssimos os estudos que se dedicam a distribuição espacial de populações nativas no passado. É uma história territorial ainda por ser contada. Por essa razão, buscamos evidenciar, na documentação analisada, o registro não apenas do processo colonial, mas também das observações relativas a territorialidade de povos nativos.

Objeto de estudo e objetivos

O objeto central do estudo consiste num conjunto de mapas selecionados que representam o território sulamericano, ou parte dele, em especial as áreas correspondentes ao Brasil. O primeiro aspecto a ser destacado com relação a este objeto é o recorte temporal adotado. Começando em 1500, com o planisfério manuscrito de Juan de la Cosa, as análises aqui desenvolvidas se estendem até ao *Plano de la Colônia del Sacramento y ataques de su sitio* de Domingo Petrarca, de 1737, abarcando assim as primeiras décadas do século XVIII.

A escolha desse período se justifica por uma série de razões de cunho técnico relativas à produção cartográfica, tal como de ordem geopolítica. Começando pelas questões técnicas, é preciso destacar os esforços empreendidos para a solução do antigo problema da precisão no cálculo de longitudes, que tiveram no *Longitude Act* lançado em 1714 pelo Parlamento Britânico um dos seus emblemas mais significativos. As soluções que a partir daí se apresentaram foram sendo incorporadas ao escopo técnico de mensuração e produção cartográfica, suscitando o desenvolvimento de uma cartografia tecnicamente diferente da anterior.

No plano geopolítico, o período que decorre entre o Tratado de Utreque (1713-1715) e o Tratado de Madrid (1750) é marcado por intensas negociações entre os Impérios europeus sobre o espaço colonial sulamericano. Nesse contexto, a Corte portuguesa logo despendeu significativos esforços para aprimorar os conhecimentos sobre o terreno. Surge, assim, o projeto para elaboração de um novo atlas do Brasil que se estenderia até à Colônia de Sacramento.

A mando o rei, esse projeto ficaria a cargo dos padres Diogo Soares e Domenico Cappacci (ou Domingos Capassi), que chegam ao Rio de Janeiro em 1730. Os padres logo definem que o meridiano base deveria passar pelo Rio de Janeiro, à altura do Morro do Castelo. Com o uso das novas técnicas e instrumentos advindos da Europa, Soares e Capacci procedem ao trabalho de registro e de cartografia dos espaços (CORTESÃO, 2009). A missão dos padres encontrava-se ainda ligada aos questionamentos que recaiam sobre a aplicação do Tratado de Tordesilhas e às acusações de que os portugueses avançavam para além das áreas acordadas. Caberia aos padres matemáticos preparar o escopo cartográfico que serviria à Corte portuguesa para as novas negociações (BUENO, 2012).

Trata-se, portanto, de um importante marco na cartografia do oriente sulamericano. O resultado dessas negociações seria significativo na segunda metade do século XVIII, a partir da assinatura do Tratado de Madrid (1750). A mensuração e a delimitação do interior, bem como a ocupação estratégica de diversas áreas seriam promovidas como ações estratégicas para garantir para Portugal o amplo espaço negociado num contexto em que a mineração dava novo fôlego econômico à colonização. Acentua-se a presença de engenheiros militares que, de modo diferente dos cosmógrafos da Corte do período precedente – período esse que, por isso mesmo, e apesar de todos os desenvolvimentos que o assinalaram, é muito coerente do ponto de vista técnico –, atuavam diretamente no terreno, sendo preparados para a guerra e também para o planejamento e a fundação de cidades e caminhos, bem assim como para o mapeamento de diversas áreas (BUENO, 2012).

Assim, a conjunção de fatores técnicos e geopolíticos que permeiam o contexto histórico de meados do século XVIII farão emergir, de um lado, um novo padrão de produção cartográfica e, de outro, um novo paradigma de demarcação e ocupação do espaço. Esse se volta para o interior e tem por base a ocupação de áreas estratégicas para o controle de fronteiras, segundo o Tratado de Madrid. Desse modo, optamos por não avançar sobre as especificidades do período e suas consequências para cartografia.

Dessa forma, a análise relativa aos documentos cartográficos do século XVIII reduz-se a dois casos emblemáticos dos litígios fronteiriços: a Norte, a área que se estende da foz do rio Amazonas até ao rio Orinoco e, a Sul, a foz do rio da Prata – mais especificamente, a Colônia de Sacramento. Para casos particulares, analisam-se mapas de maior escala, que buscam pormenorizar as situações conflituosas.

Assim delimitado o objeto de estudo do ponto de vista temporal, estabelecemos como objetivo central identificar algumas das relações possíveis entre a representação cartográfica da América do Sul e os diferentes contextos geopolíticos que envolveram a formação do território brasileiro no período em análise. Não se buscou, portanto, alcançar a atual delimitação do Estado nacional brasileiro, mas a identificação dos aspectos geopolíticos que envolveram a colonização europeia do território e alguns aspectos específicos das diferentes territorialidades coloniais e nativas.

Com esse intuito, na primeira parte deste trabalho buscamos identificar os diferentes sentidos atribuídos aos mapas. Como se poderá observar, a diversidade de análises produzidas pelos estudiosos da História da Cartografia sobre esse objeto imputou diferentes significados. Dentro desse universo de significados, identificamos aqueles onde se destaca o entendimento da dimensão geopolítica presente na representação cartográfica.

Fixado o enquadramento teórico principal, passamos à análise do território e do período escolhidos tendo por base uma selecção de mapas, cujas características de produção e de representação nos permitiram identificar aspectos relacionados com a geopolítica e a consequente organização dos espaços coloniais a diferentes escalas. Outro aspecto relevante diz respeito à identificação da distribuição dos povos nativos e diferentes movimentos de des-re-territorialização frente ao processo de reconhecimento e colonização do espaço. As diversas dimensões da análise reflectem-se a diferentes escalas, cada uma das quais de certo modo permitiu pormenorizar questões espaciais específicas e exemplificadoras das diferentes dinâmicas geopolíticas que atuaram no espaço hoje conhecido como Brasil.

CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA, HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA E GEOPOLÍTICA

1.1. Referencial teórico-bibliográfico

A primeira parte desta seção é dedicada à compreensão dos processos que ao longo dos anos contribuíram para o desenvolvimento do campo da História da Cartografia no âmbito das ciências. Retomam-se aqui as principais discussões teórico-metodológicas, bem como os respectivos autores, com o objetivo de identificar os diferentes momentos pelo qual passou este campo de conhecimento. Busca-se, com isso, estabelecer uma tipologia dos estudos, apresentando o contexto e os principais desafios colocados por cada um deles.

A grande particularidade e, ao mesmo tempo, maior dificuldade neste campo é o fato da História da Cartografia ter vindo a ser abordada por profissionais de diferentes áreas disciplinares e, por vezes, estudiosos não acadêmicos, como colecionadores. A História da Cartografia surge enquanto campo do saber científico no século XVIII e se consolida na primeira metade do século XIX em meio às disputas neocoloniais europeias para as áreas da África e Ásia. Passados pouco mais de dois séculos, a História da Cartografia serviu declaradamente aos interesses dos Estados coloniais europeus, até se disseminar como saber acadêmico, adotando a objetividade científica típica do positivismo. Hoje transita entre esta visão e uma percepção com base na teoria social, por vezes crítica, por vezes pós-moderna (HARLEY, 1987).

É importante mencionar que encontramos poucas discussões em âmbito teórico-metodológico (EDNEY, 2007). Apenas como exemplo, em um rápido levantamento na *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography* – principal e mais antiga revista dedicada a História da Cartografia –, identificamos apenas duas edições neste âmbito. A primeira no ano de 1968, com os estudos de John Brian Harley e Cornelis Koeman. A segunda em 1996, com uma seleção de textos intitulada “Theoretical Aspects of the History of Cartography” e extraídos do 16º Conferência Internacional de História da Cartografia. A série conta com artigos de Ed Dahl (1996), Matthew H. Edney (1996), Christian Jacob (1996), Catherine Delano Smith (1996) e Tony Campbell *et al.* (1996).

A escassez na produção de reflexões no âmbito teórico-metodológico está

relacionada à não institucionalização da História da Cartografia enquanto disciplina científica (HARLEY, 1987), que traz como efeito uma enorme pulverização de trabalhos e profissionais interessados no estudo de mapas antigos, com os mais diferentes objetivos (OLIVEIRA, 2012). Tendo isso em mente, neste capítulo iremos percorrer a trajetória de estudos sobre mapas antigos, identificando as filiações teórico-metodológicas dos principais estudos e autores.

Devemos reconhecer que a História da Cartografia tem ganhado nova dimensão a partir da década de 1990, circunstância que pode ser notada através da multiplicação de congressos específicos nessa área. Ao pioneiro e mais antigo encontro, a International Conference on the History of Cartography – que teve sua primeira edição em 1964 –, somam-se os Simpósios Luso-Brasileiros de Cartografia Histórica (com a primeira edição em 2005), os Simpósios Ibero-Americanos de História da Cartografia (a partir de 2006) e, mais recentemente, os Workshops Internacionais de História da Cartografia Ibérica (desde 2012).

1.2. História da Cartografia

1.2.1. Reflexões acerca dos estudos em História da Cartografia

Traçar o percurso histórico de um campo do saber é, sem dúvida, uma árdua tarefa que exige a seleção de fontes e uma grande capacidade de organização e síntese. Harley (1987) já nos advertiu sobre a dificuldade de apontar uma data precisa no que diz respeito aos primeiros trabalhos de História da Cartografia. Aponta este autor que a gênese desses estudos é “coeva com as origens dos escritos históricos” (*op cit*, p. 6). Concordando com a assertiva de Harley e considerando a História da Cartografia como o conjunto de saberes e técnicas sobre a representação espacial em escala ao longo do tempo, podemos afirmar estar diante de um dos mais antigos campos do saber humano. Tal percepção exige que nos concentremos em concepções específicas desse saber.

Por se tratar de uma reflexão de nível teórico-metodológico, optamos por estabelecer um recorte temporal a partir da Modernidade, compreendida aqui como o “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, p. 8). O modelo intelectual ou o “projeto de modernidade” é inaugurado no século seguinte pelo que ficou conhecido como Iluminismo (HARVEY, 1992). No intuito de construir uma ciência objetiva, uma moralidade e leis que fossem universais, os adeptos desse projeto buscaram utilizar o conhecimento acumulado no intuito de alcançar uma sociedade ou, ainda, uma ordem social com base na *Razão*, afastando-se do pensamento mítico, supersticioso, que impedia a humanidade de se emancipar.

É verdade que acumular conhecimento e usar a racionalidade para interpretá-lo é comum a diferentes tempos históricos e locais; no entanto, o que torna esse momento paradigmático – e, portanto, referencial para nosso trabalho – é a apropriação reflexiva do saber, ou seja, “a criação de novo método de produção do conhecimento” (FURTADO, 2012, p. 74) e, principalmente, o seu propósito.

Desde os séculos XV e XVI, assistimos ao aumento crescente pelo interesse e difusão dos mapas. O interesse pelo conhecimento empírico de um novo mundo que se revelava, sobretudo de riquezas, fez emergir uma necessidade acrescida de

conhecimento dos espaços. O que impulsiona a proliferação de material cartográfico é, portanto, uma necessidade pragmática que envolve a própria dinâmica do expansionismo mercantilista. O conhecimento sobre o espaço dimensionado representado pela cartografia ganha enorme valor, fazendo surgir na Europa renascentista um seleto mercado composto por consumidores da realeza, da nobreza e da burguesia mercantil. Para além da produção de mapas para navegação, surgem também cartas de grande valor estético, capazes de ilustrar a dimensão do mundo conhecido, assim como das áreas de influência de cada um desses atores.

O requinte desse seleto grupo cria as condições necessárias para os primeiros estudos de História da Cartografia. Ainda que pouco sistematizados, era necessário conhecer os meios adequados para representar a superfície terrestre. Conscientes dessa necessidade, os cartógrafos fazem os primeiros estudos de projeção e representação cartográfica, identificáveis nas cartas do período. São sintomáticas deste processo as adaptações da *Geografia* de Ptolomeu e das cartas portulano, mostrando que os estudos de cartografia antiga eram um requisito fundamental para produção de mapas.

É, todavia, durante o Iluminismo que surgem de modo mais sistemático os estudos em História da Cartografia. Durante o século XVIII, intelectuais e cartógrafos irão acumular enormes acervos de cartas antigas, seja para subsidiar estudos sobre o passado, seja para produção de mapas. No entanto, o que dá unidade a esses estudos é que, além do valor geopolítico – o qual discutiremos em outras seções –, esses trabalhos tinham o propósito acadêmico de identificar e corrigir representações e projeções imaginárias que perduravam nos registros geográficos e cartográficos (HARLEY, 1987). Tal como a proposta científica do Iluminismo, aqui também buscavam os cartógrafos produzir um conhecimento objetivo e racional que permitisse a “liberation from the irrationalities of myth, religion, superstition” (HARVEY, 1992, p. 12).

Nesse contexto, formam-se grupos de pensadores das mais diversas áreas que ascendem socialmente e se aproximam do Estado. Passam a atuar como formadores da opinião pública. Valorizam um saber prático, voltado para o desenvolvimento do Estado nacional e, por essa razão, são financiados pelas diversas monarquias (FURTADO, 2012, p. 76).

Nesse sentido, não nos parece aleatório que Harley (1987) tenha identificado três agentes sociais como centrais nessa discussão: os antiquários, os colecionadores e os cartógrafos, cuja ascensão estava intimamente relacionada a aproximação desses intelectuais-filósofos aos Estados e, conseqüentemente, ao imperialismo e às formas racionais de governo.

Dentro do espírito racionalista, os mapas são “vistos como espelhos do território, pois se acreditava no seu poder imperativo”; constituíam, portanto, “ferramentas fundamentais na hora de negociar os territórios em litígio” (FURTADO, 2012, p. 52). A autora se remete aqui às disputas territoriais entre Portugal e Espanha. A crença no poder imperativo dos mapas era parte da concepção iluminista de pensamento e pode se estender a outros Impérios europeus. Jacob e Dahl (2006) exemplificam essa relação entre a cartografia e os impérios a partir dos dois globos feitos por Vincenzo Coronelli para o rei Luis XIV.

Globos, planisférios e atlas são considerados versões miniaturizadas do mundo. Aos olhos dos monarcas constituem projeções do real. Alimentam, portanto, o imaginário daqueles que desejam ver seus domínios projetados no mundo (JACOB; DAHL, 2006). Os cartógrafos compartilham com essa compreensão da miniaturização do mundo. John Green, geógrafo/cartógrafo inglês, escreve em seu tratado *The construction of Maps and Globes*, de 1717: “A Map is the *resemblance* of the Heavens or the Earth on a plane superficies” (GREEN, 1717, p. 6, *grifos do autor*)

São, portanto, as necessidades desse ator central representado pelo poder do Estado que criam a demanda para o mercado de cartografia antiga e seu estudo, o qual será desenvolvido pelos agentes sociais anteriormente mencionados. É, todavia, sob o signo de um novo grupo que emerge enquanto ator social na cena política e intelectual que a História da Cartografia irá começar a se sistematizar.

A particularidade desse momento está na aproximação da ciência desenvolvida por indivíduos livres e de diferentes camadas sociais, articulados em uma rede de relações marcadas pela aproximação epistemológica. Observar alguns dos estudiosos da História da Cartografia deste período pode-nos ajudar ainda mais a compreender essa vinculação. Os estudos se concentravam comumente no interior das Academias de Ciências, de História e de Letras e das bibliotecas, espaços de relacionamento onde a nobreza e os letrados de outras faixas sociais discutiam suas teses e faziam proliferar estudos sobre este campo.

Se, como menciona Furtado (2012) em seu extenso trabalho sobre dois personagens da Geografia Iluminista, o Iluminismo surge na França, também aí emerge um dos principais expoentes da História da Cartografia: Jean Baptiste Bourguignon D'Anville (1697-1782). Cartógrafo e geógrafo, D'Anville foi *Primer Géographe* de Louis XV, o que era curioso, pois demonstrava a ascensão social deste personagem, filho de um burguês.

Sua formação, orientada pelo abade Louis Dufour Languerue, o conduziu para o estudo da História e da Geografia, cujo encontro se expressava na cartografia, evidenciada pelos volumosos trabalhos de Cartografia Histórica, marcadamente da produção de mapas que representavam o conhecimento geográfico no passado: “De um lado, a geografia, como uma luz, clareia o conhecimento da história antiga; de outro, esta era indispensável à produção da cartografia que a representava” (FURTADO, 2012, p. 161). Em um período em que as ciências não se encontravam fechadas em disciplinas especializadas, Cartografia e Geografia eram indissociáveis¹; ao aproximá-las à História, D'Anville foi pioneiro numa apropriação humanística da Geografia.

Tal postura epistemológica o aproximou da *Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, na qual, após submeter diversos trabalhos, tornou-se membro em 1754. Essa forma de pensar a Geografia o distanciava de outros colegas geógrafos que aproximavam a Geografia às Ciências da Terra, de caráter estritamente descritivo. Por vezes agrupadas na *Académie Royale des Sciences* de Paris, da qual D'Anville fará parte a partir de 1773, esses geógrafos compartilhavam a visão de que a Geografia consistia na descrição dos elementos físicos da Terra, cabendo à Cartografia representá-los, aproximando esses trabalhos da Astronomia e das Ciências da Natureza.

A obra *Géographie ancienne et abrégée*, cuja primeira edição é de 1769, resultado de uma extensa pesquisa ao longo de 15 anos, é um excelente exemplar de uma obra Iluminista. Nela, tal como numa enciclopédia, D'Anville “condensava todo o seu conhecimento teórico sobre a geografia e a cartografia dessas regiões [África, Europa e Ásia]” (FURTADO, 2012, p. 164). Fez, também, uma minuciosa análise crítica dos documentos, produzindo mapas históricos que contribuíam para a

¹ Um exemplo concreto é fato do título de engenheiro e geógrafo ordinário do rei ser “ofertado aos que tivessem produzido pelo menos um documento cartográfico aprovado e considerado de bom nível pelo rei” (FURTADO, 2012, p. 158).

compreensão dos espaços no passado.

A diferença de abordagem da Geografia é identificada no cenário da *Académie Royale des Sciences* de Paris, na qual destaca-se um contemporâneo e correspondente de D'Anville, também ele geógrafo da corte de Louis XV: Didier Robert de Vaugondy (ca. 1723-1786). Em sua obra *Essai sur l'histoire de la géographie, ou sur son origine, ses progrès e son état actuel* (1755, p. XVI), ressalta que:

La France, qui peut se glorifier d'avoir le plus contribué à la perfection de la géographie, mérite sans doute la place distinguée que je lui donne. L'établissement de l'académie royale des sciences, donnant une face nouvelle aux connaissances mathématiques, releva infiniment la géographie par l'usage que l'on fit des observations astronomiques pour assigner aux parties de la terre les justes dimensions qu'elle doit avoir.

A obra, produzida por ocasião do *Nouvel Atlas Universel*, traz uma elaborada leitura da História da Geografia e da Cartografia. A preocupação com a Astronomia, a determinação do tamanho da Terra e a determinação das longitudes eram as principais agendas do trabalho. Não menos importante é a profunda discussão sobre formas de projeção e dos elementos a serem representados, que conduzem Robert de Vaugondy a uma profunda reflexão sobre a Cartografia Antiga, a qual aparece no Capítulo VI: *De l'entreprise e de l'exécution du nouvel Atlas*, sobretudo no Artigo I: *Des cartes de la géographie ancienne*.

Na cena portuguesa destaca-se a figura António Ribeiro dos Santos (1745-1818). Membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, este autor se dedica junto a outros colegas seus à história dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Nesse contexto, Oliveira (2012a) menciona como referência alguns ensaios de Ribeiro dos Santos incluídos nas *Memórias de literatura portuguesa* publicadas pela mesma Academia (1792-1814). Nestas obras, Ribeiro dos Santos mencionava uma série de padrões e cartas reunidas por D. Henrique, as quais servem de evidência para a importância do Infante no desenvolvimento das bases científicas da expansão portuguesa. São listadas, também, outras fontes cartográficas, sobretudo de matemáticos, as quais descreve e confronta com diferentes fontes e técnicas utilizadas naquele período. Os estudos de Ribeiro dos Santos contribuíam para uma “Leitura apologética e heróica da empresa dos descobrimentos e da expansão, bem presente na historiografia ligada à Academia Real das Ciências” (OLIVEIRA, 2012b, p. 35)

Esses estudos pioneiros tiveram como principal contribuição a recolha, identificação e comentário dos cartógrafos e mapas. Ainda que tenham tido diferentes contextos nacionais, tal como menciona Furtado (2012), encontram-se conectados pelo fato de compartilharem uma mesma concepção epistemológica de ciência. O esforço de condensar o máximo de conhecimento, criticar, comparar e corrigir as fontes, são marcantes nesses trabalhos. Organizados comumente a partir dos cartógrafos, Brian Harley (1987) caracterizou-os como estudos biobibliográficos, isto é, estudos sobre a biografia do cartógrafo, seguido da análise de sua obra.

São contemporâneos os estudos especializados sobre atlas, documentos geográficos e mapas específicos, que consistiam na descrição das cartas, assim como na identificação das fontes e do tipo de projeção empregue nas representações. Por vezes, esses trabalhos se fundiam àqueles. Um trabalho exemplar nesse sentido foi desenvolvido por Richard Gough (1735-1809). Membro (desde 1767) e diretor (desde 1777) da *Society of Antiquarians of London*, Gough é uma referência aos trabalhos executados por antiquários. Em sua obra, *British topography or an historical account of what has been done for illustrating the topographical antiquities of Great Britain and Ireland* (1780), Gough lista e descreve uma série de fontes geográficas e cartográficas desde a época da ocupação romana até o século XVIII, dedicando um capítulo aos mapas, começando pela *Tabula Peutingeriana*, que considera ser “the oldest map of Britain” (GOUGH, 1780, p. 55). A descrição e comentário das cartas e da topografia está ainda ilustrada pela representação dos mapas.

É correto, como vimos, afirmar que durante o século XVIII, sob a égide do pensamento iluminista, proliferaram e se sistematizam em algumas vertentes os estudos de História da Cartografia. Em comum, a afinidade epistemológica cuja crença central está na razão e na objetividade, trazendo como método o acúmulo, a listagem e a análise biobibliográfica da cartografia antiga.

1.2.2. O acirramento das disputas coloniais: primazia científica e delimitação territorial após as invasões napoleônicas

A História da Cartografia assume um papel fundamental na redefinição das possessões coloniais no período entre as invasões napoleônicas (1803-1815), o

Congresso de Viena (1814-1815) e a Conferência de Berlim (1884-1885). Animados por esse contexto, o estudo de mapas assume ao longo do século XIX novas finalidades, servindo para subsidiar a primazia dos países colonizadores sobre territórios colonizados, na intenção de reafirmar o domínio colonial sobre esses espaços; ou, ainda, ressaltar/confirmar a importância dos países colonizadores para o desenvolvimento das ciências e da civilização, como fez o 2º Visconde de Santarém, elaborando para Portugal uma complexa narrativa apologética sobre a história das nações (PROTÁSIO, 2012).

É preciso lembrar que, de meados do século XVIII ao início do século XIX, têm início os diversos processos de independência na América, exigindo uma mudança de estratégia aos países colonizadores, ao mesmo tempo que se acirram as disputas pelos espaços ainda colonizados, sobretudo em África e Ásia. Trata-se de uma mudança fundamental na dinâmica geopolítica, isto é, na distribuição do poder sobre os espaços. Não parece aleatório, portanto, que neste período a História da Cartografia tenha assumido um caráter político e diplomático.

Uma mudança importante neste período está relacionada aos espaços de discussão. A valorização do conhecimento sobre os espaços é tamanha que surgem, nesse contexto, as primeiras Sociedades de Geografia, espaços dedicados ao estudo exclusivo do conhecimento sobre o espaço. São pioneiras: a Sociedade de Geografia de Paris, em 1821; de Berlim, em 1828; a de Londres, em 1830; de Bombaim, em 1831; de Frankfurt, em 1836; do México, em 1839; e de São Petersburgo, em 1845. Essas organizações constituíram o ponto de partida para a institucionalização da Geografia.

Basta lembrar que entre os fundadores da Sociedade de Geografia de Berlim e de Frankfurt figura Carl Ritter (1779-1859), enquanto no contexto da Sociedade de Geografia de Paris figura Alexander von Humboldt (1769-1859). A valorização da Geografia está fundamentada nos anseios imperialistas em coletar e processar informações sobre os territórios. A missão do geógrafo é revelar a terra a partir da sua descrição. O trabalho geográfico consiste na coleta e tratamento do máximo de informações que conseguir sobre o terreno (GODLEWSKA, 1999).

No seio desse projeto, um outro personagem nos é fundamental: o já referido Manuel Francisco de Barros Souza da Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, o 2º Visconde de Santarém. Santarém foi membro de cinco das sete primeiras Sociedades de Geografia, à exceção de Bombaim e México, evidenciando sua

importância no cenário de desenvolvimento da Geografia, mas principalmente da História da Cartografia, à época vinculada aos estudos geográficos.

É importante mencionar que os estudos ligados a geografia histórica tiveram início na primeira década de 1800, quando Santarém se refugia no Brasil junto com a corte de D. João VI. Durante o período em que viveu no Rio de Janeiro, se dedica ao estudo das fronteiras portuguesas no território sulamericano. Tais estudos serviriam posteriormente de base para a longa questão das fronteiras entre Portugal e Espanha. Ao retornar para Portugal, ocupa importantes cargos públicos, notadamente o de ministro da Marinha e Ultramar, em 1827, e dos Negócios Estrangeiros, entre 1827 e 1828-1833 (OLIVEIRA, 2007).

Com a derrota de D. Miguel para os liberais, Santarém se exila em Paris, onde retoma os estudos histórico-geográficos. Após a independência do Brasil, volta-se para à África (OLIVEIRA, 2007). O estudo ganharia novo fôlego com a comunicação trocada com o conde de Vila Real, na época ministro da Marinha. Na carta de 8 de junho de 1840, Santarém é convidado a discutir sobre os direitos de posse de Portugal na África subsaariana (GARCIA, 2010). O resultado final viria com a publicação, em 1842, do *Atlas composé de mappemonde et de cartes hydrographique et historique depuis le IXe jusqu'au XVIIe siècle pour la plupart inédites et tirées de plusieurs bibliothèques de l'Europe devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la côte occidentale d'Afrique au-delà du cap Bojador par les Portugais et à l'histoire de la géographie au Moyen Âge* (OLIVEIRA, 2007).

O estudo ganhava especial relevância se considerado o fato que, na prática, França e Inglaterra já dominavam as áreas do litoral norte e ocidental da África (GARCIA, 2010). A obra se enquadrava como um documento de prova e defesa dos direitos históricos do império português (OLIVEIRA, 2007). Apesar dos esforços, o domínio militar e o conhecimento do território se mostraram estratégias mais eficazes nessa fase do imperialismo (GARCIA, 2010). A herança que permanece é a compreensão do mapa como documento de comprovação da realidade histórico-geográfica, algo herdado do período anterior. Nas palavras do próprio Santarém:

Ainsi, le lecteur impartial verra, nous n'en doutons pas, que nous n'avons pas torturé les textes ni les documents pour les plier au service d'une idée préconçue et entichée de partialité nationale. Mais notre conscience est bien rassurée à cet égard (SANTARÉM, 1849, p. LXI).

Nesse contexto, Santarém organiza e escreve duas obras seminais a História da Cartografia. A primeira delas um *Atlas* com a publicação de diversos mapas *fac-simile*, da qual decorre a segunda²: os *Essai sur l'histoire de cosmographie et de la cartographie pendant le Moyen Âge, et sur progrès de la géographie après les grands découvertes du XVe siècle*, publicado em três volumes, no ano de 1848.

A elaboração de *Atlas fac-simile* foi comum a diversos autores na Europa. Diferentemente das listagens, típicas da biobibliografia do século anterior, os *Atlas* contribuíram para difusão das cartas e permitiram a análise direta dos mapas a partir de critérios selecionados e concomitante comparação entre cartas. Surgem, assim, já no início do século XIX, os primeiros estudos de cartobibliografia, isto é, o estudo descritivo das cartas, no esforço de identificar a proveniência, o tipo de projeção e as fontes utilizadas. Esses *Atlas* acabam por assumir enorme importância para o estudo comparado nas análises sobre os grandes descobrimentos.

No entanto, o *Essai sur l'histoire de cosmographie et de la cartographie pendant le Moyen Âge* constitui um modelo inovador. Santarém, ao rever os trabalhos já elaborados em História da Cartografia, evidencia uma lacuna no modo de se analisar a cartografia, sobretudo, aquela referente ao período medieval. Partindo dos trabalhos de Ortelius, passando por Iluministas como D'Anville e Vougandy, até os mais contemporâneos como Graber (1808), Playflair (1808) e Hugh Murray (1834), Santarém notou que nenhum deles havia analisado o sistema cosmográfico e cartográfico utilizado em cada período, a preocupação em corrigir os erros de projeção e o intuito de representar o conhecimento geográfico do passado, acabando, assim, por negligenciar esse viés. Por essa razão, diante do material coletado previamente durante a elaboração do *Atlas*, Santarém dedica-se a analisar tais aspectos de modo sistemático, acrescentando aos estudos biobibliográficos e cartobibliográficos uma análise temática organizada cronologicamente.

Assim, desde o século XVIII, define-se um caminho metodológico para a História da Cartografia (OLIVEIRA, 2007), que se inicia com o reconhecimento e a listagem das cartas antigas; ao mesmo tempo, a análise das cartas se dedica ao conhecimento geográfico do passado, executando quando necessário as correções na projeção. Esse processo é permeado pela crença de que os mapas contribuiriam

² [...] jusqu'à l'époque de la publication de notre Atlas, reuni dans ces monuments un ensemble systématique et chronologique, pour en former un corps d'ouvrage qui fit remonter aux premiers siècles du Moyen-Âge, et suivre la cours des temps jusqu'à l'époque qui suivit les grandes découvertes, la réforme d'Ortelius et la nouvelle projection de Mercator (SANTARÉM, 1848)

para a organização racional dos espaços, melhorando, assim, a organização social.

No século XIX intensificam-se os trabalhos de organização, incentivados pelo surgimento de novas bibliotecas, muitas delas independentes, capazes de subsidiar os trabalhos das Sociedades de Geografia e, mais tarde, dos cursos acadêmicos-universitários, sofisticando-se os métodos de catalogação. Surgem também os primeiros Atlas fac-similados, que permitem o estudo comparado das cartas, fundamental em um período no qual se revisam as fronteiras coloniais, sendo inerente reafirmar a primazia sobre os territórios coloniais. Às epopeias dos descobrimentos somam-se métodos inovadores de análise, sobretudo àqueles dedicados às áreas em disputa pelas potências coloniais.

1.2.3. Críticas ao Iluminismo

O surgimento de uma nova compreensão da História da Cartografia tem a ver com a incorporação, há que dizer-se tardia neste campo, de uma tradição crítica na história social do pensamento, iniciada já em finais do século XIX. Tal como o positivismo, a Teoria Social Crítica finca raízes sobre o pensamento iluminista de modo mais específico e, de modo mais abrangente, sobre a modernidade, tendo por base a Sociologia e a Filosofia. A primeira crítica nos direciona a compreensão dicotômica que o saber assume durante o Iluminismo:

Ora, fazia parte do próprio repertório iluminista a utilização da metáfora da luz e da sombra, que apregoava que somente um novo conhecimento baseado na razão, como uma luz, tendia a se espalhar e a iluminar a todos, afastando as trevas em que a cultura estivera mergulhada até então, o que não necessariamente correspondia à realidade dos acontecimentos (FURTADO, 2012, p. 74)

Junia Furtado ainda aponta, corretamente, que muitas análises sobre o período tendem a sobrevalorizar de modo equivocado alguns centros difusores da matriz de pensamento. Conforme ilustramos anteriormente, ainda que o termo tenha se originado na França, o pensamento iluminista se manifesta simultaneamente em diversos países europeus. Mais do que isso, sua gênese está no seio do Estado Absolutista, razão pela qual boa parte desses intelectuais buscavam o reconhecimento da sua capacidade colocando-se a disposição da monarquia.

Todavia, apesar de desmistificar a leitura francófona que envolve o Iluminismo

e sua suposta gênese na Revolução Francesa e em sua tríplice doutrina da Igualdade, Fraternidade e Liberdade, não nos pode escapar que o pensamento iluminista se concentrou sob a forja de uma elite intelectual e politicamente localizada e datada, que relegou às outras formas do saber o estatuto de míticas, sobretudo em outros continentes. Negou, portanto, outras formas de conhecimento e de organização social ao considerar a Razão – de viés europeu – como universal. Esse processo acabou por condicionar o saber a um único prisma, marcadamente eurocêntrico, mas cujo caráter ideológico-universalista fê-lo expandir à todo o globo.

Esse universalismo, marcado por uma leitura humanista (não necessariamente humanitária), conduz a um forte movimento de secularização, ao qual Max Weber se refere, não aleatoriamente, como de “Desencantamento do mundo”. A crítica que se impõe é que, apesar de proliferarem tratados de Geografia e de Cartografia, de se revisarem antigas fontes, avaliando-se projeções e a precisão das coordenadas, esse universalismo acabou por ocultar motivações, crenças, interesses políticos e econômicos que permearam a produção cartográfica no passado. Em busca de maior precisão, perdeu-se, enfim, o aspecto subjetivo da análise. O mapa, compreendido como espelho do espaço empírico, orientação que se mantém para os positivistas, permite identificar como ele foi feito, mas não o porquê. Em outras palavras, perde-se o sentido que outrora tinha.

Da hierarquização e da desvalorização de outros saberes à perda dos significados, ou sua ocultação, derivam duas críticas ao Iluminismo de caráter político. A primeira, amplamente discutida pela Sociologia e pela Filosofia nos séculos seguintes, questiona as consequências desse pensamento na organização social (na vida cotidiana e nos valores morais). Na Sociologia, Max Weber é categórico ao afirmar que esse processo social (a modernidade) e sua manifestação na estrutura de pensamento (o Iluminismo) direcionam a sociedade a viver em uma “Gaiola de Ferro”, aprisionada pela racionalidade instrumental cuja expressão é a dominação burocrática.

Na Filosofia, a crítica mais direta é apresentada pela primeira geração da Escola de Frankfurt. Trata-se da obra seminal de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1985): *Dialética do esclarecimento*. Afirmam de modo categórico: “O esclarecimento é totalitário” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 31). Totalitarismo cuja gênese está na busca constante pela unidade e no universalismo incapaz de reconhecer a diferença. De maneira alusiva dizem que “A multiplicidade das figuras

[podemos mencionar da Cartografia] se reduz à posição e à ordem, a história ao facto, as coisas à matéria” e, assim, “o que seria diferente é igualado” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 9). A igualdade pode ser alcançada pela força, por meio de mecanismo de coerção, ou, no limite, pelo extermínio do outro.

A segunda crítica ao Iluminismo diz respeito ao resultado geopolítico desta percepção universal. Na prática, o Iluminismo substituiu a lógica messiânica da catequese pelo universalismo civilizatório, subsidiado pela inovação técnica e científica. Esta visão oriunda do Realismo Crítico, nos conduz a refletir sobre o papel da cartografia enquanto técnica; para o que mais nos interessa, nos conduz a pensar a História da Cartografia enquanto instrumento direto para a colonização, sobretudo na África e na Ásia – primeiramente ao reafirmar os direitos históricos com base no pioneirismo e, posteriormente, por subsidiar as demarcações no pós-Conferência de Berlim.

As críticas feitas ao Iluminismo nos ajudam a repensar o papel político da História da Cartografia, assim como da própria cartografia antiga, pois nos evidencia a falácia do universalismo na representação dos espaços, superando a leitura que reduz a análise cartográfica à objetividade da representação, evidenciando seu caráter subjetivo. No entanto, é preciso abandonar a crítica ingênua que recai sobre signos binários. Por essa razão, temos que reconhecer a importância metodológica desses estudos.

1.2.4. A emergência do positivismo

Na segunda metade do século XIX o paradigma das Luzes irá sofrer alterações significativas com o surgimento de duas novas e complementares correntes epistemológicas. De um lado, as teses de Darwin sobre a seleção natural e o evolucionismo irão exercer influência nos diferentes campos científicos. A História das Ciências e da Cartografia será organizada de modo linear e, por essa razão, são comuns os trabalhos que buscam identificar os diferentes estágios de desenvolvimento da cartografia a partir de uma seleção mais ou menos sistemática de mapas. Harley (1987) cita os trabalhos de Leo Bagrow (1918), de Max Eckert (1921-25) e de Konstantin Cebrian (1922) como exemplos. Tais estudos de síntese são ainda hoje populares, embora seja possível notar maior autonomia na escolha

dos critérios ao longo dos anos.

Por outro lado, a emergência do positivismo irá trazer novos paradigmas à ciência moderna e levar a hiperespecialização. Na Geografia inicia-se o processo de separação com a História, diferenciando-se da concepção Iluminista; afirma-se uma Geografia do presente, centrada na descrição e organização dos espaços. A cartografia torna-se instrumento de visualização das áreas, sempre projetadas a partir de técnicas modernas. A própria cartografia se institucionaliza enquanto campo do saber, originando cursos com viés na engenharia e na topografia. Nesse contexto, a História da Cartografia é incorporada na Academia como um subcampo da História interessado na representação espacial do passado, rompendo laços com os estudos sobre métodos e, principalmente, com os estudos cosmográficos.

Parte da História da Cartografia é incorporada ao âmbito militar, permanecendo como meio de apurar os conhecimentos sobre os territórios coloniais, “mantendo em vigor a equação que integrava a história dos descobrimentos e da expansão, a história das navegações e da náutica e a história dos mapas propriamente dita” (OLIVEIRA, 2012a, p. 15). A exceção feita às organizações militares tem, sem dúvida, relação com o princípio da “ocupação efetiva”, estabelecido pela Conferência de Berlim. Com intuito de legitimar as posses coloniais dos novos impérios europeus, nomeadamente a Alemanha (não aleatoriamente sede da conferência), a conferência estabeleceu que a reivindicação dos territórios se daria pelo conhecimento geográfico dos espaços, assim como de suas fronteiras, estabelecendo como marcos meridianos e paralelos, assim como acidentes geográficos. Apesar de abandonar os direitos históricos, em vigor desde a época dos descobrimentos, o novo princípio exigia o conhecimento das explorações, delimitações e representações dos espaços africanos no passado, como forma de reivindicá-los, tendo, portanto, a História da Cartografia um importante papel geopolítico, sobretudo para os antigos impérios coloniais.

1.2.5. A História da Cartografia como disciplina: dos cursos universitários ao “colégio invisível”

Apesar das mudanças no âmbito das ciências, a História da Cartografia pouco se modifica durante o positivismo, permanecendo até meados do século XX os

métodos biobibliográficos e cartobibliográficos, ainda que vinculados ao campo da História. No mesmo período, são menos evidentes os estudos sobre cosmografia e técnicas de projeção no passado. As cartas antigas assumem, no âmbito acadêmico deste período, o papel de evidências na hermenêutica das nações.

Ao longo do século XX, a História da Cartografia será incorporada ao âmbito acadêmico, permanecendo a leitura epistemológica positivista, ainda que apresentando inovações importantes. O positivismo impõe a cartografia, como em outras ciências, uma concepção linear, marcadamente evolucionista, que se estabelece enquanto o paradigma da ciência em finais do século XIX e início do XX. Tal como afirmam Urroz e Mendoza Vargas (2010, p. 26), a História da Cartografia “ha sido considerada como el conjunto de los conocimientos de carácter geográfico, matemático, astronómico, geodésico, topográfico y técnicos aplicados –cada vez con mayor rigor y eficacia–, al mapa”. Todavia, evidencia um caminho metodológico claro, com base na empiria e, portanto, no levantamento, descrição e análise de fontes primárias.

Se, por um lado, permanece a herança positivista, marcadamente no tratamento das fontes cartográficas, é preciso reconhecer que em meados do século XX a História da Cartografia dá um salto importante no sentido de obter maior autonomia. Aos poucos, e sob influência da especialização dos campos do saber, surgem os primeiros cursos de História da Cartografia, vinculados normalmente aos Departamentos de História. Devemos ainda ressaltar a influência da revista *Imago Mundi*, a partir de 1935, então a única revista internacional devotada ao tema.

O papel pioneiro, nesse sentido, coube a Jaime Cortesão, que entre 1944 e 1950, durante seu exílio no Brasil, irá ministrar cursos de História da Cartografia no Itamaraty. Uma das particularidades desses cursos é que combinavam conhecimentos de mapoteconomia e história da formação territorial (OLIVEIRA, 2010). Esse método permaneceu vivo em intelectuais brasileiros que trabalharam na segunda metade do século XX, como Isa Adonias e Max Justo Guedes.

Uma outra proposta interessante, agora no âmbito universitário propriamente dito, foi dada por Armando Cortesão na década de 1950. Em seu curso buscou discutir o campo de estudo da História da Cartografia, relacionando a cartografia antiga à História, mais especificamente à história do mapa. É expressiva sua definição de cartografia enquanto “arte e ciência de cartas geográficas em que essas formas e relevos têm sido registados, e através de cuja história se podem seguir e

melhor compreender as linhas gerais da evolução dos conhecimentos humanos” (CORTESÃO, 1960a, p. 15). Nota-se que a dimensão humana representada nos mapas passa ao largo dessa definição, que vê nos mapas um registro humano do conhecimento geográfico sobre a Terra. Seu uso aplicado e imediato a coloca como parte do desenvolvimento tecnológico. Armando Cortesão é autor, junto com Avelino Teixeira da Mota, da monumental obra *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1960). Em seus trabalhos, Armando Cortesão buscou identificar as principais características dos mapas, da descrição ao contexto histórico e, também, dos cartógrafos.

Assim, no âmbito acadêmico-universitário, destacamos dois tipos de estudos. O primeiro relaciona o território aos mapas, buscando evidenciar as relações existentes entre estes e determinados processos históricos. Nesta linha integram-se os trabalhos do historiador Jaime Cortesão, sendo este campo nomeado por Armando Cortesão de Cartografia Histórica ou Antiga. O segundo tipo de estudos define o mapa enquanto objeto em si e é marcado pelas técnicas da biobibliografia e da cartobibliografia. Esses últimos terão mais destaque no desenvolvimento da História da Cartografia.

Assim, a história da cartografia deve ocupar-se da origem e técnica das cartas geográficas, sua enumeração e estudo sistemático através dos séculos; a cartografia histórica consiste na utilização metódica da documentação cartográfica, por vezes de importância capital, para interpretação ou esclarecimento de certos factos ou momentos da história da humanidade (CORTESÃO, 1960a, p. 16).

Com a consolidação da cartografia como campo científico autônomo, a partir da década de 1960, no interior das Sociedades de Cartografia, passam a ser difundidos estudos de História da Cartografia, sobretudo por meio de publicações, ainda que minoritárias³, estabelecendo-se grupos de interesse nessa temática. Em 1972 é fundado pela International Cartographic Association o “Working Group on the History of Cartography”. Esse novo olhar autônomo traz uma série de inovações metodológicas que se sobrepõem aos estudos tradicionais. Incorporam, de início, a tendência neo-positivista, marcada por uma abordagem teórica-quantitativa. Focam

³ Indeed, for at least one of the new journals – the Canadian Cartographer (now Cartographica) – the history of cartography seems to have been the primary interest in the years 1964 to 1972, with 30 percent of its articles devoted to this subject. Elsewhere, less space was given to articles on the history of cartography: in the (British) Cartography Journal only 16 percent (1964-72); in Surveying and Mapping 11 percent (of cartographic articles 1944-72); in Kartographische Nachrichten 11 percent (1952-82); in the (Australian) Cartographer 3 percent (1954-69); and in the International Yearbook of Cartography a mere 2 percent (1961-72) (HARLEY, 1987, p. 33).

também na investigação das técnicas cartográficas e de produção dos mapas.

Outra inovação fica por conta dos estudos de semiologia, comunicação e linguagem cartográfica. As análises que compreendem o estudo de mapas como um recurso de comunicação por meio de símbolos datam da década de 1970 e vão de encontro a visão tradicional da História da Cartografia, a qual tinha foco no processo de produção cartográfica. Em oposição, Francisco Roque de Oliveira (2012) demonstra que outros estudos têm como papel básico a transmissão de conhecimentos geográficos. Esse processo, por sua vez, envolve uma relação de influências múltiplas de diferentes aspectos, experiências e habilidades anteriores, processos psicológicos, ideológicos e simbólicos (LIMA, 1991, p. 57).

No final dessa década um novo escopo metodológico surgirá, em paralelo, no campo das artes. Buscando uma nova compreensão dos mapas enquanto linguagem gráfica, este forçará, em certo sentido, os historiadores da cartografia a considerar não apenas os aspectos relativos à capacidade de comunicação do mapa, mas seu significado social no período em que foi feito, bem como suas características enquanto documento histórico. Assim:

O conceito de linguagem se traduz mais facilmente em prática histórica. Ele não apenas nos ajuda a ver nos mapas imagens – espelhos servindo para intermediar diferentes visões do mundo, mas também nos leva a procurar dados empíricos sobre aspectos tais como os códigos e o contexto da cartografia assim como sobre seu conteúdo tomado no sentido tradicional (HARLEY, 2009, p. 3).

A confluência destes fatores – cursos de história da cartografia; autonomia da cartografia; novas técnicas; novas abordagens vindas das artes; e, sobretudo, a difusão de novos trabalhos –, expandiu a rede de produção em História da Cartografia, criando sobre ela uma especificidade que a distância dos subcampos da História pela pluralidade de abordagens vinda de outros campos do saber, como as artes e a geometria, e, terceiro, pela participação de diversos setores não acadêmicos. No entanto, se a História da Cartografia não logrou ser institucionalizada como um campo do saber, é preciso reconhecer a existência de amplas redes de estudos, hoje muito maiores àquela apontada por Harley em 1987, que configuram um “Colégio Invisível” de historiadores da cartografia.

1.2.6. O “paradigma” John Brian Harley

John Brian Harley (1943-1991) está no centro de uma renovação da análise cartográfica. Nas palavras de Robin Butlin (2010, p. 329), trata-se de uma mudança epistemológica de pensamento. A importância dos numerosos trabalhos de Harley não pode ser ignorada para História da Cartografia e tem sido objeto de inspiração, revisão e crítica desde seus primeiros escritos na década de 1980, quando migra para os Estados Unidos. Na Universidade de Wisconsin passa a trabalhar com David Woodward e juntos desenvolvem o projeto *The History of Cartography* – ainda hoje em atividade – que os consagraria como referências nesta área do conhecimento (DOMINGUES, 2015). Além disso, os artigos centrais da teoria e pensamento de David Harley (2001) foram compilados no livro *The new nature of maps: essays in the history of cartography*, uma espécie de guia sobre o pensamento deste autor.

Harley está imerso em uma renovação dentro do campo geográfico que teve como autor central Dennis Cosgrove e foco particular a revisão conceitual operada na Geografia Histórica. No entanto, o pensamento de Harley foi profundamente influenciado pela filosofia do conhecimento de Michael Foucault e Derrida, cujas produções constituem um momento paradigmático para as Ciências Humanas. Autores de outras áreas, como Anthony Giddens e Erwin Panofsky, também estão presentes na concepção analítica de Harley, conjugando de modo integrado diferentes campos disciplinares (BUTLIN, 2010).

A simbiose entre diferentes áreas do conhecimento é justificada, pois Harley irá questionar os métodos de análise em História da Cartografia. Partindo do reconhecimento de que este campo do saber estava imerso no positivismo e no neopositivismo, irá propor uma mudança radical na forma de analisar e, mesmo, compreender os mapas. Para operar tal mudança era necessário criar uma filosofia da cartografia que buscasse compreender uma nova natureza para os mapas.

O eixo central de sua perspectiva analítica está em considerar o aspecto simbólico dos mapas, ou seja, no seu caráter subjetivo. Para Harley, os mapas podem ser analisados como metáforas que expressam poder e controle sobre os espaços. Podem também expressar relações ambíguas entre o território e aqueles que ocupam o espaço (BUTLIN, 2010).

Nesse sentido, uma das grandes contribuições deste autor é valorizar o mapa

enquanto objeto de estudo dotado de características linguísticas relevantes para compreensão das representações do mundo em diferentes tempos históricos. Isso implicava questionar a compreensão tradicional do significado de um mapa, ou seja, aquela que considerava que “the role of a map is to present a factual statement about geographical reality” (HARLEY, 2001, p. 35).

Harley (2001), no entanto, afirma o oposto sobre a natureza dos mapas: entende que estes são parte de um discurso de persuasão; que intencionalmente buscam convencer o observador. Reconhecida essa natureza dos mapas, cabe à história da representação cartográfica interpretar os diferentes códigos retóricos empregados pelos cartógrafos (“map makers”).

Tal compreensão implica reconhecer uma dimensão cultural e ideológica que está além da descrição do mapa e da identificação dos parâmetros de projeção. Diferente da compreensão positivista, os mapas não são melhores ou piores, falsos ou verdadeiros, precisos ou imprecisos, mas sempre representações. Essa visão implica abandonar a ideia de um desenvolvimento linear na História da Cartografia. Os mapas tornam-se reflexo das aspirações de poder e não do simples desenvolvimento técnico; trata-se de um instrumento de manipulação social e de controle sobre o espaço (BUTLIN, 2010).

Partindo desta compreensão, o estudo dos mapas antigos envolve a análise de diferentes contextos históricos de produção, indo além da biografia do cartógrafo. O investigador desta área deve buscar identificar: 1) o contexto no qual o cartógrafo se insere, 2) o contexto de outros mapas que lhe são contemporâneos, 3) o contexto técnico de produção e, mais do que isso, 4) o contexto geral da própria sociedade. Em termos metodológicos, isso implica dizer que o estudante de História da Cartografia deve buscar fontes documentais e bibliográficas que ajudem a compreender o contexto histórico ampliado e não apenas aquele diretamente relacionado a confecção do mapa, pois, segundo Harley (2001), os mapas atuam de modo dialógico com a sociedade, isto é, tal como a sociedade atua sobre o mapa, também esse atua sobre a sociedade.

Com base nessas premissas, Harley (2001) se lança a elaborar teorias acerca dos mapas. Assim, da compreensão linguística conclui que os mapas são dotados de um discurso. Por essa razão, extrapola a análise focada na denominação dos lugares e na localização. Partilhando da compreensão foucaultiana de poder, Harley (2001) afirma que os mapas constituem uma linguagem dotada de carga ideológica,

na qual se reproduz uma visão de mundo. Os mapas constituem o reflexo das estruturas de poder de uma dada sociedade. Por fim, Harley chama atenção para o fato de que os estudos de mapas antigos não se pode concentrar apenas no que é visível, mas também naquilo que não é, ou seja, aquilo que foi ocultado. Trata-se de identificar as escolhas do cartógrafo a partir daquilo que não está representado explicitamente no mapa, processo este que Harley chama de “silêncio dos mapas”. No seu entender, tal silêncio é intencional, seja como resultado de censura explícita ou por via da imposição de um discurso científico.

Em linhas gerais, o que chamamos de “paradigma” Brian Harley é a proposta de mudança na matriz epistemológica dos estudos em História da Cartografia por si representada e alicerçada na necessidade de desconstrução do mapa enquanto objeto de estudo, buscando evidenciar aquilo que está oculto no discurso cartográfico.

1.2.7. Críticas ao “paradigma” Brian Harley

A primeira crítica às teses de Harley diz respeito à própria construção textual da sua produção. Andrews (2001), chama atenção para o problema da auto-referência, aspecto recorrente no texto, o que leva a questionar as intenções de Harley com a produção destes textos. Aqui chamamos atenção apenas para o fato de Harley incorporar aspectos de outras disciplinas sem buscar exemplos da aplicação dessas teorias. É o caso da leitura sobre Foucault e Panofsky: Harley incorpora essas leituras diretamente à História da Cartografia, sem oferecer ao leitor evidências de que as aplica corretamente, não ilustrando com exemplos de estudos similares.

A segunda crítica às teses de Brian Harley que queremos destacar diz respeito a própria construção de seus exemplos. Enquanto compreensão teórica, Harley assume uma série de pressupostos. Um deles diz respeito ao contexto histórico específico dos mapas. No entanto, em seus textos utiliza cartas de diferentes períodos para ilustrar suas teorias sem, todavia, fazer o exercício exaustivo daquilo a que se propõe – o que no, dizer de Matthew Edney (2005), constitui um conjunto de “ensaios pirotécnicos” elaborados por Harley.

Corroborar essa crítica o uso de diferentes tempos e contextos históricos ao

longo do texto, o que, além de confundir o leitor, o induz à universalização da teoria de Harley. Ora, não seria este autor um crítico da universalização? Harley parece tropeçar, portanto, na própria armadilha. Ao criticar a estandardização dos estudos iluministas e positivista, a concepção teórica de Harley parece desafiar a sua própria compreensão sobre a relevância de cada contexto histórico. Seria esperado que Harley reconhecesse que a carga de poder nos mapas varia a cada contexto histórico e que a produção cartográfica reflète, para além da capacidade técnica, a própria mudança, não linear, na compreensão de mundo: da existência de uma leitura mítica, por exemplo, àquelas de base empírica, ou ainda da combinação de ambas, transições estas que têm que ver com a própria dinâmica sócio-cultural de cada tempo. É preciso reconhecer que Harley chama atenção a essas dimensões, mas acaba por reduzir essa compreensão à teoria filosófica do poder.

Uma última crítica diz respeito à própria compreensão dos mapas enquanto representação pura, ou seja, enquanto criação baseada em intenções. Esse pressuposto, assumidamente pós-moderno, implica dizer que os mapas não nos ajudam a compreender nenhum aspecto sobre o espaço concreto, material. Seu uso sobre o espaço estaria restrito aos interesses do Estado ou do poder subjacente à respectiva produção, embora reconheça a existência de uma incipiente cartografia não-oficial. O problema desta argumentação é, no extremo, compreender a representação cartográfica como uma ficção, sem que nenhum aspecto do espaço real esteja ali presente. Ora, não fosse pela precisão, isto é, com a aproximação do real, qual seria a utilidade do mapa no planejamento da guerra ou do território? Possivelmente, ao deslocar o mapa da sua realidade espacial Harley (2001) acaba por se reaproximar mais de preceitos e conceitos filosóficos e artísticos, do que propriamente geográficos.

1.2.8. Arte, teoria e pluralidade

Dos estudos coloniais do século XIX à perspectiva pós-moderna deve-se reconhecer que, ao longo dos anos, a História da Cartografia tem se consolidado enquanto campo de investigação na área acadêmica. Reflexo disso, para além da presença nos *curricula* universitários, é o aumento de trabalhos e eventos neste campo. No entanto, o aumento de debates sobre a disciplina não parece apontar

necessariamente para novos caminhos. Positivistas e pós-modernos parecem ter estabelecido um campo de batalha, por vezes infértil, por vezes com interessantes debates no interior da disciplina. De um lado das trincheiras, permanecem ainda hoje os estudos cartobibliográficos e biobibliográficos, fundamentais para a compreensão da origem dos mapas e para a produção de um amplo catálogo de estudos cartográficos. De outro, os estudos sobre discurso e representação dos mapas, fundamentais para a compreensão ampliada dos mapas, atribuindo-lhes maior complexidade.

Surge, ainda na década de 1950, uma abordagem que sugere a distinção das análises cartográficas entre científica e artística, indicando a duplicidade de olhares possíveis sobre o mesmo objeto (ROBINSON, 1982). Do ponto de vista do desenvolvimento da Cartografia, sucita inventários e análises exploratórias de cunho cronológico, bem como sobre aspectos relacionados com a aplicação matemática e a projeção. O foco desses estudos está na precisão e na técnica. Nas Ciências Sociais, por outro lado, têm-se em foco aspectos qualitativos e interpretativos. Trata-se de uma resposta aos complexos estímulos alavancados pelo aspecto visual dos mapas, cuja força simbólica por vezes nos conduz à conceitos intelectuais relacionados ao espaço.

A inovação metodológica deste tipo de análise com foco no aspecto visual será retomada diversas vezes em perspectivas contemporâneas. Exponente dessa perspectiva, David Woodward – que escreveu e organizou diversas obras com David Harley – menciona que “The artistic is thus thought to be basically synthetic, autographic (revealing the character of the maker), and creative. In contrast, the scientific method may thus be regarded as analytical, independent of the scientist, and reportive in character” (WOODWARD, 1987, p.6). Esse autor ressalta que as diferentes análises são de natureza filosófica, teórica e, ainda, psicológica, mas são ambas necessárias ao se tratar de objetos complexos e interdisciplinares como os mapas.

Para Woodward (1987), o modo como se observa o mapa implica na utilização de métodos diferentes. Assim, por exemplo, com relação aos aspectos simbólicos, tipológicos, é mais adequada a análise relativa ao uso das cores, a escolha do *layout* e, mesmo, a escolha da projeção. Métodos ligados as artes podem ser mais precisos nesses casos. Já para a análise das técnicas de projeção, ou sobre o modo de aplicação de coordenadas geográficas, de lógicas matemáticas,

ou, ainda, a descrição dos elementos geográficos, são mais adequados métodos vinculados a História das Ciências.

Essa diferenciação, segundo Woodward (1987), é própria do objeto cartográfico, ao lidar com a ilustração de elementos físicos e sociais. A cartografia possui um caráter especial que lhe garante individualidade com relação a outros objetos. O resultado expresso sobre o plano é expressão das escolhas feitas pelo cartógrafo mediante a disposição de técnicas de cada época, técnicas essas que funcionam como elementos de mediação e, por essa razão, são fundamentais para análise:

In general, the more control the author, scientist, or other person familiar with the subject matter being represented has in the creation of the illustration, the more opportunity there is likely to be for the artistic method, because of more direct link with the potential viewer. On the other hand, where the process has an extreme assemblyline character, so that the individual entrusted with one very small task in the activity is unlikely to know the purpose of his contribution, the product is likely to be less artistic (WOODWARD, 1987, p. 8).

Nesse movimento de autonomia do cartógrafo, soma-se ainda o fato que ao longo dos anos a representação cartográfica do espaço foi se padronizando, desde os esforços dos padrões ibéricos no século XVI à adoção da projeção cilíndrica de Mercator, o que implica uma margem cada vez menor de autonomia e, portanto, de elementos artísticos no que diz respeito ao *layout* e ao *design*. A simbologia, no entanto, permanece um importante ponto de inflexão da análise artística, desde a disposição das cores à legenda de mapas temáticos.

Uma terceira discussão em torno da análise cartográfica data de 1990 e é sintetizada em 1996, em número da *Imagomundi* dedicado à reflexão teórica em torno da cartografia antiga (DOMINGUES, 2015). Na publicação em causa, está presente um importante debate sobre caminhos possíveis à História da Cartografia. De início, Matthew Edney (1996) afirma que a *Nova História da Cartografia* constitui parte da história crítica da humanidade e dela se aproxima por meio da representação dos espaços. É curioso atentar para o uso do termo “novo”, que implica uma oposição a outra História da Cartografia – a “velha” – na qual os mapas constituem teoricamente imagens reais. Daí podemos perceber a que sua argumentação se demarca do positivismo e da concepção dos mapas enquanto objeto científico neutro. Edney lembra ainda que os mapas não constituem um agente por si mesmo e que essa leitura oculta os reais agentes, ou seja, aqueles

que produzem e aqueles que lêem as cartas.

Nesse ponto, Edney se aproxima de David Harley (2001) ao reconhecer os mapas enquanto representações e, por isso, como reflexo de aspectos culturais e valores morais, além de apontar também para a necessidade de superação do positivismo. Paralelamente, chama também a atenção para importantes aspectos teóricos-metodológicos:

First, any study must be based on solid empirical evidence - that is, empirical not empiricist - because anything else is intellectually dishonest. Theory informs the examination of evidence, but the evidence must always correct theory. Second, the theories that we derive are valid only within the scope of the evidence on which they are based. Universal generalisations are by and large to be avoided. Third, our discussions of theory should not be about whether we should use theory. (...) What we should be discussing is which theories should be used. Fourth, in debating the relative merits of different theories, it is not sufficient to marshal evidence only in order to disprove one theory (EDNEY, 1996, p. 189).

Nesse sentido, mais do que propor uma teoria, tal como fez Harley, Edney é enfático ao criticar qualquer esforço de universalização, propondo uma discussão de quais teorias podem ser utilizadas. Traz ainda uma postura empirista, embora reconheça que as teorias são importantes para a investigação; como vimos, entende antes que as teorias não devem submeter as evidências, mas o contrário, ou seja, devem corrigi-la sempre que necessário.

No contexto da mesma publicação consagrada a refletir sobre as novas perspectivas da História da Cartografia, também Catherine Delano Smith (1996) e Christian Jacob (1996) apontam, em boa medida, no sentido proposto por Edney, ressaltando que a importância da teoria consiste em ser “a way of accessing some of the complex issues related to these artefacts, their makers and their users, and a tool of selfawareness that extends the range of research questions. The contribution of theory should be assessed by reference to its impact on research and the light it throws on empirical data” (JACOB, 1996, p. 191).

Outro aspecto importante nestes trabalhos é que ressaltam o caráter interdisciplinar da História da Cartografia, concebendo-a precisamente como “an interdisciplinary field combining components of political and social history, history of visual artefacts, history of intellectual representations, history of ideas, history of technology, history of cultural practices and history of Science” (JACOB, 1996, p. 193). Ao invés da concepção tradicional de uma disciplina, Jacob aponta para uma abordagem cultural dos mapas antigos, como meio de compreendê-los segundo o

propósito e a maneira como foram utilizados em cada momento histórico.

Esses apontamentos discutem de modo transversal a necessidade de se associar uma ou mais teorias como forma de examinar os mapas antigos, sem que, com isso, a História da Cartografia perca seu caráter empírico. Indicam alguns caminhos, como o estudo cultural dos mapas. Harley, inicialmente, havia associado a pesquisa documental como modo de compreender o contexto do mapa, na busca por identificar os aspectos discursivos das cartas antigas, notadamente relacionados ao poder. Jacob (1996, p. 196), todavia, parece ampliar o escopo de ferramentas metodológicas:

We should be studying the morphological differences and scientific foundations of our maps, the way they were perceived. Cultural contextualisation is a key point in any new historiographical project as result, we should perhaps apply mapping concepts and models to the field of the history of cartography itself: territories, crossroads, communication, networks of concepts and problems linked together by old and new paths of research.

Todavia, essa importante discussão carece de exemplos que evidenciem a forma de aplicação desse raciocínio teórico-metodológico. No entanto, apontam para um debate incipiente que corresponde ao uso de conceitos da Geografia como forma de compreender a relação dos mapas com o espaço, retomando a preocupação de ler os mapas como representações do real e não apenas ficções. A forma de leitura, no entanto, é muito mais abstrata do que aquela dos estudos tradicionais, pela própria complexidade atribuída aos mapas.

O debate permanece no que diz respeito à conceituação do mapa. Será ele objetivação ou subjetivação do espaço? A procura por respostas parece se estabelecer numa relação teórica e dialética entre esses dois processos, a qual se dá no reconhecimento de aspectos materiais representados, que permitem, por exemplo, a navegação. Tal indicia uma correlação intrínseca entre o espaço e sua representação, razão pela qual o mapa, diferente das artes, possui um elemento de objetivação intrínseco. Ao mesmo tempo, tal representação implica subjetividade nas fases de elaboração e leitura, algo que pode interferir de modo ativo na criação e imaginação material do espaço.

Uma importante contribuição nesse sentido foi dada por Carla Lois (2015). Ressaltando a escassez de estudos efetivamente propositivos na análise em História da Cartografia, a autora menciona que permanece em muitos estudos o caráter intuitivo e pouco sistemático nas análises desse campo. Tomando como

ponto de partida a discussão epistemológica, questiona o próprio objeto “mapa”. Partindo de uma crítica à “limitada e reducionista” definição aplicada pela International Cartographic Association (ICA), para a qual o mapa constitui a *representação* de determinados traços materiais ou abstratos em relação de escala com o espaço terrestre ou celestial sobre uma superfície plana. Lois (2015), por outro lado, alinha-se ao conceito de Harley e Woodward, segundo o qual a cartografia expressa uma representação gráfica que *facilita o conhecimento espacial*.

Lois (2015) argumenta que a definição da AIC acaba por reconhecer apenas o caráter técnico do mapa, isto é, uma redução objetiva da realidade. Não obstante essa face, que nos remete à precisão, é preciso reconhecer uma dimensão social e pessoal que, no limite, expresse “geografias pessoais” que não representam exclusivamente a realidade espacial, mas uma “mentira”. Essa face estética e visual se estabelece por uma relação de analogia com o espaço que se inscreve no plano e não se expressa apenas em uma correlação direta com o mesmo espaço, tal correlação é apenas uma das características, pelo que observar os mapas apenas sob esse prisma acaba por imbuir uma visão passiva centrada na objetividade.

Reconhecer que os mapas constituem um instrumento visual que facilita e pode expressar geografias pessoais traz novos desafios metodológicos. Segundo a autora, o primeiro passo para uma análise sistemática dos mapas é perceber que estes não constituem unidades isoladas, pois sempre fazem parte de um conjunto do qual se devem extrair as ferramentas conceituais de leitura. Em segundo lugar, importa perceber também que fazem parte de gêneros cartográficos, isto é, de categorias que os tornam parte de um conjunto. Tais gêneros podem ser estipulados a partir da escala do mapa e da técnica aplicada, até às mais variadas análises do seu conteúdo e estilo.

Chegamos com isso a importantes mudanças na análise em História da Cartografia que vão desde o Iluminismo à contemporaneidade. Sem estabelecer nenhuma linearidade, reconhecemos apenas diferentes olhares sobre os mapas. Jean-Marc Besse (2008) é preciso ao estabelecer dois enunciados sobre os estudos em História da Cartografia. O primeiro enunciado expressa a visão tradicional: a carta é vista como um diagrama ou esquema do território; é uma técnica que sintetiza graficamente o real, uma tecnologia visual. Para o segundo enunciado, o mapa aparece como um modelo do território. Nesse sentido, todos os aspectos

simbólicos apresentados no mapa são passíveis de análise. Cores, linhas, toponímias, nomes, sistemas de projeção, formato, elementos decorativos, etc., são passíveis de análise; isoladamente ou em seu conjunto.

Aderimos as indagações metodológicas do segundo enunciado. Ressaltamos, no entanto, que há no mapa uma característica que lhe confere unidade: ele é uma representação do espaço com variado grau de correspondência com a realidade. É um suporte gráfico intermediado por um ou mais agentes sociais (cartógrafo e ambiente de produção).

O objeto cartográfico ganha nova complexidade, fruto de uma postura muitas vezes vinculadas à pós-modernidade cultural, introduzida e incentivada por John Brian Harley. A mudança de perspectiva é notável na abordagem do objeto. Passamos de uma perspectiva na qual o mapa é o próprio espelho da realidade, para uma outra, na qual o mapa é espelho da percepção do cartógrafo. No entanto, não podemos deixar de mencionar os riscos dessa nova expressão discursiva que ascende com o desenvolvimento dos estudos pós-modernos em História da Cartografia (DOMINGUES, 2015).

Para uma abordagem segura sobre o objeto cartográfico é fundamental estar atento a algumas considerações estabelecidas por Francisco Contente Domingues (2015). Dos perigos mais comuns está o esvaziamento conceitual, resultado do uso extensivo de expressões inovadoras, sem o devido estudo sobre o objeto de análise. Inspirados em Harley, palavras como desconstrução, representação, saber e poder, são repetidas ao longo de diversos textos com o intuito de apresentar uma inovação à análise. No entanto, perdem expressividade ao servirem de roupagem para análises puramente tradicionais.

Outro risco apresentado por Contente Domingues (2015) está na apresentação de conclusões sem uma reflexão profunda sobre a produção cartográfica em questão. Se o mapa é resultado da apreciação do cartógrafo em seu tempo, muitos estudos pecam ao não analisar o contexto social no qual se inseria esse agente, as técnicas de que dispunha, para quem produzia e que meios possuía. Na ânsia de superar o positivismo, muitos autores parecem ter abandonado a cartobibliografia como método de análise. A questão que se impõe é saber se essa metodologia permitia ao estudioso da História da Cartografia transitar com segurança e erudição sobre o contexto de produção dos mapas. É preciso analisar o mapa, o mapeamento e a produção cartográfica como operações distintas e complementares (TURNBULL,

1988).

Soma-se a isso que não há análise em História da Cartografia sem a leitura técnica dos mapas (DOMINGUES, 2015). É preciso compreender o modo como se produz um mapa, sob o risco de se cometerem equívocos graves. Em outras palavras, não se pode chegar a conclusões sobre um mapa apenas a partir de uma análise superficial. Em síntese, Contente Domingues (2015) argumenta em defesa da erudição, antes de conclusões puramente abstratas a respeito de mapas antigos. Não se deve descartar, no entanto, o ânimo e a abertura proporcionada pela abordagem pós-moderna ao campo da História da Cartografia.

1.3. Geografia, geopolítica e cartografia antiga: afastamentos e aproximações epistemológicas

Vimos nas seções anteriores de que forma a cartografia antiga tem sido abordada, desde o Iluminismo aos estudos ditos pós-modernos, sendo que estes últimos aproximaram a cartografia de outras áreas do conhecimento. Intermediado sobretudo por David Harley, o pensamento filosófico foi incorporado por este geógrafo na busca pela compreensão dos aspectos sociais que envolvem a produção e a leitura de cartas antigas, destacando o contexto em que foram produzidas e a construção de imagens políticas na contemporaneidade.

No entanto, é preciso lembrar que as discussões sobre a relação entre a Cartografia e a Geografia são visíveis no campo geográfico mesmo antes da incorporação das teses da pós-modernidade. No âmbito da Geografia Crítica Radical francesa, Yves Lacoste (1988) afirma que no mapa constam todas as informações necessárias para elaboração de táticas e estratégias. Por essa razão, o mapa não deve ser visto de modo neutro. Trata-se de um meio indispensável aos impérios para o domínio do espaço. Produzir um mapa é uma operação de conversão da realidade concreta em uma abstração confiável e palpável do espaço. Não se trata de uma tarefa simples; exige do cartógrafo um conhecimento matemático sobre o espaço representado, bem como sobre a distribuição de poder no terreno. No essencial, o mapa é um instrumento para o exercício do poder sobre o território.

Anos mais tarde, o geopolitólogo irlandês – estabelecido nos Estados Unidos – Gearóid Ó Tuathail (2005) irá discutir sobre a importância dos mapas na construção de imagens sobre os territórios e, também, sobre a sua organização político-administrativa. Lembra este autor que a cosmovisão europeia-cristã no período entre a queda de Roma e o Renascimento representou o espaço de acordo com as interpretações das escrituras e a hierarquia da Igreja de Roma. Tal como expresso no mapa do Salmo (ca. 1250), Jerusalém figura no centro do mapa e revela uma hierarquia que tem por base a sacralidade dos lugares. Com isso, Ó Tuathail lembra que a elaboração de cartas não serve apenas ao Estado, mas também aos atores sociais que pretendem expressar uma leitura espacial do mundo, isto é, uma cosmovisão. Este autor menciona ainda que a perspectiva com a qual se apresenta a carta é significativa. Tal como Deus, observa-se a Terra de um olhar vertical, perspectiva essa que será retomada pelos Impérios.

Ainda resgatando este sentido às cartas, outro geopolitólogo britânico-estadunidense, John Agnew (2003), propõe uma grande interpretação das cartas antigas, buscando demonstrar a construção de uma imagem eurocêntrica e imperialista do mundo que se inicia com a expansão europeia no século XV. Em sua leitura, deixa claro que a disposição dos espaços sobre o plano também expressa, de modo mais ou menos explícito, relações de poder. Demétrio Magnoli (1986), geopolitólogo brasileiro, lembra ainda que à cartografia cabe o papel normativo de formalizar o traçado de fronteiras, ou seja, de delimitar/separar os espaços entre os Estados, incorporando as técnicas disponíveis a cada tempo.

1.3.1. Percursos em História do Pensamento Geopolítico

Tal como a História da Cartografia, a Geografia não esteve inerte às discussões sociais e epistemológicas de cada tempo. Também aqui se configura um impasse entre concepções “modernas” e “pós-modernas”. O mesmo pode-se dizer do terreno disciplinar da Geopolítica. Entre uma e outra visão epistemológica, a palavra “crítica” parece ser o divisor de águas. No entanto, para os geógrafos e geopolitólogos o debate se agrava, pois o adjetivo “crítico” pode assumir concepções variadas e, por vezes, conflituosas, entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Em outras palavras, positivismo lógico, marxismo e pós-modernidade disputam, no interior deste campo científico, a legitimidade de suas análises. Assim, antes de seguirmos, ensaiamos um ponto de situação a cada uma delas.

O surgimento da Geografia e da Geopolítica estão intimamente relacionados ao Estado e, de modo mais específico, ao Estado moderno. A Geografia tem sua origem ainda no século XVII com a instituição do cargo de geógrafo do rei em diversas partes da Europa; ainda incipiente e confusa, a figura do geógrafo poderia se confundir com a do cosmógrafo e do cartógrafo, já que, neste período, eram estes que construíam as imagens cartográficas do planeta.

Já no século XVIII, essa função se altera. Com maior autonomia, os geógrafos passam a compor uma elite intelectual que irá participar da fundação das Academias de Ciências e, posteriormente, das primeiras Sociedades de Geografia. No século XIX, um novo salto é dado quando parte dos geógrafos passa ao cenário universitário, incentivados sobretudo pela necessidade de formação de professores

para o ensino básico:

The founding moment of modern Geography was neither academic nor intellectual, but bureaucratic. In 1874 the bureaucracy of the Prussian state decreed that all royal universities should create chairs of geography. [...] Geography was considered to be important for general education, so the Prussian state established the discipline within universities to train an army of primary and secondary school teachers. The French state followed the Prussian example (Ó TUATHAIL, 2005, p. 65).

O termo *geopolítica*, por outro lado, aparece pela primeira vez num artigo do cientista político sueco Rudolf Kjellén consagrado às fronteiras do seu país, intitulado “A política como ciência” e publicado em 1899 na revista *Ymer*. Alguns anos depois, na obra *Staten som livsform* (*O Estado como forma de vida*, 1916) Kjellén definirá geopolítica como a ciência que estuda o Estado como um organismo geográfico. Esta definição apresenta clara influência da Geografia Política de Ratzel e, portanto, um viés organicista com base nas teses de Lamarck. O Estado é interpretado como organismo ligado ao solo, de modo que sua expansão ou retração estariam ligados a fatores naturais e de posição, mas também ao desenvolvimento cultural. A expansão territorial expressa, nesse âmbito, vitalidade.

Embora compartilhem a visão orgânica do Estado, é preciso diferenciar o nível de vinculação ao território. Para Ratzel, o Estado consistia na relação orgânica de um povo com seu território. Kjellén desenvolve esta ideia compondo uma organicidade completa. O território se estabelece como parte do corpo do Estado, cujo aparelho administrativo é assimilado aos órgãos, veias e artérias (FREITAS, 2004).

De acordo com essa escola, enquanto organismo vivo o Estado tem direito de nascer, viver e procriar. Diante das características que lhe são intrínsecas, o seu “corpo”, isto é, as características naturais, bem como a sua população, determinariam sua expansão. Por outro lado, a perda de território consiste na decadência do Estado. A geopolítica aqui assume o papel de uma “consciência” do Estado que busca formas de se preservar, tendo em vista que a força de um povo decorre de sua relação com o espaço; aquele que melhor for capaz de lhe atribuir sentido e, assim, de organizá-lo melhor, terá mais força que outros grupos humanos organizados. Dessa forma, em consonância com o pensamento filosófico hegeliano, sendo o Estado prussiano a mais bem-acabada forma da ideia, não é surpreendente que a geopolítica alemã evoque essa suposta superioridade para justificar sua

expansão em termos territoriais (FREITAS, 2004), o que se otimiza por uma noção intrínseca e necessária de uma unidade indissociável entre o homem e seu território, amplamente defendida por Haushofer e pela Escola geopolítica de Munique (TOMÉ, 2011).

A convergência entre a Geopolítica e a Geografia institucional encontrará abrigo, porém, na Inglaterra quando, em finais do século XIX e a pedido da Royal Geographic Society de Londres e, posteriormente, do Visual Instruction Committee of the Colonial Office, Halford Mackinder desenvolver uma série de trabalhos que buscam definir e delimitar o campo disciplinar da Geografia⁴. Na contramão dos movimentos científicos do período, e preocupado com a conservação do Império britânico diante da ascensão da Alemanha e da perda de colônias, a tese de Mackinder versa sobre uma Geografia capaz de estabelecer pontes entre a natureza e os fatores humanos: “One of the greatest of all gaps lies between the natural sciences and the study of humanity. It is the duty of the geographer to build one bridge over an abyss which in the opinion of many is upsetting the equilibrium of our culture” (MACKINDER 1887 *apud* Ó TUATHAIL, 2005, p. 66).

A metáfora da Geografia como uma ponte demonstra, também, uma leitura organicista, mas que, no entanto, se volta para o próprio campo científico. Em um momento em que as ciências tendem a tornam-se mais isoladas e especializadas no âmbito universitário, cabe ao geógrafo reestabelecer a integração do “corpo” cultural e científico, garantindo, assim, o seu bom funcionamento. Não se trata, portanto, de identificar uma série de informações sobre a realidade espacial, mas do *desenvolvimento de uma habilidade singular em construir imagens interpretativas dessa realidade*. O geógrafo é aquele que se põe frente ao mundo e estabelece as ligações entre os fatores naturais e humanos. Além disso, estabelece uma profunda ligação interpretativa entre a Geografia e a História, sobretudo nos livros destinados à educação básica. Tal reflete-se em sua produção acadêmica, como é o caso do clássico texto exposto na Royal Geographic Society de Londres, *The Geographical Pivot of History*. Esses elementos ficam claros quando Mackinder (2004, p.422) diz: “My aim will not be to discuss the influence of this or that kind of feature, or yet to make a study in regional geography, but rather to exhibit human history as part of the

⁴ *The Scope and Methods of Geography* (1887); *Elementary Studies in Geography and History* (cinco livros entre 1906 e 1914) e *The teaching of Geography and History: A Study in Method* (1914).

life of the world organism”. Com este intuito, analisa a história da Europa, considerando os fatores da sua formação, tendo como eixo central a resistência as invasões asiáticas, assim como fatores naturais, e relacionando-os.

São diversas as associações entre a divisão das ocupações humanas e a determinação de fatores naturais, como desertos, rios e florestas como explicativos a distribuição dos diferentes grupos humanos. A preocupação de Mackinder era orientar a formação de pessoas capacitadas para empreender uma visão integradora dos acontecimentos sobre a superfície da Terra e sua relação com os aspectos naturais. Estava implícita, também, a preocupação com a preservação do Império britânico face à ascensão da Alemanha no eixo continental euroasiático.

Apesar da importância de Mackinder enquanto professor de Oxford e do fato de poder ser considerado um dos pais fundadores do pensamento geográfico inglês, sua leitura do que é a Geografia não se tornaria dominante. Um evento fundamental na alteração desta visão foi o chamado Círculo de Viena (1922-1936), em sequência a publicação da obra *Logisch-Philosophische Abhandlung (Tractatus Logico-Philosophicus)* de Ludwig Wittgenstein. A enigmática obra não tarda a chamar atenção dos filósofos contemporâneos, que logo se reúnem e buscam reescrever a compreensão filosófica da ciência. Essa reunião de intelectuais questionou fatores metodológicos fundamentais do período anterior, como o empirismo. Na Geografia, as alterações seriam, também, profundas.

O traço marcante desta Geografia será a construção de modelos teóricos cuja comprovação dar-se-á sobretudo a partir de análises matemáticas (geométricas e estatísticas), expressas por meio da cartografia temática e desenhos esquemáticos. Por essa razão, a Geografia desse período ficará conhecida como Teorético-quantitativa. A preocupação com processos históricos no espaço é preterida, dando lugar às relações de causa-efeito entre variáveis. Criava-se, assim, uma autonomia em relação à História e dava-se a Geografia um *status* particular no campo das ciências, assegurado pelo raciocínio hipotético-dedutivo. As mudanças podem ser identificadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Comparativo entre a Geografia Tradicional e a Nova Geografia

	Geografia Tradicional	Nova Geografia
1	Ênfase na geografia regional	Ênfase na geografia sistemática ou geografia tópica
2	Estudos monográficos	Análise regional
3	Preocupação com a gênese/origem	Interação
4	Interpretação histórica	Interpretação funcional
5	Qualitativo/subjetivo/descritivo	Quantitativo/objetivo/formal
6	Singular/peculiar	Geral/teórica
7	Entende o presente	Prospectiva

Fonte: Adaptado de Evangelista (1999)

Na Geografia, a força estruturante do positivismo lógico foi bastante expressiva e capaz de conferir certa unidade ao pensamento geográfico durante a primeira metade do século XX. A própria Geografia se especializava. De um lado, a Geografia Física incorporava, sem muitas dificuldades, o modelo quantitativo por meio da criação dos índices morfométricos; de outro, foi preciso (re)criar a própria percepção de Geografia Humana com base em termos como população e demografia, tendo a região, enquanto unidade espacial, sido dominante no estudo das distribuições populacionais. Classificar, contar e distribuir estava no seio das análises geográficas, assim como a criação de esquemas teóricos que buscassem explicar essas distribuições, atribuindo estatisticamente relações de causa e efeito, dando ar de neutralidade às análises. A cartografia, por sua vez, representava espacialmente aquilo que as análises morfométricas e demográficas demonstravam; no caso da Geografia Humana, por vezes se recorria à cartografia enquanto causa explicativa aos fluxos migratórios.

Como consequência, a relação entre a Geografia e a Geopolítica tornam-se mais escassa. Embora a Geopolítica tenha surgido em período similar a Geografia tradicional, mas fortemente atrelada ao Estado nacional e a sua configuração

territorial – e, por vezes, terem se confundido, como no caso de Mackinder –, a Geopolítica curiosamente não teve uma linha epistemológica atrelada ao positivismo lógico ou ao neopositivismo. Ainda que as razões para tanto possam ser de diversa ordem, aqui nos deteremos a três fatores explicativos.

O primeiro é o caráter prático que a Geopolítica assume ligado a ação dos Estados, o que, no contexto neopositivista, lhe atribuiu um *status* negativo: não ciência (LACOSTE, 1988), na qual as teses geográficas de Ratzel foram consideradas como manuais de imperialismo e geografia da guerra (FREITAS, 2004). O segundo decorre da sua gênese alemã: tal foi desde o início criticado pela Geografia francesa, pelo caráter determinista que estabelecia uma relação direta dos fatores ambientais sobre o humano, sendo-lhe contraposto o Possibilismo, por via do qual os agrupamentos humanos, de acordo com as suas características e escolhas, detêm a possibilidade de agir diante do ambiente natural. O terceiro aspecto, talvez decisivo, foi a sua associação ao nazismo, através da noção de *Lebensraum* (espaço vital), amplamente defendido como prática pela Escola de Munique, até à II Grande Guerra. Tal associação levou o pensamento geopolítico ao ostracismo entre os geógrafos, sendo incorporado posteriormente às Relações Internacionais no contexto da Guerra Fria, sem conservar, no entanto, a mesma capacidade histórico-analítica dos seus fundadores:

As part of anti-Nazi propaganda in the Second World War the US media latched on to the term 'geopolitics' and portrayed an army of 'scientists' led by General Karl Haushofer informing Adolf Hitler's plans for world domination (Ó Tuathail 1996). The fictionalization of the facts resulted in a tarnished image for political geography: political geography = geopolitics = Nazism. The sub-discipline suffered. Although it was still taught in many universities, the research agenda became flaccid in the post-war period. Political geography promoted a functional view of the state: an uncritical acceptance of the state that sought geographical ways of maintaining national integration and the accumulation of capital. Colonial or newly independent states were ignored as were the power relationships between rich and poor, or the imperial powers and their dependent states. Political geography became incoherent, atheoretical and uncritical (FLINT; TAYLOR, 2007).

A crítica cientificista à Geopolítica, em verdade, se manifesta desde o período entre Guerras. Nos Estados Unidos, em oposição a Geopolítica da Escola de Munique, um grupo de intelectuais norte-americanos compõe, a partir da década de 1920, uma nova escola de pensamento em Geografia Política, tendo como

fundadores Isaiah Bowman – cuja obra central é *The New World-Problems in Political Geography* (1921) –, Richard Hartshorne – com as obras *Recent Developments in Political Geography* (1935a; 1935b) e *The Functional Approach in Political Geography* (1950) –, e Derwent Whittlesey, com a obra *The Earth and the State* (1939). Esta escola foi fundada em torno da *American Geographical Society*, da qual Bowman foi diretor entre 1916 e 1935. Derwent Whittlesey presidiu à mesma instituição em 1946 e 1954, assim como Hartshorne à presidiu em 1949, coordenando também o respetivo periódico: *Annals of the Association of American Geographers*.

É importante mencionar que a *expertise* desses geógrafos os aproximou do Estado, tal qual o pensamento geopolítico alemão. Isaiah Bowman, por exemplo, foi conselheiro do ex-presidente Woodrow Wilson durante a Conferência de Versalhes (1919) e trabalhou para o Departamento de Estado durante a II Guerra Mundial. Richard Hartshorne trabalhou para o US Office of Strategic Services, agência de inteligência precursora da CIA, enquanto Derwent Whittlesey trabalhou como consultor para os Departamentos de Estado, de Guerra e da Marinha. Por outro lado, enquanto professores universitários, produziram uma série de trabalhos que fizeram frente à *Geopolitik* alemã, nos quais estabelecem um grande avanço em termos metodológicos que irá influenciar boa parte da produção subsequente à II Guerra Mundial (Ó TUATHAIL, 2005).

Somente nas décadas de 1950 e 1960 surgiria uma incipiente contestação epistemológica a este modelo que seria capaz de reagrupar Geografia e Geopolítica, separando a última do Estado e, por vezes, criticando sua ação. A contestação emerge como parte da renovação de leituras marxistas da realidade no contexto dos conflitos locais durante a Guerra Fria. No âmbito científico, merece destaque a forte influência do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt após a Segunda Grande Guerra, além de autores como Gramsci, Althusser, Lukács, Pachukanis e Marcuse. Discutia-se desde a crítica filosófica à racionalização do conhecimento e as funções do Estados e de seus aparelhos ideológicos (Ó TUATHAIL, 2005).

A discussão nas Relações Internacionais também passava por novas leituras vindas da Economia e da Ciência Política fora do eixo geográfico tradicional, isto é, Europa e os Estados Unidos. Emergia, já nas décadas de 1950/1960, um pensamento autônomo no eixo latino-americano, que buscava questionar, no âmbito

das relações econômicas globais, noções como desenvolvimento e subdesenvolvimento. Instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile (CESO) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), trataram de estabelecer a relação entre Economia e as Relações Internacionais, cruzando neomarxismo e estruturalismo, da qual decorre a noção de dependência, consequência histórica das políticas coloniais, dos modelos de exploração econômico-financeiros e da capacidade de apropriação dos excedentes econômicos pelos países hegemônicos (MACHADO, 1999).

No entanto, em paralelo a crítica marxista, a geopolítica tradicional se tornaria o foco oficial nas escolas militares em países latino-americanos. Com releituras de textos clássicos como os de Ratzel, Kjellén e Mackinder, a Geopolítica foi incorporada à agenda da política estratégica dos Estados autoritários na segunda metade do século XX. Como resultado, construíram narrativas próprias, mais ou menos precisas, da história do Brasil, considerando aspectos territoriais e diplomáticos (MIYAMOTO, 1981).

Na Geografia e na Geopolítica, a agenda crítica será primeiramente incorporada por geógrafos de países como Estados Unidos e França durante a década de 1960. Com forte contestação metodológica ao neopositivismo, marcada pelo movimento conhecido por Geografia Radical, esta agenda crítica assume uma orientação metodológica marxista, deixando em evidência a reflexão econômica enquanto infraestrutura e sua relação com a política enquanto supraestrutura. Na década de 1970, essas discussões ganham maior complexidade em função da atração de muitos geógrafos para a nova tendência; as relações de poder retornam a pauta de alguns geógrafos, dando novo ânimo para a relação Geografia-política, reabilitando em parte a Geopolítica. São exemplos dessa reaproximação as obras *Conflict, Power and Politics in the city: a geographic view*, de Kevin R. Cox (1988), publicada pela primeira vez em 1973, além de *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* de Yves Lacoste (1988), primeiramente publicada em 1976.

Neste mesmo ano tem início o empreendimento da revista *Hérodote*. Tal como expressa Oliveira (1996, p. 197), a despeito das discussões ideológicas que o permeiam, o núcleo fundado por Yves Lacoste em Vincennes (Paris-VIII) tem como virtude “ter resgatado de novo para o convívio da disciplina geográfica o nome

ensombrado da geopolítica”. Lacoste (1988) lembra que a revista *Heródote* consiste na expressão de um pequeno grupo desta universidade em meio às discussões que permearam à sombra do Maio de 1968.

Seja pela alta adesão que teve desde o seu início ou pela fluída discussão teórica que marcou seus estudos, a revista *Hérodote* acabou por reascender as discussões sobre a diferenciação entre Geopolítica e Geografia Política. A antiga discussão remonta aos anos 1930, desde Demangeon aos mencionados geógrafos americanos. Segundo essa crítica, a Geopolítica corresponde a uma arte ou técnica para ação expansionista do Estado, enquanto a Geografia Política corresponde ao sub-campo da Geografia responsável pela análise da política em face aos aspectos geográficos. Como vimos, é preciso ter consciência que tanto a Escola de Munique – Geopolítica –, quanto a norte-americana – Geografia Política – consistia de intelectuais que atuavam ao mesmo tempo no âmbito acadêmico e do Estado (COSTA, 2008).

Aos que argumentam por uma separação entre os campos, a Geografia Política consiste em análises descritivas do ambiente e suas implicações na definição de fronteiras, sendo o caráter das análises estático. Por outro lado, a Geopolítica consiste na aplicação dos aspectos do ambiente na definição de políticas estratégicas (MIYAMOTO, 1981).

Não se trata apenas de diferenciar objetivamente os dois campos. Há uma disputa discursiva pela primazia dos estudos da relação do espaço com a política. A escala de análise também seria objeto delimitador entre os dois campos. À Geopolítica caberia a leitura internacional das relações de poder. Já à Geografia Política caberia a ótica interna do Estado: por exemplo, a geografia dos processos eleitorais. (AGNEW, 2003).

A diferenciação parecia pertinente nas décadas de 1970 e 1980. Diante das grandes tensões internacionais, a política internacional não poderia mais ser negligenciada por geógrafos. A materialização dos conflitos da Guerra Fria no Vietnã e na Coreia, bem como as guerras de descolonização na África e Ásia, tornavam urgente aos geógrafos a análise das relações de poder no espaço. Era preciso reabilitar a Geopolítica dentro do campo geográfico.

A Geografia Crítica da década de 1970 ainda se debruçava sobre questões

urbanas e industriais, atreladas a estrutura social e econômica. A retomada à Geopolítica envolveria uma redefinição do próprio objeto geográfico, no qual as relações de poder em nível internacional teriam de ser reincorporadas. Por essa razão, tornava-se premente ampliar o escopo conceitual para além da ortodoxia marxista, na qual os problemas políticos aparecem reduzidos à esfera econômica.

Nesse contexto, não se tratava apenas de uma aproximação epistemológica, mas era necessário se adaptar à nova conjuntura social e suas diferentes formas espaciais nos diversos pontos do planeta. Diante dos novos desafios, a Geografia Teorético-Quantitativa tornava-se incapaz de dar respostas satisfatórias. Era preciso que os geógrafos assumissem duas funções conjuntas, uma social e outra científica, na qual deve-se “saber pensar o espaço terrestre” (LACOSTE, 1988).

Em países latino-americanos, sob controle de ditaduras militares de direita, essa renovação teórica só seria incorporada na década de 1980, com os movimentos de abertura política. Repensar o objeto da Geografia e os métodos de análise tornava-se fundamental. Os trabalhos de Milton Santos, *Espaço e método* (1985) e, posteriormente, *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2006), são dois dos exemplares mais importantes desse momento de renovação da Geografia.

Também neste período, uma nova corrente epistemológica ganha dimensão em diversos campos científicos. Tendo como base o pensamento de filósofos como Michael Foucault (2006), Delleuze e Guattari (1993), os conceitos de espaço e território ganham novos significados que reforçam a sua relação com o poder e renovam o olhar sobre esse fenômeno social. A análise geográfica estabelece a crítica e se distancia do estruturalismo, alcançando a esfera das relações subjetivas.

As teses pós-modernas são incorporadas e proporcionam novas leituras. Nessa linha, a Geopolítica propõe o processo de desconstrução sobre os discursos geopolíticos do passado (Ó TUATHAIL, 2003; 2005). Propõe, ainda, reinterpretar as relações de poder em nível global tendo por base noções ampliadas de poder, inspiradas em Foucault e Gramsci, que buscam nos atores sociais e no domínio do conhecimento – e não apenas no Estado – encontrar as causas para ações políticas internacionais (AGNEW; MUSCARÀ, 2012).

1.3.2. Geopolítica e história: ação e análise

Há um longo caminho percorrido pelos estudos em Geopolítica desde a primeira vez que este termo aparece no discurso de Kjellén até os mais recentes escritos da Geopolítica Crítica. Em sua definição clássica, a Geopolítica emerge como ciência-arte que analisa e desenvolve estratégias segundo o grau de determinação de fatores geográficos nos acontecimentos políticos. Exprime o sentido epistemológico do neologismo ao juntar geo (terra) à política. Em uma visão correlata ao seu período de desenvolvimento, analisa a relação entre o Estado – ator principal da ação política – e o território, caracterizando-o como “organismo geográfico dotado de soberania” (TOMÉ, 2011, p. 169). Tal organismo evolui, como qualquer outro, segundo a perspectiva darwinista-lamarckista, de acordo com o ambiente ao qual está submetido. Trata-se – sempre segundo esta perspectiva – da ciência que estuda a evolução do Estado de acordo com as características do território – onde estão presentes fatores estáveis como posição, morfologia e clima – no qual se materializa sua existência. São fatores variáveis àqueles desenvolvidos pela ação humana e o uso da tecnologia.

A tese de Halford Mackinder sobre o processo de ocupação da área continental euroasiática é um dos mais bem desenvolvidos exemplos dessa correlação entre ambiente, território e história. Assim, em texto originalmente lido na Royal Geographical Society em janeiro de 1904, afirma: “Man and not nature initiates, but nature in large measure controls. My concern is with the general physical control, rather than the causes of universal history” (MACKINDER, 2004, p. 422). A importância da frase acima para o pensamento geográfico e geopolítico é fundamental. De um lado, estabelece a primazia da análise sobre a ação do homem no espaço, mas essa é determinada pela natureza. De outro, define o próprio objeto de análise, o controle físico do território.

At first sight it would appear that in these familiar facts we have a correlation between natural environment and political organisation so obvious as hardly to be worthy of description, especially when we note that throughout the Russian plain a cold winter is opposed to a hot summer, and the conditions of human existence thus rendered additionally uniform. Yet a series of historical maps, such as that contained in the Oxford Atlas, will reveal the fact that not merely is the rough coincidence of European Russia with Eastern Plain of Europe a matter of the last hundred years or so, but that in all earlier time there was persistente re-assertation of quite another tendency in the political grouping (*ibid.* p. 5).

Neste caso, é de muita valia a nosso trabalhar perceber o recurso à cartografia antiga como modo de identificar padrões de agrupamentos políticos e sua dinâmica, relacionando-os com fatores naturais. Mackinder produz mapas com base nas cartas antigas como o *Political divisions of eastern Europe at the accession of Charles V* (After the Oxford Atlas). A associação é pertinente na medida em que permite desvendar a espacialização política e física, associando Cartografia Antiga e Geopolítica. O intuito de Mackinder é pensar a ocupação da área continental com base nos movimentos sobre a planície oriental europeia, sobretudo de povos asiáticos ao longo da história. Apesar de reconhecer a existência de um poder marítimo, dando especial importância ao estudo dos mares que fazem ligação na Eurásia, Mackinder (2004) ressalta a importância do poder terrestre e do deslocamento por terra de diferentes grupos populacionais, de acordo com as condições impostas pela natureza (MACKINDER, 2004).

Nesse contexto, a expansão da Europa esteve condicionada a superação de condições adversas, fortemente atrelada ao desenvolvimento tecnológico que possibilitou a navegação oceânica, configurando uma esfera de análise relacionada ao poder marítimo, que será o objeto central da análise do americano Alfred T. Mahan (1890). Por outro lado, Mackinder (2004) está mais preocupado com o território euroasiático e lembra que no século XIX o desenvolvimento da estrada de ferro impunha novamente o poder terrestre em condições favorecidas pelas estepes.

Voltando-se para o mar, Alfred T. Mahan (1890) estabelece um olhar diferenciado sobre o desenvolvimento da geopolítica em nível global. Em *The influence of sea power upon history* (1660-1793), Mahan (1890) começa por reconhecer a importância do comércio marítimo para o bem estar de diferentes sociedades. No entanto, é com a ascensão dos príncipes e o estabelecimento de reinados que o controle sobre o mar torna-se estratégico.

Buscando consolidar o próprio poder e prosperar diante da população, os soberanos estabeleceram estratégias que tinham como objetivo assegurar o máximo controle sobre o mar. Diferentes legislações estabeleceram monopólios e regularam a navegação e o comércio ultramarino. O conflito de interesses era iminente, o que abriu caminho para litígios e, no limite, para a guerra (MAHAN, 1890).

Por ser capitão da marinha americana, a análise desenvolvida por Mahan (1890) apresenta grande conhecimento sobre tecnologia naval – o que o permite

associar o desenvolvimento tecnológico ao controle marítimo –, bem como da capacidade dos comandantes. Além disso, para o exercício do poder marítimo será fundamental o controle de áreas estratégicas para o comércio e para o deslocamento de frotas militares. Disso deriva a importância do estudo das posições ocupadas pelas forças navais de cada Estado.

Decorre da síntese entre Poder Marítimo e Poder Terrestre a noção de Poder Anfíbio, cunhada pelo geopolitólogo norte-americano Nicholas Spykman no par de artigos “Geography and foreign policy”; segundo estes textos, o Poder Marítimo só é possível diante do controle terrestre de áreas litorâneas que permitam a penetração sobre áreas continentais (SPYKMAN, 1938a;.1938b).

Desse conjunto que se estende desde as obras de Kjellén, Mahan, Mackinder até Spykman, aspectos relativos aos fatores naturais e à posição são centrais para análise geopolítica. Em comum, partilham também o olhar histórico, ainda que se possam diferenciar entre o ponto de vista orgânico e evolutivo, como fez Kjellén, análises mais pontuais, como fez Mahan ao ressaltar momentos históricos específicos, até perspectivas transversais, como a de Mackinder, na qual se analisa um largo período de tempo.

1.3.3. Quatro autores da Geopolítica Crítica: Yves Lacoste, John Agnew, Gearóid Ó Tuathail e Antonio Carlos Robert Moraes

Aqui iremos nos ater à análise do trabalho de quatro geógrafos em diferentes contextos geográficos, evidenciando de que modo executaram as assimilações epistemológicas e como definiram a Geopolítica e seus métodos. Começaremos por Yves Lacoste, tratando em seguida John Agnew, Antonio Carlos Robert Moraes e, por fim, Geráid Ó Tuathail.

A Geopolítica em Lacoste emerge como o próprio reconhecimento da gênese da Geografia, sendo a sua negação pelos geógrafos franceses objeto de análise em *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. A negação da Geopolítica é considerada a própria negação da política enquanto objeto geográfico, de modo que para aqueles que a rejeitam o termo constitui um “espectro que evoca as empresas hitleristas” (LACOSTE, 1988). As questões sobre a cientificidade do saber geográfico estavam no auge da agenda dos geógrafos universitários e questões de natureza geopolítica devem ser desprezadas – “velha Geografia” – para que a Nova Geografia pudesse se afirmar.

Lacoste (1988) menciona que os geógrafos de sua época se omitiam a abordagem política na Geografia. Mesmo autores que, como Pierre George, buscaram a superação do cientificismo, consideravam a Geopolítica como um engodo geográfico responsável por justificar reivindicações territoriais. A evidente omissão é chamada por Lacoste de “corte epistemológico”, que estabelece, de um lado, a ruptura com o passado (pré-científico) vinculado ao Estado e, de outro, a Geografia científica de âmbito universitário, objetiva e neutra. Tal como aqui já demonstrado, essa separação só existe enquanto discurso já que tanto geógrafos alemães, quanto ingleses e norte-americanos ocuparam, ao mesmo tempo, funções universitárias, algumas de grande destaque, além de comporem quadros estatais.

Para Lacoste (1988), tal ruptura epistemológica consiste em uma redução injustificável do objeto geográfico, a qual exemplifica pelo esquecimento de duas obras seminais: *L’Homme et la Terre* de Elisée Reclus e *La France de l’Est* de Vidal de La Blache, as quais são, para Lacoste, referências de um raciocínio geopolítico. No entanto, a produção geográfica francesa não acompanhou tal perspectiva, alinhando-se à Geografia Regional de Vidal de La Blache. A retomada, portanto, da Geopolítica consiste no próprio reconhecimento da Geografia como uma disciplina

capaz de estudar as configurações espaciais de todo e qualquer tipo de fenômeno (LACOSTE, 1988). Nesse contexto, torna-se necessário reestabelecer aquilo que a Geografia havia perdido, isto é, a preocupação com problemas políticos e militares, resgatando a Geopolítica do limbo para fazê-la suplantar o raciocínio simplista e maniqueísta dado por meios de comunicação e, mesmo, por outros campos do saber, cabendo aos geógrafos reestabelecer a complexidade das relações espaciais em nível planetário.

Lacoste (1988) empreende um grande esforço de análise sobre a tendência marxista, explicitando a virtude de trazer novamente à Geografia questões importantes de cunho social e político. No entanto, faz algumas ressalvas importantes de viés metodológico: embora reconheça importantes avanços, sobretudo na área de geografia urbana, deixa claro que a análise marxista tende a negligenciar aspectos espaciais em privilégio à referência histórico-materialista, com ênfase na luta de classes e nas relações de produção.

O problema, portanto, é que não trabalham com categorias conceituais da Geografia, reproduzindo conceitos de outras áreas das Ciências Sociais e da História, o que não contribui para a superação de questões teóricas inerentes à disciplina. Ao procederem dessa forma, acabam por omitir a dimensão espacial dos conflitos, tornando-se insuficientes para uma compreensão dos processos. Há nos estudos eminentemente marxistas, pode-se dizer, uma submissão à historicidade. Alguns estudos mais recentes como os de Antonio Carlos Robert de Moraes deixam bastante claro boa parte destas ideias que encontramos em Yves Lacoste:

Em primeiro lugar, cabe assinalar que o universo da história é, a meu ver, muito mais amplo que o da geografia, e que, nesse sentido, a própria geografia é vista como um produto da história. Seja a geografia material objetivada no espaço terrestre, seja o discurso geográfico acerca de tais realidades, ambos constituem elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis. Logo incluem-se na história, não podendo portanto reportar-se a ela como um outro. Tal alerta é importante num momento em que o historicismo é considerado por alguns autores pós-modernos como grande empecilho ao desenvolvimento da análise espacial no âmbito das teorias sociais críticas (...). Aqui, reafirma-se a historicidade como caminho de entendimento dos objetos e processos sociais, entre eles os referentes à geografia (MORAES, 2005, p. 23).

Fica claro aqui que, em uma visão marxista-materialista da Geografia, a História tem primazia como fator explicativo dos processos espaciais; em outras palavras, constitui uma dimensão da historicidade. Sem recair sobre a relação orgânica do Estado, é importante ressaltar que o espaço não deve ser lido como

palco do desenvolvimento histórico, mas como agente do seu desenvolvimento, condicionando a ação do homem e os modos de ocupação. Vale aqui uma referência preciosa a Elisée Reclus: “La géographie n’est autre chose que l’histoire dans l’espace, de même que l’histoire est la géographie dans le temps” (RECLUS, 1905, p.4).

A lição de Reclus (1905) é valiosa. Não se trata de submeter a Geografia à História, ou vice-versa. Tal como afirma Lacoste (2005), a Geografia Histórica pode ser tarefa de geógrafos e historiadores. Nesse sentido, resta a pergunta: o que diferencia uma abordagem da outra? A solução mais evidente é o olhar. Tal como afirmou Mackinder, ao geógrafo cabe observar o modo como as condições espaciais influenciaram e influenciam a organização dos agrupamentos humanos sobre os territórios, entendidos estes como totalidade da relação homem-meio. Diante disso, desdobram-se duas novas e perigosas questões: (1) como fazê-lo sem recair sobre determinismos geográficos?; (2) tão importante quanto a questão anterior, esta outra: como não recair sobre argumentos legitimadores de ações expansionistas?

Antes de irmos diretamente a tais questionamentos, a essa altura ressaltamos que um dos aspectos fundamentais da Geopolítica é sua relação com os processos históricos que conduziram a determinada organização de poder no espaço. Diante disso, um pormenor torna-se importante. Tal como lembra Lacoste (2005), a Geografia Histórica consiste na construção mais ou menos estática de séries de espaços, isto é, na descrição geográfica de uma ou mais localidades no passado. Vista desse modo, a Geografia Histórica não é adequada à análise geopolítica, pois não expressa os movimentos sobre os quais o espaço foi formado.

A Geohistória, por outro lado, “estuda mais as expansões, as conquistas ou os refluxos, amplos ou restritos, efectuados por forças políticas rivais em tempos mais ou menos longos” (LACOSTE, 2005). Parece-nos, portanto, mais evidente sua relação com a Geopolítica, de modo que aqui trataremos a partir de agora de uma relação entre Geohistória e Geopolítica.

Voltamos agora às duas questões antes propostas. Evitar determinismos geográficos – ou mesmo possibilismo – implica um esforço fundamental para compreender os níveis de desenvolvimento tecnológico dos agrupamentos humanos envolvidos no processo de territorialização de determinado espaço, assim como a disponibilidade de recursos populacionais. Implica ainda reconhecer quais são as limitações que determinados aspectos naturais podem impor e sua relação com as

tecnologias.

Milton Santos (2006), preocupado com a crise imposta pela Geografia neopositivista, propõe o reconhecimento de uma relação dialética profunda entre espaço (natural e material) e a sociedade, dizendo a este respeito que o espaço geográfico condiciona e é, ao mesmo tempo, condicionado pelos agrupamentos humanos. Em outras palavras, o espaço geográfico é a *síntese* de uma relação *dialética* entre o espaço dado e as ações que as sociedades exercem sobre ele. Assim, o espaço físico não é capaz de determinar a conjuntura geopolítica. Ela resulta da combinação de fatores bem mais numerosos – demográficos, econômicos, culturais, políticos – cada um dos quais devendo ser visto na sua configuração espacial particular (LACOSTE, 1988).

Há, portanto, uma racionalidade histórica que nos é fundamental para análise na medida em que tudo – fronteiras, localização de um povoado, etc. – o que se pode representar em um plano (mapa) é o resultado das relações de forças e do seu desenrolar na história (LACOSTE, 2009). Estabelecendo aqui um paralelo íntimo com a cartografia, apenas rompendo a opacidade de um mapa político “revela-se seu conteúdo escondido: ele é representação sintética do drama secular que se chama *história*” (MAGNOLI, 1981, p. 81).

A segunda questão, todavia, merece grande cuidado. Como se demonstrou anteriormente, a Geopolítica esteve relacionada ao Estado e sua projeção internacional não apenas durante o bismarckianismo ou ao hitlerismo. Tal fato atribuiu à Geopolítica um *status* prático em oposição ao científico acadêmico e à Geografia Política. Desvincular a análise geopolítica, portanto, de sua funcionalidade não constitui tarefa fácil. Um dos caminhos é apontado por Lacoste (1982) ao mencionar que a Geopolítica não é necessariamente sobre a definição de estratégias das superpotências, mas pode também consistir num raciocínio contra-hegemônico. Pode, portanto, se opor ao discurso imperialista, opondo as noções de anexação colonial e independência/autonomia.

Há, em essência, um raciocínio geopolítico que caracteriza as relações complexas entre a política e as configurações geográficas que não são *a priori* nem de esquerda, nem de direita, nem imperialistas, nem libertárias (LACOSTE, 1988). A Geopolítica não trata exclusivamente das rivalidades entre os Estados, senão de problemas políticos na organização dos espaços (LACOSTE, 1988). Aberta às questões políticas gerais e abandonado seu fim à razão dos Estados, nos textos

seguintes Lacoste (2009) delimita ainda mais o objeto da Geopolítica, como aquela matéria que trata dos conflitos e rivalidades de poder em territórios de diferentes dimensões.

É interessante ressaltar que nem sempre tais rivalidades têm fundo econômico e estratégico, mas podem corresponder a significados subjetivos para os grupos rivais, cujas representações simbólicas do território sejam contraditórias no modo como se interpreta a própria história territorial. Lacoste acrescenta que a Geopolítica menciona ainda que essa rivalidade envolve os poderes políticos em disputa pela influência, controle e, mesmo, dominação sobre os territórios e sua população, podendo corresponder ao Estado ou a outros atores sociais. Utilizar, portanto, o raciocínio geopolítico consiste em compreender as causas para tais conflitos (LACOSTE, 2009).

Resultado de outro contexto social, outra releitura sobre a Geopolítica emerge no contexto estadonidense. Preocupado com a apropriação clássica do termo Geopolítica por Henry Kissinger, John Agnew irá se dedicar a renovação do pensamento geopolítico, imerso na disputa ideológica entre capitalismo e comunismo, típica da Guerra Fria.

John Agnew (2013) descreve as décadas de 1970 e 1980 como um divisor de águas na história do pensamento recente. Agnew (2013) associa essas mudanças ao contexto social vivido nos Estados Unidos. No plano das relações exteriores, os modelos até então consensuais das Relações Internacionais são questionados após o fracasso na guerra do Vietnã. Internamente, os movimentos por direitos civis questionavam o modelo democrático norte-americano. No plano econômico, estagnação e inflação levaram ao questionamento do modelo capitalista adotado no pós-guerra.

Diante desse quadro, a ruptura à tradição dar-se-á para um pequeno grupo de geógrafos com a adesão do termo “crítica” em conjunto à Geopolítica. Tem assim início a corrente da Geopolítica Crítica com um propósito completamente diferente do tradicional. Para esse grupo, era necessário estudar o próprio discurso geopolítico construído por intelectuais e agentes do Estado. O objetivo é compreender o modo como esses agentes sociais constroem as imagens do mundo. De modo mais preciso, como organizam os espaços em regiões, grupos e nações, bem como as relações hierárquicas que estabelecem entre os espaços (AGNEW, 2013).

Em 1992, Gearóid Ó Tuathail e John Agnew escrevem em conjunto um texto publicado na revista *Political Geography* intitulado “Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in United States foreign policy”, no qual estabelecem a geopolítica como a prática discursiva aplicada por intelectuais orgânicos, tal como em Gramsci, na espacialização da política internacional. Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby (1998) acrescentam ainda que a Geopolítica consiste em um processo ideológico de construção política e cultural de limites entre espaço doméstico e externo com a finalidade de disciplinar o espaço.

Não obstante a dimensão do discurso, aqui fica clara a primeira cisão ontológica entre duas correntes da Geopolítica Crítica. Gearóid Ó Tuathail (2005) fixa-se à concepção discursiva, reavaliando a produção de geopolitólogos desde o século XIX, buscando desconstruir a argumentação desses autores, revelando o sentido oculto (ideológico) do conjunto de obras de cada autor, considerando o contexto histórico e geográfico no qual estavam inseridos. De modo a expressar as relações de poder no âmbito da história global, designa o termo *Geopower*, isto é, o uso do conhecimento geográfico na organização e domínio territorial, o qual passa a ser sistemático a partir do século XVI.

Para Ó Tuathail (2005), a Geografia no século XVI não constitui um nome, mas um verbo. Consiste na *prática* de descrever e representar o mundo de acordo com a expansão dos impérios europeus, representação esta que impõe uma visão de mundo coerente com a visão cultural e os interesses materiais dos impérios. Constitui, portanto, um elemento fundamental para a ocupação e o controle dos territórios. A cartografia – indissociável da prática geográfica – é fundamental, já que, além de impor uma visão de mundo, na qual a perspectiva é fundamental, torna o espaço legível aos atores sociais.

Anos antes, Yves Lacoste (1988) menciona que o estabelecimento de cartas constitui tarefa essencial da Geografia até o século XIX, quando essa tarefa se dissocia sob o nome de cartografia. Desse modo, a Geografia consistia em funções de recenseamento de informações sobre o terreno e, também, em cartografia. Consciente disso, Ó Tuathail (2005), afirma que essa dupla função está inserida no contexto de racionalização do aparato administrativo territorial: em outras palavras, com a organização do Estado pelo aparelhamento burocrático das cortes europeias.

Ainda que incorpore à sua análise a dimensão discursiva, John Agnew (2013) não trilha o mesmo caminho de Ó Tuathail, buscando resguardar a dimensão

histórico-material para além da construção discursiva dos intelectuais da Geopolítica. Para a década de 1990, Agnew (2013) sintetiza três diferentes correntes que emergem a cena dos estudos em política mundial sob o afixo de *Critical Geopolitics*.

A primeira classifica como geopolítica prática. Essa está inicialmente vinculada a política externa dos Estados Unidos, mas que se converte em uma grande diversidade temática entre acadêmicos, indo desde o estudo das delimitações espaciais à cosmologia. A segunda tendência busca explicitar questões relacionadas com as imagens geopolíticas e veiculadas nos diferentes meios de comunicação, conhecida como “popular geopolitics”. A terceira corrente, na qual Ó Tuathail se inscreve, diz respeito à análise histórica de modelos formais de Geopolítica, assim como de termos correlatos.

Agnew (2013) diferencia ainda a geopolítica francesa da de ordem anglo-saxônica. Para autor, a vertente francesa é caracterizada como analítica, conquanto a anglo-saxônica é definida como crítica. O ponto de diferenciação curiosamente repousa sobre a filosofia do conhecimento de Michel Foucault. A geopolítica anglo-saxônica estaria mais próxima das concepções do autor francês, buscando identificar o modo de construção dos discursos geopolíticos. A francesa, por sua vez, busca novos métodos para interpretar de modo objetivo a política mundial, recorrendo muitas vezes a técnicas cartográficas. Tem aí início uma longa discussão teórica a cerca da expressão Geopolítica Crítica. De modo sintético, trata-se de um termo geral que expressa uma gama de análises que busca a superação da Geopolítica Tradicional.

De um modo geral, podemos sintetizar o quadro da história do pensamento geopolítico em três grandes correntes: a primeira a que chamamos de Geopolítica Tradicional ou Clássica, que vai desde Kjellén e Haushofer a Hartshorne; a segunda consiste numa releitura conceitual que emerge com a retomada do conceito no âmbito da revista *Hérodote* e dos textos de Yves Lacoste, entre outros; a terceira, de origem anglo-saxônica, assume-se como Geopolítica Crítica.

O traço marcante de diferenciação da primeira para a segunda é reconhecer que o raciocínio geopolítico não exprime necessariamente o pensamento das grandes potências, nem dá razão aos Estados e Impérios. O intuito não é estabelecer uma relação determinista entre natureza e política, mas de compreender como as conflitividades políticas entre os diferentes atores atuam na configuração do

espaço e como o espaço, natural e humano, cria conflitos. A mudança mais radical, todavia, ganha feição na terceira grande corrente, ao estabelecer uma distinção fundamental entre modernidade e pós-modernidade, entre estruturalismo e pós-estruturalismo, de modo a tornar quase irreconhecível o sentido original do termo Geopolítica.

Atualmente é consensual o abandono ao viés organicista de Estado e ao determinismo ambiental que marcou os estudos clássicos da Geopolítica. Por outro lado, parece-nos fundamental manter o olhar histórico – como já defendia Mackinder e retomou Lacoste - sobre processos de ocupação dos espaços pelos agrupamentos humanos. É uma forma eficaz para melhor compreender a gênese das rivalidades territoriais entre diferentes grupos políticos (LACOSTE, 1988).

Assim, diante do exposto, optamos por uma abordagem que combine, em parte, uma abordagem materialista que inclua aspectos culturais e simbólicos. Não se trata apenas de perceber o espaço enquanto palco do desenvolvimento econômico, isto é, das forças produtivas. Nem, tão-pouco, compreendê-lo como mera representação, sem reconhecer a materialidade das relações. Nesse sentido, propõe-se aqui um conjunto de categorias conceituais que servirão de base a análise cartográfica.

A apreciação da Cartografia Antiga por meio de conceitos iminentemente geográficos – como território e espaço e escala – combinados a outras geopolíticas – como fronteira e limite – consiste em uma abordagem que se diferencia dos estudos tradicionais de Cartografia Histórica e, também, da corrente erigida por Harley com base no discurso. Vai ao encontro, no entanto, das discussões mais contemporâneas que buscam uma relação teórico-conceitual que possa contribuir para leitura de mapas antigos. Por essa razão, tal como visto na seção anterior, é preciso estar consciente de que a significação e a atenção que se dá aos conceitos é diferente ao longo da história desta disciplina. O mesmo se passa com os conceitos envoltos a Geopolítica. Diante disso, é necessário reavaliá-los de modo consciente antes de prosseguir a sua definição enquanto categorias conceituais de análise.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

2.1. Conceitos fundamentais

2.1.1. Território

O termo território tem sua origem do latim *territorium*, isto é, uma entidade administrativa-militar que remonta à Roma antiga (MORAES, 2005). Durante a Idade Média, o termo é apropriado pelo poder eclesiástico para designar um grupo de feudos, sendo posteriormente aplicado para se referir ao conjunto de terras regidas pelo Estado (LACOSTE, 2005). Todavia, Jean Gottmann, Taylor e Flint (2007), mencionam que a origem etimológica do conceito deriva do latim *terra* e *torium* (pertence a), tendo aparecido originalmente para designar a jurisdição sob as cidades-Estado na Grécia Antiga. Esse sentido reaparece nas cidades medievais italianas, nunca tendo sido adotado para as pretensões globais do Império Romano ou da Europa Cristã, incorporando apenas um sentido restrito. A essa conotação de divisão do poder político, que podemos chamar jurídico-política, soma-se outro sentido derivado de *terrere* (aterrorizar). Desse modo, etimologicamente o termo remete para uma ligação indestrinçável em território e poder (PAASI, 2007).

Reconhecendo essa dupla concepção etimológica, Rogério Haesbaert da Costa (2011) e Anssi Paasi (2007) distinguem três dimensões da vida social vinculadas ao território. Uma dimensão material, que vincula o território a terra, uma funcional, que envolve os modos de controle do espaço, e outra simbólica, que diz respeito aos aspectos de identidade social.

No século XIX, o conceito de território é incorporado por naturalistas ao campo científico para se referir a “área de domínio” de determinada espécie (MORAES, 2011). Trata-se de uma noção atrelada à ideia de apropriação biológica, isto é, da constituição de uma zona exclusiva para um grupo ou espécie que se instala em uma área delimitada por uma fronteira. Apresenta risco àqueles que não se incluem no espaço delimitado e segurança aos membros do grupo (BONNEMAISON, 2012). Diante da influência do naturalismo nas ciências do século XIX, é essa noção que será incorporada e re-conceitualizada na Geografia por Ratzel em sua *Antropogeografia*, transpondo a ideia de domínio animal do espaço para o domínio de determinado agrupamento humano sobre o espaço. Nas

comunidades humanas, porém, o controle do território dá-se por meio da política, que em sua forma moderna-europeia toma forma do Estado territorial (MORAES, 2005). Tal como já mencionado, a sobrevivência de um Estado está associada a sua capacidade de manter o território e, diante das necessidades populacionais, expandi-lo.

No interior da Geografia, essa definição conceitual, tal como a Geopolítica, foi preterida devido à sua associação à ideologia do Estado, em favor do conceito de “região”, amplamente utilizado em França e, posteriormente, em outros países. A oposição ao pensamento regional francês dado pela corrente teórico-quantitativa tão-pouco resgatou o conceito de território, favorecendo o uso de noções abstratas de espaço.

A retomada do conceito de território dar-se-á com a emergência da Geografia Radical e a crítica a Geografia teórico-quantitativa, sendo qualificado, tal qual presente no *Capital* de Marx, para designar espaços diferenciados pelo seu uso social (MORAES, 2011). Na Geopolítica, o mesmo é traduzido pela sua forma espacial global como divisão territorial do trabalho, diferenciando grandes áreas do globo de acordo com sua inserção na produção e circulação de mercadorias. Noções como centro-periferia, imperialismo e dependência passam a fazer parte do léxico dessa corrente que agrega geógrafos, mas também especialistas em Relações Internacionais, economistas e sociólogos. Incorpora ainda a noção da economia política do sistema-mundo, inspirada por Immanuel Wallerstein:

Not only figures associated with radical geography, such as Yves Lacoste, Richard Peet, David Harvey, Doreen Massey and Neil Smith, became influential, but also established figures in political geography, such as Peter Taylor and Kevin Cox, adopted various political-economic perspectives and put them to work in their research (AGNEW, 2002, p. 19).

Colin Flint e Peter Taylor (2007) definem um modelo espaço-temporal para a Geopolítica nos moldes da Economia Política. Revendo modelos temporais como de Modelski e inspirados em Gottman, Flint e Taylor (2007), identificam e discutem para cada período histórico as grandes potências, sua forma jurídica e área de influência, trabalhando em consonância com a literatura marxista e incorporando conceitos como hegemonia⁵ e imperialismo⁶ e atribuindo sentido à dinâmica da competição

⁵ Hegemony builds up in three stages. Initially the state gains primacy in production efficiency over its rivals. This enable its merchants to develop a comercial supremacy which finally leads on to financial dominance. When productive, comercial and financial activities of one state are more

entre grandes potências, desde sua ascensão à respectiva queda.

Para esses autores, a concepção moderna de território se aproxima da noção jurídica de soberania, com origem no Absolutismo e que implica a existência de uma autoridade absoluta em certa comunidade política. Essa noção emerge da dissolução das relações feudo-vassálicas, cujo processo se inicia no século XV, com o Tratado de Tordesilhas (1494), e se consolida no século XVII, com a Paz de Vestfália (1648).

O que chama atenção, todavia, é que, diferentemente da noção de Estado territorial orgânico de Ratzel, essa forma moderna de organização político-territorial tem suas origens na evolução das forças produtivas e na emergência do mercantilismo, criando oportunidade para a centralização do poder, alterando as relações de segurança e soberania. O território torna-se aqui a articulação entre os processos sociais e as diferentes intervenções humanas com a criação de materialidades diversas sobre o espaço, buscando identificar historicamente a sua gênese, historicidade essa que corresponderia à espacialidade de uma dada *“formação econômica e social”* (MORAES, 2011, p. 21).

Por outro lado, nesse período a Antropologia também se apropria do conceito de território, definindo-o segundo seu traço cultural-identitário, isto é, enquanto significado atribuído por um dado grupo a um espaço (MORAES, 2011). É, portanto, uma leitura que remete a atribuição de identidade em relação ao espaço. Esta concepção será retomada por geógrafos pós-modernos que afirmam, em oposição à leitura materialista-marxista, que o estabelecimento de significados coletivos ao espaço antecede ao estabelecimento de relações sociais de poder e produção (HAESBAERT, 2011).

Tal ênfase na representação em oposição a materialidade tem sido pedra de toque das disputas acadêmicas nas últimas três décadas. Passado esse período, todavia, surgem estudos capazes de conjugar, a partir de dimensões cruzadas, o material e o simbólico. Entre os materialistas, a cultura emerge como ideologia, isto é, como construção discursiva que orienta a produção (MORAES, 2011). No entanto, importantes autores têm se dedicado a conciliar as duas dimensões. Bonnemaïson

efficient than all rivals, that state's hegemony occurs. This favoured situation is brief, however, as rivals emulate the technical achievements as the hegemonic state's lead over its rivals declines first in production, then commerce and finally finance (FLINT; TAYLOR, 2007, p. 55).

⁶ From the early Spanish and Portuguese Empires through to the attempt by Italy in the 1930s to forge African Empire, formal imperialism has been a common strategy of core domination over the periphery (FLINT; TAYLOR, 2007, p. 74).

(2012) é pioneiro neste sentido, pois escreve em meio ao turbilhão de vozes pós-modernas e a forte resistência marxista que o “território é, ao mesmo tempo, *espaço social* e *espaço cultural*: ele está associado tanto à função social quanto à simbólica” (BONNEMAISON, 2012, p. 289). Nesse sentido, o espaço social inscreve-se em termos de organização e produção, enquanto o simbólico em termos de significados; dessa compreensão, define os geosímbolos como “um lugar, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” (BONNEMAISON, 2012, p.292).

Rogério Haesbaert (2011) segue na mesma linha ao diferenciar as relações de poder no espaço em dois sentidos: um explícito, de dominação político-econômica, e outro implícito, simbólico, de apropriação subjetiva. Esse alargamento do conceito de território teve implicações significativas na escala de análise. Se anteriormente o território se constituía pela esfera de poder ao qual se ligava, isto é, ao Estado, reconhecer sua dimensão simbólica implica considerar os modos pelos quais os diferentes grupos humanos – quer dizer, atores sociais – se apropriam de diferentes áreas, desde grupos nativos à complexa burocracia estatal. A complexidade dessa análise exigiu desde o início o auxílio de outros conceitos relacionados espacialmente. O primeiro é a ação dos atores políticos sobre o espaço, a territorialização; o segundo são os processos que essa ação implica: a desterritorialização e a reterritorialização e, por fim, o estabelecimento da territorialidade.

A territorialização, enquanto ação dos grupos humanos que formam o território, é inerente à configuração do espaço. Implica sempre um processo de colonização, isto é, de instalação sobre o terreno que se concretiza com difusão de um modo de vida e de um sistema de poder. Diante disso, parece-nos adequado assumir que a colonização de tipo mercantil vivida a partir do século XV constitui uma expressão especial do processo de territorialização dos ascendentes impérios europeus.

De modo geral, todo processo de colonização constitui uma expressão espacial da expansão de um grupo humano sobre territórios dos quais não são originários, no intuito de torná-los parte de sua área de influência cultural e política. No entanto, o modo como se expressa a expansão deriva de questões estruturais da sociedade que se expande e da relação que estabelece com os grupos originários

do espaço (MORAES, 2011).

De um ponto de vista estrutural, podemos encontrar as explicações para as formas espaciais da área colonizada nas razões que levaram determinado grupo humano a se expandir, tendo em vista que “a apropriação de terra realizada e os usos do solo introduzidos respondem às carências ou às potências que alimentaram a motivação para mover-se” (MORAES, 2005, p. 63). Aqui a cartografia antiga torna-se um instrumento fundamental de análise, pois permite visualizar os elementos materiais que compõem o espaço, bem como sua organização. Sua análise, todavia, se altera de acordo com o período e, sobretudo, com a escala.

Como nem toda expansão corresponde necessariamente à instalação no território, os mapas podem revelar interesses na circulação de mercadorias, por exemplo, no que serão comuns descrições de costas e rios que permitam facilitar a navegação. Podem expressar ainda recursos naturais de interesse imediato, os quais são revelados, sobretudo, em mapas de menor escala, especialmente em mapas-mundo ou mapas regionais. Por outro lado, mapas em maior escala ou plantas, como de uma cidade, podem revelar as formas e funções implementadas pelo colonizador. A análise de mapas de diferentes períodos, sob uma mesma região, pode evidenciar o processo de ocupação de um dado território, isto é, o crescimento ou recrudescimento da colonização, alterações nas formas e funções de acordo com os interesses daqueles que atuam sobre o território.

Isso decorre do fato de que a instalação de uma colônia implica, necessariamente, a sua materialização no espaço, cujo controle decorre da criação de uma estrutura articulada entre o centro de poder e a área de expansão, que no tipo mercantilista corresponde ao desenvolvimento de uma estrutura de metrópole-colônia. À metrópole cabe animar os processos de expansão e garantir que as formas criadas nas colônias correspondam aos seus interesses, os quais podem ser econômicos e/ou culturais. A lógica colonial é sempre global, portanto de ordem geopolítica, ao garantir que as áreas de expansão funcionem como partes de uma estrutura que organiza e diferencia o espaço (MORAES, 2011).

No entanto, se é verdade que os impérios tendem a atribuir formas e funções que respondam aos seus interesses, estes também são condicionados pelas formas e funções que precedem sua chegada, isto é, a organização territorial prévia dada pelo ambiente natural e pela ocupação originária. As estratégias para colonização variam, portanto, de acordo com as situações locais, e não apenas com os

interesses dos agentes colonizadores, de modo que à geopolítica metropolitana soma-se a agenda dos grupos originários. Essa relação de poder pode ser conflituosa ou pacífica e pode resultar em assimilação, extermínio ou desistência do empreendimento colonial, o que torna, portanto, o grupo originário como parte da própria agenda geopolítica, configurando um processo dinâmico no espaço e no tempo.

Nesse sentido, podemos dizer que a territorialização implica um movimento de desterritorialização. De um lado, há aquele que emigra da metrópole ou, ainda, de outras áreas de modo forçado, como escravos, para atender as necessidades demográficas do empreendimento colonial. De outro, há aqueles que originalmente ocupavam o território e que são obrigados a emigrar ou vêem perder-se as feições (naturais e humanas) que o ligavam ao território. À desterritorialização impõe-se um processo de reterritorialização por assimilação dos aspectos naturais e societários originários (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

O território torna-se, assim, resultado dessa dinâmica. Aqui, mais uma vez, os mapas aparecem como fundamentais a análise. Para além de acompanhar o desenrolar e a organização das formas e funções, é possível visualizar em algumas cartas de matriz europeia a localização ao longo do tempo de grupos originários, assim como as áreas de atuação de grupos responsáveis pela assimilação cultural dos povos nativos, como é o caso – pensando no caso brasileiro – da Companhia de Jesus.

Na colonização de tipo mercantilista, a ação dos Estados imperiais é de transcendência, isto é, executado pela *ideia* de que a terra sob a qual se expandem é “virgem”, sendo os seus povos parte do ambiente e cabendo a um estrangeiro, um ser transcendente que conhece Deus e o representa, re-fundar o território (DELEUZE; GUATTARI, 1997). O discurso civilizatório, portanto, é parte do empreendimento geopolítico colonial. Territorialização aos olhos do agente colonizador corresponde a conquista e a submissão e, como tal, implica em uma combinação de imposição bélica para conter resistências e imposição política e cultural que garanta o controle e a assimilação:

Nas colônias, o estrangeiro impôs-se com a ajuda dos seus canhões e máquinas. Apesar da domesticação empreendida e da apropriação, o colono continua a ser sempre um estrangeiro. Não são as fábricas, as propriedades nem a conta no banco que caracterizam principalmente a “classe dirigente”. A espécie dirigente é, antes de mais, a que vem de fora, a

que não se parece aos autóctones, “aos outros” (FANON, 1961, p. 36).

A estrutura que daí decorre constitui a territorialidade que formaliza, por meio de leis e regulamentos, as normas que se aplicam ao território. Consiste nas práticas desenvolvidas pelas instituições responsáveis pelo controle do território (ROSENDAHL, 1996). A territorialização pode ainda designar relações subjetivas entre o grupo e o espaço. Enquanto tal, a territorialidade pode assumir um sentido material, quando seu objetivo é a manutenção do controle físico do acesso ao espaço, e um sentido imaterial, quando busca criar um controle simbólico a partir de uma identidade compartilhada. Pode ainda remeter para uma totalidade enquanto “espaço vivido”, conjungando estatutos com as duas finalidades (HAESBART, 2011).

Dessa combinação que conduz a organização material do espaço, antecede a destruição das formas do passado ou sua apropriação, cuja dinâmica, em conjunto com os aspectos ambientais, dita o ritmo do empreendimento colonial. É preciso dizer ainda que esse ritmo sofre influência da dinâmica geopolítica dos impérios, sendo, portanto, resultado da capacidade de se impor localmente e, também, em relação às agendas dos outros Estados.

A imaginação também constitui um elemento fundamental que pode ser identificado nos mapas, sobretudo os de menor escala: mitos e lendas ajudaram a construir o empreendimento colonial e a apropriação formal do espaço. Aqui cabe uma importante menção às cartas antigas, nas quais é possível identificar a reivindicação de territórios desconhecidos, representando marcos formais (tratados diplomáticos), o que permite identificar um outro elemento fundamental no processo de colonização que é ambição em relação ao território sobre o qual se expande. É preciso, portanto, saber diferenciar na análise aquilo que corresponde à materialidade do território, daquilo que representam os interesses de apropriação ou, como nomeia Moraes (2005), a criação de “fundos territoriais”, isto é, as áreas de possível apropriação futura.

A existência de elementos simbólicos (linhas, padrões, brasões) que delimitam espaços não territorializados na representação cartográfica, quando analisadas em longo prazo, revelam as mudanças de conjuntura geopolítica entre os Estados imperiais. Assim, para além do interesse mercantil, correspondem ainda a uma territorialidade sem território, enquanto terra prometida (HAESBART, 2007), cumprindo uma função material de reserva e uma simbólica que implica a disputa e o reconhecimento de limites e estabelece fronteiras.

2.1.2. Limites e fronteiras

O espaço que diferencia o território de um Estado e, ao mesmo tempo, corresponde à aproximação de outro Estado, é conhecido como fronteira⁷. O termo decorre de *front*, espaço em largura ou zona de combate entre duas forças opostas, sublinhando-se, assim, uma conotação essencialmente militar e não um conceito legal, político ou intelectual. Originalmente, correspondia à área de distinção entre a parte habitada e não habitada do mundo. Com o tempo, e o crescimento das sociedades, as fronteiras deixam de diferenciar áreas com condições físicas de manutenção da vida, e passaram a distinguir modos de vida e, por fim, arranjos políticos territoriais. As linhas de fronteira ou limites (*boundary*), por sua vez, indicam a demarcação linear de uma unidade política, estabelecem a área de soberania do Estado, isto é, delimitam um território de jurisdição exclusiva⁸ (KRISTOF, 1959). O domínio da soberania implica que se estabeleça no território uma organização política, legal e jurídica (ACCIOLY, 2000), constituindo, portanto, a organização institucional da territorialidade.

Apesar de extremamente ténue, a diferenciação entre fronteira e limite é fundamental do ponto de vista analítico. A fronteira como área de diferenciação pode ser mais ou menos fixa, mais ou menos permeável e é resultado de processos históricos complexos. O limite é estático, fixo e claramente expresso na cartografia. Por essa razão, é por meio da *análise comparada* dos limites expressos nos mapas que podemos estabelecer as *áreas* de fronteira. Limites são marcos estabelecidos. A fronteira, por sua vez, constitui uma área de muito maior complexidade, posto que define a zona de interface entre distintos grupos políticos.

É diante dessa complexidade que Jaume Vicens-Vives (1981) categoriza diferentes tipos de fronteiras, compreendidas como resultado geohistórico das relações entre diferentes grupos políticos. Assim, com base em Jacques Ancel (1938), Vicens Vives (1981) define três modalidades de fronteiras. As primeiras são

⁷ Estados sempre souberam que as fronteiras, mais do que linhas divisórias, são pontos de contato com o espaço exterior. Antes de separar, elas aproximam. Antes de segregar, viabilizam fluxos e influências. São superfícies porosas de contato do território estatal com outros territórios, outros Estados (MAGNOLI, 1981, p. 83).

⁸ Toda nação que se governa por si mesma, sob qualquer forma que seja, sem dependência de nenhuma estrangeira, é um Estado soberano (VATTEL, [1758] 2004, p. 22).

chamadas Fronteiras de Formação e são caracterizadas como áreas nas quais as relações geohistóricas indicam a formação de um grupo político atrelado a determinado espaço. A segunda modalidade são as Fronteiras Estáveis, onde os grupos políticos se encontram estabelecidos sem tensões latentes. Por fim, estão as Fronteiras de Regressão, caracterizadas como áreas políticas instáveis, onde se assiste a movimentos de expansão e conquista forçada de um grupo político sobre o outro.

A partir dessas considerações, podemos deduzir que a análise comparada dos diferentes limites apresentados nos mapas pode-nos ajudar a delimitar as áreas de fronteiras. Essas, no entanto, só podem ser compreendidas se considerados os aspectos geohistóricos que envolvem determinado espaço, bem como as relações assumidas pelos diferentes grupos políticos. Assim, devemos estar atentos a dois aspectos fundamentais na análise cartográfica dos limites.

O primeiro corresponde ao sujeito social que fez ou demandou a representação dos marcos tendo em vista que áreas de disputa podem gerar representações diferentes. A diferença nos locais de representação dos limites pode revelar a disputa por soberania nessas áreas e consiste em uma forte evidência de zona de fronteira, onde podem se estabelecer relações marginais entre os diferentes grupos políticos. O segundo aspecto implica reconhecer que quer o limite, quer a fronteira podem se alterar, pois derivam de negociações políticas mais ou menos intensas.

Nesse sentido, é fundamental atentar para a afirmação de Vicens-Vives (1981) sobre a existência de fronteiras naturais. Para o autor, elas constituem um mito. O estabelecimento de uma fronteira é resultado da capacidade dos grupos políticos controlarem determinadas áreas. O mar, a montanha, o rio ou vegetação não definem fronteiras. Os acidentes naturais podem favorecer ou desfavorecer as estratégias de defesa, mas não são fatores definidores de fronteiras. Desse modo, ainda que os limites se sobreponham a acidentes geográficos, as fronteiras não são naturais, pois “a natureza que produziu árvores e matas, oceanos e mares, rios e montanhas, não produziu fronteiras e países” (MAGNOLI, 1981, p. 81). A naturalização de limites constitui um constructo ideológico (MORAES, 2005) que busca afirmar a soberania, bem como a criação de uma identidade coletiva ligada ao território que oculte ou torne glorioso o processo de conquista.

Nesse sentido, qualquer mapa que represente limites é político. Se apresenta

como resultado de processos geopolíticos mais ou menos conflituosos. É por essa razão que a cartografia antiga nos permite transitar sobre tais processos, quando expõe os limites nos mapas. Além disso, devemos considerar que desde o início do processo de expansão europeia a representação de limites foi parte da função dos cartógrafos. Função essa que consistia em apresentar aos soberanos um instrumento de visualização do jogo político.

O próprio desenvolvimento técnico tem relação com a definição de limites e o estabelecimento de fronteiras na medida em que a precisão (correspondência entre a realidade física e a representação em escala) não é fruto apenas da curiosidade ou das facilidades de circulação, mas resultado da necessidade de se conhecerem as posses dos Impérios.

2.1.3. A análise cartográfica e o problema da escala em Geografia

Entre a produção e a análise geográfica de mapas se manifesta um problema teórico de décadas: a escala. Tal como menciona Iná Elias de Castro (2006, p. 117), do ponto de vista matemático, a escala consiste em “uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica”. No entanto, essa noção puramente matemática não exprime uma conceituação sobre fenômenos geográficos. Durante muito tempo, essa concepção objetiva da escala foi suficiente para análise geográfica. Fortemente marcada pelo empirismo, essa concepção permitia objetivar os espaços de acordo com a escala desejada (CASTRO, 2006).

No entanto, desde a década de 1980, diversos autores como Jean-Bernard Racine, Claude Raffestin e Victor Ruffy têm questionado essa apropriação do conceito de escala pela Geografia. Para esses autores, a escala cartográfica consiste em expressar a representação do espaço como forma geométrica. No entanto, para a Geografia, a escala representa as relações entre a sociedade e essa forma geométrica. A escala geográfica é aquela escolhida para melhor dimensionar e mensurar um fenômeno (CASTRO, 2006).

Dessa dificuldade conceitual entre os campos da Cartografia e da Geografia, surge uma confusão própria da noção matemática, conduzindo a erros que dizem respeito ao objeto de cada campo do conhecimento. Para os geógrafos, a escala diz

respeito ao espaço e não à proporção representada. No entanto, quando a escala cartográfica é expressa por uma fração, dizemos que um mapa com escala pequena representa uma grande área. No mesmo raciocínio matemático, um mapa de grande escala representa uma pequena porção do espaço (LACOSTE, 1988).

No intuito de solucionar essa questão conceitual, Yves Lacoste (1988) propõe que a análise cartográfica seja baseada em ordens de grandeza. No fundo, as ordens de grandeza dizem respeito a dimensão das configurações espaciais representadas em um mapa. Inspirado na ideia de Jean Tricart, geógrafo físico francês, Lacoste (1988) estabelece sete ordens de grandeza para os mapas:

1. Aqueles cuja dimensão se mede em dezenas de milhares de quilômetros: os continentes, os oceanos, as grandes cadeias de montanhas, como os Andes;
2. Aqueles cuja dimensão se mede em milhares de quilômetros: o "escudo" canadense, o Mar Mediterrâneo;
3. Aqueles cuja dimensão se mede em centenas de quilômetros: a Bacia Parisiense por exemplo;
4. Aqueles cuja dimensão se mede em dezenas de quilômetros: o maciço do Vercors, nos Alpes, por exemplo;
5. Aqueles cuja dimensão se mede em quilômetros;
6. Aqueles cuja dimensão se mede em dezenas de metros;
7. Aqueles cuja dimensão se mede em metros.

Como se pode observar, as ordens de grandeza consistem na inversão da lógica matemática, partindo da grande dimensão do espaço representado para a fração. Assim, um planisfério encontra-se inserido na 1ª ordem e uma planta urbana com alguns quarteirões estaria entre a 6ª e a 7ª ordem. No entanto, apesar de resolver a questão relativa a adequação do objeto geográfico a escala, Lacoste (1988) não estabeleceu uma nova conceituação geográfica do termo, mas, ao contrário, acabou por aprisioná-la. Condiçãoou a relação entre o território e sua representação cartográfica ao dimensionamento (CASTRO, 2006).

É verdade que acompanhar a evolução dos métodos matemáticos de projeção é um excelente objeto de estudo para a História das Ciências e de grande valor para análise geográfica. No entanto, do ponto de vista geográfico, o mapa constitui mais do que o resultado do dimensionamento de um espaço. Para Castro (2006), a escala geográfica deve partir do modo como a realidade é percebida ou concebida por quem elabora o mapa e, também, por quem o analisa. Trata-se de um recorte da realidade geográfica que pode não estar representado do mesmo tamanho ou escala cartográfica. A escala geográfica põe em evidência as relações, os fenômenos e os fatos apreciados segundo a percepção de quem observa os

mapas (CASTRO, 2006). Em outras palavras, a escala geográfica é a do fenômeno e a escala cartográfica a da proporção entre o real e o plano. No limite, a escala geográfica constitui “um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado” (CASTRO, 2006, p. 136).

Essa definição é bastante oportuna para análise geográfica de mapas antigos, pois permite transitar por diferentes escalas cartográficas, selecionando as cartas que melhor se adequam a percepção dos processos territoriais no passado. Como o objeto central desta análise é a territorialização do poder no espaço que hoje delimita o Brasil, devemos considerar diferentes escalas cartográficas para delimitar de modo adequado os fenômenos políticos, seja um limite ou fronteira geopolítica, seja a distribuição espacial da colonização ou dos povos nativos.

O próprio Yves Lacoste (1988) já desenvolvia esse modelo de apreciação da espacialização do poder. Ao mencionar a necessidade de desmascarar as especulações geopolíticas, Lacoste (1988) ressaltava que a análise de cartas em diferentes escalas permitia alcançar a sobreposição dos problemas e das relações de força, de acordo com a extensão dos territórios. É precisamente por essa capacidade que o pensar geográfico demonstra sua eficácia.

2.2. Procedimentos metodológicos

2.2.1. Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental

Esta tese parte de dois procedimentos metodológicos fundamentais. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. É importante salientar que esses procedimentos são complementares, mas apresentam diferenças significativas que merecem ser pontuadas. A pesquisa bibliográfica se baseia fundamentalmente nas contribuições de diferentes autores e autoras sobre determinado tema; constitui o conjunto de textos que permite transitar entre diferentes análises já elaboradas. Livros, capítulos de livro, artigos, teses, ensaios, verbetes e catálogos compõem o conjunto de fontes bibliográficas possíveis de serem consultadas e, também, analisadas (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Nesse sentido, podemos mencionar a existência de trabalhos fundamentalmente bibliográficos. Sobre a formação territorial brasileira é notável o trabalho de Antonio Carlos Robert Moraes (2011). Na sua obra o autor buscou refletir sobre as relações entre a historiografia e a Geografia, revisitando fontes bibliográficas da História para analisar os processos sociais de formação dos territórios.

No entanto, esta tese não se esgota com a reflexão de fontes secundárias. O uso da pesquisa documental é inerente ao próprio objeto central da análise, isto é, os mapas antigos. Ainda que fosse possível analisar apenas a bibliografia existente sobre esse objeto, não seria possível alcançar os objetivos propostos. Tornou-se necessário utilizar a pesquisa documental e recorrer a fontes primeiras, ou seja, àquelas que não receberam tratamento analítico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Utilizar fontes primárias é enriquecedor, mas também um complicador da análise. Isso decorre do fato de que os documentos podem ser escritos ou não. Imagens, pinturas, esculturas, fotografias, pôsteres, vídeos, entre muitos outros interfaces, podem servir como fontes de pesquisa. Fica a critério do pesquisador escolher aquelas que mais se adequam ao seu problema de pesquisa (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Esse é primeiro problema que se impõe a análise documental: escolher o tipo de fonte adequada. No caso em questão, a cartografia foi selecionada como objeto central, mas será o mais adequado para tratar os objetivos propostos? É necessário

voltar aos objetivos para uma aproximação cuidadosa dos procedimentos metodológicos.

Logo de início, devemos mencionar que o objetivo final deste trabalho é relacional, isto é, busca identificar a relação entre Cartografia Antiga, Geopolítica e formação territorial do que se tornaria o Estado do Brasil. É nesse sentido que derivamos seis objetivos específicos. O primeiro está centrado na relação entre Cartografia e Geopolítica. Consiste em definir os mapas e cartas como campo de conhecimento geopolítico.

Com caráter teórico, esse objetivo pode ser alcançado por meio da pesquisa bibliográfica. É nesse intuito que no capítulo anterior buscamos compreender os diferentes sentidos atribuídos ao conceito de mapa em diferentes perspectivas da História da Cartografia. Vimos que após a renovação do pensamento impulsionado pela pós-modernidade de John Brian Harley, novos sentidos foram atribuídos aos mapas e, notadamente, a relação deste com o poder.

Essa etapa teórica, no entanto, não identifica o modo como essas relações interferiram na produção cartográfica em relação ao território brasileiro. Houve, portanto, a necessidade de incorporar uma bibliografia específica sobre o tema à análise desenvolvida no capítulo seguinte. Cabe, todavia, circunscrever as obras que balizam o tema e que nos orientaram para a definição dos documentos cartográficos a serem analisados.

Nas décadas de 1940 e 1950, Jaime Cortesão dedicou uma série de cursos (OLIVEIRA, 2000) e trabalhos que buscaram estabelecer a relação entre a cartografia e a formação do território brasileiro, perpassando por questões geopolíticas. Síntese desse momento de produção do autor é a obra *A História do Brasil nos velhos mapas*, publicada em dois volumes. Escrita na década de 1950, a obra só começaria a ser publicada em 1965, após os esforços de Isa Adonias em recompor os mapas extraviados durante a volta definitiva de Cortesão para Portugal, após seu exílio no Brasil.

Desde então, trabalhos de catalogação foram publicados por Isa Adonias. Coube, também, a Max Justo Guedes dar continuidade ao trabalho de Jaime Cortesão, preenchendo o hiato que se manteria até a década de 2000, em estudos que relacionassem a Cartografia Antiga, as questões geopolíticas e a formação do território brasileiro. As obras do almirante Max Justo Guedes, no entanto, eram mais pontuais do que as de Cortesão. *O descobrimento do Brasil*, publicado em 1966, e *A*

cartografia holandesa do Brasil, publicado em 1999, são trabalhos que contemplam a apreciação do autor sobre o tema.

A partir dos anos 2000, Beatriz Piccoloto Siqueira Bueno dedicaria um esforço pontual e renovador sobre a relação entre mapas antigos, Geopolítica e formação do território brasileiro. Partindo do prisma da produção cartográfica de engenheiros militares portugueses, Bueno (2012), perpassa de modo transversal essa relação ao analisar o perfil social desses agentes, bem como o desenvolvimento técnico da produção cartográfica.

Uma nova publicação direta sobre a relação entre cartografia, geopolítica e formação territorial do Brasil surgiria em 2012, na obra *Desenho do Brasil no teatro do mundo*. Embora menos densa e intuitiva que a obra de Jaime Cortesão (2009), o historiador Paulo Miceli (2012), foi capaz de organizar e analisar aí um conjunto coerente de mapas representativos do território brasileiro. Analisou o perfil de diversos cartógrafos, bem como as técnicas de produção cartográfica.

É preciso voltar a esse quadro de referências, pois servem de ponto de partida para justificar nossa análise documental. Apesar de consistirem em esforços longos sobre a relação entre Cartografia Antiga, Geopolítica e formação do território brasileiro, esses trabalhos não esgotam as possibilidades de análise sobre o tema. Nos últimos anos, com a disponibilização de acervos digitais, ampliaram-se as possibilidades de estudos comparados entre mapas de diferentes acervos, bem como desses com a documentação relacionada direta ou indiretamente com as cartas.

Por sua vez, essa ampliação impõe novos desafios metodológicos. O primeiro é de ordem conceitual. Exceção feita a Bueno (2012), que abordou o conceito de território, nenhuma das obras supracitadas apresenta uma discussão conceitual densa a respeito do espaço, o que pode ser explicado pela ausência de trabalhos desenvolvidos por geógrafos sobre a questão. É nesta lacuna que procuramos estabelecer as categorias conceituais de análise.

O segundo objetivo é, talvez, o mais laboroso, na medida em que exige o conhecimento aprofundado da produção cartográfica, um estudo preliminar e, finalmente, a seleção das cartas. É preciso mencionar que esse não constituiu um processo fechado, mas aberto, ou seja, durante a análise não se descartou a possibilidade de incluir ou excluir cartas previamente selecionadas. Esse processo será melhor descrito na seção seguinte, ao detalharmos a pesquisa nos acervos.

O terceiro objetivo diz respeito ao contexto social de produção dos mapas, tendo por ênfase a figura dos cartógrafos e/ou das instituições nas quais os mapas foram elaborados. A pesquisa bibliográfica aqui assume um importante papel de suporte.

É, no entanto, a partir do quarto objetivo específico que a análise conceitual ganha dimensão: a pesquisa bibliográfica e a documental passam a ser combinadas. A literatura sobre a colonização brasileira é muito vasta, compreendendo trabalhos como a *História da colonização portuguesa do Brasil*, organizada por Malheiros Dias e lançada em 1921, passando pela *Expansão geográfica do Brasil Colonial*, de Basílio de Magalhães (1978), publicada pela primeira vez em 1935, até às *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*, de Robert Moraes. O ponto comum, no entanto, é que a formação do território brasileiro é compreendida fundamentalmente pelo prisma colonial, compondo o que Tamar Herzog (2015) chama de história colonial e história atlântica.

É quase ausente qualquer reflexão sobre a distribuição de povos nativos. Vimos que, conceitualmente o território se forma pelas relações de poder estabelecidas sobre o espaço, compondo movimentos de des-re-territorialização. A narrativa geo-histórica até então dominante, no entanto, tem deixado os grupos originários do território à margem de sua formação e, por vezes, totalmente ausentes. O resultado são generalizações pouco precisas com base em grupos organizados por troncos linguísticos. É nesse sentido, que se torna necessário revisitar fontes primárias – não apenas mapas, mas também documentos que, direta ou indiretamente, serviram de base para a sua confecção.

2.2.2. Os acervos

Para a realização da pesquisa documental foi necessário organizar visitas – presenciais e virtuais – a uma grande diversidade de acervos de diferentes países. Como esperado, nem todos os acervos se mostram diretamente importantes para a elaboração da análise. No entanto, conhecê-los é fundamental para a seleção criteriosa dos documentos.

A seleção começa por critérios práticos relativos à disponibilidade e, quando necessário, à possibilidade de reprodução. Como dito, hoje o acesso é ampliado pela organização de acervos de mapotecas digitais em diversos países. Já

mencionámos que é conhecida a grande dimensão de obras relativas ao tema. Entre mapas manuscritos, impressos, atlas, roteiros e edições da *Geografia* de Ptolomeu, temos um universo muito amplo de obras cartográficas que dificultam encontrar um único critério de seleção de amostra (ALEGRIA; GARCIA; RELAÑO, 1998).

Por essa razão, antes de visitar os acervos é necessário conhecer os catálogos e obras de referência sobre produção cartográfica antiga. Fundamental neste sentido foram os cinco volumes dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, obra elaborada por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1960) e que reúne basicamente toda a produção cartográfica portuguesa conhecida dos séculos XVI-XVII. O processo de seleção começa por escolher as obras cartográficas que representam o Brasil para, em seguida, identificar aquelas que contêm informações relevantes sobre o território, seja o traçado do litoral, sejam linhas demarcatórias, legendas ou iconografia.

A respeito da produção cartográfica sobre o Brasil é seminal o trabalho de Isa Adonias. Enumeramos aqui as obras destes autores consultadas: 1) *As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores*, de 1956; 2) *Mapas e planos manuscritos no Brasil Colonial: 1500-1822*; 3) *A cartografia da região amazônica – catálogo descritivo (1500-1961)*, de 1963; 4) *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*, de 1992. Essa já não constitui um inventário de obras, mas apresenta uma seleção significativa de mapas. Outra seleção de mapas bastante expressiva foi lançada em 2012, com o título *A cartografia impressa do Brasil: os 100 mapas mais influentes*. Trata-se de uma obra póstuma de Max Justo Guedes, levada a cabo por Pedro Corrêa do Lago e a editora Capivara.

De inventários e seleções elaboradas por especialistas de prestígio como Isa Adonias e Max Justo Guedes, passamos a identificar onde cada obra se localiza e a conhecer seus autores. Descrições sumárias ajudam a transitar pelos elementos presentes e contribuem para afinar a amostra. São dignas de nota também as indicações feitas por Bueno (2011), com relação a alguns acervos onde podem ser encontradas obras cartográficas sobre o Brasil, a partir das quais organizámos o quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 – Localização de acervos com obras cartográficas sobre o Brasil

País	Cidade	Acervo	Endereço
Brasil	Rio de Janeiro	Arquivo Histórico do Exército	Praça Duque de Caxias, nº 25, 6º andar
		Arquivo Nacional	Praça da República, nº 173
		Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Avenida Augusto Severo, nº 8, 10º Andar
		Serviço de Documentação Geral da Marinha	Rua Mayrink Veiga, nº 28
	São Paulo	Instituto de Estudos Brasileiros	Edifício Brasiliana - Praça do Relógio Solar, nº 342
Portugal	Coimbra	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	Largo da Porta Férrea
	Évora	Biblioteca Pública de Évora	Largo do Conde de Vila Flor, nº 4
	Porto	Biblioteca Pública Municipal do Porto	Rua D. João IV, nº 17
	Penalva do Castelo	Casa da Ínsua	
	Lisboa	Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar	Campo de Santa Clara
		Museu da Cidade	Campo Grande 245
		Sociedade de Geografia de Lisboa	R. Portas de Santo Antão 100

Fonte: Elaborado a partir de Bueno (2011)

Somente após estarmos orientados por essas obras é que fui aos acervos. É preciso ter em mente que obras de catalogação e inventários servem para a

orientação, mas é preciso estar atento a obras pouco analisadas pela bibliografia especializada ou mesmo inéditas. Nesse sentido, dentre os acervos visitados, presencial ou virtualmente, é fundamental o da Biblioteca Nacional Francesa, hoje com grande parte do acervo digitalizado pelo portal Gallica. A John Carter Brown Library também deve ser mencionada com destaque, assim como o Arquivo Geral das Índias em Sevilha, onde encontramos documentos cartográficos que nossa pesquisa não encontrou precedente no rol de mapas sobre a colonização ibérica e os povos nativos na América do Sul.

Tem destaque ainda o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, um esforço coletivo internacional coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil que possibilita consulta remota a documentos históricos relativos à “Terra de Vera Cruz” (DIAS; FREIRE, 2011). Outro esforço de construção de acervo cartográfico que merece destaque está inserido no Projeto Temático Dimensões do Império Português. Com financiamento do governo de São Paulo, foi elaborado pelo Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica e o Centro de Informática de São Carlos – ambos pertencentes a Universidade de São Paulo – a Biblioteca Digital de Cartografia Histórica.

2.2.3. Os documentos cartográficos selecionados

A primeira etapa de todo trabalho de seleção é conhecer o universo com o qual se trabalha. Felizmente, a produção de matriz portuguesa está organizada em um monumental trabalho biobibliográfico, coordenado por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1960). Diante disso, a primeira etapa de seleção consistiu em localizar àqueles que representassem o território do Brasil nas seguintes tipologias: planisférios, cartas atlânticas, outras cartas regionais e cartas circunscritas ao Brasil. A etapa seguinte consistiu na identificação de cartas com autoria e data assinaladas, ou, diante da realidade de muitas cartas, com autoria e data atribuídas por estudiosos.

Essas etapas iniciais de seleção formaram o universo de mapas portugueses ou de cartógrafos de origem portuguesa a serem trabalhados nesta tese. No entanto, ainda assim constituem um grande número de cartas; portanto, foi necessário um novo critério de seleção. O terceiro critério foi atribuído à posição ou à proximidade institucional do cosmógrafo/cartógrafo em relação às cortes junto às

quais trabalhava⁹. Essa informação é fundamental para identificar o contexto político da produção. A quarta etapa de seleção consistiu em identificar o padrão de projeção e, quando possível, estabelecer relações, por meio de comparação, identificando as continuidades e as rupturas na forma de produzir os mapas. É, portanto, uma etapa que tem por base a observação e a descrição das cartas. A quinta etapa consistiu em identificar a respetiva importância para a história, seja pela apresentação de avanços relevantes na representação de novos elementos, seja pelo pioneirismo no modo como as cartas foram projetadas.

Para o caso de mapas de outras matrizes, foi necessário recorrer a diferentes fontes para elaboração de um inventário. Recorremos a catálogos e obras de referência, tal como expresso na seção anterior. A análise direta de acervos também foi considerada, expandindo o universo de materiais cartográficos. Uma vez conhecido o universo, aplicaram-se as mesmas etapas descritas para o caso de mapas de matriz portuguesa.

Por fim, os mapas de diferentes matrizes foram selecionados, observando-se a riqueza de elementos. Notadamente: a) legendas explicativas; b) iconografia; c) delimitação espacial; d) organização do território; e) delimitação dos espaços a partir de linhas e cores; f) e a presença de símbolos. O último critério foi a diversidade de mapas. Para cada contexto específico, buscaram-se mapas de diferentes procedências, para que pudessem ser comparados.

A comparação exigiu a seleção segundo escalas próximas ou que abordassem áreas compatíveis. O resultado foi a seleção de 26 mapas. Desses, seis são planiférios, três são relativos a América Meridional ou Atlântico, seis representam o Brasil, dois são mapas regionais da América do Sul, oito de regiões menores e grande escala, além de uma planta da Colônia de Sacramento.

Tendo explicitado anteriormente a extensão temporal do trabalho, detalhamos aqui a escolha dos mapas, seguindo a ordem cronológica e indicação das escalas de elaboração de cada exemplar. Assim, um primeiro conjunto de mapas é constituído por uma série de planisférios que se estendem do início do século XVI até 1529, sendo o primeiro o planisfério assinado por Juan de la Cosa e datado de 1500. Foi selecionado por ser o mais antigo mapa conhecido a expressar os

⁹ É preciso ter em mente que nem todos os cartógrafos portugueses trabalharam para a Corte lusitana. Alguns estiveram a serviço da Corte espanhola, como foram os casos de Jorge Reinol e Diogo Ribeiro, por exemplo, que trabalharam como cartógrafos em Espanha.

resultados das primeiras viagens ao continente americano, ainda que na época pairasse certa indefinição relativa ao reconhecimento dessas terras enquanto parcelas de um quarto continente.

O segundo planisfério escolhido data de 1502 e não está assinado. Sabe-se, todavia, que foi destinado ao duque de Ferrara e adquirido por um seu agente denominado Cantino. Cortesão e Mota (1960) identificaram este documento como um exemplar produzido em Portugal. Este mapa foi escolhido para a análise devido à riqueza de símbolos expressivos de poder que incorpora – como, desde logo, é o caso dos brasões – e por incluir a representação da linha de demarcação entre Portugal e Espanha, definida pelo Tratado de Tordesilhas, o que o torna especialmente relevante.

Depois dos primeiros exemplares manuscritos que expressam uma concepção diferente do mundo conhecido dos europeus, seguem-se em nossa análise dois mapas impressos. O primeiro desses é o *Planisphère nautique* (ca. 1502-1506) de Nicolau Cavério, o qual serviu de inspiração à *Universalis Cosmographia* (1507) de Martim Waldseemüller, carta que veio a propor “um tipo completamente novo de abordagem e uma escala de grandeza até então jamais experimentada” (GUEDES, 2012, p. 28), cobrindo os 360° da superfície terrestre.

Esse conjunto de planisférios é bastante expressivo pois nos permite identificar as diferentes formas como a América (cujo nome aparece referido pela primeira vez no mapa de Waldseemüller) passa a ser incorporada na cosmovisão europeia. Isso serve de ponto de partida para identificar o modo como essa massa continental será cartograficamente dividida entre Portugal e Espanha. A este respeito, já mencionámos o papel precursor do planisfério de Cantino (1502); no entanto, o enquadramento cartográfico da disputa geopolítica pela América permanecerá vigente até aos novos acordos definidos em meados do século XVIII.

Nesse sentido, duas representações mostram de modo claro essa disputa. A primeira delas é visível num planisfério anônimo datado de ca. 1519, atribuído por Cortesão e Mota (1960) a Jorge Reinell. Além de representar de modo exemplar a delimitação do Tratado de Tordesilhas, este mapa possui uma importante legenda descritiva do espaço sulamericano no seção reivindicada por Portugal. Posteriormente, ao longo da década de 1520 e diante dos avanços da navegação, um conjunto de plansférios assinados por Diogo Ribeiro revelou novos e importantes aspectos relativos à disputa pela delimitação do mundo, em particular no que

respeita às áreas da América tocadas por essa partilha.

Nesse conjunto de mapas, a presença de representações iconográficas no espaço sulamericano mostrou-se bastante expressiva. Além disso, as mudanças no contorno da costa e, sobretudo, no traçado da linha de demarcação entre Portugal e Espanha, revelaram as dificuldades de delimitação, mas também o jogo de interesses na representação do limite que assinalava os espaços de soberania reivindicados por cada uma das Coroas ibéricas.

Assim, o conjunto de planisférios acima indicados foi selecionado no intuito de identificar o enquadramento do espaço sulamericano na cosmovisão europeia, mas também com o propósito de identificar, nas primeiras décadas do século XVI, o horizonte de disputa geopolítica que iria recair sobre a América do Sul, o qual se expressa na delimitação do Tratado de Tordesilhas. A caracterização desse espaço, seja por meio de legendas, seja por meio de iconografia revela ainda os interesses de cada uma das Cortes em relação ao território em causa.

O modo como foram representados os diferentes componentes do território é também revelador das razões pelas quais o espaço sulamericano desperta interesse e constitui objecto de disputa geopolítica. Para Portugal, as reivindicações territoriais enquadram-se, desde logo, no litoral oriental da América do Sul, tendo em vista a importância que este representava como ponto de apoio às navegações para a Ásia. Nesse sentido, seleccionámos duas cartas a maior escala – uma do Brasil e outra atlântica – presentes no *Atlas Miller* (ca. 1519), as quais nos permitem observar pela primeira vez em pormenor o território que se tornaria o Brasil.

Ainda em escala subcontinental, seleccionámos um conjunto de quatro mapas que expressam as tentativas portuguesas de organizar o território em capitanias. O primeiro deles é o mapa do Brasil presente no *Roteiro de Todos os Sinais* (ca. 1586), de Luís Teixeira. A escolha desse mapa está relacionada não apenas com o fato de ser o primeiro a fazer a distribuição cartográfica das capitanias, mas também pela importância que tem no presente, já que esse mesmo modelo cartográfico de distribuição horizontal das capitanias deixaria a sua marca até aos dias de hoje (CINTRA, 2013).

No entanto, a análise de mapas posteriores permite verificar também que essa organização cartográfica do território se alterou ao longo do tempo, sobretudo se observarmos mapas produzidos fora do contexto português. O *Novus Brasiliae*

Typus (1630), de Willem Janszoon Blaeu, e a *Accuratissima Brasiliae Tabula* (1640), de Henricus Hondius, foram selecionados por constituírem exemplares do período da ocupação holandesa e por expressarem pormenores deste domínio. Desde logo, a representação das capitanias difere daquela apresentada por Luís Teixeira, sendo ainda fundamental a comparação dos pormenores simbólicos alusivos aos mesmos espaços tal como dados a ver por João Teixeira Albernaz I no seu mapa *Estado do Brasil*, de 1631.

Para demonstrar a representação pormenorizada do nordeste brasileiro durante a ocupação holandesa escolhemos os mapas de Willem Hondius (1635) e de Georg Marcgraf (1647), ambos com rica iconografia da economia cafeeira e dos caminhos terrestres, ao mesmo tempo que mantiveram a representação das capitanias.

A representação das capitanias se tornaria ainda mais apurada em meados do século XVII, acompanhando a incipiente penetração no território imediatamente anexo ao litoral. A *Amerique Meridionale* de Nicolas Sanson (1650) foi o mapa escolhido para o aprofundamento da nossa análise à representação das capitanias, pois permite confrontar o modo como se representavam e organizavam outros territórios sulamericanos com a representação dos territórios destinados aos capitães donatários. Por outro lado, uma vez derrotadas as ocupações holandesas, a cartografia portuguesa volta a expressar de forma simbólica o seu domínio sobre o território brasileiro. Diante disso, mostrou-se relevante analisar também o mapa *Província do Brasil* (1666), de João Teixeira Albernaz II.

A análise cartográfica da organização dos espaços coloniais revelou ainda um importante aspecto relativo à territorialização colonial: a territorialidade nativa. Em 1656, o mapa de Nicolas Sanson, *Le Bresil*, não apenas expressa a divisão em 14 capitanias, como afirma: “Le milieu dy pays est habite par um tres grand nombre de peuples presque tous incogneus. Nous avons remarqué la plus part de ceux qui sont dessus, ou approachât de la coste, encor que leurs positions soient incertaines”. A expressiva legenda lança a análise cartográfica sobre esse fenómeno da representação cartográfica do Brasil correspondente à distribuição de populações nativas. A representação conjunta da organização cartográfica do espaço a partir das capitanias e a distribuição, ainda que incerta, de povos autóctones revela que a ocupação dos espaços não se deu sobre um território vazio.

Desse modo, os aspectos relacionados à territorialização colonial não

parecem alheios à presença de populações nativas. Para a investigação em escala subcontinental desse aspecto escolhemos a *Carte de la terre ferme...* (1703), de Guillaume Delisle. A escolha repousa no fato deste mapa possuir uma escala menor do que a de Sanson, incorporando o espaço da Bacia Amazônica ao conjunto de espaços cartografados. Além disso, Delisle apresenta algumas das fontes que utilizou, permitindo o cruzamento das informações recolhidas, o que nos pareceu significativo poder explorar para a análise.

O desenrolar dos eventos geopolíticos possuiu efeitos locais importantes que conjugam a organização do espaço colonial com a territorialidade de povos nativos. Ainda que muitas outras áreas possam explicitar essa dinâmica, optámos por observar os litígios nas fronteiras norte e sul do Brasil. Por essa razão, um conjunto de mapas em maior escala expressa a dinâmica geopolítica em locais específicos destas áreas fronteiriças.

Nesse contexto, para analisar em pormenor a lógica de delimitação e o estabelecimento de fronteiras escolhemos os mapas *Partie de terre ferme ou sont Guiane et Caribane* (1656), de Nicolas Sanson, e, diante da especificidade das tentativas francesas de ocupação de diversas áreas do litoral, buscámos também analisar a *Isle et fort des François* (1575), de André Thevet.

Para o caso da Colônia de Sacramento e os intensos conflitos associados à conturbada implantação desta praça colonial, existe um amplo conjunto de planos cartográficos, rico do ponto de vista informativo, iconográfico e simbólico, do qual selecionámos a *Carta Geographica de las Provincias de la Governación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay* (1683) e a *Delineación de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro* (1683) de Juan Ramón Coninck, além da *Descripción de las yslas de San Gabriel que están en el Río de la Plata* (1692). Com uma delimitação diferente da habitual, selecionámos também a *Partie la plus meridionale de l'Amerique* (1720) de Nicolas de Fer. Entre os mapas de maior escala, analisámos ainda o *Mapa particular del Río de la Plata y sus contornos* (1732) e o *Plano de la Colonia del Sacramento y ataques de su sitio* (1737), de Domingo Petrarca.

CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA NOS SÉCULOS XVI-XVIII

3.1. Desenvolvimento técnico como ponto de partida

Traçamos, na seção anterior, um quadro dos estudos em História da Cartografia desde o Iluminismo e sua sistematização até aos dias atuais, perpassando as principais abordagens, autores e métodos de cada período, no intuito de levantar as discussões sobre a categoria dos mapas e os modos adequados de análise de cada tempo, servindo, portanto, de base as análises que seguirão.

Não há muitas dúvidas de que o século XVI consistiu em um período de reelaboração da cosmovisão. Foi um período paradigmático na história mundial e na compreensão geográfica do mundo, pois pela primeira vez se estabeleciam as relações entre os povos das mais diversas latitudes e longitudes, intensificando-se o intercâmbio técnico e cultural, ao mesmo tempo que se impôs aos diferentes povos do planeta uma nova consciência sócio-espacial, que alteraria de forma definitiva as estruturas mentais.

Vindo já do século anterior, o pioneirismo desta ação expansionista coube a Portugal e à Espanha, logo seguidos por outras monarquias europeias. No entanto, não se pode deixar iludir que este pioneirismo conduz a uma única visão eurocêntrica, sem que houvesse trocas e sínteses entre os mais diferentes povos. Embora a agressividade do processo expansionista permita, muitas vezes, essa leitura, é necessário romper com tal concepção, reconhecendo que o desenvolvimento do colonialismo mercantil não se fez ao simples subjugo dos povos colonizados, mas incorporando diferentes conhecimentos.

Por essa razão, nesta seção optamos pelo uso do termo cartografias, no plural, ao invés de cartografia, no singular. A unidade do objeto dá-se pelo conceito, em sentido amplo, do mapa como forma de representação gráfica do espaço terrestre e não pela técnica empregada; supera-se, assim, o problema de inversão dos termos, que identifica a técnica como finalidade e não como meio. Assim, faremos o levantamento e a discussão bibliográfica de trabalhos que se dedicaram a compreensão da obra cartográfica entre os séculos XVI e XVIII. Conscientes do

número de documentos e estudos, tal como feito anteriormente, definiremos um quadro analítico desses trabalhos.

Como prisma, nos dedicaremos a identificação das formas de projeção e representação dos espaços terrestres. São centrais: a) as características relativas ao emprego das técnicas disponíveis para confecção das cartas e os seus diferentes resultados gráficos; b) a identificação geográfica, temporal e institucional nas quais as diferentes técnicas foram empregadas.

3.2. Cartografias: representações do mundo entre letrados e homens do mar

Uma primeira consideração a se fazer a respeito deste processo é que não é possível identificar com precisão o momento exato – ou um conjunto de documentos – no qual se revela uma ruptura total no modo de ver e representar a superfície terrestre própria do período medieval, a consolidação da modernidade e o estabelecimento de padrões de projeção. As relações comerciais, intelectuais e culturais que permeiam Europa, África – sobretudo o norte – e a Ásia implicam reconhecer o convívio entre concepções diferentes que constituíram, ao longo dos anos, uma intensa simbiose (THROWER, 1999).

Duas cosmovisões são particularmente interessantes para compreender o desenvolvimento da representação espacial durante os séculos XV e XVI. Durante a Idade Média, na Europa católica, sobressaem-se representações que conjugam a herança greco-romana, em formato de um disco circular, representando aspectos geográficos conhecidos, dispostos de acordo com interpretações dos textos bíblicos, ou mesmo da mítica religiosa, elaborados por pensadores vinculados a Igreja Católica, os quais podemos facilmente identificar como mapas TO. Circulam também neste espaço uma série de cartas, conhecidas como mapas itinerantes, que representam, sem preocupações com a projeção, as rotas de peregrinação e comércio, apresentando a sequência de cidades a percorrer, as estradas e, por vezes, a geografia dos espaços. Do mesmo modo, permanecem os mapas de cadastro, com propósitos administrativos (THROWER, 1999).

Por outro lado, encontramos a percepção do mundo vinda dos povos árabes. Não há dúvida de que esta é herdeira da Antiguidade Clássica, fato perceptível nas diversas instituições de tradução espalhadas nos três continentes e, também, no modo de organizar o ensino em escolas, acompanhado pela produção de enciclopédias, dicionários e manuais científicos. Por essa razão, esta cosmovisão teve grande penetração nos diversos círculos intelectuais, islâmicos ou não. É comum que os pensadores islâmicos fossem versados em diversas ciências, desde logo na Matemática e na Astronomia, bem como nas artes, sem que se fizesse uma clara distinção entre os diversos campos (ADAMGY, 1998).

Diferentemente da concepção cristã medieval, os árabes mantiveram a ideia

da esfericidade da Terra e o esforço de medi-la corretamente. É importante mencionar que se tratava de uma concepção abstrata do mundo, tendo em vista que se desconhecia boa parte da Terra; no entanto, tinha por base a observação empírica, sempre que possível subsidiada pelo conhecimento astronômico, sobretudo aristotélico, e pela geometria. Nesse contexto, criaram, sob assistência do sultanato, uma série de observatórios, tais como os de Bagdad, Cairo, Córdoba, Toledo, entre outros, onde o conhecimento teórico herdado da Antiguidade Clássica foi traduzido, analisado e, por vezes, corrigido (ADAMGY, 1998).

Essa cosmovisão produziu, evidentemente, uma forma de representação bastante diferente daquela mais difundida na Europa cristã. Mantinha, como dissemos, boa parte dos princípios da tradição da Geografia descritiva grega, sendo comum nos mapas-mundo a representação da Terra sobre um disco, com os continentes circundados por água, orientados para Sul, sem alegorias religiosas, trazendo informações empíricas de viagens realizadas, como é o caso do mapa-mundo realizado por Al'Idrisi para Rogério da Sicília (séc. XII).

O desenvolvimento de instrumentos náuticos terá profunda relação com os avanços da cartografia. É o caso da balhestilha, do quadrante, do astrolábio, entre outros. A finalidade era medir a altura dos astros, por meio de cálculos trigonométricos e escalas graduadas, possibilitando conhecer a latitude. As anotações feitas pelos observadores serviam de base para a confecção de cartas náuticas. Um dos mais sofisticados instrumentos disponíveis aos navegadores durante o período da expansão marítima ibérica era o astrolábio. Claramente uma evolução do quadrante, o instrumento tinha forma circular e era preso ao dedo por um anel. Com a alidade (um trave central móvel), alinhava-se um astro e, assim, era aferido o ângulo com auxílio de um fio de prumo que cruza uma escala graduada (MEDEIROS; MEDEIROS; MONTEIRO JUNIOR, 2004).

Ainda assim, as medições não eram plenamente precisas. O instrumento não contava com uma escala fracionada, sendo as frações estipuladas pelo observador. Esse problema seria solucionado com a introdução de uma peça acessória, o nônio. O nome é homenagem ao seu inventor, Pedro Nunes. O acessório consiste em uma segunda escala – fracionada em graus, minutos e segundos – que se sobrepõe ao astrolábio ou ao quadrante (MEDEIROS; MEDEIROS; MONTEIRO JUNIOR, 2004).

Junto aos instrumentos, o hábito de traduzir textos da Antiguidade fará ser

conhecida na Europa a *Geografia* de Cláudio Ptolomeu. Amplamente reproduzida, a esta obra foram acrescentados mapas mais ou menos fiéis ao pensamento original do autor uma vez que dela se conhece apenas a parte textual. O modo como aí se representa a superfície da Terra constituirá uma visão que se oporá à crescente construção de cartas náuticas. Todavia, sua aceitação pelos sábios a partir do século XVI e sua fácil assimilação pelos círculos de mais alta classe da Europa foi ainda estimulada pelas versões impressas que se sucederam a partir de 1477 (LESTER, 2012).

No geral, esta obra é constituída por um conjunto de cartas, sendo uma delas uma carta geral (um mapa-múndi que, no fundo, representa o Mediterrâneo e um pouco do Oriente até ao Índico) e, as restantes, cartas particulares regionais de todos os espaços conhecidos e presentes na carta geral. As cartas têm uma quadrícula e referências de latitude, e não têm que ver com cartas náuticas e hidrográficas. O Oriente é representado com enormes incorrecções e deformações e a África não é representada como circum-navegável, mostrando-se o Índico como um mar interior semelhante ao Mediterrâneo. Um mérito que, no entanto, deve ser reconhecido à cartografia ptolomaica é o de ter contribuído para a retomada e a revalorização da ideia de esfericidade da Terra (MARQUES, 1987).

A razão fundamental para tal aceitação decorreu da dupla concepção de mundo que conviveu na Europa durante o Renascimento. De um lado, a retomada das concepções de mundo da Antiguidade, representadas na figura de um dos mais ilustres pensadores da época; ao mesmo tempo, a leitura literal dos escritos bíblicos: “Deus disse: ‘reúnam-se as águas que estão debaixo dos céus, num único lugar, a fim de aparecer a terra seca’” (*Bíblia Sagrada*: 24 *apud* Domingues, 2012, p. 66). Essa forma de representar a Terra, resultado do perfeito casamento entre a Cristandade e a Antiguidade, constituiu o *mainstream* na concepção do mundo do Renascimento na Europa, vigorando ainda após o conhecimento pelos europeus dos territórios americanos, formulando as mais diversas soluções aos desafios impostos pelas evidências empíricas trazidas pelas notações e relatos de navegação. No século XVI nos é conhecido planisfério de Lopo Homem (1519), no qual essa leitura é perfeitamente aplicada (DOMINGUES, 2012).

Também no século XVI, a imagem da América, tal como seria chamada, torna-se difundida no mapa de Martin Waldseemüller (1507). Trata-se de um mapa

impresso e que, possivelmente por essa razão, tornou-se conhecido nos diversos círculos sociais da Europa letrada. Apesar do erro de atribuição a Américo Vespúcio do descobrimento da América, do qual o próprio Waldseemüller se ratifica anos mais tarde, o nome vigoraria até os dias de hoje (DOMINGUES, 2012).

Uma outra cartografia, de base empírica, também se desenvolvia sobretudo no contexto mediterrânico, sendo ainda hoje desconhecida a sua origem: as cartas-portulano ou, simplesmente, portulanos. As cartas-portulano, aparecem desde o século XIII, acompanhado as relações dos pilotos em curso no Mediterrâneo. Originalmente, os portulanos consistiam em cadernos de instruções para a navegação costeira. Nesses cadernos anotavam-se os rumos e as distâncias entre portos e outros pontos de referência costeira (LÍTER MAYAYO, 2007). Segundo Alfredo Pinheiro Marques (1987), esses documentos dariam origem aos “roteiros” desenvolvidos na navegação atlântica a partir do século XV.

A partir de determinado período, essas anotações ganhavam a forma de representações cartográficas com surpreendente precisão. Não se pode precisar o período do seu surgimento (LÍTER MAYAYO, 2007). Provavelmente pelo seu caráter prático, é possível que as primeiras cartas desse tipo tenham se perdido. Das cartas hoje conhecidas, é nítido que se mostram tecnicamente experimentadas (THROWER, 1999). Assim, embora não se possa determinar o período e a localização exata deste tipo de representação espacial, a carta-portulano mais antiga conhecida data de cerca de 1290 e representa, como todas as outras que lhe sucederam até meados do século XV, a região do Mediterrâneo, dos mares Vermelho e Negro até a Península Ibérica. É conhecida como carta *Pisana* (LÍTER MAYAYO, 2007), possivelmente elaborada em Pisa ou Gênova.

Ricardo Cerezo Martínez (1994), indica um longo caminho até que se alcançassem as cartas náuticas. Esse autor remete a origem desse tipo de cartografia aos périplos, relatos de viagem comuns na Grécia Antiga. Nos périplos eram descritas as costas, os portos e os locais de porto, assim como anotações astronômicas e a direção dos ventos.

Apesar de não possuir nenhuma evidência concreta, Cerezo Martínez (1994) supõe que os périplos fossem acompanhados por mapas. No entanto, em um período em que a bússola era inexistente e não se podiam, portanto, determinar os rumos, o texto escrito ou oralmente expresso era suficiente para as necessidades de

navegação. Durante séculos, esse documento teria orientado os navegadores gregos.

Durante a Idade Média, esse conhecimento se perderia na Europa, com a destruição da biblioteca de Alexandria, entre outras. Os périplos seriam retomados pelos árabes e adaptados às necessidades do extenso domínio islâmico até o século XII. No século XIII, a intensificação do comércio mediterrânico faria com que os cristãos incorporassem esse conhecimento e melhorassem suas técnicas. Com a introdução da agulha magnética, amplia-se o conteúdo dos antigos périplos, que se convertem então nos portulanos. Diante do novo instrumento e do avanço constante nas técnicas de notação de estima e distância, fixam-se em pele de animal ou pergaminho as primeiras cartas de navegação. Por acompanharem os portulanos, ficaram também conhecidas como cartas-portulano (CEREZO MARTÍNEZ, 1994).

Como um conhecimento que circulou pelo mar Mediterrânico, é difícil apontar exatamente onde surgiriam as primeiras adaptações da técnica descrita por Cerezo Martínez. Alguns apontam sua origem para a Península Italiana, pois esses espaços são representados com mais acuidade nos exemplares mais antigos. Reforça ainda esta hipótese o fato da mais antiga carta-portulano datada e assinada que conhecemos ser da autoria de Giovanni da Carignano, produzida em Gênova no ano de 1310 (THROWER, 1999) e a segunda de Petrus Vesconte, de 1311. Além disso, devemos lembrar um fator conjuntural importante, isto é, o pujante mercado dos principados e repúblicas desta península com o Oriente.

Outras hipóteses apontam para a região da Catalunha ou, ainda, para ilha de Maiorca, ambos importantes entrepostos comerciais já no século XIII. No entanto, o nível técnico parece aprimorado em relação ao das cartas conhecidas, o que indica serem de um período posterior. Constituindo ainda uma sofisticada síntese de fontes diversas, incluindo árabes, algumas cartas-portulano produzidas nestas regiões irão representar todo mundo conhecido, sendo assim criado um novo modo de representação da Terra. Um dos melhores exemplares é o famoso Atlas Catalão, cuja autoria foi atribuída a Abraham Cresques e data de 1375. Nele é mostrado o mundo antigo desde o Atlântico até a China, incluindo informações de viagens reportadas por viajantes como Marco Polo. Sabe-se que foi apresentado pelo rei Pedro IV de Aragão a Carlos VI da França em 1381. O Atlas possui ainda tábuas e escritos de cosmologia.

Uma terceira e promissora hipótese é dada por Marques (1987) com base em outros autores. Como nos diz, talvez velhos mapas hidrográficos com origem na obra de Marino de Tiro tenham sobrevivido durante a Idade Média e dado origem à carta-portulano a partir da época das Cruzadas, tendo talvez funcionado como intermediários desta transmissão os árabes ou os bizantinos. Os contatos davam-se um pouco por todo o lado, desde os normandos na Sicília muçulmana até aos venezianos em todo o Mediterrâneo oriental, de Alexandria a Bizâncio. E talvez com a carta tenha acontecido algo semelhante ao que provavelmente aconteceu com a bússola, transmitida pelos muçulmanos aos cristãos, segundo uma opinião tradicional. Neste sentido de continuidade desde as possíveis cartas hidrográficas de Marino de Tiro, apontam contributos e opiniões como as do Visconde de Santarém, Adolf Erik Nordenskiöld ou Armando Cortesão.

Essa última hipótese torna a análise das origens das cartas-portulano muito mais complexa. No entanto, se aproxima muito mais da realidade conjuntural vivida no período entre a queda do Império romano e a ascensão das monarquias cristãs e das cidades-Estado, marcado por pontos de intensa troca comercial entre o Ocidente e o Oriente. Ajuda ainda a compreender seu aparecimento em diferentes pontos da costa mediterrânica.

O que se pode afirmar com segurança é que as primeiras cartas deste tipo estão comumente desenhadas sobre pele de carneiro, sendo posteriormente sob pergaminho. A representação está orientada para o norte magnético e a toponímia aparece escrita perpendicularmente, sendo comum diferenciar os territórios em vermelho e preto segundo sua importância, sendo os primeiros os mais relevantes. Os rumos cruzam toda carta. Tais aspectos mostram que seu propósito era, de fato, auxiliar a navegação, representando com o máximo de acuidade possível as linhas costeiras, trazendo informações sobre o território e escala. Marques (1987, p. 42) nos descreve com precisão essas cartas no trecho que aqui reproduzimos:

A carta-portulano como técnica cartográfica articula-se com a náutica utilizada no Mediterrâneo: a chamada navegação de rumo e estima. Trata-se de uma marinharia que emprega como principais meios somente a bússola (“agulha de marear”) e a carta (“carta-portulano”), sem a utilização de observações e instrumentos astronômicos para determinação de coordenadas geográficas, mormente a latitude. Por isto, a carta-portulano, usualmente desenhada sobre pergaminho, está coberta por uma característica rede de linhas de rumo, estendendo-se a partir de um ou dois, e mais tarde mais, centros de construção (que depois serão as rosas-dos-ventos). O piloto utilizava a linha de rumo escolhida na carta e definida com

a bússola, limitando-se a mantê-la. Para esta manutenção do rumo apesar da bolinagem, utilizava a “toleta de Marteloio”. A duração da viagem e a chegada eram obtidas por estimativa, utilização de uma escala de milhas na carta e prática da experiência empírica do piloto.

Tal como descreve Marques (1987), as cartas-portulano careciam de coordenadas geográficas; no entanto, um emaranhado de linhas retas, os rumos, se cruzavam em extensão aos ângulos de uma rosa dos ventos centrais, a qual se cruzava a outras rosas ao seu redor. Esse traçado de rumos, cumpunha uma “teia de aranha”, como menciona Líter Mayayo (2007, p. 171).

Este modo de representação cartográfica, independente de sua origem, irá se tornar conhecido para outras partes. Notadamente a Portugal, onde sofrerá profundas transformações e aprimoramentos e, posteriormente, ao mundo islâmico. Este modo de produzir cartas de navegação, segundo se supõe, teria chegado a Portugal por meio do genovês Emanuele Passagano, convidado por D. Dinis (1279-1325) sob a justificativa de modernizar a marinha portuguesa. Esse genovês, junto ao seu contingente, teria trazido consigo algumas cartas-portulano (ALEGRIA *et al*, 2012). Já as cartas-portulano de origem maiorquina teriam chegado a Portugal nos tempos henriquinos, com a suposta vinda do Mestre Jácome de Maiorca, no primeiro terço do século XV (PEREIRA, 1991; BARROS, 1552 *apud* ALEGRIA *et al*, 2012).

Como menciona António Costa Canas (2016), os portugueses foram bastante hábeis em reunir um conjunto de conhecimentos necessários para a sua expansão. Uma vez dominado esse conhecimento, introduziram inovações consideráveis. Apesar da controvérsia sobre as origens da cartografia portuguesa, o fato é que sobreviveram poucas cartas náuticas portuguesas de fins do século XV, provavelmente pelo uso costumeiro na navegação, que levou ao desgaste das cartas.

Das inovações introduzidas, merece destaque o aparecimento de indicações de latitude, uma mudança revolucionária que se torna imperativa para a navegação atlântica (ALEGRIA *et al*, 2012). Vimos que para áreas como o Mediterrâneo, a navegação e a confecção de mapas com base no rumo e na estima são suficientes e bastante precisas. No entanto, tanto o prolongamento dos ângulos obtidos pela bússola, quanto a estima de distâncias acumulam erros se percorridas distâncias maiores. Era esse o caso das navegações atlânticas portuguesas. Os navios ficavam longos períodos sem nenhum contacto com a costa, conduzindo a erros

mais graves (CANAS, 2016).

Para resolver esse problema é que a astronomia passa a ser central e se introduz o cálculo de latitudes à navegação. Observando em sua maioria a Estrela Polar e o Sol ao meio-dia, os observadores foram capazes de obter medidas mais ou menos possíveis de sua localização. Tal como vimos, o aprimoramento dos instrumentos náuticos será fundamental para aumentar a precisão das observações. Incorporada a observação de latitudes à navegação, faz-se o mesmo na representação cartográfica (CANAS, 2016).

O modelo de redes de rumos e a escala de distâncias permanecem no aspecto geral das cartas. No entanto, além desses aspectos uma outra escala, vertical, passa a apresentar os valores das latitudes. Essa inclusão não é repentina ou espontânea. No planisfério manuscrito dito de Cantino (1502) há indicações de uso de uma escala de latitudes, mas não está lá representada. Ao invés de uma escala de latitudes, o que se vê é a linha do Equador e os trópicos. Dentre os mapas hoje conhecidos, o primeiro a apresentar a escala de latitudes é uma carta atlântica de Pedro Reinel, de ca. 1504.

É preciso apontar que o desenvolvimento da cartografia em finais do século XV e, ainda, durante o longo século XVI, marca grande (con)fusão, alavancada pelo conhecimento produzido pelos humanistas letrados do Renascimento, herdeiros da Antiguidade Clássica. Por outro lado, estavam os homens do mar e a prática de navegação, que insistiam em apontar os erros do pensamento abstrato, seja advindo da mítica medieval cristã ou da cosmologia Clássica. (DOMINGUES, 2012)

Apesar desse quadro de diferentes referenciais técnicos para representar o espaço, é certo que nestes dois séculos houve um crescente interesse pela produção e leitura de mapas por parte de diferentes atores sociais, movidos pelos mais diversos objetivos. Um deles é a consciência que a generalidade desses atores – a monarquia, a nobreza, os comerciantes e os homens do mar – desenvolveram sobre a utilidade dos mapas. A isto acresce a curiosidade sobre as novas descobertas geográficas e, ainda, o interesse pela ciência matemática, tanto a álgebra quanto a geometria.

Neste contexto, temos já no início do século XVI as duas primeiras cartas a representar o que seria conhecido como o continente americano. São exemplos

claros de uma mudança na concepção de mundo na Europa e, também, no modo de representá-lo. A chegada dos europeus às Américas, em 1492, a circum-navegação da África em 1498, a chegada à costa do Brasil, formalmente em 1500, e, mais tarde, a viagem de circum-navegação pelo globo entre 1519 e 1522, serão cruciais para essa transformação. São ainda reflexo da recolha sistemática de informações relacionadas às condições de navegação, posicionamento, direção dos ventos, orientação e coordenadas geográficas, utilizando-se roteiros de navegação e cartas-padrão.

É de 1500 o primeiro mapa conhecido a representar a América. Trata-se de um planisfério manuscrito de autoria de Juan de la Cosa (LÓPEZ, 2001). Este mapa (Figura 1) representa aquilo que era conhecido aos europeus no período. É o mais antigo planisfério náutico que se tem conhecimento. O estilo é próximo das cartas-portulano, apresentando linhas e rumos que se conectam por rosas-dos-ventos. A maior delas está sobre o Atlântico norte e possui 32 rumos. No interior está representada a figura de Nossa Senhora com o menino Jesus. Está projetada a linha do Equador e o Trópico de Câncer. A análise das distâncias permite deduzir o uso de observações astronômicas para o cálculo de latitudes (GASPAR, 2012)

Decorado tal qual as cartas-portulano maiorquinas, representa símbolos de poder, como bandeiras e armas, cidades, povoados, além de iluminuras religiosas. Por meio desses recursos imagéticos, demarca o alcance das explorações náuticas. São observáveis, por exemplo, bandeiras espanholas e inglesas na costa americana e outras como a lua crescente – símbolo do islão e do império otomano – no norte da África. As imagens religiosas completam a estrutura simbólica. Além da rosa-dos-ventos, há uma imagem de São Cristóvão, inserida no extremo Oeste da carta, sobre a massa continental americana. Do mesmo modo, na Ásia aparecem os três reis magos, indicando a permanência da mítica cristã ocidental.

A representação da América demonstra o enorme desconhecimento sobre o espaço. O continente é representado por uma grande massa terrestre de norte a sul; o Golfo do México e as ilhas do Caribe, por sua vez, estão bem projetadas. Gaspar (2012) argumenta que as distorções sobre o continente americano e africano são explicadas pelo fato do mapa consistir na compilação de diferentes fontes de informação, algo que será comum na produção cartográfica da primeira metade do século XVI.

Há uma menção “a terra descoberta por Cabral”, sobre uma pequena parcela de terra e uma ilha atlântica. Próximo à legenda, é traçada uma linha longitudinal, que corta, também, a ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Poderíamos supor se tratar do meridiano referente ao Tratado de Tordesilhas ou à bula *Inter coetera*, estabelecendo a raia de divisão entre Portugal e Espanha. No entanto, não consta nenhuma referência direta ou simbólica que aponte nessa direção. Podemos supor que, passados seis anos do Tratado de Tordesilhas, o cartógrafo teria conhecimento de a raia demarcatória estar além do arquipélago de Cabo Verde. Além disso, os mapas seguintes, como o planisfério de Cantino, de 1502 (Figura 2), são bastante explícitos quanto a demarcação.

Figura 1- Planisfério de Juan de la Cosa, 1500



De origem portuguesa (CORTESÃO; MOTA, 1960), outro planisfério em estilo carta-portulano é o chamado Cantino. Esta carta é de autoria desconhecida, mas está datada de 1502. É, também, um documento de registro territorial, conjugado a navegação, representando com abundância as costas e os rios. Regista, portanto, uma grande quantidade de símbolos de poder, desenho de cidades e fortificações, com destaque para o Castelo da Mina.

Em termos técnicos, não apresenta um sistema de projeção de coordenadas geográficas, tendo em vista que não são representados gradualmente linhas de latitude e longitude, mas é projetada a linha do Equador e os dois trópicos – Câncer e Capricórnio –, mostrando a crescente tendência da navegação astronômica e sua representação cartográfica. Uma única linha longitudinal refere ao Tratado de Tordesilhas. Esta carta é muito mais precisa no que diz respeito às costas, sendo neste aspecto também mais detalhada que sua congénere anterior de origem espanhola. Na síntese proposta por Guedes, o mapa de Cantino:

[...] permite-nos hoje verificar o que já se sabia em Portugal sobre o comércio oriental, o papel capital de Malaca no mesmo (o que levaria à sua conquista poucos anos volvidos), o posicionamento por latitudes observadas dos acidentes geográficos conspícuos, a correspondência do grau meridiano a 17,5 léguas e a noção de que a divisória de Tordesilhas cortava as terras americanas uns poucos graus acima do equador (GUEDES, 1997, p. 18).

O mais importante nesta carta é a conjunção de diferentes formas de representação da realidade geográfica. Assim, enquanto no oriente há perspectiva ptolomaica, a África surge-nos “moderna”, ao incorporar o conhecimento empírico fruto das navegações portuguesas. A Europa e a região do Mediterrâneo incorporam a tradição das cartas-portulano, enquanto a América ainda hoje é objeto de discussões, principalmente no que diz respeito ao seu possível uso político, ou seja, enquanto “[...] uma mistificação, uma completa manipulação política, em que o mapa serve de instrumento de legitimação das conquistas feitas no terreno, ou pretensões a elas” (DOMINGUES, 2012, p. 69). Em um período em que a projeção das longitudes era bastante limitada, assim como era difícil a estima de distâncias e ocorria frequentemente a combinação de diferentes formas de projeção, são sempre questionáveis as razões pelas quais a costa brasileira está mais a oriente do que hoje sabemos. Esta questão entronca com a questão mais geral, de argumentos

políticos, conhecida por “falsificação cartográfica”, podendo ser seguida através da observação de outros mapas posteriores a este, os quais podem também ser fruto da cópia do equívoco que os antecede.

Além disso, autores como Alfredo Pinhero Marques e Francisco Contente Domingues (2012) questionam o fim ao qual se destinava o mapa. Fosse ele parte do padrão português, seria destinado à própria monarquia e, sendo assim, não faz sentido que fosse falsificado tendo em vista que a esta interessava o conhecimento preciso das navegações. No entanto, não se sabendo exatamente a quem se destinava o mapa em questão e tendo presente que era fruto de espionagem, também nada se pode afirmar de forma categórica. A virtude desta hipótese está em relacionar a técnica de produção aos interesses geopolíticos. Todavia, sua comprovação depende de outras análises.

Outras duas hipóteses são levantadas. A primeira considera que tal representação do Brasil é coerente à uma visão geográfica do mundo na qual se sugere uma ligação entre o continente americano e a Terra Austral, tal como aparece em outros mapas, nomeadamente o fragmento do planisfério de Piri Reis (1513) – do qual só restou a representação do Atlântico – e o planisfério de Lopo Homem de 1519, indiciando uma possível fonte comum. A segunda hipótese verifica que nas áreas já conhecidas o mapa é menos desenvolvido que exemplares anteriores, cogitando-se a eventualidade de que a carta não representasse o padrão oficial português, mas uma carta comprada em uma das oficinas de cartógrafos que funcionavam em Lisboa, sendo a história contada por Alberto Cantino ao Duque de Ferrara, sobre a forma como o havia adquirido por meio de espionagem, uma farsa para justificar o alto custo do mapa. Todavia, a análise de Edzer Roukema (1963) sobre o território que corresponde ao Brasil mostra, a partir da toponímia, que o mapa estava a par da expedição de João da Nova à Índia – de 1501 a 1502 –, o que reforça a ideia de uma obra de espionagem, tendo em vista o curto espaço de tempo com que incorpora as informações desta viagem:

I believe that it was copied from a more or less detailed sketch illustrating the discoveries in 1500 of Cabral and the provision caravel he sent home. It would appear that these discoveries had extended to a little north of the mouth of the river course visible outside the amending parchment strip opposite the later added name Rio de são franc^o. The remaining parts of the coast as far north as Cabo de Sam Jorge I believe to have been based on initial information about the 1501-02 voyage of João da Nova. The legend

ilha achada e chamada ascenssam in the ilhas tebas I ascribe to the same source. I further believe that the two Portuguese flags on the mainland coast indicate the northernmost and southernmost point where landings had taken place and the land had been officially declared a possession of the Portuguese crown. The flag on ascenssam island will have the same significance. The beautifully executed decorative landscape with pictures of trees and parrots, following the curve of the coast, also belongs to the first stage (ROUKEMA, 1963, p. 7).

Contente Domingues (2012) questiona as datas, tendo em vista que não seria possível constar a ilha de Ascensão, representada como um arquipélago de seis ilhas, já que a viagem que descobria a ilha com este nome só retornou em setembro deste ano. O que nos conduz a uma terceira hipótese: a de que este não seria o mapa ao qual Cantino se refere na carta ao Duque de Ferrara, mas um posterior. A ideia de que a obra teria sido comprada em uma oficina não explica outros aspectos relativos à representação de símbolos políticos por todo o mapa, desde bandeiras à fortaleza da Mina. Além disso, é especialmente significativa a representação do Tratado de Tordesilhas, que não é um instrumento técnico, mas um elemento político expresso nos termos “este he o marco dantre castella e portugall”, sendo:

[...] o primeiro mapa português onde aparece, ainda com o nome de Vera Cruz, ponderável porção do território brasileiro e junto a ele, e assinalada por bandeiras das quinas, longa legenda, na mesma letra cortesã das demais e, também, da quase totalidade da toponímia, informando o descobrimento efectuado por Pedro Álvares Cabral: Cabo de San Jorge, igualmente assinalado por bandeira, e porto seguro foram os únicos topónimos lançados pelo hábil autor do planisfério [...] (GUEDES, 2000, p.48).

Seja como for, o planisfério de Cantino é bastante significativo ao expressar o conhecimento geográfico europeu da superfície da Terra em inícios do século XVI e, principalmente, por evidenciar o esforço de representar tal conhecimento da melhor forma possível, combinando diferentes técnicas e concepções espaciais. É preciso lembrar que a riqueza decorativa é característica própria de uma cartografia de luxo, não destinada a navegadores, mas aos cultos de diferentes categorias sociais, nobres, clérigos ou burgueses, cujo valor patrimonial era elevado, combinando o rigor técnico e qualidade artística. Assim, apesar de eventualmente não ser uma cópia do padrão português, do qual se esperaria o rigor de uma obra prática de navegação, esta carta não perde seu valor à História da Geografia e nos permite identificar aquilo que a Europa conhecia do mundo.

O uso de diferentes técnicas de produção cartográfica mostra que seu

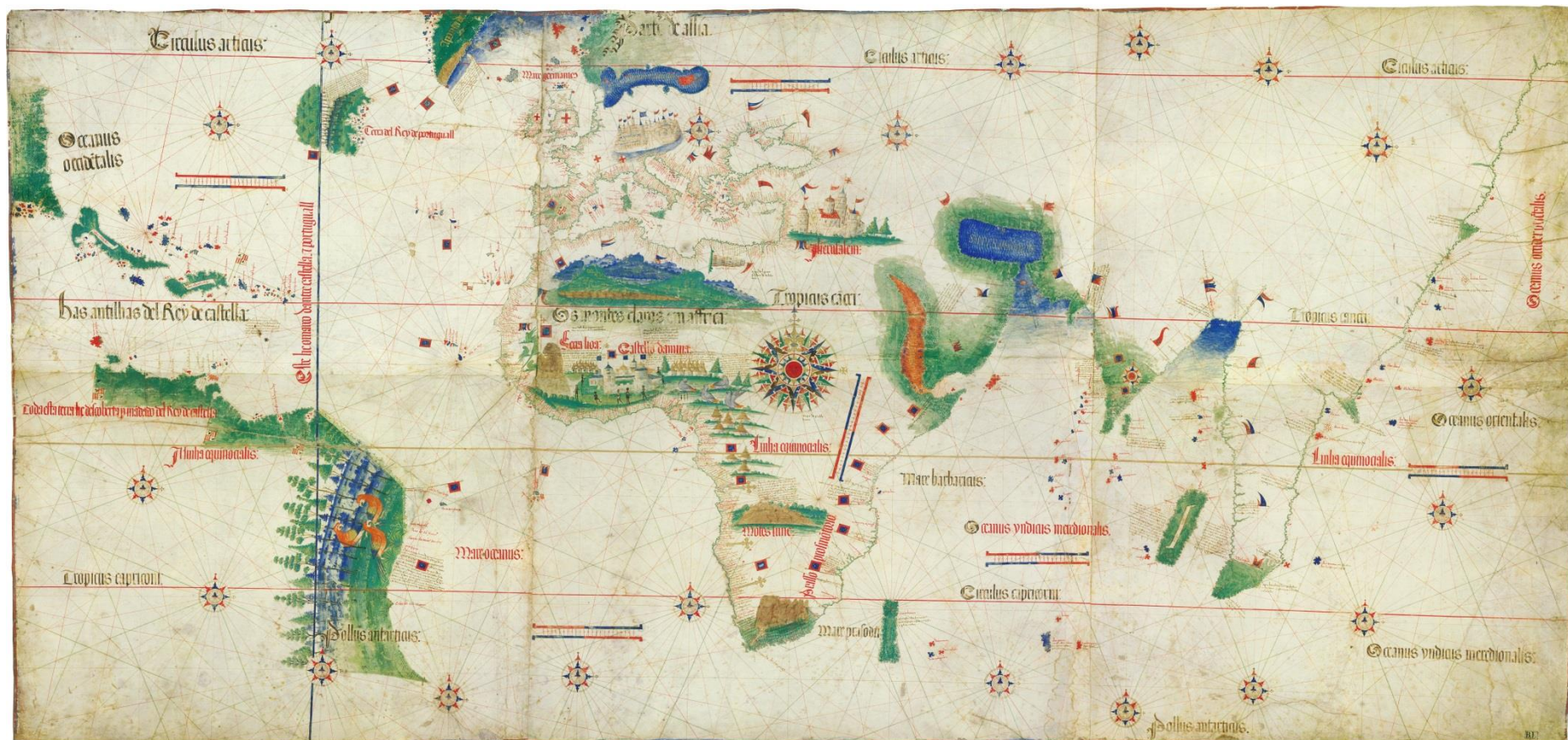
desenvolvimento não é linear, nem evolutivo. Deste mesmo período, duas cartas portuguesas são especialmente interessantes quanto ao desenvolvimento técnico do ato de cartografar: a primeira, uma carta anônima, data de ca. de 1500, enquanto a segunda, já mencionada, é assinada por Pedro Reinel, de ca. de 1504. São as primeiras cartas a mostrar um meridiano graduado, sendo que a de Pedro Reinel traz ainda uma escala adicional de latitudes junto às ilhas no continente americano.

Entre as mais importantes cartas-portulano que representam o território brasileiro nos primeiros anos após a chegada de Cabral destaca-se o planisfério manuscrito de Nicolau Cavério, ca. 1502-1506. Exibe uma malha de linhas loxodrómicas, apoiadas por uma rede de rumos que partem de uma série de rosas-de-ventos e, sobretudo, acrescenta a esta referência vinda de antigas cartas marítimas a marcação de uma escala de latitudes na margem esquerda. As legendas e os topónimos em português indicam que o mapa teria sido inspirado em protótipos portugueses. Está assinado *Opus Nicolay de Caveri Januenses*.

O traçado é bastante similar ao do mapa de Cantino, levantando duas hipóteses possíveis: que o planisfério Cantino foi utilizado como referência ou, em alternativa, que os dois mapas compartilharam as mesmas fontes. No entanto, o território sul-americano é aqui bastante diferente, sem o traçado que “puxa” para oriente o território sul, conforme referimos ser notório no desenho do mapa de Cantino. A legenda acrescenta informações importantes sobre o Brasil, ressaltando a chegada de Cabral. Embora não haja o traçado da linha de Tordesilhas, o território brasileiro é demarcado a norte e a sul, por duas bandeiras.

A toponímia mais detalhada indica ainda que se utilizaram fontes posteriores àqueles do Cantino, designadamente as viagens à América do Sul de Américo Vespúcio (1502-1503) e Fernando de Noronha (1503-1504). É importante notar que o mapa de Cavério constituiu uma fonte para o mapa de Martin Waldseemüller, de 1507, e, sendo esse um planisfério impresso, serviu de imagem do mundo aos europeus mais do que os mapas manuscritos, restritos a um pequeno grupo e alguns gabinetes (NEBENZHAL, 1990).

Figura 2 - Planisfério dito de Cantino, de 1502



Também os otomanos logo iriam incorporar esse conhecimento a sua própria cartografia. O referido fragmento do que possivelmente seria um planisfério – mas do qual só resta a parte da representação atlântica – elaborado por Piri Reis em 1513, menciona diversas fontes produzidas no contexto ibérico. Entre elas, um mapa hoje perdido de Cristóvão Colombo, o qual teria sido obtido de um navio espanhol capturado no mediterrâneo por Kemal Reis, além de quatro mapas portugueses, entre outros relatos. Trata-se de uma carta em estilo portulano, com as linhas de rumo características. O curioso deste mapa são as representações iconográficas que demonstram o conhecimento apurado do território inclusive em comparação com mapas europeus. Estão presentes os principais rios (Orinoco, Amazonas e Prata), além de uma cadeia montanhosa, os Andes.

Esse quadro do uso, por vezes confuso, de técnicas e fontes cartográficas e geográficas diferentes irá marcar a virada de século entre o XV e XVII, se estendendo até o século XVIII, quando a visão cartográfica europeia se tornará única e universal, assentando-se sobre uma série de manuais de produção de mapas e globos terrestres, no seio das Academias de Ciências e Sociedades de Geografia. No entanto, em Portugal os esforços de padronização do modo de produzir mapas têm início ainda no século XVI, no âmbito do Armazém da Guiné e Índia, sendo seguidos pela Casa de la Contratación, na Espanha. Ambas as agências reais ficaram incumbidas de criar e manejar um padrão cartográfico capaz de representar e incorporar as informações geográficas necessárias a navegação e ao conhecimento dos domínios comerciais e territórios destes Impérios. Sobre este tema falaremos na seção seguinte.

3.3. Padrões: mapas de saber náutico e geográfico

A produção cartográfica estava centrada em oficinas de cartógrafos, comumente familiares, respondendo aos anseios do extenso mercado de navegadores que ascende com a expansão marítima. Os pilotos necessitavam dos melhores instrumentos de navegação, bem como das cartas mais apuradas que se pudessem produzir naquela época (CANAS, 2016).

Num contexto de afirmação imperial, no qual o Estado assume a responsabilidade pelo comércio e domínio marítimo, tornava-se fundamental desenvolver os mais adequados instrumentos técnicos e quadros humanos para levar a cabo a empresa colonial. Não tardaria a que os monarcas criassem instituições adequadas ao controle e à regulação da produção cartográfica.

No caso português, se assiste a um enorme processo de centralização burocrática em torno dos Armazéns da Guiné e da Índia. Os Armazéns eram, modo geral, unidades da logística portuguesa desde o século XV. Com a expansão ultramarina, passam também a organizar as viagens de longa distância e para lugares remotos. Com o retorno de Pedro Álvares Cabral, D. Manuel decide submeter todo o comércio ultramarino a autoridade da unidade metropolitana, a Casa da Mina e tratos da Guiné, com exceção das áreas controladas pela Casa de Ceuta, notadamente o norte da África. Com essa alteração, todos os armazéns dependentes passam a se chamar “Armazéns de Guiné e Índias” (PISSARRA, 2016).

Nesse processo, os Armazéns de Lisboa passam a operar como unidades logísticas e, também, de produção. Nesses últimos, empregando massa de trabalhadores livres e escravos, se constroem navios e produz-se armamento e pólvora. Também são recrutados quadros técnicos para navegação. Dentre todas essas atividades, os Armazéns centralizam também a produção técnica para a navegação, isto é, a cartografia e a produção de instrumentos náuticos (PISSARRA, 2016).

Apesar dos esforços da coroa portuguesa em concentrar e manter em sigilo as informações geográficas, controlando as atividades cartográficas, sabe-se que em meados do século XVI já existiam em Lisboa mais de 10 cartógrafos capazes de

produzir cartas náuticas, impulsionados, certamente, pela valorização que este material alcançava diante das novas descobertas. Tal fator era, tanto quanto possível, controlado pela Coroa, no intuito de conservar em segredo os avanços no caminho para as Índias. Estabelecia primeiramente Dom Manuel que não poderiam os cartógrafos representar além das ilhas do Príncipe e São Tomé e, posteriormente, alargava a área geográfica até ao rio Manicongo (Zaire) (GUEDES, 1997). A atribuição desta censura a Jorge Vasconcelos, almoxarife do *Armazém*, é forte indício da atividade cartográfica nesta instituição.

Buscando preservar essas informações, cabia ao Armazém da Índia produzir e conservar os padrões dos mapas a serem utilizados pelos pilotos e capitães das armadas. Hoje é desconhecido qualquer exemplar de padrão português desta época, o que não nos permite verificar a fundo as técnicas operadas no plano oficial. Alguns autores, como vimos, argumentam que o planisfério comprado por Cantino por doze ducados de ouro, destinado ao Duque de Ferrara, seria uma cópia deste padrão: “O anónimo cartógrafo que a desenhou produziu belíssima cópia do que, certamente, seria o padrão oficial português guardado nos Armazéns da Guiné e Índia” (GUEDES, 1997, p. 18). Sem nos debruçarmos novamente nesta polémica, tratada na seção anterior, o fato é que não há como estabelecer o estado da arte da produção cartográfica portuguesa deste período para além da cartografia sumptuária, obra de portugueses a serviço em outros países ou vendidos e destinados ao exterior. Apenas sabemos desta função do Armazém da Índia por meio de documentação histórica.

As razões para desconhecermos os mapas elaborados em tal padrão até às primeiras décadas do século XVI são de várias ordens. A primeira tem relação com o controle da informação, o que se combinava com o uso prático das cartas nas navegações e com a centralização institucional em torno dos Armazéns. Apesar das consistentes críticas apresentadas por Contente Domingues (1992), a tese da política de sigilo de Jaime Cortesão (1997) é indiciada por uma série de importantes documentos que demonstram a existência de uma regulamentação ao exercício de profissões relacionadas à expansão ultramarina.

Sabe-se, por exemplo, que D. Manuel estabelecia regras rígidas ao exercício dos cargos de piloto e mestre. A esses profissionais ficava restrito o trabalho em

países estrangeiros, sob pena de perderem seus bens e serem exilados para a Ilha de Santa Maria (CORTESÃO, 1997). No caso específico da cartografia, é conhecido um alvará assinado por D. Manuel, datado de 13 de novembro de 1504, no qual se menciona a proibição da representação cartográfica de áreas além das ilhas de Príncipe e São Tomé. No documento, o rei estende a área até o rio Manicongo. Segundo o alvará, o controle da informação ficava a cargo de Jorge Vasconcelos. Assim, se é possível questionar a existência de uma política de sigilo, há que se reconhecer que havia a preocupação em resguardar certas informações diante de conjunturas específicas (DOMINGUES, 1992)

Além disso, não é possível afirmar que essas cartas possuísem algum valor que justificasse sua conservação, sendo descartadas a cada nova atualização, diferente do que ocorreu com a cartografia sumptuária (GUEDES, 1997). Contente Domingues (1992) lembra ainda a dificuldade de se fazerem cópias numa época em que acabara de se inventar a tipografia. Todavia, conhecemos as obras de alguns importantes cartógrafos vinculados à Coroa, os quais, pela importância do posto que assumiram, deveriam ter acesso ao padrão real e podiam expressar características importantes deste. É o caso de Jorge Reinel, Lopo Homem e Pedro Nunes, além de Sebastião Lopes, que trabalhou para o *Armazém* na década de 1580, ou mesmo antes (CORTESÃO; MOTA, 1960).

A única carta assinada por Sebastião Lopes data de 1558. Trata-se de uma carta atlântica que representa os continentes americano, africano e europeu desde 61º de latitude Norte a 40º de latitude Sul, e inclui duas escalas de latitude, uma para cada hemisfério, iniciando-se na linha “Equinoctialis”, isto é, no equador. Tal como as cartas portuguesas que a antecedem, combina elementos técnicos das cartas-portulano com notações e projeções astronômicas, além do contorno e representação das costas e rios, com extensa toponímia. Tais elementos técnicos combinam-se com aspectos políticos coloniais, evidenciados pelos símbolos de poder e pela iconografia (CORTESÃO; MOTA, 1960).

As outras cartas conhecidas e atribuídas a esse cartógrafo seguem o mesmo padrão, destacando-se o importante Atlas de ca. 1565. Além do próprio valor das respectivas cartas, é importante notar as tábuas de notações cosmográficas: estão presentes as instruções e regimentos de declinação do Sol e do Cruzeiro do Sul, deixando-nos o conhecimento das notações astronômicas para o cálculo da latitude

e, também, o Regimento do Polo Norte. Além das notações astronômicas, há uma rosa dos ventos com instruções para medir o grau em léguas, conforme o rumo, o que nos possibilita conhecer a forma de coleta de informações. O Brasil figura em três das cartas do Atlas, sendo uma delas uma representação detalhada da costa.

Projeto semelhante foi levado a cabo pela Coroa espanhola já em inícios do século XVI no âmbito da *Casa de la Contratación* de Sevilla. Com a criação do cargo de primeiro piloto, tem sido considerada a primeira instituição científica europeia. Teve como primeiro cartógrafo o piloto Juan de la Cosa, cujo planisfério de 1500, anterior à fundação da instituição, em 1503, fora apresentado aos Reis Católicos (SÁNCHEZ, 2010a).

Comparando esta instituição e as congêneres portuguesas, este autor menciona que, embora todas elas possuíssem modelos burocráticos e funções semelhantes de controle da empresa mercantil, as mesmas eram consideravelmente diferentes no que concerne aos objetivos políticos aos quais estavam vinculados. Portugal estava mais preocupado no estabelecimento de rotas marítimas seguras e estáveis, estabelecendo, sempre que necessário, alianças com os povos para manter os entrepostos e portos no caminho do Oriente (SÁNCHEZ, 2010b).

A Espanha, por outro lado, já estava centrada na apropriação territorial, com vistas à replicação das estruturas sociais espanholas. Assim, as atividades da *Casa de la Contratación* se desenvolveram de modo diferente do caso português. Inicialmente, o controle da navegação era o grande objetivo desta instituição, criando e executando leis de fiscalização. Seu viés científico irá crescer conforme as necessidades do controle do território e, também, da habilidade dos especialistas em mostrar aos atores políticos a necessidade de aprimorar os conhecimentos técnicos. Aqui é necessário mencionar que a produção do conhecimento era um caminho de ascensão das classes sociais intermediárias, por meio do conhecimento especializado (SÁNCHEZ, 2010b).

Com o tempo, as atividades da *Casa de la Contratación* foram se convertendo e ganhando cada vez mais cariz científico, cujo conhecimento seria aplicado aos serviços da Coroa e da empresa colonial. Um ponto importante que marca este processo é a criação, em 1508, do cargo de *piloto mayor*, semelhante ao de cósmografo-mor em Portugal, assim como a diretriz real para produção de um mapa modelo: o *Padrón Real*. O objetivo era de duas ordens: 1) possibilitar uma produção

cartográfica autônoma, capaz de incorporar rapidamente os conhecimentos espaciais das navegações e apropriações territoriais; e 2) estabelecer uma imagem/representação própria e oficial do mundo (SÁNCHEZ, 2010a).

O direcionamento do projeto cartográfico espanhol ganhou contornos crescentes ao longo do século XVI, tal como demonstra Sanchez (2010b, p. 724):

[...] los monarcas españoles fueron instaurando nuevos cargos –el Piloto Mayor (1508), el Maestro de hacer cartas de navegar y fabricar instrumentos (1519), la Cátedra de Cosmografía (1552) o el Cosmógrafo Mayor (1563)–, creando nuevas instituciones –el Consejo de Indias (1524), la Universidad de Mareantes (1561) y la Academia de Matemáticos (1582)–, solicitando pruebas materiales – ejemplares del Padrón Real, cartas de marear, mapamundis, cartas de doble graduación, astrolábios –e, incluso, instalando a los mayores expertos del reino la resolución, mediante Juntas, de difíciles y costosos problemas científicos– por ejemplo, la determinación de la longitude y la corrección de la declinación magnética.

Essa conversão em instituição de ensino tem relação também com o fato de ser necessário educar os pilotos às matérias relacionadas à náutica que sofriam rápidas e importantes mudanças. O domínio e o hábito de notações a partir de instrumentos era uma condição necessária não apenas a sobrevivência no mar, mas também ao conhecimento e controle dos territórios. Por essa razão, os pilotos deveriam saber utilizar o astrolábio e conhecer as tábuas astronômicas de modo a calcular as latitudes com a maior precisão possível; o mesmo para a bússola e a declinação magnética, de modo a garantir a correta projeção de posições e direções.

No entanto, não sendo a navegação em si o único objetivo, os pilotos tinham que dominar o desenho para representar as costas e outras informações geográficas, as quais seriam incorporadas, junto aos dados, ao Padrão Real. (LÓPEZ, 2001, p. 23). Era necessário criar uma instituição que ensinasse e certificasse os pilotos. Criava-se, no interior da Casa da Índia, a Universidade de Marear (CABOS; VALLEJO, 2014). A profissão se regulamentava, o título de piloto era outorgado pelo *piloto mayor*. Para alcançar o cargo era necessário frequentar as aulas de cosmografia e navegação, onde se combinavam lições sobre a esfera terrestre, astronomia e uso de instrumentos e cartas, bem como sua produção. O processo era rigoroso, constituído por exames avaliados por um júri (Junta) presidido pelo *piloto mayor*, dois cosmógrafos e seis pilotos experimentados (SÁNCHEZ, 2010b).

Era ainda condição ter navegado por seis anos às Índias, navegação essa creditada por quatro pilotos maiores de 24 anos, cristãos e de bons costumes. Uma vez cumprido o processo, o candidato era titulado. Dentre suas atribuições no cargo tinha de manter o diário de bordo e entregá-lo no retorno de cada viagem, além de produzir as cartas das terras encontradas. A carreira estava ainda hierarquicamente organizada: pilotos, *pilotos mayores* de armada, capitães de mar e guerra, almirantes (LOPEZ, 2001). Em 1523, é também criado o cargo de cosmógrafo e mestre de fazer cartas de navegação e instrumentos.

A coleta sistemática de dados, resultado do controle e da rígida formação dos pilotos, trouxe rapidamente resultados. Em 1529 é montada por Fernando Colombo uma Junta encarregada de compilar os dados no Padrão Real. Conhecemos hoje um conjunto de três planisférios da década de 1520, os quais podemos afirmar sem muitas dúvidas serem representações do Padrão Real. Elaborados por Diogo Ribeiro, o primeiro deles data de 1527. Tanto neste como nos outros dois planisférios, assinados pelo mesmo cosmógrafo e datados de 1529, aparecem ilustrados instrumentos astronômicos como quadrantes e astrolábios, além de tábuas circulares de declinações. As legendas sobre esses instrumentos são particularmente importantes, pois explicam o modo de uso e de representação sobre o plano. Cortesão e Mota (1960, v.1, p. 100) destacam uma dessas legendas no mapa de 1527:

[...] a grande roda cosmográfica, que em qualquer outra parte não encontramos, é especialmente interessante. A legenda emoldurada que tem por cima explica (aliás não muito claramente): 'nota que por esta ffigura puedes saber el lugar del Sol y la declinacion del y qua/ndo anda dela parte del norte dela linea equinocial o quando anda dela parte/de sur y asi quando son los solesticios y equinoctios y desta manera busca/el mês y el dis que queres aplica aqual hilo sobre el dia teniendo la mano/fuera del zodíaco pues ve que signo y grado cae debaxo de aquel hilo y ali d/iras que esta el sol aquel dia y queres saber la declinacion pone el pie del/ coñpas em el grado que alleste que estaua el sol despues busca la mas çer/cana linea paralela q es leste veste y va por ella hasta los grados de late/tud dela carta y el pie delcoñpas que estaua em el lugar del sol te demos/ trará le declinacçon que el sol tiene aquel dia”.

Um dos instrumentos em causa corresponde a uma adaptação do astrolábio; permite determinar graficamente a declinação solar e calcular a latitude de acordo com a data. Sendo à época um enorme avanço, hoje nos permite cruzar as fontes utilizadas pelo cartógrafo e o modo de projeção. Aqui a estima de distâncias já está

completamente ultrapassada e as coordenadas geográficas assumem, em definitivo, o modo de estabelecer as posições e as distâncias. Nesse intuito, os mapas apresentam a linha do Equador graduada, marcando as longitudes e mais quatro paralelos, um para cada trópico e outros dois para cada círculo polar, norte e sul. As latitudes são marcadas por três linhas longitudinais graduadas. O rigor da projeção é notável no contorno das costas e nas marcações, como o Tratado de Tordesilhas, que ao Sul separa as aspirações coloniais de Portugal e Espanha no Cabo de Santa Marta, onde hoje se encontra a cidade de Laguna, deixando a parte reivindicada por Portugal aquém do Rio da Prata. Ao Norte, porém, não se sabe por qual razão, não figura o Rio Amazonas, já muito conhecido (CORTESÃO; MOTA, v.1, 1960).

Esse conjunto de mapas é fundamental para compreendermos a forte relação entre o desenvolvimento da ciência cartográfica e as aspirações mercantis coloniais. O rigor técnico necessário à navegação e a própria motivação em representar de modo preciso a esfera terrestre estão inseridos num contexto de apropriação territorial em nível global. A escolha dos marcos, o Tratado de Tordesilhas e as formas simbólicas são parte de um mesmo conjunto e figuram nos mapas de modo indissociável. A própria toponímia representa uma forma de apropriação, pois os lugares são nomeados segundo a vontade dos europeus que lá chegaram. Não obstante, devemos ter em mente que esses esforços consistiam nas primeiras tentativas deliberadas de estabelecer convenções cartográficas, desde as formas e símbolos a esboços de projeção de coordenadas, fruto da coleta exaustiva de informações astronômicas, notadamente latitudes.

Além dos aspectos observáveis, o que chama atenção no desenvolvimento técnico da cartografia é a complexa rede que, por um lado, se fecha em sistemas institucionais e, por outro, constitui um sistema aberto marcado pelo intercâmbio de pessoas e informações: por exemplo, a presença de italianos, navegantes e comerciantes, nas frotas portuguesas, e, mesmo, de especialistas estrangeiros na *Casa de la Contratación*, cujo primeiro *piloto mayor* foi Américo Vespúcio, que já nesta altura era navegador com larga experiência no Atlântico e recebeu o cargo por nomeação real em 22 de março de 1508. As atribuições do cargo exigiam que se examinassem os pilotos e se fiscalizassem as atividades de ensino da cosmografia – Cátedra de cosmografia - e a fabricação de instrumentos. Também o português Diogo Ribeiro ocupou o cargo de cosmógrafo e mestre de fazer cartas de navegar e

instrumentos da *Casa de la Contratación* a partir de 1523 (CORTESÃO; MOTA, 1960, v. 1).

Conhecemos alguns dos registros do intercâmbio entre cartógrafos europeus. Um planisfério anônimo manuscrito de ca. de 1519 figura entre eles. Atribuída a Jorge Reinel, outro cartógrafo português que, tal como Diogo Ribeiro, trabalhou ao serviço de Castela, é a primeira carta na qual figura um Equador graduado marcando as longitudes; uma linha longitudinal graduada, correspondente ao Tratado de Tordesilhas, marca as latitudes. Embora esta linha favoreça Portugal no que diz respeito às aspirações deste país no território americano, estendendo a “Terra de Vera Cruz” além do Prata, favorece a Espanha no que diz respeito às Molucas, indicando que deve ter sido feita fora de Portugal, provavelmente na Espanha, onde se sabe que Jorge Reinel fora contratado para colaborar na expedição de Fernão de Magalhães, a sair em 1519. Por análise da grafia, Cortesão e Mota (1960, v. 4) atribuíram a carta a este cartógrafo, tendo em vista que ele retornaria a Portugal ainda neste ano.

Além do trabalho direto de portugueses em Espanha, sabe-se da presença de cosmógrafos e cartógrafos espanhóis em Portugal. Em 1545, Alonso de Santa Cruz veio a Lisboa aprender sobre as técnicas utilizadas em Portugal sobre a variação magnética. O curioso é que apesar da informação circular em um sistema aberto de relações interpessoais, ao nível institucional o fechamento era direto. Além das cláusulas de D. Manuel, já anteriormente mencionadas, também a Espanha criava mecanismos para restringir a circular de informação cartográfica. O próprio Alonso de Santa Cruz teve duas obras teóricas censuradas por Felipe II de Espanha em 1563, nos termos do informe remetido ao Conselho das Índias: “podría traer mucho inconveniente en que los dichos libros se imprimiesen por la noticia y claridade que por ellas hallarían extrangeros y otras personas, que no fuesen súbditos ni vassalos nuestros” (Informe de Felipe II ao Conselho das Índias de 1565 *apud* LÓPEZ, 2001, p. 24)

Apesar dos esforços, esses não seriam por muito tempo eficazes. A cobiça colonial de outros países europeus, a imprensa, o desenvolvimento de oficinas – sobretudo de flamengos e bretões – e a própria expansão filipina tornaria, em finais do século XVI, incontável a produção e difusão de mapas e documentos geográficos. Expandia-se o mercado e fortaleciam-se os cartógrafos enquanto

classe. No entanto, os parâmetros técnicos desenvolvidos por essas instituições assumiriam caráter universal, notadamente a combinação entre conhecimento empírico e astronômico.

É importante mencionar que a cobiça mercantil e o desenvolvimento da náutica não se esgota na Península Ibérica. Em meados do século XVI, no importante porto de Dieppe, na França, surge uma escola privada de náutica. O fato diferencia a produção francesa da ibérica. Na escola de Dieppe, sintetizavam-se as informações trazidas por navegadores que retornavam do Brasil e do Canadá. O empreendimento não era totalmente deslocado da monarquia: daí saíam pilotos e cartas que abasteciam a marinha francesa (BOURGOIN, 1988).

As cartas de Dieppe apresentavam rosas dos ventos e linhas loxodrómicas, características das cartas de marear. Possuem grande beleza de iluminuras e legendas alusivas a processos históricos, o que nos conduz a um mercado seleto de consumo enquanto cartografia de luxo, dirigida a monarquia e a nobreza. Um belo exemplar desta escola é o Planisfério de Pierre Desceliers de 1550. Apesar da beleza, estes mapas são basicamente cópias do padrão de Gaspar Viegas (MARQUES, 1988).

3.4. A cartografia em grande escala: pormenores litorâneos e aglomerações

Aos documentos de pequena escala se somariam cartas em pormenor das costas e aglomerações. Originalmente, tais representações acompanhavam os antigos portulanos, evidenciando aspectos dos litorais, destinados aos pilotos como garantia de navegação segura. Ilustravam acidentes geográficos, angras, profundidade do mar, marés e, por vezes, construções que caracterizavam os espaços. Dado o uso prático na náutica, são poucos os exemplares desta cartografia que nos chegaram.

Já em finais do século XVI, um segundo tipo de carta em maior escala irá se difundir. Estas não tinham interesse náutico, mas administrativo. Destinavam-se, portanto, aos agentes do Estado e comerciantes com interesse local. De grande valor estratégico, representavam aglomerações citadinas, construções militares, comerciais e religiosas. Sua difusão é particularmente importante à empresa colonial, pois permite o planeamento e a organização do território com vista à ocupação e à proteção dos espaços.

À medida que avançava a produção deste tipo especial de cartografia, foi comum combinar o aspecto náutico ao territorial, sobretudo em aglomerados costeiros, com vista ao conhecimento pormenorizado da área. Há ainda registros que representam eventos históricos, sobretudo batalhas náuticas. Alegria *et al.* (2012, p. 123) caracterizaram este tipo de representação como:

[...] de tipo local [e] associam, muitas vezes, pormenores observados de vários pontos de vista. O traçado do litoral é em geral desenhado como visto do ar (verticalmente), o recorte do relevo terrestre como se fosse observado de barco situado a pouca distância (horizontalmente) e as casas e muralhas são desenhadas como se fossem vistas a partir de um ponto alto, geralmente imaginário, em vista oblíqua, dita “perspectiva cavaleira”.

Nesta concepção é fundamental o trabalho de André Thevet, já na segunda metade do século XVI. A obra *La Cosmographie Universelle* publicada em 1575 possui uma série de ilustrações com esta forma de representação espacial. Uma delas, particularmente interessante ao caso brasileiro, é a *Isle et fort des François*, na qual se vê a Baía de Guanabara durante a tomada portuguesa do Forte dos Franceses, hoje Ilha de Villegaignon, em 15 de março de 1560.

No caso da produção portuguesa serão de grande importância os trabalhos

da família Teixeira, tendo como fundador Pero Fernandes. A vasta produção desta linhagem de cartógrafos, repartida ao longo de seis gerações, é mais conhecida pelos trabalhos de Luís Teixeira, de seu filho João Teixeira Albernaz I e do neto deste, João Teixeira Albernaz II, no que consistiu uma das mais importantes escolas na produção cartográfica de autores portugueses. Como características de Escola, são notáveis o traçado cuidadoso das costas, rios e terrenos, o uso das cores e o detalhamento das aglomerações urbanas: ora vertical, auxiliado por legenda para identificação das construções, ora desenhadas em perspectiva, utilizando uma visão oblíqua, como se pode ver na Planta da cidade do Salvador, no *Livro que dá rezaõ do Estado do Brasil*, de ca. 1616, e na *Planta de Restituição da Bahia*, 1631, ambas de autoria de João Teixeira Albernaz I.

Luís Teixeira executou levantamentos originais em viagens que realizou na segunda metade do século XVI, inclusive ao Brasil cerca de 1573-1578, incorporando e retificando observações e cartas anteriores, no que constitui o primeiro “Roteiro” do Brasil, de ca. 1586. Este cartógrafo foi licenciado em 18 de abril de 1564 para produzir cartas de marear e instrumentos de navegação após prova examinada pelo matemático Pedro Nunes, então cosmógrafo-mor, e o já mencionado Jorge Reinel. Anos mais tarde, a 15 de janeiro de 1569, é nomeado responsável pelas cartas e instrumentos náuticos para as armadas reais (ALEGRIA *et al*, 2012). Sua importância sobressaiu no cenário europeu, tendo influenciado a cartografia holandesa e participado da monumental obra de Abraham Ortelius, o *Theatrum Orbis Terrarum*.

Seu filho, João Teixeira Albernaz I, terá ainda maior importância pela quantidade e variedade das obras produzidas no contexto dos Armazéns da Guiné e Índia, para o qual foi nomeado como cartógrafo em 21 de janeiro de 1605. Foi considerado por Armando Cortesão como o mais notável cartógrafo português da primeira metade do século XVII (CORTESÃO; MOTA, 1960, v. IV). Boa parte da sua produção representa espaços brasileiros, apesar de nunca ter ido ao Brasil. Diferente de seu pai, João Teixeira Albernaz I era aquilo que se pode chamar de “cartógrafo de gabinete”. Das quase 400 obras cartográficas que Albernaz I produziu, hoje são conhecidas 146 especificamente sobre o Brasil (SOUZA, 2015).

3.5. Cartografia impressa: a difusão da imagem do mundo

Não tardaria até que outros povos tomassem conhecimento das novas descobertas. Na Europa esse processo ocorreu sobretudo pelo uso e maior popularização da imprensa. Diferente da produção no contexto ibérico, cuja maioria dos registros hoje conhecidos é manuscrita, o menor custo na produção de mapas impressos, bem como as restrições impostas na produção de mapas portugueses e espanhóis, fará com que os impressos se tornem mais populares já em finais do século XVI (LAGO, 2012).

As primeiras cartas impressas a mostrar o território americano também são bastante interessantes. Embora não apresentem um conhecimento tão desenvolvido da geografia dos lugares, os primeiros mapas-mundo desse tipo foram feitos e impressos por italianos. O primeiro deles, de Giovanni Matteo Contarini (1506), foi impresso por Francesco Rosselli, possivelmente em Veneza ou Florença. O mapa possui muitas legendas, e – o que nos é importante neste momento – apresenta um sistema de projeção de coordenadas geográficas, ordenadas por linhas de latitude e longitude, curiosamente sob uma projeção polar. O resultado são distorções latitudinais, seguindo uma adaptação da representação cônica de origem ptolomaica. Com a adição da quarta parte do mundo, compõem-se os 360° da esfera terrestre (THROWER, 1999).

As legendas citam as descobertas, os descobridores e os monarcas aos quais estavam vinculados os eventos. A América é representada em duas partes, uma ao sul, outra ao norte, separadas por um estreito. A costa norte apresenta informações detalhadas, indicando o conhecimento da terceira viagem de Colombo, em 1498, e a primeira viagem de Américo Vespúcio ao Novo Mundo (1499-1500). As ilhas do Caribe e o norte da América do Sul apontam, segundo a toponímia, para o uso de fontes espanholas. A costa do território que corresponde hoje ao Brasil não indica fontes portuguesas, exceto pela menção na legenda à viagem de Pedro Álvares Cabral e o nome Terra de Santa Cruz. No entanto, a representação não se aproxima de nenhuma das cartas portuguesas conhecidas do mesmo período, designadamente os mapas de Cantino e Kuntsmann I e II (ALEGRIA *et al*, 2012).

Com uma estrutura semelhante, o *Universalior Cogniti Orbis Tabula, Ex recentibus confecta observationibus* (Mapa ampliado do mundo conhecido,

desenhado a partir dos descobrimentos recentes) de Johannes Ruysch, de 1507, também utiliza uma projeção polar cônica de tradição ptolomaica. Foi publicado em Roma junto a uma edição da *Geografia* do geógrafo alexandrino de 1508. Possui um grande número de legendas e a toponímia indica o uso direto de fontes portuguesas, tanto cartas como relatos. Entre as legendas, sobressaiem aquelas relativas ao continente sulamericano (designado *Mundus Novus*). Uma delas informa que os portugueses chegaram até à latitude de 50° em direcção a sul, sem terem conseguido avistar o fim do continente (NEBENZAHAL, 1990, p. 50).

No entanto, neste conjunto de representações impressas e de matriz ptolomaica é a carta de Martin Waldseemüller de 1507 que se tornará mais conhecida: a *Universalis cosmografia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes*, que acabou por dar nome ao continente, mesmo sendo fruto de uma equivocada homenagem do cartógrafo a Américo Vespúcio, posteriormente corrigido em outro mapa, de 1513. Trata-se de uma modificação na representação ptolomaica inspirada no planisfério de Henricus Martellus Germanus, de 1490, com a adição do novo continente. Inaugura uma tradição de mapas cordiformes, posteriormente desenvolvidas por inúmeros cartógrafos, como Bernardus Sylvanus (1511) e Oronce Fine (1521), entre outros.

Entre os humanistas do Renascimento esta forma de representar a Terra foi considerada como a melhor solução, pois incorporava os novos conhecimentos geográficos à tradição clássica. Acrescentavam-se novas referências, como no caso do mapa de Caveri, para mencionar o nome e posição dos lugares. A projeção ptolomaica, no entanto, era muito mais imprecisa do que a que se desenvolvia na Península Ibérica: ainda assim, foi popular até o século XVII entre os círculos letrados, apesar do seu escasso valor prático (DOMINGUES, 2012).

Nesse contexto, circulam entre diversos territórios os conhecimentos geográficos adquiridos pela expansão ibérica, assim como as técnicas de produção de mapas. Inauguram as inovações desta cartografia de origem neerlandesa a obra *Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad usum navigantium emendata et accomodata*, de Gerard Mercator, impressa em Duisburgo em 1569. Utiliza um sistema de projeção com base em coordenadas geográficas, no qual a esfera é representada sobre um plano a partir da sua projeção sobre um cilindro. Os meridianos são perpendiculares a linha do equador, conquanto as latitudes são

paralelas a esse marco. Este tipo de projeção, apesar de distorcer as áreas das latitudes mais elevadas, mantém as formas e as distâncias, sendo extremamente útil a navegação, por permitir um preciso posicionamento, sem o uso da bússola e estima de distância. Pela primeira vez a cartografia se assenta totalmente sobre os preceitos da astronomia e da matemática, princípios ainda hoje conservados (THROWER, 1999).

Em 1570, Abraham Ortelius lança o primeiro Atlas impresso em sentido estrito, isto é, um conjunto de mapas de mesmo tamanho, em estilo uniforme, acompanhado de textos descritivos. O *Theatrum Orbis Terrarum* foi um enorme sucesso editorial, contando com 53 mapas de diversas regiões do globo. Obra sequencial ao sucesso editorial do *Theatrum* de Ortelius é o Atlas de cidades *Civitates orbis Terrarum*, editado em seis volumes entre 1572-1617 por Georg Braun e impresso por Granz Hogenberg, contando com 576 planos de cidades de todo o mundo, em perspectiva de “olho de pássaro” ou oblíqua (THROWER, 1999).

Trata-se de um período de efervescência na técnica de produção cartográfica. Diversos tipos de projeção serão experimentados na busca de uma representação adequada. O conhecimento de um território até então desconhecido aos europeus e a navegação animavam esse processo. Thrower (1999) menciona, por exemplo, a projeção azimutal de Maggioli (1511) e a codiforme de Werner (1514). Dentre as mais importantes, devemos mencionar também a projeção cilíndrica de Mercator (1569).

No entanto, nem tudo era inovação. Muitas vezes deu-se o contrário, fruto do uso contínuo de antigas chapas de impressão, compradas ou adquiridas por herança, além das obras se destinarem a um público mais amplo, que quer se interessava pelas novas descobertas, como pelo simples valor estético das obras.

Se difundiriam mais tardiamente também os Atlas náuticos, sendo os dois primeiros elaborados por Lucas Janszoon Waghenauer: o *De Spiegel der Zeervaert* (Leiden, 1584-1585) e o *Thresoor der Zeervaert* (1592). Apesar do respectivo sucesso editorial, não atingiram o público esperado, isto é, os pilotos e homens do mar. Nestas obras é interessante perceber as aproximações com a cartografia portuguesa:

São de referir as semelhanças entre as vistas das costas, isto é, perfis mais ou menos naturalistas das áreas sobranceiras ao mar, inseridos nas próprias cartas, e as perspectivas de D. João de Castro nos seus três famosos roteiros elaborados entre 1538 e 1541 (ALEGRIA; DIAS, 2000, p. 62).

Outros importantes cartógrafos também irão produzir Atlas náuticos, como é o caso de Joan Blaeu e Johannes Janssonius. Do esforço de Johannes van Keulen e do hidrógrafo e do matemático Claas Jansz Vooght é produzido o *Zeeatlas of Water-Werelt*, publicado em 1681, sendo que a participação de Vooght expressou “elevado interesse científico” (ALEGRIA; DIAS, 2000, p.64).

Na segunda metade do século XVII, outros países também construíram suas escolas de cartografia e surgiram as primeiras Academias de Ciência e, no século seguinte, as Sociedades de Geografia. Na França, Colbert, secretário de Estado de Luís XIV, cria a Academia de Ciências de Paris, em 1666, além de atrair o cosmógrafo italiano Jean-Dominique Cassini para o Observatório de Paris. Este é o contexto no qual se desenvolve o método de triangulação e se desenvolvem os estudos para o cálculo de longitude no mar. Ação similar é estabelecida na Inglaterra com a instauração do Comitê de Longitudes, que será plenamente alcançado após a invenção do relógio de precisão marítima de John Harrison, em 1725, inaugurando uma nova fase na produção dos mapas, com base no apurado cálculo das coordenadas geográficas.

CAPÍTULO 4 – DO UNIVERSALISMO CRISTÃO À GEOPOLÍTICA

4.1. Fé, monarquia e a organização global da soberania

“Este he o marco dantre castella y portugall”. Assim está escrito na legenda sobre uma linha longitudinal que figura no Planisfério Cantino (1502), hoje em Modena, Itália. A frase expressa a divisão do mundo – conhecido e desconhecido – entre Portugal e Espanha. A pergunta que emerge é: como se chegou a essa conformação geopolítica? Tal conformação não é possível de se compreender sem ter em mente os instrumentos formais de apropriação do território e o papel ativo da Igreja Católica como agente desse processo, em um período em que os países – muitos em formação – respeitavam a autoridade do Papa para além de questões eclesásticas (ROGERS; WASHBURN, 1990, p. 69).

Antecede e orienta a conformação geopolítica que surgiria no século XV uma mudança na concepção de mundo e nos interesses cristãos sobre a superfície terrestre, o que chamaremos de Universalismo Cristão ou Imperialismo Cristão. A terminologia de império vem de Jacopo Angeli que, ao dedicar sua tradução para o latim da *Geografia* de Ptolomeu ao Papa Alexandre V, na primeira década do século XV, diz ao pontífice que esta obra chega ao seu alcance como “uma espécie de presságio divino de seu império que em breve se realizará”, conforme cita Lester (2012, p. 179). A obra do geógrafo alexandrino, da qual já falamos na seção anterior, trazia informações sobre territórios na Antiguidade, e também a representação cartográfica de regiões e de todo o mundo até então conhecido, as quais foram sendo acrescentadas – e actualizadas – nas diferentes edições modernas por via de novos mapas.

A pergunta seguinte que nos vem a mente é: pode uma obra geográfica e cartográfica conduzir o rumo das acções como um presságio? Antes de responder a essa pergunta é necessário compreender as inovações que a *Geografia* de Ptolomeu trazia, o momento em que ficou conhecida e o seu contexto, assim como os agentes envolvidos no processo.

Apesar de não consistir directamente na análise do objecto aqui proposto, essa contextualização é mais do que necessária para entender o curso da colonização portuguesa no Brasil, as formas de direito sobre o território e a

materialização do empreendimento colonial, pois está no cerne da expansão europeia e, sobretudo, portuguesa.

Devemos considerar que o século XV marca a perda de importantes territórios no Oriente Próximo para a Cristandade; a Terra Santa e, posteriormente, Constantinopla, saíam da esfera de poder da Igreja Católica e caíam por terra as pretensões cruzadísticas de conquista de Jerusalém. Ao mesmo tempo, os otomanos avançavam sobre o Império Mongol, expandindo suas áreas de controle e, por consequência, reduzindo as relações dos reinados católicos com o Ásia. Os turcos criavam, assim, um império que se estendia desde a Criméia até regiões do Levante e do Egeu (FERNANDES, 2003).

O Mediterrâneo também se tornaria uma área geopolítica conturbada, após Veneza ser derrotada pelos turcos decorridos 15 anos de guerra, entre 1464 e 1479. Os venezianos conseguiram, no entanto, manter o monopólio comercial após se submeterem ao pagamento de direitos comerciais aos otomanos. Outros Estados italianos e da Cristandade consideraram o acordo uma traição, aumentando as tensões na península (FERNANDES, 2003). Na prática, o resultado foi que apenas um pequeno grupo de comerciantes serviria como intermediário entre a Europa e o Oriente. Tornava-se, assim, urgente repensar as estratégias de alcance da Cristandade e do comércio que se consolidara no período das cruzadas (CORTESÃO, 1960b).

No ocidente, a Península Ibérica, cuja reconquista católica em território português começara no século XII, irradiando do Minho e se finalizado no Algarve, ganhava novo impulso na segunda metade do século XV com a união de Castela e Aragão e a tomada final, em 1492, de Granada pelos Reis Católicos, o que acabava por definir todo o território europeu dentro da Cristandade.

É nesse contexto que se torna conhecida a obra de Ptolomeu na Europa. Valendo-se dos esforços de Coluccio Salutati, Palla Strozzi e Jacopo Angeli, a *Geografia* é trazida de Constantinopla por Manuel Chrysoloras, diplomata grego que, no final do século XIV, é convidado para leccionar grego aos humanistas florentinos. Além da obra do geógrafo alexandrino, Chrysoloras levou para Florença uma coleção de manuscritos gregos para apresentar aos alunos (LESTER, 2012).

Já em inícios do século seguinte, Chrysoloras inicia a tradução da *Geografia* de Ptolomeu, com o nome de *Cosmografia* por reunir ciências celestiais e terrestres, a qual terminaria Jacobo Angeli algures entre 1406 e 1409 (LESTER, 2012). Para o

trabalho cartográfico, a tradução contou com Domenico di Leonardo Boninsegni e Francesco di Lappacino (MICELE, 2012). A difusão da obra, uma vez traduzida, foi exponencial, e criou uma imagem – clássica – do mundo conhecido. Imagem consolidada mais pelo uso de uma perspectiva linear do que pela precisão; no fundo, assentava na ideia de que o mundo poderia ser visto do alto, tal como Deus o observava (LESTER, 2012).

Daí ter Angeli dito ao Papa que a obra serviria para que o pontífice tomasse conhecimento da extensão que seu poder teria (LESTER, 2012). A ideia de um poder extensivo se tornava atraente ao clérigos em um período de perda territorial no Oriente e de expansão do islã, com o crescimento do império turco. No entanto, a concepção desse poder eclesiástico ganharia forma pelas mãos do cardeal francês Guillaume Fillastre, um dos primeiros a se interessar pela *Geografia* fora do contexto italiano (LESTER, 2012).

Conhecedor dos autores da geografia tradicional cristã, entre eles Isidoro de Sevilha e diversas autoridades medievais, o cardeal Fillastre estava empenhado em um verdadeiro empreendimento voltado para o conhecimento geográfico. Por um lado, ao comparar diferentes trabalhos e seguindo as premissas clássicas, chega à conclusão de que é possível representar a totalidade do mundo, mesmo aquelas partes não conhecidas. Assume, para isso, que a Terra era composta por uma única massa contínua de terra de modo que “se o mundo conhecido ocupava quase toda a zona habitável ao norte da Terra, então as partes desconhecidas do mundo tinham de se estender pelas zonas frígidas e tórridas” (LESTER, 2012, p. 197). Com relatos de áreas habitadas nessas regiões, vindas de fontes antigas e contemporâneas, deduziu que todas essas áreas poderiam ser habitadas.

Outro cardeal francês, de nome Pierre D’Ailly, também presente no Concílio de Constança, como Fillastre, se dedica ao estudo de tais questões. Em um curioso mapamundi composto apenas pelas zonas tórridas e por legendas, que acompanha a obra *Imago Mundi*, o clérigo acresce uma legenda na parte ao sul do mapa na qual afirma que nessa direcção e, além do equador, há muitas habitações. A ideia de terras desconhecidas e habitadas passa a compor o imaginário europeu com os novos relatos de viajantes, dentre os quais o do dinamarquês Claudius Clavus que, em 1424, apresentaria um mapa de coordenadas, de inspiração ptolomaica, da região norte da Europa. Situa-se também no mapa o que hoje se conhece como a Groenlândia. O cardeal Fillastre, em 1427, ao tomar conhecimento da carta a

adiciona ao conjunto de 26 cartas do seu manuscrito da *Geografia* (LESTER, 2012).

4.2. Portugal e a fé cristã: premissas da expansão ultramarina

Nesse contexto de expansão dos conhecimentos do mundo, Portugal começa a ganhar grande dimensão desde a tomada de Ceuta, na feição sul do estreito de Gibraltar. Em um momento de recrudescimento da influência católica, partimos da hipótese de que os avanços marítimos portugueses, centrados na Ordem de Cristo – a qual teve o Infante Dom Henrique como governador –, se enquadravam no objectivo de expansão da fé. O que justifica, para além dos interesses económicos, uma nova direcção do espírito das cruzadas. Não nos parece aleatório que os domínios da monarquia portuguesa tenham sido reconhecidos e legitimados por um conjunto de bulas e breves papais datados de meados do século XV (BOXER, 1981).

Dessas bulas, figuram com enorme importância histórica, as seguintes: *Dum diversas* (18 de julho de 1452), que será reiterada pelas bulas *Romanus pontifex* (8 de janeiro de 1455) e *Inter caetera* (13 de março de 1456) (BOXER, 1992). As duas primeiras assinadas pelo papa Nicolau V e a última pelo papa Calisto III consagram, no seu conjunto, o empreendimento de uma soberania universal cristã, que se mostra em princípio a cargo da monarquia portuguesa. Superando o espírito das primeiras cruzadas, com foco em Jerusalém, amplia-se as áreas de expansão da fé cristã, como se pode perceber no trecho a seguir:

(...) outorgamos por estes documentos presentes, com a nossa Autoridade Apostólica, permissão plena e livre para invadir, buscar, capturar e subjugar sarracenos e pagãos e outros infiéis e inimigos de Cristo *onde quer que se encontrem*, assim como os seus reinos, ducados, condados, principados, e outros bens [...] e para reduzir as suas pessoas à escravidão perpétua. (*Bula Dum diversas, grifos do autor*).

A Bula *Romanus pontifex*, por sua vez, ressalta o papel de D. Afonso V e seu irmão, o Infante D. Henrique – “àqueles reis e príncipes Católicos, que, como atletas e intrépidos campeões da fé Cristã” – e lhes concede privilégios sobre “as aquisições já realizadas, e o que o mundo vindouro poderá reservar a ser adquirido, depois que eles tiverem adquirido”, dando-lhes “direito para sempre pertencer ao citado Rei e aos seus sucessores e para o infante, e que o *direito de conquista* no curso dessas cartas nós declaramos estarem estendidos dos cabos do Bojador e de Não, até o interior de toda Guiné, e em direcção para além da costa meridional”

(BURKE, 2014). O documento dá limites ao mundo conhecido, mas reconhece sua indefinição, e – ainda mais importante – estabelece, como eixo central de soberania, o direito de conquista.

Considerando os feitos conhecidos até a altura, a bula decide em favor dos portugueses e, logo a seguir, consolida a política do *Mare clausum* (GARCIA, 1994, p. 109) ao permitir que apenas os portugueses pudessem comercializar com “sarracenos e infiéis” desde que não lhes fornecessem instrumentos de ferros, madeira para a construção e outros materiais para construção de navios, bem como qualquer tipo de armamento.

A afirmação da Igreja nos territórios está presente pela associação do empreendimento português à expansão material da Igreja Católica. As bulas exigem a construção de igrejas, mosteiros e outras edificações religiosas, bem como ficam autorizados os portugueses a enviar religiosos e leigos de diversas ordens. A soberania espiritual e o controle da Igreja sobre a expansão eram assegurados pela possibilidade de excomunhão, individual ou coletiva, a qual poderia ser também aplicada ao rei e seus sucessores, caso não fossem cumpridas as exigências.

Combinavam-se, assim, diferentes interesses sobre os territórios aos quais se consolidava a expansão. De um lado, a Igreja Católica se afirmava e se materializava nos territórios; de outro, Portugal garantia os meios materiais de sua expansão, por meio da afirmação da política do *Mare Clausum*, cuja documentação evidencia ser um projeto Henriquino, arregimentado em meio a conturbada sucessão entre o regente D. Pedro e o rei Afonso V. Garcia (1994), destaca um interessante trecho que sintetiza, nas palavras de D. Afonso V, a conceção de direitos a D. Henrique. Na carta de 25 de fevereiro o rei concede ao Infante:

...os direitos que a nós pertencem de todas as cousas que trouberem os navios que vierem de Canária e do Cabo do Bojador pera além e que temos defeso que nenhuns navios não vão às ditas terras, de paz nem de guerra, sem sua licença (*ibid*, p. 111)

As concessões comerciais no além-mar não cessariam nessas paragens; outras se seguiriam conforme os avanços das navegações. É, no entanto, com a bula *Inter caetera* de 1456 que a figura do monarca português centralizaria o poder de decisão sobre os territórios dos quais se tomava conhecimento. Se os direitos comerciais e de conquista já estavam assegurados anteriormente, com o documento do papa Calisto III o regime religioso também passa a ser controlado pela família

real portuguesa, ao estabelecer plenos poderes eclesiásticos a Ordem de Cristo, que tinha como grão-mestre o rei D. Afonso V e como administrador o Infante D. Henrique.

Com essa bula, o controle religioso dos territórios era concedido a Ordem Militar de Cristo, que passava a ter “plenos poderes para: nomear os delegados de todos os benefícios eclesiásticos, quer do clero secular quer do clero regular; impor censuras e outras penas eclesiásticas; exercer os poderes de bispo, nos limites da sua jurisdição” (BOXER, 1992, p. 40). Com efeito, na delimitação dos poderes, os territórios não se encontravam inicialmente submetidos a nenhuma diocese, o que implica dizer que a própria territorialização dos espaços ficava a cargo da Ordem de Cristo. O Papa reconhecia dessa forma as ações de D. Afonso V que, em 1454, já havia outorgado a jurisdição e administração espiritual dos territórios conquistados para a Ordem de Cristo (GARCIA, 1994).

Assim, durante o século XV, o vínculo entre a religião e a Coroa era bastante estreito. A Igreja Católica ambicionava não só a Terra Santa, mas a universalização da fé, projeto que se assenta no desejo dos monarcas e nos avanços científicos da navegação. Em um período de imposição do espiritual sobre o temporal, a autoridade da Igreja é reconhecida e legitimadora das ações, de modo que o Papa era o “juiz comum e supremo que todos os soberanos da Cristandade então reconheciam como árbitro em todas as questões” (SANTARÉM, 1958).

A expansão marítima assumia, também, um caráter geoestratégico: contornar a África para alcançar Jerusalém, perpassando o reino de Preste João e estabelecendo uma aliança com este reino, imaginava-se assim cercar o norte da África, sob domínio islâmico. Essas estratégias espaciais esbarrariam, por sua vez, no contorno do continente e na extensão longitudinal do território africano (GARCIA, 1994). Além disso, é preciso lembrar que o interesse por descobrir um caminho marítimo para o Oriente, conquistando-o para a Cristandade antes que o fizessem os muçulmanos, bem como o controle do comércio, também faz parte da empreitada marítima lusitana desde o século XIII (CORTESÃO, 1965).

O grande volume de bulas papais endereçadas a monarquia e às instituições portuguesas corroboram que, uma vez reconhecido o esforço lusitano, coube a Igreja o papel de formular o aparato jurídico internacional e moral desse processo. Ao estabelecer tais concessões para a Coroa portuguesa, a Igreja dava, na prática, o controle eclesiástico e territorial no ultramar, o que não lhe constituía um

inconveniente, em um momento em que as preocupações geopolíticas de Roma voltavam-se para o Oriente Próximo, o Mediterrâneo e os Balcãs. O que faltou aos papas entre o século XV e princípios do século XVI foi antever o resultado deste empoderamento diante do processo expansionista (BOXER, 1981).

As motivações para o empreendimento expansionista centravam-se num complexo jogo de interesses que envolviam a monarquia portuguesa. Com base em um importante cronista do período, Gomes Eanes de Zurara, Rogers e Washburn (1990) listam algumas das motivações presentes na *Crônica de Guiné* de Zurara: da influência de D. Henrique, a expansão do conhecimento, seguindo pela do comércio; era ainda fundamental conhecer a extensão dos inimigos da Cristandade, os mouros; fazer contato com os cristãos ao ocidente; converter pagãos e conhecer os movimentos celestes. Charles Boxer (1992), por sua vez, na obra *O Império Marítimo Português*, mencionava de modo sintético serem quatro os motivos que conduziam as camadas diregentes na expansão portuguesa: o apreço às cruzadas; o desejo ao ouro da Guiné; a orientação em busca do reinado de Preste João; e a procura pelo caminho marítimo para as riquezas do Oriente.

Nesses termos, aliado à Igreja, estabelecia-se o Padroado Real Português, que só encontrou entraves práticos nos anseios expansionistas castelhanos que culminariam no Patronato Real dessa Coroa (BOXER, 1981). Se o rei Afonso V de Portugal concedia em 1449 as terras desde o cabo de Cantim até ao do Bojador para D. Henrique, em 8 de julho do mesmo ano, o rei João II de Castela concedia as terras desde o Cabo de Aguer até o mesmo Cabo Bojador para o duque de Medina Sidónia. Começavam nesse momento as disputas territoriais e animosidades geopolíticas entre os dois Estados no espaço extra-europeu. Acusações de ambos os lados envolviam a navegação, o tráfico de escravos e a posse de territórios em ilhas (Canárias) e na costa africana, durante os reinados de João II e Afonso V. As bulas *Dum diversas* e *Romanus pontifex* decidiram, como vimos, em favor de Portugal, o que se justifica pelo combate aos turcos no Mediterrâneo e árabes no norte da África, mas também pelo *princípio da prioridade da chegada*, o qual decorria dos encargos e esforços envolvidos no empreendimento das viagens. O mesmo princípio será evocado quando da chegada às Américas (GARCIA, 1994).

As aquisições garantidas pelos papas à Coroa portuguesa ou, mais especificamente, a D. Henrique e a Ordem de Cristo, seriam ainda reguladas pela lei de 31 de agosto de 1474, na qual o príncipe D. João estabelecia que “qualquer

pessoa de qualquer preminência, estado e condição que seja, que às ditas partes e terras e mares de Guinea for ou mandar trautar, nem resgatar, nem guerrear ou mouros tomar, sem licença e autoridade nossa, moira por elo e per esse mesmo feito perca todos os bens que tiver” (D. JOÃO, 1474 *apud* GARCIA, 1994, p. 116). Esse documento é fundamental para compreender a passagem da jurisdição do plano espiritual, cuja punição constitui a excomunhão, para plano secular, isto é, de um direito internacional, estabelecendo como punição a pena de morte e a perda de bens materiais.

4.3. O monopólio em causa: Portugal e Espanha como precursores geopolíticos

O *Mare Clausum*, que garantia exclusividade ao empreendimento português, seria posto em causa, pela primeira vez, após a crise de sucessão da Coroa castelhana que decorre da morte do rei Henrique IV de Castela, no final do ano de 1474. Aspirando ao trono de Castela e Leão, Afonso V casa-se com D. Joana, única filha de Henrique IV. O casamento é concretizado, mas não consumado. No ano seguinte, reacendem-se as disputas entre Portugal e Castela com a reivindicação da infanta Isabel, irmã do antigo rei, para aspirante ao trono de Leão e Castela (GARCIA, 1994). Após sucessivas batalhas, na Península Ibérica e no mar, que se estenderiam desde 1475 até 1479, a guerra de sucessão pelo trono de Castela acabou por favorecer D. Isabel e seu marido, que neste último ano se tornaria o rei Fernando de Aragão.

A paz firmada pelo Tratado de Alcáçovas (4 de setembro de 1479), todavia, reflete os complexos resultados da guerra. No território ibérico, as forças do rei Afonso V e da rainha Joana saíram derrotadas e a rainha Isabel de Castela e o rei Fernando de Aragão assumem a Coroa e unificam os reinos: nasce a Espanha. No entanto, o êxito nas batalhas navais da Guiné garantem a Portugal a maior parte dos territórios ultramarinos, com exceção de algumas ilhas no arquipélago das Canárias (GARCIA, 1994). É este, portanto, um precursor diplomático do Tratado de Tordesilhas, pois consistia em um acordo direto entre dois Estados (ROGERS; WASHBURN, 1990). Ensaiam-se aqui, pois, os primeiros termos espaciais da geopolítica colonial ibérica. Estabelecendo, na prática um paralelo ao sul das Canárias, permanece o *Mare Clausum*, garantido em carta de Afonso V ao príncipe D. João no ano seguinte, atribuindo mais uma vez a pena de morte aos transgressores (GARCIA, 1994).

É no contexto da guerra de sucessão de Castela que a exploração do ouro da Guiné, já comercializado desde o período henriquino, mostra-se um importante eixo de sustentação para Portugal, na medida em que, após batalha naval transcorrida em 1478, o controle do precioso metal permitiu novas investidas em território continental castelhano e aragonês, que deram vantagens a Portugal nas negociações que se seguiriam no ano seguinte (GARCIA, 1994).

Os avanços jurídicos voltados para o estabelecimento da soberania lusitana

na costa africana, são reiterados pela bula *Aeterni regis clementia* assinada pelo papa Sisto IV em 21 de junho de 1481, acrescentando o que havia sido delineado pelo Tratado de Alcáçovas. O que chama atenção a partir desse período, com a ascensão de D. João II ao trono português, são os esforços diplomáticos pelo reconhecimento dos direitos portugueses no ultramar frente aos outros reinos católicos (GARCIA, 1994).

Nesse sentido, em 1488, mandou o rei publicar uma tradução desta bula, que ficou a cargo de Vasco Fernandes de Lucena, da qual se fizeram várias cópias. D. João II ainda enviou a Inglaterra, em 1482, uma embaixada para ratificar o antigo tratado de amizade e reiterar as posses portuguesas no ultramar (GARCIA, 1994). Aos esforços diplomáticos, que consistiam na regulamentação papal, na normatização interna do *Mare Clausum* por meio de leis, e na afirmação diplomática junto aos reinos da Europa, somam-se os esforços práticos no mar e em terra. São exemplos a construção da fortaleza da Mina e os aprisionamentos de navios estrangeiros na costa africana.

A política de sigilo português, aplicada para preservação das possibilidades econômicas nos territórios encontrados durante o período de expansão, bem como das rotas marítimas (CORTESÃO, 1960b), somadas as questões políticas e espaciais no interior da Europa e na relação com o Oriente Próximo, acabaram por assegurar os direitos internacionais de Portugal ao Sul das Canárias. Tais direitos foram, por breve momento, reconhecidos e parcialmente respeitados pelos outros Estados cristãos até a última década do século XV (GARCIA, 1994). É preciso ainda mencionar que o comércio no Mediterrâneo e a relação entre o Sul e o Norte da Europa, bem como o incipiente desenvolvimento industrial no norte, mostravam-se nesse período uma fonte de riqueza mais estável, pelo que a aventura marítima em terras desconhecidas não se tornava urgente.

Lembra Faoro (2001), por sua vez, que a posição marítima intermediária de Portugal no caminho entre o Mediterrâneo e a Flandres privilegiava o desenvolvimento da navegação oceânica, pois estava centrada em portos no Atlântico. Tal posição explica, em parte, o fracasso de outras tentativas expansionistas, centradas no Mediterrâneo. Portugal, nesse sentido, exercia no século XV, aos olhos dos Estados europeus, um papel fundamental na cadeia produtiva europeia, fazendo chegar ao continente as riquezas do ultramar. Jaime Cortesão (1965) lembra ainda que o contato com os árabes e as técnicas marítimas

e cartográficas que destes se incorporavam, bem como a habilidade de navegação dos Cavaleiros da Ordem de Cristo, deram privilegiado acesso ao domínio do Mar Oceano. Carecia, no entanto, até finais deste século, ser encontrado o caminho marítimo para o Oriente, apesar dos incentivos que recebiam desde a bula *Dum diversas* (BOXER, 1992).

Se, do ponto de vista da política internacional, eclesiástica e secular, Portugal conseguia alcançar legitimação e reconhecimento dos seus direitos, no plano interno as opiniões dividiam-se. Faoro (2001) lembra que, apesar de comprometidos com a agenda expansionistas, havia alguns grupos comerciais costeiros que vislumbravam os riscos de uma alargada expansão por terras que não se poderiam dominar.

Existiam, portanto, ressalvas aos empreendimentos expansionistas no plano interno português. Voltados para o comércio marítimo, em oposição a fixação populacional, os mais conservadores vislumbravam a ameaça de um inimigo real e conhecido que, como um espectro, assombrava o território da cristandade portuguesa. Com poucos habitantes, Portugal assistiu boa parte da sua população iniciar um processo migratório, por vezes pendular, por vezes definitivo, que se opunha a segurança do território em bases demográficas (FAORO, 2001).

Marcados pelo cosmopolita comércio intraeuropeu, os portos portugueses, com destaque para os do Algarve e o de Lisboa, eram desde o século XIII frequentados por navegadores de todo o continente. Franceses, ingleses, italianos, holandeses e, mesmo, castelhanos, gozavam de privilégios atribuídos pela monarquia lusa para exercerem suas atividades. A prática permitia escoar a produção portuguesa, intermediar e fazer chegar a Portugal outras tantas mercadorias. Em troca de uma parte dos lucros, os comerciantes recebiam da Coroa algumas garantias. As “cartas de segurança” ou “cartas de segurança real”, asseguravam ao navegador que não seriam tomadas suas mercadorias, nem sofreriam eles nenhuma represália, ainda que o Estado português e o de origem do mercador estivessem em conflito (FAORO, 2001).

Com a expansão no século XV, a prática mercantil continuou a integrar navegadores e comerciantes de diferentes países. Tendo o infante D. Henrique como concessionário do comércio na costa africana, não foram incomuns concessões a mercadores estrangeiros. A ação permitiu dar continuidade a exploração comercial durante a expansão portuguesa, ainda que enfrentasse escassez populacional. Garantia ainda, por meio de contrato, o controle e o acesso

a parcelas do lucro da atividade mercantil. Comerciantes privados e aventureiros de toda a Europa acabaram por integrar o processo expansionista controlado *de juri* por Portugal. Com a ascensão de D. João II, os comerciantes passaram a ter acesso ao comércio na África mediante o pagamento de licenças, mas restrito a importação de artigos de menor importância¹⁰, enquanto a Coroa reservava para si o monopólio sobre o ouro (BOXER, 1992). Esse emaranhado de atores sociais que emerge no contexto comercial português é assim descrito por Faoro (2001):

Exportadores e importadores, banqueiros, intermediários, em alguns momentos ciumentamente vigiados pelos mercadores nacionais, para cujo gozo os soberanos reservavam o mercado interno, constituíam, sob a vigilância e a proteção real, o impulso das navegações, costeiras, primeiro, e ultramarinas mais tarde.

Falta mencionar que os recursos de maior valor tinham também maior custo. É preciso lembrar que o comércio atlântico não se deu em territórios vazios demograficamente. Ainda que as populações nativas africanas não tenham sido capaz de resistir por completo nas zonas costeiras, o mesmo não se pode dizer dos territórios interioranos. A resistência autóctone e as condições físicas concentraram a ocupação europeia à costa, mesmo nos anos que seguiram. O acesso ao ouro, marfim e escravos dava-se por meio de trocas com mercadores itinerantes, tornando os fortes em pujantes áreas comerciais (BOXER, 1992). Assim, além dos agentes internos ao contexto europeu, é preciso reconhecer a organização local, isto é, em África, de novas dinâmicas sociais impulsionadas por relações comerciais com populações nativas.

Desse conjunto de atores e acções, temos duas importantes consequências. A primeira, é que diante da integração de áreas até então desconhecidas ao circuito comercial europeu, altera-se de modo definitivo a concepção cosmográfica, tanto de europeus, como de nativos africanos, asiáticos e, posteriormente, americanos. A segunda, mais pontual, diz respeito ao fato de que as riquezas acumuladas e o reconhecimento da exclusividade dos portugueses nos territórios e mares ao sul das Canárias – apesar das frágeis resistências internas – seguiam rumo ao sul na esperança de alcançar o reino de Preste João e o Oriente.

Jaime Cortesão (1984) lembra que até a segunda viagem de Diogo Cão

¹⁰ Boxer (1992, p. 46) cita como exemplos “papagaios, focas, macacos, têxteis de algodão e rafia, etc. Posteriormente, a Coroa cedeu os direitos de importação de escravos e marfim a certos indivíduos especialmente favorecidos”.

(1485-1486) acreditava-se que África tinha uma dimensão muito mais reduzida do que a real, algo sustentado por mapas-mundo desde o de Pietro Vesconti (ca. 1321) até o de Fra Mauro (1459), e, portanto, acredita-se faltar pouco para se alcançar o Índico. Essa noção, junto a consciência da dimensão da Terra e da Ásia, estaria no cerne da rejeição de D. João II, em 1484, do projeto que Cristóvão Colombo propôs de alcançar as Índias navegando rumo ao oeste, conquanto os portugueses mantinham-se rumo ao sul. Além disso, o plano de Colombo não assegurava o controle português dos territórios que se encontrariam, pois é preciso lembrar que a jurisdição portuguesa se encontrava acertada ao sul das Canárias. Diante disso, D. João II opta por se concentrar em viagens exploratórias e demarcatórias – utilizando-se de padrões – que buscam contornar o continente africano:

Cão saiu de Lisboa em 1482. Levou consigo uma série de colunas de pedra esculpidas, encimadas por uma cruz, conhecidas como padrões, as quais ele planejava erigir ao longo de faixas da costa recém-descobertas, como forma de marcar seu progresso e reivindicar os territórios para Portugal. Outros navegantes portugueses continuariam com a prática, e em pouco tempo os cartógrafos começaram a desenhar padrões em seus mapas: registros icônicos dos descobrimentos portugueses (LESTER, 2012, p. 251).

Da segunda viagem de Diogo Cão e, sobretudo, a de Bartolomeu Dias (1487-1488), apreendem-se duas valiosas lições: a primeira é a possibilidade de contornar o continente e alcançar o Índico; a segunda é que o continente africano é mais extenso em latitude e longitude do que se esperava (CORTESÃO, 1960b). Seja como for, estava próximo o caminho marítimo para o Oriente e Portugal poderia, como fez com o ouro em África, transferir o comércio de especiarias para o seu controle, eliminando os intermediários venezianos e árabes ao transferir a rota terrestre para a marítima. Soma-se a isso que Portugal havia percebido uma rica mercadoria que acalmaria os ânimos dos grupos mais conservadores ao processo de expansão: o comércio de escravos (BOXER, 1992).

A Coroa lusitana ainda demoraria nove anos para enviar uma nova frota à Índia, mas tinha consciência do território além das viagens marítimas, pelo envio de missões terrestres à África setentrional, dentre elas a de Pero de Covilhã, em 1487 (LESTER, 2012). No entanto, se os caminhos rumo ao sul estavam virtualmente assegurados – ao menos juridicamente – a Portugal (BOXER, 1992), não é de se espantar que a receptividade do plano de Cristóvão Colombo tenha sido completamente diferente entre os Reis Católicos Isabel e Fernando.

Colombo se tornara um navegador experimentado já na década de 1480,

quando propõe ao rei D. João II sua viagem rumo ao Oeste. Tinha experimentado navegar nesse sentido junto aos “homens de Bristol”, navegadores do sul da Inglaterra que faziam visitas regulares à Islândia e a Groenlândia, em busca de pescados. Em Portugal, onde Colombo se instalara desde 1476, a navegação para o ocidente tinha-se tornado habitual pela descoberta de ilhas atlânticas, as mais distantes nos Açores, e permeava no imaginário dos homens do mar a possibilidade de encontrar novas ilhas com as quais poderiam comerciar. Nesse sentido, registam-se alguns pedidos que foram feitos diretamente a D. João II (LESTER, 2012).

O próprio Colombo fez viagens atlânticas à Madeira e ao litoral africano, tendo realizado ao menos uma viagem à Guiné e ao Castelo de São Jorge da Mina entre 1482 e 1483. Dessa experiência aprendeu sobre o regime de ventos e de correntes marítimas no Atlântico e tomou conhecimento de histórias sobre ilhas atlânticas a oeste (GARCIA, 1994).

Muito relevante também foi o conhecimento que teve da teoria de Paolo Toscanelli (GARCIA, 1994). Matemático, astrônomo e geógrafo, esse personagem florentino mantinha contatos com D. Afonso V, por intermédio de Fernão Martins. Uma dessas comunicações entre Toscanelli e o rei de Portugal, datada de 25 de junho de 1474, foi transcrita por Colombo em 1480, quando se encontrava em Portugal. A versão transcrita por Colombo foi extraída de uma edição da *Historia rerum ubique gestarum*, da autoria de Enea Silvio e editada em 1477. A carta seria posteriormente reproduzida na *Historia del Almirante*, de Fernando Colombo e, também, na *História de las Indias* de Bartolomé de las Casas (OLIVEIRA, 2016).

A carta do geógrafo florentino é bastante explícita com relação a possibilidade de, marchando à oeste, encontrar a outra face da Ásia:

Não se espante pelo fato de eu caracterizar a região onde crescem as especiarias como o “Ocidente”, embora comumente conhecida como “o Oriente”, pois qualquer homem que navegue para oeste sempre encontrará estas terras a oeste, tal como aquele que avançar pelo continente para leste as encontrará no oriente (TOSCANELLI, 1474 *apud* LESTER, 2012, p. 248).

É essa a visão que está por trás da concepção geográfica de Cristóvão Colombo. Para ilustrar essa concepção, Toscanelli anexa um mapa, hoje perdido, mas reconstruído posteriormente por eruditos (LESTER, 2012). Segunda a carta, Toscanelli apresenta ao rei um mapa, dotado de um sistema de projeção, a partir de linhas retas longitudinais e latitudinais que se cruzam. Entre a Europa e a Ásia, um conjunto de ilhas – algumas imaginárias – compunham o Mar Oceano entre a

margem ocidental da Europa e a margem oriental da Ásia. As distâncias são bastante equivocadas, fruto do sobredimensionamento da Ásia e do subdimensionamento da Terra, aspecto comum entre muitos letrados da Europa, à exceção de Portugal onde, após as viagens pela África, seus letrados haviam estudado a distância aproximada do grau de latitude e tinham ideia de que a esfera terrestre era maior do que a dimensionada por Toscanelli e Colombo.

Diante desse quadro, o encontro entre Colombo e D. João II, segundo Garcia (1994) teve lugar em Carnide a meados de junho de 1483, terminado com a recusa ao projeto. Segundo Fernando Colombo, a recusa portuguesa ao projeto de seu pai assentava-se nas exigências feitas por Cristóvão Colombo ao rei D. João II (GARCIA, 1994). As razões para tal, podem ainda assentar nas referências apresentadas pelo navegador em relação ao Oriente, que seriam demasiado antigas, com base em Marco Polo e Mandeville, por exemplo (LESTER, 2012). Garcia (1994, p. 103) menciona um elucidador trecho das *Décadas da Ásia* de João de Barros:

El-Rei, porque via ser este Cristóvão Colom homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades, e mais fantástico e de imaginações com sua Ilha Cipango, que certo no que dizia, dava-lhe pouco crédito. Contudo, a força de suas importunações, mandou que estivesse com Dom Diogo Ortiz, Bispo de Ceita, e com Mestre Rodrigo e Mestre Josepe, a quem ele cometia estas cousas da cosmografia e seus descobrimentos, e todos houveram por vaidade as palavras de Cristóvão Colom, por tudo ser fundado em imaginações e cousas da Ilha Cipango, de Marco Paulo, e não em o que Jerónimo Cardano diz. E com este desengano espedido ele del-Rei, se foi pera Castela, onde também andou ladrando este requerimento em a corte del-Rei Dom Fernando, sem o querer ouvir, té que per meio do Arcebispo de Toledo, Dom Pero Gonçalves de Mendoça, el-Rei o ouviu (João de Barros, *Primeira Década*, Livro III).

Temos ainda que mencionar o fato da náutica no sentido norte-sul ser mais prática aos portugueses. Contando com caravelas, astrônomos, quadrantes e astrolábios, os navegadores poderiam se afastar da costa sempre que necessário e retornar a ela à mesma latitude, com certa precisão. As distâncias longitudinais, no entanto, eram usualmente mais imprecisas e sobredimensionadas, pois se utilizava a medida de milhas ou léguas, facilmente influenciada por desvios do curso na navegação. Por essa razão, navegar no sentido norte-sul permitia maior precisão e controle dos avanços da expansão. São todas essas razões que contribuem para a recusa portuguesa ao projecto de Colombo (LESTER, 2012).

Recusada sua proposta em Portugal, Colombo chega à Espanha sem posses

e possivelmente endividado (GARCIA, 1994) e se abriga no mosteiro de La Rábida, onde apresenta suas ideias a frei Antonio, um culto cosmógrafo franciscano que utilizará seus contatos para conceder ao navegador acesso à corte. Colombo residiu no mosteiro durante cinco meses e, em 20 de janeiro de 1486, consegue uma audiência com os Reis Católicos. Isabel e Fernando recusaram a ideia – por diversas vezes inclusive –, mas o recomendaram à sua comissão de conselheiros.

Envoltos na guerra de reconquista em Granada, demoraria mais seis anos para a empresa de Colombo ir ao mar. Tempo este no qual Cristóvão Colombo parece ter se dedicado aos estudos de geografia. Leu atentamente a *Historia rerum ubique gestarum* (*História de assuntos conduzidos em toda parte*), de Aeneas Sylvius Piccolomini, corrigindo-a por vezes a partir do cruzamento de fontes e de sua própria experiência. O mesmo faz com a *Imago Mundi* de Pierre D'Ailly e outras obras, Colombo estava agora mais bem preparado para defender suas ideias diante dos letrados conselheiros dos Reis Católicos. Ainda assim, seu projeto recebeu sucessivas recusas e Colombo estava disposto a abandonar a Espanha e seguir para França, onde, mais uma vez, apresentaria sua proposta, dessa vez ao rei Carlos VIII. No entanto, por intermédio de Luis de Santángel – tesoureiro da Corte –, os Reis Católicos foram convencidos a patrocinar a viagem. Em 30 de abril de 1492 era dada ordem de navegação (LESTER, 2012)

A viagem teve início no verão daquele ano, em 3 de agosto de 1492. A conhecida frota de três naus, composta pela *Niña*, *Pinta* e *Santa María*, saiu do porto de Palos em direção às ilhas Canárias. Sabe-se que trazia consigo um mapa com a representação das ilhas atlânticas, possivelmente uma cópia da carta náutica de Toscanelli. Além disso, conhecia os trabalhos de Henricus Martellus e Martin Behaim. Conforme registro de Bartolomeu de las Casas e seu filho Fernando Colombo, os quais reproduziram partes do diário de navegação de Cristóvão Colombo, a produção de mapas e globos estava entre as prioridades do navegador, ensaiando aí a comprovação de que havia alcançado áreas até então desconhecidas (LESTER, 2012).

Colombo navegou pelas Bahamas, Cuba e o Haiti, onde finalmente encontrou ouro, mas sem confirmar ter chegado aos famosos reinos do Oriente – o Preste João e o Grande Khan. Cruzou, no entanto, suas referências, textos medievais e outros mais contemporâneos, com as paisagens e os relatos de populações nativas com que teve contato. A narrativa ditava o encontro de povos e maravilhas.

Reinvidicando a chegada às Índias, instalou no local de naufrágio da nau *Santa María*, um forte guarnecido por 39 homens, ao qual chamou de *La Villa de Navidad* – em memória ao naufrágio ocorrido no Natal –, estabelecendo a primeira aliança com uma população autóctone, liderada por uma autoridade local de nome Guacanagarí.

São particularmente interessantes as impressões de Colombo sobre a Hispaniola (Haiti): “toda esta ilha, que acredito ser maior do que Portugal e tenha o dobro de habitantes, mas eles estão nus e desarmados e são muito medrosos” (COLOMBO, 1492 *apud* LESTER, 2012, p. 300). Nesta ilha, conseguiu finalmente encontrar e comerciar ouro com alguns nativos, satisfazendo uma de suas maiores preocupações e, com o precioso metal em mãos, estabelece um entreposto – tal como havia experienciado na Mina. Retornou à Europa para contar aos Reis Católicos o sucesso de sua viagem e solicitar novas provisões, que logo seriam atendidas (LESTER, 2012).

A alteração do paradigma geopolítico relativo à expansão ibérica teria início já em seu retorno, quando é recebido por D. João II em Portugal. Segundo Garcia (1994) o encontro ocorreu em Valparaíso, entre os dias 9 e 11 de março de 1493. As notícias do descobrimento geraram ao rei um incômodo de partida, por ter Colombo reivindicado as terras para a Coroa espanhola. O monarca português, conforme a *Crônica de D. João II* de Rui de Pina, teria afirmado uma grave infração aos acordos internacionais, notadamente o Tratado de Alcaçovas e a bula *Aeterni regis clementia* (1481), pois tais descobertas estariam ao sul das Canárias e, portanto, lhe pertenciam por direito (LESTER, 2012).

No entanto, os Reis Católicos interpretavam que as tais ilhas não ficavam nas partes da Guiné e, novamente, a espacialização das descobertas alavancava as disputas geopolíticas entre os países ibéricos. D. João II, prontamente preparou uma armada para visitar as partes descobertas, tendo nomeado D. Francisco de Almeida capitão-mor. No entanto, antecipando-se a ação do monarca português, os Reis Católicos enviaram um mensageiro, de nome Ferreira, que constatou a existência da armada. Diante do fato, em 22 de abril de 1493, Isabel e Fernando enviam um embaixador para comunicar oficialmente as descobertas – tendo em vista que D. João II as conhecera em primeira mão, diretamente de Cristóvão Colombo – e pedir para que o monarca português não enviasse navios às terras a que Colombo chegara (GARCIA, 1994).

A armada nunca zarpou de Portugal e não se tem notícias de viagens

exploratórias portuguesas até 1498, com Vasco da Gama. No entanto, as negociações prosseguiriam de modo acelerado e D. João II enviou Rui de Sande à Espanha para reafirmar os direitos portugueses ao sul das Canárias, insistindo no eixo latitudinal (CORTESÃO, 1960). Nesse ínterim, os Reis Católicos enviam ao papa Alexandre VI, aragonês e próximo a Coroa espanhola, uma carta em 15 de abril de 1493 para assegurar a posse das descobertas. Menos de um mês depois, em 3 de maio, o papa emite uma bula – a *Inter caetera* – que assegura os pedidos da Coroa espanhola. A objeção por parte da Coroa portuguesa é imediata e nos meses subsequentes ocorrem intensas negociações (GARCIA, 1994).

Três novas bulas serão redigidas. Em junho, as *Eximia devotiones* e a *Inter caetera*¹¹, falsamente assinadas com a data de 3 e 4 de maio, quando na prática foram redigidas em junho (CORTESÃO, 1960; GARCIA, 1994). Essa última, arbitra uma linha longitudinal, de pólo a pólo, 100 léguas a oeste de alguma ilha dos Açores e Cabo Verde (ROGERS; WASHBURN, 1990).

A última bula deste conjunto de documentos papais é a *Dudum siquidem*, de 26 de setembro de 1493. Talvez a mais importante, antedatada em 4 de maio de 1493, reafirma as bulas anteriores e acresce o domínio de regiões ao sul para a Espanha, desde que localizadas além do paralelo das Ilhas Canárias. Além disso, são replicados aos Reis Católicos os mesmos direitos eclesiásticos que detinha a Coroa portuguesa (CORTESÃO, 1960). No conjunto, além da imprecisa delimitação – sem designação da ilha entre dois arquipélogos –, as bulas reconheciam os feitos de Colombo e buscaram servir de resposta as exigências das embaixadas portuguesas enviadas a Roma (GARCIA, 1994).

Mais uma vez a Igreja servia de mediadora das relações juridico-diplomáticas da expansão, assegurando sempre a universalização da fé pelos desconhecidos territórios. É assim que em setembro de 1493 parte Colombo para a segunda viagem às “ilhas Orientais”, navegando rumo ao ocidente. As promessas de riquezas sempre enfatizavam o espírito cruzadístico, como diz Colombo em carta redigida para os Reis Católicos durante o retorno de sua primeira viagem: “Daqui a sete anos [...] serei capaz de pagar a Vossas Altezas 5 mil cavaleiros e 50 mil soldados de infantaria para a guerra e conquista de Jerusalém, propósito pelo qual este empreendimento foi combinado” (COLOMBO, 1493 *apud* LESTER, 2012, p. 301).

¹¹ Constitui o primeiro termo utilizado no início da bula (ROGERS; WASHBURN 1990)

Com tais promessas em conhecimento do pontífice, que enfrentava constantemente o medo dos turcos, não é aleatório que Alexandre VI tenha favorecido os Reis Católicos.

É nesse contexto que Colombo consegue o beneplácito dos Reis Católicos para armar uma enorme frota com 17 navios, sendo 14 caravelas e 3 naus. Entre os tripulantes estavam monges que se dedicariam a construção de Igrejas e a conversão dos nativos (LESTER, 2012), tal como ficara a cabo de Portugal na costa ocidental da África. A geopolítica de colonial mais uma vez alicerçava a expansão da fé, dessa vez a cargo dos espanhóis.

Dominado todo território peninsular para os Reis Católicos, a Espanha poderia agora se voltar para o projeto expansionista, o qual contava com o consentimento do papa para obter o reconhecimento internacional das novas posses. A viagem de Colombo alterava em definitivo a geopolítica em nível global; a Santa Fé estava agora a serviço de dois senhores: o Padroado português, existente desde meados do século XV, e o Patronato espanhol, em finais desse século (BOXER, 1981).

Portugal e Espanha eram agora os responsáveis pela expansão da fé, ao mesmo tempo que davam início a uma disputa global pelo domínio territorial no mundo extra-europeu. À partida, contava a Espanha, em segredo, com um conterrâneo para assegurar suas conquistas junto a Roma; Portugal, por outro lado, se alicerçava nas décadas de conhecimentos acumulados sobre a estrutura da Terra (CORTESÃO, 1960).

O papa Alexandre VI não havia diretamente estipulado as 100 léguas dos arquipélagos dos Açores ou de Cabo Verde: a sugestão veio de Cristóvão Colombo, e foi acatada pelos Reis Católicos, que a tornaram a sugerir. Aqui é notável a percepção de Colombo sobre a estrutura da Terra em comparação com as noções portuguesas. Para o navegador genovês, as 100 léguas tinham sido marcadas como um ponto simbólico de sua travessia, na qual percebeu alterações de temperatura e variações magnéticas e astronômicas. Por essa razão, Colombo supôs ser aquele ponto o local exato de mudança dos mares do europeu para o asiático (LESTER, 2012).

No entanto, a suposição era baseada em uma dimensão equivocada do tamanho da Terra, o que torna a distância real entre a Europa e a Ásia, seguindo para oeste, muito maior do que pensava Colombo. Os letrados portugueses,

notadamente Duarte Pacheco Pereira, tinha uma noção muito mais aproximada do real. Toscanelli afirmava uma distância de 130°, o que, segundo o grau terrestre de Colombo, corresponde a cerca de 1820 léguas ou 10920 km. No entanto, a distância real é de 229°, o que, nos parâmetros atuais, corresponde a 4293 léguas ou 25418 km. Os cálculos aqui apresentados, com base em Cortesão (1960), evidenciam o quão equivocada era a noção de Colombo em relação à medida da Terra e, conseqüentemente, às distâncias entre os pontos.

Portugal iria, então, explorar essa deficiência para renegociar os termos com a Espanha. Ainda que não tivessem a noção precisa da distância entre a Ásia e a Europa, tinham noções mais aproximadas. A famosa carta de Fra Mauro, feita em 1459 a pedido de D. Afonso V, indica uma distância de 238° entre a Europa e a Ásia, o que, para os parâmetros da época, deveria corresponder a cerca de 4284 léguas ou 25361km. Ora, já em meados do século XV os portugueses tinham uma noção muito aproximada da distância real entre as duas faixas continentais: o erro em relação a distância real era de cerca de nove léguas, enquanto Colombo, com base em Toscanelli, se equivocava em cerca de 2473 léguas. É importante mencionar que os cálculos apresentados apenas ilustram a situação, pois ainda hoje é difícil precisar o quanto valia uma légua, havendo variações de lugar para lugar. No entanto, demonstram a enorme discrepância entre o estado da arte da geografia e da cartografia entre os dois países ibéricos.

Diante disso, não é aleatório, portanto, que D. João II tenha solicitado mais 300 léguas, além das 100 resguardadas pelas bulas papais de 1493 (LESTER, 2012). Não se sabe ao certo a razão das 400 léguas. Jaime Cortesão (1984) afirma, categórico, ser do conhecimento do monarca português – já naquela época – a existência de terras entre a Ásia e a África. Isso teria influenciado a definição das 370 léguas, mais que suficientes para a “volta do mar”.

Rogers e Washburn (1990), Garcia (1994) e Guedes (2000), por outro lado, apontam que esta tese carece de fontes e que a extensão da raia meridional para leste consiste apenas em uma medida segura para a navegação em alto mar no sul do Atlântico. Tinham em mente que a “volta do mar” já era conhecida dos navegadores lusos desde a primeira viagem de Bartolomeu Dias. Essa correspondia ao uso dos ventos de modo apropriado para se alcançar o extremo sul da África, navegando para oeste e contornando os fracos ventos costeiros que predominavam ao sul da Guiné. Vasco da Gama, em início de 1500, orienta Pedro Álvares Cabral a

que se dirigisse para o sul, e quando os ventos se tornassem escassos, rumasse para sudoeste, na volta do mar, até alcançar o cabo da Boa Esperança, após retomar o caminho para leste. Cortesão (1984) já questionava essa leitura ao constatar que as 100 léguas desde os Açores ou Cabo Verde seriam suficientes para contornar a volta do mar.

Seja como for, é importante notar a paradigmática alteração do eixo de divisão entre as zonas de posse entre Portugal e Espanha de uma demarcação de latitude – como sugeria o Tratado de Alcáçovas (1479) e a bula *Aeterni regis clementia* – para raias de longitude. Tal como mencionado, o domínio do cálculo de latitude era mais confiável do que o de longitudes; no entanto, a extensão da navegação para oeste e a reivindicação de ilhas encontradas nesse rumo conduziram – diante do consentimento do papa Alexandre VI – para uma nova disposição dos arranjos espaciais, apesar dos esforços dos embaixadores de D. João II pela manutenção do domínio no eixo norte-sul (CORTESÃO, 1960).

Ao insistir na negociação das terras pelo eixo norte-sul, por vezes em tom ameaçador, D. João II acabou por incitar a curiosidade dos Reis Católicos, que ordenaram – em carta de 5 de setembro de 1493 – a exploração das terras e ilhas à altura da Guiné e ao sul, respaldados pelas novas bulas de Alexandre VI (CORTESÃO, 1960). A exploração desta área, e o parecer a ser feito por Colombo, tinham a finalidade de adequar, se necessário, as bulas papais (GARCIA, 1994).

Diante do comprometimento do papa com a Coroa espanhola, Portugal decide não reconhecer as bulas do papa Alexandre VI. Não se pode daí afirmar que houve uma ruptura de Portugal com a Igreja enquanto mediadora das relações de soberania. D. João II fez a opção de manter-se embasado pelas bulas anteriores.

O litígio mantinha-se e, tendo a Espanha o papado como aliado, os caminhos para um acordo mediado pela Santa Sé se tornavam distantes. Como D. João II havia – em favor das negociações – abdicado da viagem de D. Francisco de Almeida para as terras recém-encontradas por Colombo, é possível que aguardasse mais notícias do território antes de prosseguir as negociações.

Buscando a resolução para a disputa, D. João II nomeia como embaixadores para negociação com a Espanha Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, seu filho D. João de Sousa, almotacé-mor, Aires de Almada, corregedor dos feitos cíveis na corte e do desembargo régio. Juntam-se a embaixada o secretário Estevão Vaz, Duarte Pacheco Pereira, João Soares de Sequeira e Rui Leme, sendo os três

últimos testemunhos. A recomendação do monarca é a resolução pacífica do litígio gerado pela expedição ordenada pelos Reis Católicos (GARCIA, 1994). A demarcação de ilhas e terra-firme deve ser feita considerando parâmetros náuticos de rumos, bem como latitudes – “graus do norte e do sol e por aquelas portes divisões e lugares do céu e do mar e da terra que vos parecer” (D. João II, 1493 *apud* GARCIA, 1994).

Em 1494, durante a estada dos Reis Católicos em Tordesilhas, os monarcas escolhem para a negociação D. Henrique Henriquez, mordomo-mor, D. Gutierrez de Cardenas, comendador-mor de Leão e o doutor Rodrigo Maldonado, todos membros do Conselho Real, tal como fizera D. João II. Fernando Alvarez de Toledo foi escolhido secretário e Pero de León, Fernando de Torres e Fernando Gamarra, as testemunhas (GARCIA, 1994).

As negociações ocorreriam agora à margem da Igreja, tal como em Alcáçovas décadas atrás. A diplomacia laica emergia como forma estratégica de definição da soberania política. À mesa de negociações, estavam agora alguns dos resultados da segunda viagem de Colombo e, ao que tudo indica, de conhecimento de ambos os monarcas. Garcia (1994) serve-se do relato de Garcia de Resende para afirmar que, durante as negociações, a embaixada portuguesa era munida de informações alcançadas por suborno e levadas por um eficiente sistema de correios, que garantia o contato constante com o monarca português. Não se descarta ainda a possibilidade de expedições portuguesas sigilosas, partidas da Ilha da Madeira para explorar mares à oeste, que teriam em segredo munido a comitiva portuguesa de informações desconhecidas aos espanhóis, dando vantagens a Coroa portuguesa (CORTESÃO, 1960b).

A interpretação das antigas delimitações e o pouco conhecimento dos novos espaços, bem como das técnicas adequadas para divisão das áreas, marcaram as discussões em Tordesilhas. De um lado, os espanhóis afirmavam que os acordos anteriores se referiam apenas as áreas da costa africana e, por essa razão, as novas ilhas e terras deveriam ser de posse dos seus descobridores, assumindo a prioridade da chegada. De outro, Portugal insistia na existência de uma raia que delimitava as áreas de influência no sentido norte-sul.

A negociação chegaria a um termo em 7 de junho de 1494, com assinatura de uma minuta a ser ratificada pelos monarcas até 100 dias. Isabel e Fernando a assinaram em 7 de julho de 1494. D. João II, por sua vez, assinou o acordo apenas

ao fim do prazo, em 5 de setembro de 1494. Estabelecia o seguinte:

os ditos seus procuradores em seu nome e per virtude dos ditos seus poderes outorgaram e consentiram que se faça e assine polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente, por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais (*Minuta original do Tratado de Tordesilhas*, folha 3v).

É interessante perceber que o Tratado de Tordesilhas versa diretamente sobre a posse de territórios e não apenas sobre a navegação. Os navios, por sua vez, podem ir e vir de modo “livre, segura e pacificamente sem contradição” (*Idem*). O Tratado de Tordesilhas está direcionado as possibilidades de acesso as riquezas, pelo que o domínio de territórios mais ou menos estratégicos está relacionado ao acesso a bens, mas também com a possibilidade de estabelecer portos seguros aos navios durante viagens longas.

CAPÍTULO 5 - A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DE UM MUNDO DIVIDIDO

5.1. O Planisfério anônimo de 1502, dito de Cantino

Tal como acabámos de resenhar, à altura do Tratado de Tordesilhas a soberania sobre os territórios incluídos no processo de expansão estabeleceu um modelo de acordos diplomáticos preventivos e não de delimitação efectiva, a qual se concretizaria posteriormente. São as terras a serem descobertas, de que falam as bulas papais e o Tratado de Tordesilhas. A concretização do processo de estabelecimento da soberania passaria pela delimitação cartográfica das áreas. Mais do que expressar rumos, distâncias e coordenadas, a cartografia deve demarcar as divisões políticas do mundo recém alcançado pelos portugueses.

Já mencionamos que, no século XV, Portugal inicia de modo pioneiro o processo de expansão marítima. Esse processo é acompanhado por uma série de documentos que garantem ao Império o domínio de uma grande parcela de territórios, primeiramente na África e, posteriormente, na América: são as bulas e o Tratado de Tordesilhas trabalhados na seção anterior. Levantamos ainda algumas hipóteses sobre a razão pela qual são poucos os documentos cartográficos portugueses conhecidos sobre esse momento inicial da expansão ultramarina portuguesa. Em certo modo, é consenso que “o desaparecimento da mais antiga cartografia dos Descobrimentos só pode ser atribuído à rápida evolução sofrida pela Arte de Navegar com a introdução de métodos astronómicos para a obtenção de latitudes” (GUEDES, 1997, p. 16).

Com isso, as cartas náuticas tornavam-se rapidamente obsoletas e eram substituídas por novas, sendo os antigos registros desprezados em período em que a utilidade prática era de maior valor do que a preservação. Domingues (2009, p. 263) corrobora esta percepção ao afirmar que “Las cartas de marear antiguas, gastadas por el uso o desactualizadas, conteniendo dibujos simples de recortes de costas y poco más, no eran sin duda objectos apetecibles o con valor patrimonial que justificase su preservación”.

Armando Cortesão (1960) ressalta que hoje são conhecidas duas cartas e um fragmento seguramente portugueses datáveis do segundo quartel do século XV. Diferente das cartas impressas, anexas por vezes às diferentes edições da

Geografia de Ptolomeu que circulam desde finais do século XV por toda a Europa, os mapas manuscritos portugueses, possivelmente pelo seu carácter prático, eram mais objectivos e precisos que os impressos (ALEGRIA *et al*, 2012), os quais reproduziam a visão clássica do mundo, com enxertos das novas descobertas. Demonstravam ainda um estilo próprio que os diferenciava dos mapas italianos que, por vezes, copiavam informações das cartas portuguesas (CORTESÃO, 1960).

No entanto, tal como já afirmamos na seção 4.1 e, também, com base em Cortesão (1960, p. 116): “As cartas ptolomaicas certamente influíram na ideia de introduzir a escala de latitudes na carta de marear”. Assim, em Portugal, combinaram-se os elementos astronómicos com os da carta náutica azimutal plana. Esse movimento permitiu que melhor fossem representadas as distâncias e posições, fundamentais em um momento em que a cartografia se torna um instrumento representativo das divisões geopolíticas, isto é, das áreas de influência de cada império.

Nesse sentido, tanto o Tratado de Tordesilhas, quanto a documentação posterior expressam de modo explícito o desejo de ver representada em um mapa a linha de delimitação entre Portugal e Espanha. Nos anos que se seguiram, foram representativos os esforços para conhecer as medidas astronómicas e determinar as latitudes, bem como as distâncias, para calcular a longitude, um processo que, como se observou anteriormente, só seria possível sanar no século XVIII. No entanto, já se afigura a *raia* de divisão entre os impérios ibéricos em 1500, na carta de Juan de la Cosa, reaparecendo em 1502 no planisfério dito “Cantino”, com a legenda “Este he o marco dantre castella y portugual”, a qual já nos referimos no início desta seção.

O planisfério anónimo de 1502 fora encontrado por sorte de Giuseppe Boni, diretor da Biblioteca Estense, em uma salsicharia da via Farini, em Módena. A história sobre o modo como veio a luz este planisfério é narrada por Duarte Leite (1923, p. 225): “destinado a cobrir o balcão”, fora salvo “da mácula dos chouriços e do gume da faca do toucinho”. Dessa narrativa são particularmente interessantes as primeiras impressões que Boni deverá ter tido ao analisar pela primeira vez o planisfério e que acabam por nos orientar sobre a leitura de um mapa sumptuário, que teve o alto custo de doze ducados de ouro:

Chegado a casa, apressou-se a examinar atentamente a aquisição, que em verdade excedeu sua expectativa ansiosa de antiquario. Era um antigo e

precioso planisfério manuscrito, acabado com esmêro no gôsto dos portulanos do XV século, que representava todo o mundo então conhecido: os continentes por vezes lavados a verde, as ilhas a vermelho ou azul, os mares esmaltados a espaços com rosas-dos-ventos de côres garridas. Iluminavam-no profusamente magníficas miniaturas variegadas, figurando povoados, castelos, altos montes, florestas densas, uma fauna quasi heráldica de grandes animais e aves, personagens diversas e negros dançando, tudo salpicado de bandeiras e flâmulas de diversa espécie. Grandes letreiros em caracteres góticos designavam partes notáveis, os oceanos e os paralelos principais, tirados a ouro ou a carmim; ao passo que pelas terras se espalhava copiosa nomenclatura em semigótico, ressalvada uma dúzia de denominações em escritura ordinária, que pareciam acrescentamentos. Tôdas as inscrições era redigidas em português, menos as dos oceanos que o eram em latim, e algumas das Antilhas e regiões circunvizinhas que denunciavam seus descobridores castelhanos (LEITE, 1923, p. 225).

Neste trecho estão presentes os elementos essenciais da cartografia de luxo, elaboradas no contexto português: o uso de cores vivas para apresentar os elementos geográficos de modo exuberante; o uso de alegorias para representar elementos materiais e humanos; escrita rebuscada e hierárquica para descrever e designar lugares; o uso predominante do vernáculo; bandeiras e flâmulas de diversa espécie. Todos esses elementos expressam, no conjunto, uma complexa relação entre a expressão gráfica dos lugares, suas características, e a afirmação da soberania.

Tal como anteriormente mencionado, e como atesta Avelino Teixeira da Mota (1977), esse é o mais antigo planisfério de tipo náutico, no qual figuram o Equador e os dois trópicos e o círculo ártico, embora não apresente uma escala de latitudes ou, ainda, um meridiano graduado. Além disso, um estudo de Avelino Teixeira da Mota apresentado a Armando Cortesão (1960) evidencia, a partir do traçado da Guiné, que a carta está traçada por latitudes e o próprio Avelino Teixeira da Mota (1977), anos depois, lembra que Duarte Leite (1923) já estipulara o grau terrestre do mapa em 17,5 léguas. O planisfério cobre ainda uma zona terrestre de 257º de longitude; faltam, portanto, 103º, encontrando-se desconexas as terras do ocidente em relação às do oriente.

Sendo o primeiro dos planisférios portugueses conhecidos, é um excelente exemplar da combinação entre distintas soluções para projeção plana do globo. Como alerta Duarte Leite (1923, p. 233), “os cartógrafos de Portugal atendiam especialmente às ladezas (latitude) e não às longuras (longitude)”. A solução para esse problema era sua supressão por rotas e rumos, sempre influenciada pela falta de precisão da estima e das agulhas de marear.

É importante atentar que o contexto de produção do mapa nos auxilia em sua articulação com a geopolítica de finais dos quatrocentos e inícios dos quinhentos. Já mencionamos que Veneza detinha o monopólio comercial com o Império turco e o fato deste acordo ter sido considerado uma traição pelos outros reinos católicos. Vimos também que, diante disso, o papado se aproxima dos reinos ibéricos – primeiramente Portugal e, posteriormente, Castela – no intuito de manter sua expansão sobre novas frentes: em África e – com a viagem de Vasco da Gama (1498) – posteriormente para a Ásia, de modo a quebrar o monopólio veneziano (FERNANDES, 2003).

Não surpreende, portanto, o interesse de nobres, burgueses e comerciantes italianos no empreendimento ibérico. É nesse sentido sintomático o fato do mapa de Cantino ser dirigido ao duque de Ferrara. Hércules d'Este (1431-1505) manteve-se próximo a aliança entre França, Veneza e Florença nas guerras entre repúblicas, ducados e o papado na Península Italiana. É, portanto, esperado que o nobre da Casa d'Este tenha-se mantido atento às ações ibéricas que iriam interferir de modo definitivo no monopólio veneziano de especiarias e produtos de alto custo vindos do Levante. Ao fazê-lo, mantinha-se igualmente atento às recentes mudanças no ciclo comercial em um período de grande incerteza e mobilização geopolítica interna a Europa.

No apagar do século XV e albores do XVI, dias tempestuosos conflagram amplos espaços do território. Os franceses conquistam Milão e Génova, os espanhóis retomam o domínio de Nápoles e os venezianos continuam em sua empreitada expansionista, em rota batida de colisão com outro grande poder: o Papa, nessa época, Alexandre VI, ou seja, Rodrigo Bórgia (FERNANDES, 2003).

Não surpreende, portanto, que o então papa espanhol tenha feito tantas concessões na partilha do Mar Oceano quando foram socilitadas pelos castelhanos. Era fundamental ter um forte aliado. Na mesma medida, em 1501 Portugal envia o então conde de Tarouca, acompanhado de uma enorme frota de trinta embarcações, para ajudar Veneza no combate aos turcos, demonstrando desenvoltura em múltiplas frentes de atuação. Em meio a essa complexa disputa, por vezes diplomática, por vezes levada a vias de fato, Ferrara, que não constituía um centro comercial de relevo, acaba por ser a receptora de um dos primeiros e mais bem elaborados mapas do século XVI. As razões decorrem do imprescindível ambiente de estabilidade garantido por uma articulada diplomacia ferrarenses e o efervescente

ambiente cultural (FERNANDES, 2003).

Assim, orientados pelos eventos históricos que contextualizam sua produção, uma análise aos elementos técnicos e simbólicos que integram o planisfério ajuda a elucidar os diferentes interesses e percepções de mundo, para além da técnica cartográfica aplicada. A mistura de componentes escritos e simbólicos é fundamental para a compreensão do arranjo geopolítico que se conformava desde as primeiras bulas papais, em meados do século XV, se estendendo para além do Tratado de Tordesilhas.

Antes de adentrar especificamente no território sul-americano e no traçado do meridiano de Tordesilhas, é fundamental sobre a espacialização simbólica do poder atentar ao traçado do continente africano. Neste mapa, a África figura sem as deturpações de concepções clássicas e fantasiosas: é o resultado empírico das navegações, extraído de documentos e cartas oficiais (LEITE, 1923). O traçado e a enorme quantidade de topónimos são indícios do conhecimento acumulado da faixa costeira. Onze bandeiras, desde Ceuta até a entrada do “Mare Barbaricus” ou “Sinus Arabicus”, hoje Mar Vermelho (MOTA, 1977), marcam as áreas alcançadas e reivindicadas ao domínio português, sendo descontinuadas apenas por duas bandeiras-territórios islâmicos na faixa costeira noroeste do continente, entre Ceuta e a Serra Leoa.

Quatro padrões das viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias complementam os elementos simbólicos da presença portuguesa no continente. Os padrões sobre o cabo Negro e o cabo Padrão, aparecem posicionados tal como feito por Diogo Cão. Os do cabo da Boa Esperança – padrão de S. Filipe – e o padrão de S. Gregório estão em conformidade com a viagem de Bartolomeu Dias.

A feição oriental da África está ainda demarcada por seis das onze bandeiras portuguesas localizadas em Sofala, Moçambique, Quíloa, Melinde, Mogadixo e Mombaça. Estas são ainda acompanhadas por algumas legendas, resultantes das viagens de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. A última dessas legendas, localizada mais ao norte, nos evidencia o ator social ao qual se dedicam os descobrimentos: “fasta aqui he descoberto por el rey de portugall” (MOTA, 1977, p. 10). No interior do desconhecido território, abaixo da rosa dos ventos no centro do mapa, uma curiosa legenda marca a “terra de preste Juam”, reforçando a busca por este reino que tem, como demonstramos anteriormente, orientado parte da expansão portuguesa em África, pela expressão geopolítica que assume no contexto

do século XV. Combinado a este fator e as legendas acima apresentadas, é notável que apenas as bandeiras turcas e islâmicas rivalizem em quantidade em relação às portuguesas no Oriente Próximo e no Oriente.

A África constitui ainda o elemento central do planisfério e as razões para isso são-nos dadas pelo próprio mapa. De um lado, reforça o permanente estado de guerra contra os islâmicos, conforme marca uma das legendas no interior do continente, tal como transcrito por Mota (1977, p. 3-4): “Rey de nubia, o qual Rey sempre trace continuamente guerra con el preste Juã o qual Rey he mouro e he muyto enemjguo de cristãos”. De outro, a mentalidade mercantil portuguesa sobre o continente: “Em esta serra lioa a muito ouro este he o mais fino que ay em nenhua parte e traenlom pera portugall e muitos escravos deles sam de jelof e delos de mandiga e de cape, e esteiras mui boas e panos de algodã”¹². A lógica se repete com maior acuidade sobre o “Castello da Mina”: “donde traçem ao muyto escelente principe dom manuell Rey de portugall cada anno doze carauelas com ouro cada caravera hua com outra xxv mjill pesos douro val cada pesso quinhentos rreaes e mais traem muytos escavos e pimenta e outras de muyto proueito”.

É sobre o Benim que faz-se valer as cláusulas das bulas papais de meados do século XV, conforme a seguinte legenda: “o ql Rey he mouro e as gentes sam pretos e tratam muito com os navios q vam de portugall e com estas ilhas .s. ilha de sto thome etc. [Príncipe] e daqui traem muytos escravos e ouro e algalia e outras cousas e papagayos pardos e buxios e pimeta”. O curioso nesta legenda é o fato de ilustrar que, para além da guerra, o comércio estreitava as relações entre os dois mundos de religião diferente, nos termos estabelecidos em acordo com o papa décadas antes.

Ao ocidente do “Mare Oceanus”, diferente do continente africano, o território das Américas – como viria a ser conhecido – tivera na altura da confecção do planisfério “Cantino” poucas viagens exploratórias. Sobre a Terra de Vera Cruz encontram-se apenas sete topónimos: “Cabo de Sam Jorge”, “sam miguel”, “Rio de sã franc”, a “baia de todos sanctos”, “porto seguro”, “rio de brasil”, “Cabo de Scta Marta”, além de uma ilha com o nome “Anaresma” (Quaresma), a qual se pode supor com segurança ser a atual Fernando de Noronha. O comércio com nativos é

¹² “Jalofo”: oriundos da zona entre os rios Senegal e Gâmbia. “Mandinga”: correspondente às populações oriundas da região entre os rios Gâmbia e Cacheu. “Sapa”: oriundos do sul da República de Guiné Conacri e do norte da Serra Leoa (MOTA, 1977, p. 3).

ainda bastante incipiente, praticamente sem qualquer comunicação verbal, pela dificuldade de entendimento das línguas. Alguns relatos na busca – sem sucesso – da presença do *Outro*, não ocultam a importância que a dimensão territorial da conquista impunha, sobretudo para os portugueses interessados em entrepostos seguros rumo às Índias, cujo caminho fora revelado recentemente por Vasco da Gama (GUEDES, 2000).

O traçado de algumas ilhas e do litoral já é bem mais expressivo do que fora apresentado no planisfério de Juan de la Cosa, o que apenas pode ser explicado pelas viagens portuguesas que sucederam. O fato da Flórida figurar neste mapa sugere uma expedição, a mando de Portugal, que manteve o território oculto aos espanhóis até à viagem de Ponce de León, em 1513 (LEITE, 1923). De conhecimento comum, temos a hipotética viagem de Duarte Pacheco Pereira, em 1498 (DOMINGUES, 2012), referenciada no *Esmeraldo de Situ Orbis* (1505-1508) e a viagem de Pedro Álvares Cabral (1500), sobre a qual não há dúvidas ter alcançado a Terra de Vera Cruz. Não iremos aqui discorrer sobre o conhecimento prévio do território; a discussão está longe de se esgotar e, na ausência de mais documentos, dificilmente chegará a um termo. Apenas para situar os debates, valer-nos-emos de alguns pontos de situação que problematizam a confecção do planisfério “Cantino”.

Do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira não chegou aos nossos dias a obra original, a qual continha os mapas que a acompanhavam e que poderiam revelar, sem sombra de dúvida, se tratar da costa oriental da América do Sul. Do fato, restam apenas pistas relativas a chegada de uma frota portuguesa à costa do que do que se tornaria o Brasil anterior a chegada de Cabral. O trecho abaixo ilustra essa possibilidade:

... achada e navegada uma grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a 70 graus de latitude contra o pólo ártico e, oposto que seja assaz fria, e grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além em vinte e oito graus de latitude contra o pólo antártico [...] assim que temos sabido que das praias e costa destes reinos de Portugal e do Promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e da África e da Ásia atrevessando além todo o oceano directamente a ocidente, ou a leste segundo ordem de marinha, por trinta e seis graus de longitude, que serão seiscentas e quarenta e oito léguas de caminho, contando a dezoito léguas por grau, e há lugares algum tanto mais longe – é achada esta terra navegada pelos navios de Vossa Alteza e, por vosso mandado e licença, os dos vossos vassallos e naturais; e indo por esta carta sobredita, do mesmo círculo equinocial em diante, por vinte e oito graus de latitude contra o polo antártico, é achado nela muito e fino brasil

com outras coisas que os navios destes reinos vêm grandemente carregados (PEREIRA, 1505-1508 *apud* MICELI, 2012, p. 85).

A extensão da viagem explicitada – 70°N a 28°30'S – por si só levou Duarte Leite (1923) a questionar se, de fato, o autor do *Esmeraldo* se refere ao espaço percorrido na viagem ou à extensão das áreas de influência portuguesa. No entanto, Domingues (2012) lembra que o referido trecho está inserido em um capítulo dedicado a mundividência de Duarte Pacheco Pereira e não apenas confirma a ordem real de ir às terras no ocidente do Mar Oceano, como também serve de evidência de que a visão bíblica – de que a terra cerca o mar – está correta e confirmada pela experiência.

Em questão, não está aparente, portanto, uma reivindicação sobre a chegada ao território, mas a comprovação de uma teoria, da qual os quase 100° de latitude já percorridos são prova. Pedro Álvares faria tal reivindicação com base no Tratado de Tordesilhas, conforme expresso na legenda do planisfério de Cantino, ao lado de Porto Seguro: “A Vera Cruz chamada por nome, a qual achou Pedro Álvares Cabral”. Sobre essa matéria não deixa dúvidas ainda ao afirmar que “Foi descoberta esta dita terra em a era de quinhentos”.

A legenda do mapa aponta ainda para a incerteza em relação a determinação do território: “a qual terra se *crê* ser terra firme”. Apesar da crença pela continentalidade, a falta de evidências persiste nos documentos contemporâneos: “A terra é grande e não sabemos se é ilha ou terra firme, ainda que acreditemos que seja pela sua grandeza terra firme” (*Relação do piloto anónimo*, 2000), dizia o piloto anónimo da frota de Cabral. No entanto, a dimensão percorrida pelos primeiros navegadores vai mitigando esta questão. A carta do embaixador Pietro Pasqualigo à Senhoria de Veneza (18 de outubro de 1501) – conforme Duarte Leite (1923) – é sintomática ao desenvolvimento da noção de continentalidade:

Acreditam estes da caravela em que a terra acima descrita é terra firme, e está ligada a outra terra que debaixo da tramontana foi descoberta o ano passado por outras caravelas desta magestade. Também crêem estar ligadas com as Antilhas que foram descobertas pelos reais de Espanha e com a terra dos papagaios, há pouco achada pelas náus dêste rei que iam para Calicut.

No entanto, a extensão da América do Sul estipulada no mapa dá-nos a noção de se tratar de um território continental que, apesar da descontinuidade de sua feição ocidental, é distinto da Ásia.

Embora apenas três documentos da viagem capitaneada por Cabral tenham sobrevivido ao tempo, deles temos notícia de que outros sobre ela escreveram, remetendo-as por vezes ao rei. Pêro Vaz de Caminha em 1500, por exemplo, começa assim sua carta: “Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova” (CAMINHA, 1500 *apud* CORTESÃO, 1994, p. 156). O mesmo remete Mestre João (2000, p. 35): “Senhor: porque de tudo o cá passado largamente escreveram a vossa alteza, assim Aires Correa como todos os outros, somente escreverei dois pontos”. Diante disso, e das crônicas do período, parece-nos correto supor que muitas outras informações sobre o espaço de Vera Cruz chegaram a Portugal no período e podem ter servido de base à confecção do mapa de Cantino.

É preciso aqui ponderar, como fez Cortesão (2009), que a toponímia e o traçado da costa sofreram alterações posteriores. Cortesão (2009, p. 244) sintetiza as fontes da conformação final do mapa em “quatro viagens: (1) a de Cabral (1500), a quem se devem as designações de Porto Seguro e Vera Cruz; (2) a de Gaspar de Lemos (1500), destacado da armada de Cabral para vir entregar a D. Manuel a nova do descobrimento, e à qual se deverá atribuir uma primeira figuração angular e esquemática – acrescentemos aqui que Duarte Leite (1923) cogita uma outra expedição de reconhecimento mandada por D. Manuel a Vera Cruz ainda em 1500, logo depois da chegada de Gaspar de Lemos; (3) a expedição de João da Nova à Índia (1501-1502), à qual se devem as duas designações de cabo de S. Jorge e ilha de Ascensão, que figura em pleno Atlântico, com a sua latitude de cerca de 8°; (4) uma expedição enviada ao Brasil, sob o comando de Fernão de Noronha (1501-1502), a mesma em que viajou Vespúcio e à qual se liga, quer a imagem sobreposta do ângulo do nordeste brasileiro, quer a restante nomenclatura da costa, escrita em cursivo vulgar, ao invés da letra cortesã das legendas (CORTESÃO, 2009).

Vista a capitulação das possíveis viagens que serviram de fonte a confecção do mapa, nos voltamos às posições nas quais se verificam os marcos do território da Vera Cruz. A análise de Duarte Leite (1923) demonstra que, apesar das grandes dificuldades do cálculo de longitude, é muito provável que o cartógrafo tenha reduzido propositalmente as distâncias entre as faixas costeiras do Atlântico:

Não há aqui somente imperfeição do cartógrafo ou defeito do sistema de representação adotado, porque ainda mesmo que a extensão da derrota se tenha de diminuir a 665 léguas, ficaria reduzida a cerca de 15° a diferença de longitude, e o vício do traçado não deixaria de ser

considerável. Somo, pois, forçados a admitir que êle foi propositalmente introduzido para afirmar nitidamente a inclusão de Vera Cruz nos domínios assegurados a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas (LEITE, 1923, p. 265).

Fica evidente, segundo a fala de Duarte Leite, que o mapa tem alguma intencionalidade geopolítica, servindo de base visual para delimitações de áreas de influência, a ponto de conduzir o anônimo cartógrafo à extrapolar sua projeção, inculcando uma imagem do planeta favorável a Portugal. Outro aspecto relevante é a estranha curvatura para leste que encerra o território de Vera Cruz. Sobre a questão, duas hipóteses sobressaltam. Se nos ativermos a percepção do *Esmaraldo de Situ Orbis*, o que se descobria não era um novo continente, nem a Terra de Vera Cruz, mas a quarta porção da Terra que cerca o globo, de modo que essa terra se juntaria à Terra Austral, cercando a superfície terrestre. A segunda, provavelmente, indica um problema de projecção, razão pela qual a linha longitudinal de Tordesilhas não é um meridiano (MOTA, 1972). Seja como for, neste caso parece-nos menos provável que constitua um artifício político.

A iconografia, que aproxima a carta a uma obra de arte, cumpre a função dentro da cartografia sumptuária, voltada para agradar os nobres, ricos burgueses e membros das famílias reais europeias (ALEGRIA *et al.*, 2012). Sobre o mapa de Cantino, sabemos ser destinado ao Duque de Ferrara e, nesta linha, representa iluminuras de grande beleza estética. Na Terra de Vera Cruz e, posteriormente, Santa Cruz (nome dado pelo rei D. Manuel) três grandes aves e uma densa floresta de diferentes coníferas – ao menos de dois tipos distintos – compõem o interior do território.

As aves são genericamente chamadas de papagaios e, sobre isso, o relato da *Relação do piloto anônimo* (2000, p. 15) deixa pistas claras: “E têm muitos pássaros de muitas espécies, especialmente papagaios de muitas águas”. O destaque e a coloração, tal como referenciados no mapa de Cantino, são assim expressos por Caminha (CORTESÃO, 1994, p. 168): “Resgataram por lá cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos”. A adjetivação é atrativa e não surpreende ter o anônimo cartógrafo decidido ilustrá-la. É preciso ainda mencionar que a exótica ave – em verdade, a arara vermelha ou *Ara chloroptera* (CORTESÃO, 1994) teve alto valor no mercado europeu. O fascínio pelas árvores e aves é recorrente no texto de Caminha e, possivelmente, outros relatos devem ter seguido a mesma linha.

A caracterização (CORTESÃO, 1994, p. 173) do espaço geográfico apresentada na iconografia do mapa é similar ainda à descrição de Caminha: “Tem ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa”. A vegetação é, também, destacada na *Relação do piloto anônimo* (2000, p. 15): “A terra é muito abundante em muitas árvores e muitas águas”.

O interesse pelo pau-brasil demonstra-se evidente na iconografia do mapa. Fernandes (2003), ao analisar o cursivo da toponímia, observa que entre os “cabos do extremo” – São Jorge e Santa Marta – a escassa toponímia apresenta as zonas de produção da espécie vegetal e, portanto, corresponderia a uma outra etapa de produção do mapa, dentre as quatro que descreve: (1) feitura do original; (2) escrituração da maioria dos topónimos aditados em cursivo, os heteróclitos; (3) inclusão, por um terceiro colaborador, de alguns topónimos em cursivo no saliente oriental da África; e (4) o remendo em velino e sobreposição do desenho do litoral SE-NE da Terra de Vera Cruz por um segundo cartógrafo.

O parecer sobre os diferentes tipos de cursivos na toponímia presente no mapa de Cantino, dado por João António Júdice (1952), Visconde de Lagoa, para Jaime Cortesão, demonstra que as inscrições não correspondem necessariamente a novas descobertas posteriores à armada de Cabral, tendo em vista que aparecem em diversos locais representados no planisfério que já eram bastante conhecidos na época. Por essa razão, conclui:

Somos em crer que o cursivo, grafado por forma descuidada que desdiz do acabamento do semigótico e denuncia precipitação, foi de facto usado para inscrever apressadamente no mapa as omissões deixadas pelo cartógrafo original, falecido quiça antes de acabar a obra ou impedido por outra qualquer circunstância de levá-la a cabo (JUDICE, 1952, p. 217).

Infelizmente, permanecendo anônimos cartógrafo e colaboradores do planisfério, nunca se saberão as reais condições que levaram às omissões e acréscimos de informações. As alterações, no entanto, nos dão algumas pistas em relação a composição do mapa. Há poucas dúvidas de que se trata de um planisfério originalmente português, mas a escrita sugere alterações em italiano, posteriormente acrescentadas as pressas.

As primeiras impressões europeias que nos são conhecidas revelam um deslumbramento pelas características naturais e humanas que parece compensar o

possível desapontamento por não terem encontrado ouro e outros metais. Caminha menciona que “Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro”; o piloto anônimo deixa ainda claro que “Nesta terra não vimos ferro e faltam-lhes outros metais. E cortam madeira com pedras” (*Relação do piloto anônimo*, 2000, p. 15). A evidente decepção é contornada pelo destacamento de características naturais e elogios ao clima e ao solo.

Dos hábitos dos nativos, o mapa Cantino reproduz em legenda a característica mais recorrente nos relatos da frota de Cabral: “Andam nus, homens e mulheres como suas mães os pariu. São mais brancos que baços e têm os cabelos muito corredios”. A frase da legenda é similar ao texto do piloto anônimo: “E acharam que era gente de cor parda, entre branco e preto, e bem proporcionada, com cabelos compridos e andam nus como nasceram, sem vergonha alguma”. A relação continua mencionando que “As mulheres andam do mesmo modo sem vergonha e são belas mulheres de corpo, os cabelos compridos” (*Relação do piloto anônimo*, 2000, p.15). Pero Vaz de Caminha se refere as mesmas características: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (CORTESÃO, 1994, p. 157). Em outro trecho é mais descritivo e menciona que “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma”, acrescentando que “os cabelos seus são corredios” (*ibid.*, p. 158-159).

A simples correlação entre as informações, iconográficas e escritas, contidas no mapa Cantino, permitem identificar o que se conhecia sobre o território recém-visitado e as principais impressões que tiveram os europeus sobre o espaço. É importante notar que as informações afirmam as diferenças, por vezes em comparação com os africanos da Guiné. A generalização é outro aspecto comum: o pouco contacto com alguns nativos era suficiente para dedução de um “novo” tipo de gente.

É preciso reconhecer que as características físico-geográficas do território não são a principal preocupação desta carta, o que é compreensível considerando seu carácter náutico. Para a Terra de Vera Cruz, além da costa – na qual figuram o posicionamento de alguns acidentes geográficos – o interior é preenchido apenas por vegetação, tal qual se encontrou na costa, sem nenhuma referência ao relevo, ainda que Pero Vaz de Caminha tenha sido claro que, a 22 de abril de 1500, “a horas de véspera, houvemos vista terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto

e redondo: e doutras serras mais baixas ao sul dele: e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs o nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz”. A extensa vegetação é fruto de observações como a de Caminha: “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa” (CORTESÃO, 1994). É assim nítida a preocupação do cartógrafo em ilustrar aquilo que fora registrado pelos navegantes.

No entanto, o mapa possui uma propriedade distinta. Se os relatos tratam do território de modo isolado, a carta de Cantino nos revela a primeira representação do globo com o enquadramento da Terra de Vera Cruz, já que o mapa de Juan de La Cosa (1500) é muito incipiente neste sentido (COUTINHO, 1955). Longe de ser apenas uma carta física da terra, ou apenas náutica, o planisfério de Cantino constitui um registro político, em sentido similar aos atuais, na exacta medida em que apresenta a divisão de áreas de soberania e delimita jurisdições. Para além da raia de divisão entre Portugal e Espanha, tal como em África, duas bandeiras – uma sobre o cabo de São Jorge e outra sobre Porto Seguro – afirmam a reivindicação territorial da Coroa portuguesa. Observando ainda o acordo de Tordesilhas, uma bandeira castelhana é posicionada a leste da raia de separação, sobre o “Cabo Fremosso”.

O fato não é surpreendente, e evidencia o início de uma ampla transformação que combina a expansão do conhecimento sobre o planeta e a sua apropriação territorial por impérios emergentes. Quando se descobre um espaço, se faz em nome, por e para um monarca europeu, independente das estruturas sócio-territoriais prévias. Se reproduz cartograficamente a prática demarcatória, não por acaso narrada na carta de Caminha (CORTESÃO, 1994, p. 172): “Chantada a cruz, com as armas e devisa de vossa alteza, que lhe primeiro pregaram, armaram altar ao pé dela”. Segundo Cortesão (2009, p. 72), o “símbolo da fé cristão e da soberania portuguesa sobre a terra nova” foi fincado próximo a foz do rio Muturi.

A bandeira, enquanto símbolo demarcatório da chegada e da soberania, figura também ao ocidente da raia demarcatória com a insígnia castelhana. Uma já referida sobre o cabo Fremosso, outra no cabo del Cado. Isso complementa a legenda “toda esta terra he descoberta p mädado del Rey de castella”, evocando, mais uma vez, a prioridade dos descobrimentos como elemento de soberania, para além do acordo formal, estipulado para todas as áreas, ainda que desconhecidas.

É nesse sentido que as “As primeiras [viagens] são organizadas diretamente pela Coroa com objetivo claro de conhecer as novas terras como forma primeva de reivindicar sua soberania” (MORAES, 2011, p. 292). O planisfério de Cantino é, portanto, um dos primeiros mapas em que se buscou apresentar as primeiras soluções para o problema geopolítico do Tratado de Tordesilhas, bem como para questão geográfica – espacial e social – do Novo Mundo.

Assim sendo, o cruzamento da esfera política com a religiosa encontra-se presente, reforçando a combinação acima tratada, identificada como Padroado Português – à altura representado pela Ordem dos Caveleiros de Cristo. Nesse sentido, notou Jaime Cortesão (2009) que o mapa possui em suas 31 rosas-dos-ventos – incluindo a maior delas no centro da África – o sentido leste apontado pela Cruz de Cristo. O rumo para o oriente remonta ao sentido de orientação presente nos mapas medievais e ilustra que, apesar de se contestar sua cosmografia e dos novos padrões científicos aplicados, não se perdera a visão religiosa.

O uso da cruz de Cristo, por sua vez, encontra suas raízes na bula *Inter caetera* de 1456, que estabelece à Ordem dos Cavaleiros de Cristo os direitos espirituais sobre os territórios descobertos. Não é aleatório, portanto, que a orientação esteja assim sinalizada. A cruz de Cristo voltará a figurar na cartografia posterior – como se verá na análise do mapa do Brasil atribuído aos Reinóis de ca. 1519.

Guirado (2001), à luz da análise semiótica, identifica essa fase como da tomada da consciência passiva da qualidade, na qual a narrativa concentra-se em ícones e representa a contemplação do escritor diante do novo cenário. No entanto, a análise da carta e do mapa mostram que à reação contemplativa junta-se uma segunda tomada de consciência, caracterizada pela ação. Pero Vaz de Caminha, por exemplo, ao discorrer sobre os nativos diz: “Parece-me gente de tal inocência que, se os homens entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença”. E continua: “E, portanto, se os degradados que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se hão-de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade” (CORTESÃO, 1994, p.170).

Os trechos expostos por Caminha, em conjunto com a análise do mapa de Cantino, expõem uma concepção contemplativa – descritiva do espaço – que se faz

acompanhada de um projecto bem definido no curso do século XV. O encontro com novas áreas não estava à parte de um contexto geopolítico, nem era regido pelo puro interesse científico da descoberta. É fato que este interesse acompanhava o empreendimento marítimo e permitiu reescrever o modo pelo qual se percebe o mundo, mas não escapa à dupla dinâmica de expansão europeia: a fé e o domínio territorial de fundo mercantil.

Todavia, o resultado da primeira viagem foi insatisfatório para as ambiciosas expectativas do rei D. Manuel, sobretudo em comparação com as possibilidades alavancadas pelo comércio indiano. No entanto, o seu carácter estratégico na volta do mar, como porto seguro para as Índias, fez com que fossem enviadas novas expedições. O monarca decide então passar o empreendimento exploratório à iniciativa de alguns cristãos-novos. Criam-se os consórcios direccionados a Terra de Santa Cruz. O primeiro deles ficou a cargo do rico mercador de Lisboa, Fernão de Noronha ou Loronha (GUEDES, 2000).

D. Manuel, no entanto, continua a regular o processo mediante concessões e obrigações, seguindo o modelo adotado por D. Afonso V em relação ao comércio africano. Aplicava-se ao consórcio a isenção total de impostos sobre as mercadorias trazidas no primeiro ano; no segundo ano, os concessionários deveriam pagar 1/6 dos lucros à Coroa e, no terceiro e último ano, eram obrigados a pagar ¼ da renda adquirida nas explorações. O rei ainda garantiu o exclusivo comercial do pau-brasil, proibindo a importação de áreas orientais. Como contrapartida, o consórcio era obrigado a avançar 300 léguas na exploração costeira, construir e manter uma fortaleza na área pelos três anos de duração do arrendamento (GUEDES, 2000).

É nesse contexto que se financia a viagem de Gonçalo Coelho, da qual fez parte Américo Vespúcio. Sua presença, além do registro – por vezes equivocado, por vezes fantasioso – da exploração da costa hoje brasileira, é bastante significativa. O genovês fora proibido de navegar por Castela quando os Reis Católicos decidiram proibir a presença de estrangeiros na sua empresa marítima. À altura, Vespúcio já era um navegador experimentado no Atlântico e tinha importantes conexões comerciais na pujante república florentina (GUEDES, 2000). A combinação era bastante atrativa ao consórcio e sua presença mostrou-se proveitosa, obtendo a expedição lucros consideráveis.

Tal como exigido, uma feitoria foi construída em Cabo Frio. Conforme as cartas de Vespúcio, o navio ficou no local por cinco meses, deixando 24 homens e

12 bombardas, partindo após estabelecer paz com os nativos e retornando directamente para Lisboa, onde chegaram no dia 18 de junho de 1504 (GUEDES, 2000). Conforme aponta Robert Moraes (2011), a importância da feitoria ia além da consolidação de um entreposto comercial, mas consistia em uma instalação para acomodação cultural, ou seja, de acumular conhecimentos sobre o espaço e a população nativa, buscando consolidar-se territorialmente.

A notícia de navios carregados de pau-brasil e nativos não passaria despercebida pela Coroa castelhana. Buscando aplicar as definições do Tratado de Tordesilhas, os monarcas enviam Juan de La Cosa – o mesmo que produziu o primeiro mapa no qual figuram as terras ocidentais – para buscar provas relativas a alguma infração do acordo. O cartógrafo chegou a ser preso em Lisboa em 1503 (GUEDES, 2000).

Nesse mesmo ano, parte do porto de Honfleur o navio *L'Espoir* sob o comando do capitão normando Binot Paulmier de Gonneville, em busca das “belles richesses d'épiceries et autres raretez venant en icelle cité de par les navires portugalloises allant es Indes orientales empuis aucunes années decouvertes” (GONNEVILLE, 1869, p. 87). Em janeiro de 1504, a embarcação alcançaria a foz de um rio na costa de Vera Cruz:

Mais Dieu les reconforta; car ils commencèrent à voir plusieurs oiseaux venans et retournans du costé du zud, ce qui leur fît penser que de là ils n'éloient éloignez de terre: pour quoy, jaçoit qu'aller là fust tourner le dos à l'Inde orientalle, nécessité cy fit tourner les vesles; et le cinq Janvier découvrirent une grande terre, qu'ils ne purent aborder que l'assoirant du lendemain, obstant un vent de terre contraire; et enchrèrent à bon fond. Et dez ledit jour aucuns de l'équipage furent en terre recotmoistre; et dez le matin suyuant fut en noyé la barge ranger la coste pour trouuer port, et reuint l'après-midy; et conduisit la nauire dans une riuère qu'elle auoit trouée, qui est quasiment comme lu celle de Orne (GONNEVILLE, 1869, p. 94).

O Rio foi posteriormente identificado como o São Francisco e no local os normandos viriam a estabelecer contato com nativos Carijós (AVEZAC, 1869). Na relação de viagem, o capitão Gonneville faz uma das primeiras descrições não-portuguesas do Brasil desde as cartas de Vespúcio:

Item disent que pendant leur demeurée en la dicte terre ils conuersoient bonnement avec les gens d'icelle, après qu'ils furent appriuoisez avec les Chrtstiens, au moyen de la chère et petits dons qu'on leur fiiiisoit; estans lesdicts Indiens gens simples, ne demandant qu'à mener joyeuse vie sans grand Irauail; vivant de chasse et pesche, et de ce que leur terre donne de soy, et d'aucunes légumages et racines qu'ils plantent; allant mynuds, les jeunes et communs spécialement, portant manteaux, qui de nattes déliées,

qui de peau, qui de plumasseries, comme sont en ces pays ceux des Egiptiens et Boëmes, fors qu'ils sont plus courts, avec manière de tabliers ceints par sus les hanches, allans jusques aux genoux aux hommes, et aux femelles à my-jambe; car hommes et femmes sont accoutrez de même manière, fors que l'habillement de la femme est plus long (GONNEVILLE, 1869, p. 96) .

A descrição prossegue mencionando que as mulheres utilizam cordões, braceles e conchas, conquanto que entre os homens não há um sequer que não porte o arco e flecha. Utilizam ainda uma armadura leve de ossos e madeira. O solo é descrito como fértil pela grande quantidade de vegetação, e o espaço figura ocupado por fortes bestas, pássaros, peixes e diversas outras espécies desconhecidas no mundo cristão.

Além da relação acima descrita entre os nativos e a natureza, de onde extraem sua subsistência, um dos aspectos mais interessantes da relação de viagem de Gonneville está na forma como os nativos organizam o seu espaço: “Et sont les habitations des Indiens par hameaux de trente, quarante, cinquante, ou quatre vingts cabanes” (GONNEVILLE, 1869, p. 97). As cabanas são dispostas em salões interconectados, cobertos de folhas. Possuem portas que se fecham com chaves de madeira, tal como algumas na Normandia. No interior, tapetes macios de folhas e penas, coberto de peles fazem as camas. Os utensílios domésticos são de madeira e argila (GONNEVILLE, 1869).

Gonneville (1869) segue seu relato pela pioneira descrição da organização política do povoado. Um “país” constituído em pequenos cantões (divisões administrativas), cada qual com um chefe próprio, agrupados em obediência a um rei. Esse detinha o poder de decidir sobre a vida e morte de seus súditos que, por essa razão, não ousavam desobedecer. No navio, teve contato com um desses reis – de nome Arosca. Era soberano de cerca de doze aldeias e, apesar da paz estabelecida com povos vizinhos, estava em guerra com um povo invasor. Sobre o caso, o capitão do *L'Espoir* narra que, entre as idas e vindas de Arosca ao navio, o líder nativo saiu por vezes à guerra, levando cerca de 500 a 600 homens para as batalhas.

A importância dessa narrativa repousa no fato do reconhecimento de uma estrutura nativa, política e hierárquica. Evidencia, portanto, a existência de uma organização territorial, ou seja, de um espaço “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2006, p. 78). O relato de Gonneville, iminentemente

geográfico, permite qualificar o espaço ao responder “*quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*” (*Op cit*, p. 79, grifos no original).

Utilizando de referências culturais europeias – termos como país, rei e cantões – Gonneville busca adequar aquela forma de organização política e espacial aos seus conhecimentos e aos daqueles que o leram. Esse processo será comum em diversos textos dos séculos XVI e XVII e, apesar de representar uma transposição, evidencia que o território ou, ainda, a formação do território, ocorre em múltiplas escalas (SOUZA, 2006). O capitão do *L’Espoir* ainda teve o mérito de relatar a existência de uma dinâmica de alianças e conflitos entre populações nativas rivais, bem como sua dimensão.

Assim, Gonneville descreve as relações territoriais à escala local. No entanto, a esta escala soma-se outra. Já mencionamos anteriormente a existência de um projecto universal de expansão da Fé Católica e, sendo a França um reino católico, não fugiria à expedição e ao relato sua expressão simbólica e, assim, “fut faicte une grande croix de bois, haulte de trente-cinq pieds et mieux, bien peinte; qui fut plantée sur un tertre à veüe de la mer, à belle et dévoute ceremonie, tambour et trompette sonant, à jour exprez choisy, sçavoir, le jour de la grande Pasques mil cinq cens quatre” (GONNEVILLE, 1869, p. 100). Tal como Caminha, a cerimônia é acompanhada de festa e conta com a participação dos nativos, reforçando o carácter amistoso com que se estabelecia a religiosidade.

O navegador francês irá estabelecer relações comerciais duradouras com o grupo nativo do rio São Francisco (GUEDES, 2000, p. 77); a troca de quinquilharias e outros produtos de baixo preço por produtos naturais se mostrava lucrativa:

... et de ce qu'ils voyoient estre agréable aux Chrestiens, comme peaux, plumasses, et racines à teindre; en contréchange de quoi en contréchange de quoi leur donnoit-on des quinquilleries et autres besongnes de petit prix: si que desdites danrées en fut bien amassé prez de cent quintaux, qui en France auroient vallu bon prix” (GONNEVILLE, 1869, p. 99).

Diante dos casos expostos – espionagem castelhana, italiana e a presença de franceses no território –, a Coroa portuguesa constata a necessidade estratégica de manter o controle das informações sobre o território. Nesse sentido, é fundamental a análise de Avelino Teixeira da Mota (1973), ao demonstrar de modo objectivo que a representação do Brasil até a primeira viagem espanhola pelo litoral – em 1515-6 por João Dias de Solis – constitui no mais demonstrativo exemplo de falsificação cartográfica motivada por questões geopolíticas.

5.2. Revisitando a tese da “falsificação cartográfica”

A “falsificação” de mapas relativos ao território brasileiro é caracterizada pela manutenção da feição equivocada na seção norte-sul do litoral, após o Cabo Frio. Embora o traçado, predominantemente de sentido leste-oeste, do litoral fosse conhecido desde a viagem de Gonçalo Coelho (1501-02), perpetuou-se a imagem de um litoral contínuo, entre o Cabo Frio e a Cananeia. Uma vez reconhecido que a costa assumia esse curso a ocidente, e que isso implicava na redução do território português, optou-se por tentar consolidar uma imagem falsa do espaço (MOTA, 1973).

Avelino Teixeira da Mota (1973) busca comprovar a tentativa de consolidar esta imagem do litoral, comparando o traçado do litoral em diversos mapas anteriores a viagem de Solis. Diante dessa proposta, estabelece três tipos de cartas nas quais se tenta ocultar o real traçado da costa, trazendo o litoral ao sul do Cabo Frio até a Cananeia para oriente, manipulando o real local por onde passaria a raia demarcatória de Tordesilhas. Em síntese, os portugueses “praticaram uma sistemática viciação da cartografia, com o propósito de ocultarem o mais tempo possível que por esse lado havia litorais que caíam no hemisfério castelhano” (MOTA, 1973, p. 12).

Em sua análise, Mota (1973) estabelece três tipos distintos de falsificação com base no padrão oficial português e que propagaram a imagem equivocada em mapas elaborados em diversas partes da Europa. Segundo Mota (1973), são cópias grosseiras e por vezes indiretas do padrão d’el Rei.

O primeiro tipo é marcado por uma apurada representação do litoral até ao Cabo Frio. Passado este marco natural, no entanto, a costa entre este cabo e a Baía dos Reis – hoje a Baía da Ilha Grande – torce cerca de 30º norte e, após esse ponto, cerca de 60º. O conhecimento do espaço é evidente ao se constatarem as distâncias, bastante aproximadas com as reais; mais um indício de que a falsificação é propositada. São exemplares deste tipo os mapas-mundi de Vesconte de Maggiollo, de 1504 e 1516; o planisfério anónimo King-Hamy (1502-1504), a carta anónima de Pesaro (ca. 1508-ca. 1510), o atlas anónimo de Londres (Add Mss. 31 316) e o planisfério gravado de Ruysch (1508).

O segundo tipo apresenta uma falsificação ainda mais notória: a área entre

Cabo Frio e a Baía dos Reis desloca-se 60°N, saltando o território para leste, ocultando qualquer vestígio de um traço leste-oeste. Desaparecem, assim, as ilhas do arquipélago de São Paulo. Desse tipo de falsificação é exemplar o planisfério anónimo Kunstmann II (1502-1506).

O terceiro tipo apresenta uma alteração ainda mais pronunciada que os dois tipos anteriores. Trata-se de uma alteração completa da orientação geral da costa da Terra de Santa Cruz. Nestes mapas, desaparece a orientação nordeste-sudeste e se apresenta uma norte-sul. Essa mudança é interessante, pois afastava qualquer possibilidade de o território costeiro vir a cruzar com a raia demarcatória. Em outras palavras, reservava a Portugal todo litoral oriental da terra recém-descoberta. Deste tipo são exemplares o planisfério de Nicolau Cavério (1502-1506) e os mapas impressos de Waldseemüller: mapa-mundi presente na *Cosmographiae introductio cum quibusdam geometriae ac astronomiae principiis ad eam rem necessariis. Insuper quatuor Americi Vesputij navigationes* (1507); mapa *Novo Mundo*, presente em edição da *Geografia* de Ptolomeu (1513); *Carta Marina Navigatoria Portugallesium* (1516).

A existência desse conjunto de alterações propositais na representação do território de Santa Cruz suscita uma série de questões pertinentes a imagem e ao papel que esse recém-chegado território iria desempenhar. No seio da representação cartográfica se conformavam os aproveitamentos do espaço, em meio à complexa organização geopolítica.

A primeira questão que se impõe é de que modo poderia Portugal ter forjado essa imagem? A resposta a essa questão é duas ordens: uma técnica e outra política. A primeira está associada à impossibilidade de determinar com precisão a longitude. Sobre a questão já traçamos algumas linhas na secção anterior. No entanto, a esta altura devemos lembrar que o Tratado de Tordesilhas impunha ainda outros problemas de ordem técnica.

Sobre essa complexa questão, Luis de Albuquerque (1973) lança – no âmbito do I Colóquio Luso-Espanhol – um trabalho intitulado “El Tratado de Tordesilhas y su Proyección”. No ano seguinte, este texto será publicado em português no segundo volume da revista *Estudos de História* com o título “O Tratado de Tordesilhas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa”. Neste trabalho, Albuquerque observa uma série de questões que se impunham ao uso da raia de modo eficaz.

O primeiro cabe ao fato dos negociadores terem determinado a raia como um

meridiano ou semi-meridiano, ao defini-la como uma linha directa de pólo a pólo. Já vimos que este conceito geográfico de divisão dificilmente poderia ter sido aplicado ao mapa de Cantino ou a qualquer carta náutica até a primeira década de 1500, pois não se tinha definido um sistema preciso de projecção de coordenadas e, mesmo, o Tratado não é claro sobre isso. A própria definição cartográfica de escalas de latitude convivia com as marcações de rumo (MOTA, 1974). Conscientes dessas dificuldades, os negociadores estipularam a criação de uma espécie de comissão de arbitragem:

[...] que dentro de dez meses primeiros seguintes contados do dia da feitura desta capitulação, os ditos senhores seus constituintes hajam de enviar duas ou quatro caravelas, a saber uma ou duas de cada parte ou mais ou menos segundo se acordar pelas ditas partes que são necessárias. As quais pera o dito tempo sejam juntas na ilha da Grã-Canária, e enviem em elas cada uma das ditas partes pessoas, assim pilotos como astrólogos e marinheiros, e quaisquer outras pessoas que convenham (*Tratado de Tordesilhas*, 1494).

Prevvia-se ainda estabelecimento de sinais em locais de demarcação, mas não havia nenhuma garantia de que se encontrassem locais adequados para isso. O mais grave é que a tecnologia para determinação de longitudes só apareceria no século XVIII. À época a solução envolveu complexos, indirectos e precários métodos de notação de distância longitudinal a partir da latitude. A técnica, com base em regimentos de léguas – como menciona o parecer do cosmógrafo Jaime Ferrer e aparece no *Guia Náutico de Munique* – exigia ainda que se navegassem grandes distâncias sobre um único rumo, algo praticamente impossível para navegação à vela, resultando em notações bastante equivocadas. Outro problema, mais evidente, era o fato de o Tratado não definir exactamente sobre qual ilha do Arquipélago de Cabo Verde se iniciaria a contagem das 370 léguas para o ocidente. Além disso, não era claro ou, ainda, estava em aberto a questão em torno da extensão de um grau de longitude terrestre. Aqui já sinalizamos para esse problema ao mencionar os resultados das primeiras viagens de Colombo. De modo sintético, Albuquerque (1974) lembra que nesse período concorriam ao menos três distâncias possíveis para o grau de meridiano: 16 e $\frac{2}{3}$; 17 e $\frac{1}{2}$; ou ainda 18 léguas (ALBUQUERQUE, 1974).

São essas questões que permitem a perpetuação do erro de projecção do litoral da Terra de Vera Cruz, mas não só. Se podemos concordar se tratarem da perpetuação de informações propositalmente divulgadas por Portugal com fins

políticos, resta saber que meios existiam para fazê-lo. Das razões políticas, voltamos ao sigilo exigido aos navegadores portugueses e estrangeiros, que nesta altura seria particularmente eficaz, tal como já havia mencionado Jaime Cortesão (1960). Isso explica como as informações corretas permaneceram ocultas aos olhos estrangeiros. Albuquerque (1974), por outro lado, dá pistas de como as informações equivocadas podem ter circulado por toda a Europa.

Uma vez que não se conhecem exemplares das cartas-padrão portuguesas guardadas – conforme se sabe por documentos da época – nos Armazéns da Casa da Mina e Índia, apenas se pode especular sobre a existência de uma dupla produção de mapas. De um lado, existiriam os mapas alimentados pelas informações apuradas trazidas por navegadores e acrescidas ao padrão real. De outro, aqueles dirigidos ao público estrangeiro, mobilizados por um mercado cartográfico que, tal como visto na seção anterior, já se encontrava instalado em Lisboa e do qual se tem também notícia por um visitante da capital portuguesa em meados do século XVI: é o caso de Alonso de Santa Cruz, tal como lembra Albuquerque (1974).

A contenção das informações sobre a Terra de Vera Cruz e as descobertas atlânticas torna-se mais complexa ao se constatar a formação de uma rede informal de comunicação entre eruditos da Europa central que, não tendo participado directamente do empreendimento marítimo ibérico, dedicavam-se a criar modelos próprios de projecção, alicerçando-se em especulações teóricas, cálculos matemáticos e acrescentando sempre que possível informações empíricas. Há que mencionar que essa rede era profundamente incentivada pelo crescimento de centros comerciais e manufactureiros no norte e centro da Europa. O crescente humanismo, típico do Renascimento, em combinação com a popularização da imprensa, despertavam a curiosidade de diferentes sectores da burguesia e, consequentemente, incentivavam a produção de novos mapas (BRIESEMEISTER, 2009).

É, portanto, ainda mais intrigante o fato de que mapas não-portugueses reproduzam “equívocos” em relação a costa do Brasil. Teria Portugal desenvolvido um modo de exportar informações e mapas propositalmente incorrectos sobre os territórios do Mar Oceano, no intuito de consolidar uma imagem geopolítica favorável, tal como defendeu Mota (1973)? Ou seria o resultado directo de erros de projecção e cálculos matemáticos que buscavam, tanto quanto possível, introduzir

as novas informações sobre o mundo, tal como pensou Duarte Leite (1923b)? Ao que tudo indica, a melhor resposta parece vir da combinação dos dois fatores, ou seja, do controle da informação e da reprodução de erros de projecção.

5.3. A *Universalis Cosmographia* (1507) de Martin Waldseemüller

O planisfério de Martin Waldseemüller que acompanha a *Cosmographiae introductio* publicada por Waldseemüller em parceria com Matthias Ringman (1482-1511) constitui um exemplo sintomático da combinação entre as questões associadas ao controle da informação e aquelas relativas à reprodução de erros de projecção a que nos referimos no ponto anterior.

Ringman fazia parte de um grupo de eruditos humanistas que se concentrou em torno do Gymnasium Vosagense, uma firma de impressão localizada em Saint-Dié – hoje Saint-Dié-des-Vosges (LESTER, 2012). Nesse âmbito, em 1505, padre Vautrin Lud, cónego da igreja de Saint-Dié, decide fazer uma nova edição da *Geografia* de Ptolomeu e convida Ringman para o trabalho. As razões repousam no fato de já a esta altura ser um conhecido humanista, escritor versado em latim, grego, matemática e cosmografia, além de ter publicado uma obra de geografia em 1505, com o título: *De ora antarctica* (LESTER, 2012).

A entrada de Martin Waldseemüller no empreendimento é menos evidente. Em primeiro lugar por não ser conhecido nenhum de seus mapas anteriores a 1507, apesar de ter sido apresentado por Lud ao duque de Lorena, René II – mecenas do Gymnasyum Vosagense – como mestre cartógrafo. Em segundo lugar, não é claro como Waldseemüller e Lud se teriam conhecido¹³. Porém, o fato é que Ringman e Waldseemüller viriam a trabalhar juntos (LESTER, 2012).

O empreendimento enfrentava uma das questões mais prementes entre os eruditos e impressores. Popularizavam-se versões híbridas de mapas antigos, com atualizações modernas e uma série de cartas que compunham reedições confusas da *Geografia* de Ptolomeu, da qual nunca se conheceram os mapas originais. A solução encontrada pelos autores foi compor dois conjuntos de mapas: um inteiramente dedicado à versão com base em fontes originais da obra e outra inteiramente dedicada à representação moderna do planeta, utilizando-se os métodos ptolomaicos para elaborar as cartas.

O demorado projeto de uma nova *Geografia* acabou por dar lugar a uma obra mais objetiva. Gravado em 12 placas de madeira, totaliza uma superfície de 3m².

¹³ Para explicar esse problema, Lester (2012, p.379) recorre a hipótese de que Ringmann tenha apresentado Waldseemüller a Walter Lud e justifica: “ambos eram jovens humanistas alemães; ambos haviam sido educados em Freiburg e partilhavam alguns dos mesmos mentores; ambos tinham ligações com impressores e eruditos da região e tinham interesse especial em Ptolomeu”.

Dos mil exemplares impressos à época, apenas um sobreviveu aos nossos dias e hoje está na Library of Congress, nos Estados Unidos. Construído a partir do modelo ptolomaico, o planisfério acompanhava uma série de gomos que formavam um globo – uma das primeiras possibilidades de massificar a produção de globos terrestres –, e um texto escrito, explicativo: a *Cosmographiae introductio*. O mapa está projetado em forma de coração e apresenta, por isso, distorções nas áreas próximas das margens. No entanto, além do simbolismo implícito na projeção, ela se tornaria bastante comum no século XVI, o que explica em parte o sucesso do mapa (BRIESEMEISTER, 2009).

Parecem centrais como fontes da *Cosmographiae Introductio* e do mapa de Martin Waldseemüller a *Lettera delle isole novamente trovalee* de Américo Vespúcio, editada em 1506, assim como o planisfério de Nicolau Cavério, datado entre 1502-1506 (Figura 3). Esse planisfério parece ter chegado a Saint-Dié pelas mãos do duque René II e servira de protótipo ao mapa de Waldseemüller (Figura 4). Apesar de guardar semelhanças ao planisfério de Cantino, sobretudo na iconografia ilustrativa – aves e arvoredos – a carta de Caverio conserva uma série de distinções e equívocos no traçado do litoral do Brasil (LEITE, 1923), sendo, todavia, mais completa em topónimos.

Figura 3 - Planisfério náutico de Nicolau Cavério, ca. 1502-1506



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 4 - *Universalis Cosmographia*. Martin Waldseemüller, 1507



O mapa de Waldseemüller (1507) apresenta elementos bastante inovadores na composição da imagem. A começar pela parte superior, dois retratos de meio-corpo intercalados por dois mapas tomam a posição do onipresente Pantocrator, aparente na cartografia medieval, tal como figuram no Mapa do Salmo e no mapa de Hereford, ambos do século XIII. À esquerda está ilustrada a figura de Cláudio Ptolomeu, sobre a qual lê-se a legenda: “Claudii Ptholomei Alexandrini Cosmographi”. O cosmógrafo alexandrino tem o olhar fixo sobre uma faixa do planeta correspondente a África, Ásia e Europa, ou seja, a feição por ele descrita e conhecido do planeta. À direita, o retrato de “Americi Vespucii” – Américo Vespúcio. O navegador observa, por sua vez, o “novo mundo”. A simbologia presente nessa iconografia é bastante expressiva. Ainda que Waldseemüller fosse uma figura eclesiástica, é significativo que tenha optado por ilustrar duas referências científicas, notadamente quando se percebe que esses têm em mãos instrumentos científicos. Está presente nessa ilustração o aspecto humanista que paira sobre os eruditos da Europa (BRIESEMEISTER, 2009).

As duas feições do globo são igualmente interessantes e, tal como foram dispostas, representam a simbiose de duas concepções cosmográficas: a antiga ou clássica e a moderna. Trata-se, portanto, de uma ilustração dotada de sentido que narra o processo de concepção dessa híbrida cosmografia que se apresenta no planisfério de Waldseemüller, por ele descrito em uma das legendas do mapa, localizada no canto superior esquerdo: “Ao descrever a aparência geral do mundo, pareceu melhor localizar as descobertas dos antigos e acrescentar o que foi descoberto pelos modernos desde então”, conforme tradução em Lester (2012, p. 382).

A marcante presença de Américo Vespúcio não é aleatória. Ringsmann e Waldseemüller tiveram conhecimento de uma carta datada de 4 de setembro de 1504 enviada ao duque René II pelo próprio navegador florentino, constando do relato de quatro viagens que teria feito às terras recém-reveladas aos europeus. A carta escrita em francês demonstra cordialidade entre Vespúcio e o nobre francês. O humanismo se mostra em uma referência ao poeta italiano Francesco Petrarca (LESTER, 2012). Apesar de constituir uma fraude arquitetada para enaltecer Vespúcio e reduzir a importância de Colombo, mencionando mais viagens do que aquelas que, de fato, o navegador genovês havia feito, Ringmann e Waldseemüller tomaram-na como verdadeira. Tratava-se de uma das versões enviadas ao

soberano de Florença, Piero Soderini, conhecida como “Carta a Soderini”. A fraude seria posteriormente revelada e emendada na carta *Marina Navigatoria* (1516) (LESTER, 2012).

Comparando esta carta com a descrição do *Mundus Novus* é possível constatar que o conteúdo difere significativamente do relato da primeira viagem feita junto à portugueses em 1501, um aspecto que, a nosso ver, corrobora a tese do sigilo. Na carta ao duque, aos 32ºS Vespúcio anuncia ter tomado o comando da frota e dirigido uma súbita mudança de rumo de sudoeste para sudeste, ocorrência não relatada em nenhuma de suas outras relações de viagem. Teria então, aos 52ºS, sido acometido por uma tempestade e alcançando, dias depois, uma costa inabitada, sem portos. Se o relato é verdadeiro, provavelmente teriam alcançado a ilha da Geórgia, próximo à 54ºS (LESTER, 2012).

No entanto, a súbito mudança não é coerente com o intuito exploratório da viagem, dirigida para descobrir as terras da costa sudoeste da América. O mais provável é que a viagem tenha seguido o curso sudoeste e o relato tenha sido posteriormente modificado, uma vez constatado que a frota havia entrado em território castelhano. Assim, ao entregar o comando a um estrangeiro, os pilotos portugueses se eximiam da responsabilidade pela transgressão e poderiam ainda culpar as condições meteorológicas (LESTER, 2012).

Essa é uma das poucas referências espaciais presentes na carta de Vespúcio que, assim como o *Mundus Novus*, pouco contribuía para a confecção de um planisfério que buscava incluir as terras descobertas (LESTER, 2012). A descrição, no entanto, foi suficiente para atribuir o nome a nova terra. Tal qual a tradição da Antiguidade, resgatada pelos humanistas do Renascimento, era costume nomear um invento ou uma descoberta em associação com o inventor ou descobridor no intuito de o honrar, assim como à sua pátria. É com este pensamento que procede Ringmann ao mencionar a quarta parte do mundo, a qual fora encontrada por certo *Amerigo* (Américo Vespúcio), o qual recebe o sufixo *ge*, que em grego significa terra. Assim procedendo, essa parte do mundo passa a se chamar *Amerige*; sendo os outros continentes nomeados no feminino, o mesmo processo passar-se-ia com a terra nova. A nomeação do espaço derivava, assim, de um jogo de palavras em conjunto com uma figura etimológica improvisada, até chegar-se ao nome América (BRIESEMEISTER, 2009, p. 23).

Apesar da importância que o termo ganharia, as cartas de Américo Vespúcio

eram pobres e gravemente equivocadas em informações geográficas e, conseqüentemente, para representação gráfica do Novo Mundo, sendo necessárias outras fontes. Essas foram encontradas por Waldseemüller em cartas náuticas pertencentes ao duque René II, as quais não são conhecidas hoje, mas sabe-se de sua existência pela documentação coeva (LESTER, 2012). Na própria *Cosmographiae Introductio* revela-se o complexo processo de associação entre diferentes perspectivas cosmográficas, sobretudo em relação à América, onde os autores dizem ter seguido por vezes o modelo ptolomaico e outras vezes cartas náuticas (HESSLER, 2008, p. 106). Quais cartas náuticas a que Ringmann e Waldseemüller se referiam permanece uma questão em aberto.

O planisfério de 1507 apresenta uma toponímia muito mais abrangente do que aquela que se vê no planisfério de Cantino, o que serve de indício para o conhecimento de informações mais atualizadas, as quais parecem apontar para o planisfério de Cavério (1502-1506). Constando a carta deste cartógrafo genovês de uma escala de latitude e outra de longitude, é possível reconhecer certa aproximação nas medições, apesar da diferença de projeção. É ainda sintomático que Waldseemüller tenha copiado os padrões sobre o continente africano.

É importante lembrar que o mapa de Caverio possui uma ornamentação análoga à do planisfério de Cantino, bem como idêntica descrição da Terra de Vera Cruz (VASCONCELOS, 1922), apontando um lastro comum entre as fontes utilizadas pelo cartógrafo anônimo de 1502 e Caverio. O arranjo entre o Novo e o Velho Mundo – que se traduz entre o desconhecido e o conhecido – é particularmente interessante no mapa impresso de Waldeseemüller, onde se percebe a confluência de diferentes fontes. O centro é basicamente de inspiração ptolomaica, o leste é baseado em Martellus e o oeste, como já dito, inspirado em Caverio (LESTER, 2012). É nessa confluência de pensamentos e fontes que podemos compreender que “ontologicamente falando a América é uma ‘invenção europeia’” (MORAES, 2011, p. 185).

Para tal consciência, o mapa de Waldseemüller apresenta ainda outra inovação que viria a perdurar, uma vez verificada pela experiência empírica das navegações, alguns anos depois. Pela primeira vez, aparece uma faixa litorânea ocidental na América, separando, sem deixar margem para dúvidas, a Ásia da América por um oceano. Tal sucede anos antes da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães (1519-1522). A América ganha ainda contornos de continente,

ao se perceber que os territórios sul e norte se separam apenas por um estreito, localizado a 10°N (MONCADA MAYA, 2009). A explicação para tal conformação reside, primeiramente, na tentativa de representar os 360° da superfície terrestre, e pela consciência teórica de que o continente asiático estava então sobredimensionado. A investidura nessa concepção, que ia claramente de encontro à perspectiva de Toscanelli e Colombo, provavelmente tinha origem em fontes portuguesas que desde o século anterior tinham tal consciência.

Tal como dito, essa concepção permanecerá puramente teórica até a primeira viagem de circum-navegação. Assim, durante a primeira década do século XVI, o conhecimento da faixa oriental da América meridional se restringe à Cananeia, conforme demonstra Max Justo Guedes (2000), apesar das obrigações dirigidas ao consórcio exploratório.

CAPÍTULO 6 – O COMÉRCIO, O CONHECIMENTO E O DELINEAMENTO DA COSTA

6.1. A ascensão comercial e a disputa pelo controle do litoral

Enquanto avançava o modo de representar o “novo mundo”, no litoral brasileiro intensificavam-se as relações comerciais entre europeus, em grande parte portugueses, e populações nativas, bem como as atividades extrativas. Esse processo seria acompanhado pelo aumento do conhecimento sobre o território, notadamente o litoral.

Nesse contexto, o comércio do pau-brasil e outros itens naturais, notadamente animais, ganhava contornos importantes no comércio atlântico. Jaime Cortesão (1969) ressalta que na *Relação* do veneziano Ca’ Masser (ca. 1506-1507) menciona-se que do Brasil se traziam vinte mil quintais de brasil por ano, sendo este o comércio que se encontrava arrendado ao cristão-novo Fernão de Noronha, concedido por dez anos a troco de quatro mil ducados para o rei.

Sabe-se, todavia, que o arrendamento não poderia passar de três anos, mas o comércio não parece ter cessado. Ainda que seja escassa a documentação do período, tem-se conhecimento de um naufrágio na Baía de Todos-os-Santos em 1509. Do mesmo ano é conhecida uma carta de João Brandão, feitor na Flandres, para D. Manuel, informando o preço do brasil, cotado em vinte e oito soldos (CORTESÃO, 1969).

Mesmo findo o consórcio, a presença de Fernando de Noronha e de mercadores italianos na empresa mercantilista continua notável. O *Livro de bordo* da nau Bretoa é uma das principais fontes desse processo. Vale notar que o *Livro* se refere a “tera do brazyl” e não mais as nomeações “Vera Cruz” ou “Santa Cruz”, como até então era habitual. Já mencionamos na introdução que nesse mesmo ano, no curioso planisfério *Orbis Typus Universalis Tabula* de Jerônimo Marino – orientado para sul – aparece pela primeira vez nome Brasil para designar o território sulamericano. O nome voltaria a aparecer no planisfério de Waldseemüller, em 1516, como *brasilia sive terra papagalli*, indicando que a actividade mercantil ganhara tal dimensão que substituía sua nomenclatura religiosa (ADONIAS, 1993).

É nesse contexto de crescente destacamento comercial que a viagem feita

pela nau *Bretoa* merece atenção. A embarcação saiu de Lisboa em 22 de fevereiro de 1511 e atingiu o rio São Francisco em 6 de Abril. De lá seguiu para o porto de Cabo Frio, chegando em 26 de Maio. O funcionamento da feitoria é evidente, tendo em vista o estoque aí acumulado. A nau foi carregada com 5008 toras de brasil, 35 escravos, 22 periquitos, 16 gatos-maracajás (*Leopardus wiedii*), 16 saguis, 15 papagaios e três macacos, totalizando 72 animais a bordo (GUEDES, 2000). As possibilidades de lucro eram significativas: um quintal (cerca de 60kg) podia ser vendido em Castela, Itália e na Flandres por 2,5 a 3 ducados, sendo que cada ducado equivalia a cerca de 3.5g de ouro. Assim, as 5008 toras, que equivalem a mais ou menos 2000 quintais, chegariam ao valor de 5000 a 6000 ducados, enquanto o custo da viagem esteve em cerca de 1000 ducados. O pau-brasil era, sem dúvida, o motor central do comércio na costa brasileira; os animais não passavam de 2% do valor da carga da madeira (PAPAVERO; TEIXEIRA, 2014).

Para além do vislumbre ao lucro que o comércio extrativo do “pau de tinta” possibilitava, um dos aspectos mais relevantes do regimento da nau *Bretoa* diz respeito à regulação das relações com as populações nativas. Assim diz o regimento:

Defenderes ao mestre e a toda a campanha de dyta naoo que nō faça nen hum mal nem dano a agente da terá e se allgen fazer o comtrayro o fares asy esprever ao dito espyvam e se vos p. allgũ Respeyto lhe nam mãdares que o faça elle de seu ofycio sera obrigado de o asy cōpryr sopena de perder ametade de seu ordenado p. a o espytail de todollos samtos desta cydade e quall quer pessoa da dyta naoo que este nam guardar p. dera yso mesmo ametade de seu soldo e allem du que lhe for dada qualquer outra pena que p. justiça merecer segundo a callydade do que fez como seoferese cōtra cada hũa das pessoas da dyta naoo (VARNHAGEN, 1861, p. 99).

A recomendação ao tratamento pacífico vai ao encontro de uma questão central no processo expansionista português: a demografia. Já mencionamos anteriormente que Portugal não detinha contingente populacional suficiente para execução do empreendimento colonial. Basta lembrar que o contingente deixado na feitoria de Cabo Frio foi de 24 homens. Ainda que se tenha aumentado em número, é difícil imaginar que a extensiva extracção do pau-brasil que abasteceu a nau *Bretoa* e outras que a antecederam não tenha contado com o apoio de populações nativas (GUEDES, 2000). Além disso, o regimento era claro ao mencionar que os tripulantes não poderiam deixar a ilha onde ficava a feitoria; portanto, não poderiam ter feito o trabalho extrativo (MARCHANT, 1943). Nesse sentido, o tratamento

ordenado no regimento da nau busca preservar as possibilidades exploratórias, além da própria sobrevivência da feitoria. Sobre essa questão, o regimento orienta que: “nã Resgate nem vemda nem troquem cõ ayente da dita terá nem nhûas armas de nem nhûa sorte” (VARNHAGEN, 1861, p. 100).

Delineavam-se, assim, as relações entre mercadores e nativos. No entanto, resta compreender quais razões teriam os autóctones em contribuir com os estrangeiros. Segundo Jorge Caldeira (1999), é preciso compreender que duas lógicas distintas de valor atuaram nas trocas entre nativos e europeus. Se, por um lado, para os europeus os produtos dados aos autóctones tinham baixo valor – quinquilharias – comparado aos produtos que iriam adquirir e revender no mercado europeu, por outro lado, para os nativos tinham grande valor prático.

Os machados e cunhas de ferro, por exemplo, serviam para a redução significativa do tempo de corte de uma árvore. O corte e queima controlada de partes das florestas – coivara – consistia no método tradicional de plantação dos nativos, e a introdução do ferro alterou completamente as relações produtivas, ao reduzir o esforço e o tempo para criação de clareiras.

Além disso, Caldeira (1999) lembra que a produtividade dos homens era reconhecida pelo grupo por meio de laços matrimoniais. Quanto mais produtivo, mais casamentos tinham e, por consequência, podiam mobilizar mais poder no seio da tribo. Logo o comércio com os europeus acabou por alterar as relações de poder entre os nativos; aqueles que negociavam com as naus e tinham acesso às ferramentas, aumentavam sua produtividade, se tornando mais provedores, alçavam mais relações matrimoniais e aumentavam seu poder.

Com a escassez de mão-de-obra em Portugal e a inexistência de animais de tração no Brasil, o escambo com as populações nativas torna-se o fundamento de troca na obtenção de mão-de-obra e mercadorias. É essa possibilidade de acordo que está no seio do regimento da nau *Bretoa*, isto é, o estabelecimento de relações econômicas com os nativos, as quais já vimos serem altamente lucrativas.

No entanto, essas relações enfretavam algumas barreiras. Dentre elas o processo chamado de “pacificação”, isto é, a submissão de determinado grupo nativo para a instalação de povoado português. Soma-se a isso que os navegadores estavam atentos ao altamente lucrativo tráfico de escravos, bem-sucedido desde o século XV, na África. A alteração nas relações de poder no interior da organização social das populações nativas também acabou por se tornar problemática ao

intensificar os conflitos internos e acentuar a guerra entre os autóctones. Não é aleatório, portanto, a preocupação em regular os negócios com os nativos, contendo a violência direta contra eles e o acesso às armas.

A continuidade do comércio de pau-brasil e o envio de armadas à costa brasileira ao longo da segunda década dos quinhentos, mostra que o produto tinha boa entrada no mercado europeu, ainda que em muito menor proporção que aqueles vindos da Índia. Em 1513 é lançada a expedição de Cristóbal de Haro e D. Nuno Manuel com intuito de adquirir produtos da costa brasileira, assim como fazer o seu reconhecimento. Daí são conhecidos o *Livro de Marinharia* de João de Lisboa 1514 e o *Guia Náutico de Évora* 1516. A cartografia evidencia ainda que o reconhecimento se dirigiu sobretudo ao litoral noroeste, após o Cabo de Santo Agostinho, tendo em vista que no planisfério de Vesconte Maggiolo (1516) esse trecho já aparece de modo mais preciso e com topónimos que combinam a nova expedição portuguesa àquelas anteriormente feitas por castelhanos nas proximidades do Amazonas (GUEDES, 2000).

No entanto, é com a viagem de João Dias de Solis que irá se verificar uma mudança qualitativa nas relações geopolíticas entre Portugal e Espanha no que diz respeito ao território sulamericano. Em fevereiro de 1516, o piloto português a serviço da Coroa de Castela atinge a costa do atual Uruguai, ultrapassando a área conhecida até o período, ao dobrar o cabo de Santa Maria e adentrar um rio que tomaria seu nome e, posteriormente, será conhecido como rio da Prata. Navegou até a ilha Martín García, onde verificou não se tratar da passagem do Mar do Sul e, ao entrar em contato com os nativos, foi por eles assassinado (GUEDES, 2000).

Com a viagem de João Dias de Solis, os espanhóis tomam conhecimento do rio da Prata e do traçado do litoral oriental da América do Sul. A disputa então gerada sobre os limites sul das zonas de influência portuguesa e espanhola dá início a uma série de novas estratégias espaciais. Portugal consolidava o comércio de pau-brasil e, ainda que não fosse comercialmente competitivo com as mercadorias das Índias, o extenso litoral brasileiro se mostrava fundamental: controlada a faixa ocidental da África, o domínio da costa brasileira permitia o controle virtual – por meio de entrepostos no oeste e leste – do eixo meridional atlântico (MORAES, 2011).

Segundo Jaime Cortesão (1969), é nesse âmbito que surgem as chamadas *capitanias de mar*. No intuito de defesa do território contra tentativas de fixação não-

portuguesa no território e protecção aos saques, envia-se de Portugal um capitão do mar, acompanhado de uma frota de navios para percorrer e guardar a costa do território que se supõe sobre a área de soberania portuguesa. Sabe-se de, ao menos, quatro expedições desse tipo. A primeira delas foi comandada por Cristóvão Jacques, entre 1516 e 1519. Anos mais tarde, em 1526, este mesmo capitão voltaria à costa brasileira, onde travaria confronto com embarcações francesas na Bahia.

Ao controle direto da costa, somam-se novas estratégias cartográficas, acrescidas dos conhecimentos rapidamente acumulados da costa, considerando-se ainda que o falso traçado replicado até então tornara-se obsoleto. A cartografia espanhola também ganhava novos horizontes com a criação de uma série de instituições voltadas à cartografia e a náutica, conforme demonstrou-se na seção anterior.

6.2. Uma disputa cartográfica por espaços de soberania

Portugal enfrentava, assim, um quadro de disputa comercial que se acirrava. A exploração espanhola, as recorrentes visitas francesas e a sofisticada espionagem, tornava cada mais complexo o controle das informações. Em finais da década de 1510 e início da década seguinte, delineia-se então o desejo por parte da Coroa portuguesa de delimitar sua zona de soberania. Os marcos escolhidos seriam o Amazonas e o estuário platino. No cerne dessa questão podemos observar um importante planisfério manuscrito anônimo de ca. 1519, atribuído a Jorge Reinel (Figura 5), conhecido por Kunstmann IV (CORTESÃO, 1960, v. I – estampa 12). É esse o primeiro planisfério elaborado por um português a apresentar as novas terras em um mapa com graduações de latitudes e longitudes.

É interessante perceber que a graduação parte de duas linhas que se cruzam entre o equador e o meridiano de Tordesilhas, no centro do mapa. Assim disposto, permite concluir que a raia de demarcação equivale a um meridiano, diferente do que parece ser o caso do planisfério de Cantino. No planisfério de ca. 1519 desaparecem os artifícios da falsificação do traçado da costa do Brasil. Em seu lugar, perceber-se um discreto deslocamento para leste da faixa costeira do Brasil, o que acaba por fazer com que o meridiano de divisão entre Portugal e Castela se apresente a ocidente do Amazonas e do estuário da Prata, ficando os dois marcos na área de influência portuguesa (CORTESÃO, 2009).

Figura 5 - Planisfério anônimo - Atribuído a Jorge Reinel, ca. 1519



Seguindo um padrão de projeção similar ao do mapa supramencionado, Diogo Ribeiro elabora, na década de 1520, três planisférios que se inserem nos aperfeiçoamentos das técnicas cartográficas no mundo ibérico e representam a acuidade do “padrón” espanhol. São eles os planisférios de 1525, 1527 e 1529 (CORTESÃO; MOTA, 1960, v. I – estampas 38, 39, 40, respectivamente). Ressaltando o caráter científico, em todos eles figuram instrumentos de navegação e confecção de mapas: um astrolábio, um quadrante e uma tábua circular de declinações (CORTESÃO; MOTA, 1960, v.I). A intenção de representar a superfície do globo com base na matemática e nos instrumentos disponíveis até então torna-se clara.

Apresentar uma imagem do mundo que então se revelava, sobretudo após a viagem de circum-navegação, estava na agenda da produção cartográfica do período. E sobre isso as cartas de Diogo Ribeiro serão fundamentais na definição de métodos de representação espacial. É sintomático que o planisfério de 1527 traga a seguinte inscrição: “Carta universal em que se contém todo o que do mundo se a descoberto”. Já carta de 1529, que se preserva ainda hoje exposta no Vaticano, além das gravuras representando os instrumentos científicos, traz uma inscrição próxima: “Carta universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto fasta ahora”.

Não obstante a pretensão de síntese em escala do mundo conhecido, seguindo padrões científicos, o planisfério não foge ao caráter geopolítico e demarcatório. E assim, em uma legenda na margem inferior, escreve-se: “ La Qual se deuide en dos partes conforme ala capitulacçion que hizieron los catholicos reyes de españa y el rey don juan de portogual em tordesillas” (CORTESÃO, MOTA, 1960, v.1, p. 102).

Nesse sentido, o curioso desses três mapas é que todos representem o meridiano de Tordesilhas próximo ao centro das cartas, claramente demarcando a divisão do mundo entre Portugal e Castela, distinguindo das três escalas de latitudes dispostas no mapa. Este parece ser um modo eficaz para visualizar a dimensão e o domínio de cada um dos impérios. A delimitação é ainda reiterada pela presença, lado a lado, das bandeiras dos dois impérios; a ocidente, aquela de Castela, e a Oriente aquela de Portugal. Os planisférios acabam, assim, por descrever graficamente o tratado e a visão geopolítica que divide o mundo nos dois impérios ibéricos.

Com relação à representação do Brasil, nos dois primeiros planisférios de Diogo Ribeiro apenas figuram o contorno da costa, com alguns topónimos. A delimitação e as distâncias são aqui mais próximas às modernas do que nos mapas anteriores.

O único mapa de Diogo Ribeiro que nos apresenta elementos geográficos do interior do Brasil é o de 1529 (Vaticano). Possui também um número maior de topónimos. No geral, a simbologia presente na iconografia demonstra a confluência de diferentes percepções de mundo. Da Idade Média, a presença de dragões no Novo Mundo é bastante expressiva, lembrando a decoração do Mapa do Salmo (ca. 1250). Junto à cidade de Jerusalém, três cruzes fazem alusão a Paixão de Cristo. Uma alegoria mais moderna, no entanto, compõe o interior da “TERRA BRASILIS”, na qual se observam alguns nativos a exercer uma atividade extrativista. A imagem de mundo do cartógrafo, seja mitológica ou alegórica aos relatos de navegação, preenche os espaços (RABELO, 2013).

Ao mesmo tempo, o planisfério de Diogo Ribeiro apresenta uma projeção bastante cuidadosa e apurada para os padrões da época. As distâncias e as latitudes, assim como os contornos litorâneos, aparecem com relativa precisão. Do conjunto de planisférios aqui apresentados, desde Cantino ao de Diogo Ribeiro, devemos reconhecer que não se tratam de meras representações abstratas. Rompendo com a ideia alegórica de mundo da Idade Média, esses mapas buscaram, por meio de proporções geométricas, expressar características concretas sobre os espaços do globo.

Ao contrário do que se pensa, é por tentarem se aproximar do espaço concreto que podemos observar os diferentes modos de projeção e compará-los. No caso em questão, se é correta a atribuição da autoria do planisfério de ca. 1519 a Jorge Reinel, podemos discorrer sobre algumas questões suscitadas pela comparação com o planisfério de Diogo Ribeiro de 1529 (Figura 6).

A primeira consideração que devemos fazer é sobre as circunstâncias de produção do mapa. Segundo Cortesão e Mota (1960, v. I), Jorge Reinel estaria na Andalúzia foragido. A documentação da época menciona que Jorge Reinel havia feito um globo e uma carta para preparação da viagem de Fernão de Magalhães. A documentação menciona ainda a questão das Molucas (MOREIRA, 2015). Pode ser essa a carta; as ilhas eram a questão geopolítica central na divisão entre o Portugal e Espanha naquele período.

Tal como aparecem no mapa, elas estão na faixa pertencente a Espanha. O fato explicaria ainda a correção no traçado do Brasil, com a silhueta leste-oeste a partir da Cananéia. No entanto, segundo a demarcação da raia de separação, o território reivindicado por Portugal é bem mais extenso do que o realmente estipulado em Tordesilhas.

Jorge Reinell deve ter se inspirado, portanto, em algum padrão português, para reproduzir o modo estendido do território sulamericano reivindicado por Portugal – talvez um exemplar trazido consigo quando de sua fuga. O fato é que essa forma alargada da representação do espaço português na América seria reproduzida por mais de um século, a despeito da Espanha conhecer o real traçado desde, pelo menos, 1525, com o primeiro planisfério de Diogo Ribeiro.

Após a viagem de Fernão de Magalhães, são apuradas as notações de latitude e distâncias e a costa do Brasil retrai-se para oeste; é essa a imagem que vemos nos planisférios de Diogo Ribeiro. Como resultado, toda a foz do Prata recai sobre o domínio espanhol. A viagem de circum-navegação parece ser uma importante referência na definição dos espaços.

A velocidade com que se acessavam as informações tem relação com um interessante movimento migratório de cientistas entre Portugal e Espanha. Se os castelhanos tentavam atrair pilotos e cosmógrafos portugueses, como é o caso de Diogo Ribeiro, Portugal tinha estratégias similares, tendo atraído, entre outros, os pilotos Pêro de Ledesma e João Rodrigues Mafra aos serviços lusitanos (CORTESÃO, 1969). A prática contribuía para acirrar o tenso clima que envolvia o controle de áreas na América, pois acabava por se traduzir na circulação de informações restritas e dificultava ainda mais os processos de controle e manipulação de dados.

É neste sentido que os planisférios de Diogo Ribeiro acabam por obter um importante papel político. Com apurados conhecimentos cartográficos, seus mapas acabam por se aproximar do formato real da costa brasileira, tal como se pode ver em planisférios atuais, de projeção conforme. Essa correção implicou que o estuário do Prata ficasse fora do território português.

Embora correta a projeção de Diogo Ribeiro, a insistência portuguesa em manter a imagem de uma delimitação que inclui a foz do Rio da Prata irá configurar uma interessante disputa cartográfica que se estenderá por séculos.

Figura 6 - Carta universal. Diogo Ribeiro, 1529



A razão por ser essa uma área disputada é sintetizada por Jaime Cortesão, (2009). Inicialmente os navegadores acreditavam que se poderia alcançar Malaca seguindo o curso do rio. Logo que rechaçada essa hipótese, já se sabia por meio dos relatos que naquela área era possível ter acesso as riquezas em ouro e prata da região andina.

Se a cartografia se aproxima metodologicamente de uma descrição gráfica, matematicamente precisa, esse fator não se pode confundir com neutralidade. Esses planisférios estão inseridos em disputas territoriais concretas, que se expressam diretamente na colonização das terras. É por meio destas cartas que os atores políticos, dos quais podemos mencionar os monarcas, mercadores, embaixadores e os próprios cartógrafos, organizaram, de acordo com os interesses que representam, os espaços do planeta. Para além do esforço representativo, possuem também um caráter normativo, já que conduzem e orientam o direito de atuar sobre os espaços.

Com descrições genéricas e, por vezes, com a total omissão das populações nativas, esses primeiros planisférios servem para a demarcação das disputas geopolíticas entre Portugal e Espanha. A especificidade da cartografia nesse processo está em permitir a seus usuários imperiais um poder arbitrário, uma vez que as decisões são tomadas observando um plano abstrato do espaço, uma representação. O espaço pode assim ser dividido sobre o papel segundo os esquemas que refletem as rivalidades dos impérios (HARLEY, 2001).

6.3. Uma grande região chamada Brasil

No centro deste debate cartográfico, uma obra composta de onze cartas, sendo um mapa-mundi e 10 cartas regionais, merece grande destaque. Apelidado de *Atlas Miller*, em alusão ao seu último detendor, o conjunto é muito bem iluminado e rico em iconografia. À exceção do mapa-mundi anexo ao conjunto, assinado por Lopo Homem e datado de 1519, o conjunto de cartas regionais não possui nenhum indicativo de data ou assinatura. Por aproximação das características técnicas e análise da conjuntura de produção, foi-lhes atribuída a autoria de Jorge e Pedro Reinel (CORTESÃO; MOTA, 1960).

A obra é surpreendente para o período, pois traz grande riqueza de detalhes sobre as regiões que abrange; basicamente, toda a superfície conhecida do globo. Seria esse o resultado bem-sucedido da análise de documentos presentes em Lisboa na época de produção do mapa (GARCIA, 2009). O especial interesse para a análise da geopolítica e da formação do território brasileiro repousa na abundante iconografia que expressa simbolicamente elementos da geopolítica do período. O olhar é o do império português (GARCIA, 2009).

Conforme exposto na seção anterior, o contexto geral é de disputa por soberania de diversas áreas do globo, claramente animadas pelo crescente interesse na América do Sul, que além de importante ponto de apoio a navegação, já se mostrava mais promissora comercialmente.

Segundo Jaime Cortesão (2009), o rei D. Manuel teria encomendado a Lopo Homem a preparação de um atlas. O intuito desse conjunto de mapas era registrar os descobrimentos portugueses. O atlas teria como destino o rei Francisco I de França. Essa hipótese faz amplo sentido no contexto mercantil. As crescentes expedições francesas à costa do Brasil geravam conflitos diretos e, por vezes, embates diplomáticos entre as duas Coroas. Nesse ínterim, em 1516, D. Manuel ordena a Cristóvão Jacques que patrulhe a costa brasileira (GUEDES, 2000).

Nesse contexto, o atlas serviria como documento de apresentação dos domínios portugueses. Elementos simbólicos que corroboram essa interpretação são vastos. O número de bandeiras portuguesas em ilhas atlânticas, assim como na faixa oriental da América do Sul é bastante expressivo. Sobre o Atlântico, grande número de embarcações ostentam a cruz de Cristo, demonstrando o poderio náutico

lusitano.

Outra possibilidade é levantada por João Carlos Garcia (2009). O atlas estaria destinado ao papa Leão X, membro da família Médici. Atuando como um documento de propaganda, a intenção do conjunto de cartas seria a de lembrar, uma vez mais, o compromisso do Império português com a expansão da fé e o espírito cruzadístico. A iconografia é ainda expressiva para demonstrar a disputa religiosa (GARCIA, 2009). Em alguns dos mapas regionais, navios com a Cruz de Cristo rivalizam com outros com a Lua Crescente, símbolo do Império otomano.

Desse conjunto de cartas que compõem o *Atlas Miller*, duas são particularmente importantes para representação do espaço que se tornaria o Brasil. Uma se refere especificamente ao Brasil (Figura 7) e outra ao Atlântico Sul (Figura 8). Começaremos a análise por aquele mapa que se refere diretamente a *Terra Brasilis* – expressão utilizada no próprio mapa para se referir ao território.

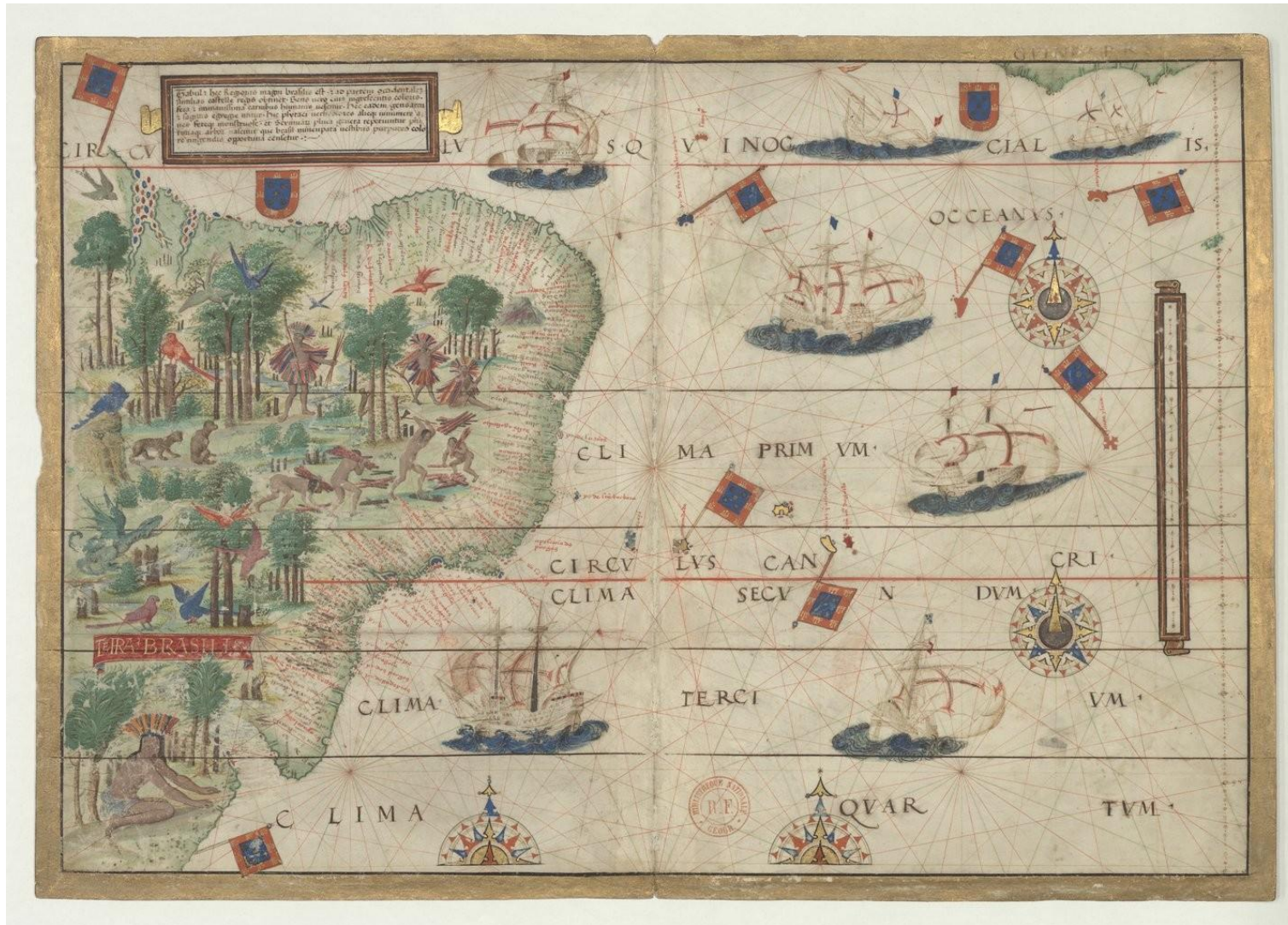
Devemos mencionar aqui a primeira mudança de escala em nossa análise. Até o momento havíamos observado o espaço brasileiro a partir de mapas-mundi, indicando um contexto ampliado de análise. A nova escala de análise implica uma nova contextualização geopolítica. Nesse sentido, o mapa enquadra a *Terra Brasilis* em seu contexto geográfico (GARCIA, 2009) e podemos dizer geopolítico. Isto porque a *Terra Brasilis* aparece voltada para o Atlântico Sul, cujo domínio português é expresso por sete navios ostentando a cruz de Cristo, além de seis bandeiras que demarcam a posse de ilhas.

É ainda notável o modo como a legenda sobre o mapa descreve o território. Jaime Cortesão (2009) menciona a intenção de estabelecer uma unidade geográfica e humana em relação ao espaço continental. O próprio mapa estabelece as referências para a construção da região a partir de dois marcos naturais: a foz do Amazonas e a foz do Prata, sobre os quais figuram duas bandeiras portuguesas, que demarcam a zona de soberania lusitana. De modo distinto dos planisférios analisados na seção anterior, não figura nenhuma menção – gráfica ou escrita – ao Tratado de Tordesilhas. Ao contrário, a referência do título diz respeito a uma grandiosa região: “*Tabula hec regionis magni brasilis est, et ad partem occidentalem Antillas castelle regis obtinet*” (Esta é a carta da região do grande Brasil, a qual toca, pela parte ocidental, com as Antilhas do rei de Castela) (CORTESÃO, 2009: p. 331).

Não obstante os marcos naturais e a grandeza que conferem unidade geográfica ao território, não é menos importante a unidade humana, assim retratada

na legenda do mapa: “Gens vero eius negrescentis coloris fera et immanissima carnibus humanis vescitur” (Gente de cor parda, brava e muito bárbara, e alimenta-se de carne humana) (CORTESÃO, 2009, p. 331). A essa gente, ilustrada por oito figuras de nativos, quatro delas vestidas com penugens, arcos e flechas e as outras nuas a coletar madeira, somam-se algumas aves, dois macacos e um animal quadrupede, além de um réptil com asas, árvores e arbustos espalhados por todo espaço interiorano. Dessa forma, o território é apresentado como espaço homogêneo (região) e selvagem, no qual a única atividade produtiva foi implementada pelos europeus, ou seja, o corte da madeira.

Figura 7 - Brasil e Atlântico Sul no *Atlas Miller*. Anônimo - atribuído a Pedro e Jorge Reinel



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Cabe, por fim, uma ponderação: os cartógrafos só podiam representar aquilo que de fato lhes chegava de informação ou aquilo que se havia imaginado nos relatos. No entanto, se a pretensão é retratar a realidade tal como ela se apresenta, é plausível imaginar que, aos menos, houvesse menção a diferentes tribos, o que não se observa nos mapas desse período. A simplificação é outro traço comum na elaboração de mapas, sobretudo nos de menor escala. No entanto, como veremos, diante do aumento do conhecimento e, sobretudo, da complexidade das relações de poder no território, mais diferenciado é representado o espaço. Nessa primeira fase da colonização, na qual era incipiente o conhecimento do terreno, bem como estavam circunscritas as disputas de soberania, restritas ao eixo monárquico ibérico, representar a diversidade de povos nativos era secundário.

Soma-se ainda que o discurso colonizador, de base cristã, era homogeneizante, ao criar uma estrutura sócio-espacial simplificada e dicotômica: fiéis e não fiéis, conhecedores e não conhecedores da “palavra”, bárbaros e civilizados, etc. O mapa do Brasil de 1519 tem uma legenda elucidativa nesse sentido, ao se referir a população nativa como “fera et immanissima” (brava e bárbara). A associação à estereótipos conhecidos pelos europeus também se faz presente. Já na carta atlântica deste Atlas consta a seguinte legenda: “Aquí habitam homens selvagens, da mesma côr que a nossa, e que vivem ao modo dos antigos faunos e sátiros”.

Como bem pontua Moraes (2011), todo processo de colonização envolve a conquista e, por consequência, a submissão ou extermínio de um ou mais povos que originalmente ocupem o território. No entanto, como pontua Maria Cecília Guirado (2001), os investimentos portugueses estavam mais centrados na construção de um império comercial, voltado para Ásia, do que com um império colonial voltado para territorialização do espaço. Isso não significa que Portugal não tenha se esforçado para estabelecer sua soberania sobre o território. Apenas demonstra que a ocupação do espaço estava vinculada, nesse primeiro momento, as possibilidades comerciais frutos do extrativismo, com base no trabalho de povos autóctones. No mapa relativo a *Terra Brasilis*, por exemplo, podemos ver grupos de nativos realizando a extração de madeira, utilizando o machado de ferro, introduzido pelos europeus (GARCIA, 2009).

Essa situação exploratória, e com base no tráfico de pau brasil, não permaneceria por muito tempo. Frustradas as tentativas de Giovanni de Verrazzano em concluir a rota marítima para a Índia, saindo do porto de Honfleur, a presença francesa na costa do Brasil seria intensificada. Verrazzano, navegador oriundo das proximidades de Florença (Val di Greve), tentou por três vezes alcançar a Ásia em nome do rei Francisco I de França.

Na primeira delas, a bordo da caravela *La Deauphin*, acabou por explorar a costa leste norte americana entre os atuais estados da Carolina do Sul e Nova Iorque. Não existindo uma passagem para o Pacífico, acabou por regressar. Dois anos depois, apoiado pelo almirante Philippe Chabot e Jean Ango, visconde de Dieppe, os irmãos Girolamo e Giovanni Verrazzano armam uma nova expedição rumo às Molucas, buscando replicar a viagem de Fernão de Magalhães. Não conseguindo dobrar o estreito sulamericano, navegaram ao Cabo da Boa Esperança, mas, ao dobrá-lo, não alcançaram mais do que a ilha de Madagáscar. Os navegadores que sobreviveram ao naufrágio acabaram presos em Moçambique. Em 1528, Giovanni de Verrazano realizaria a sua última tentativa de alcançar a Índia e acabaria morto por autóctones na Jamaica (GUEDES, 2000)

Com as recorrentes frustrações, minimizavam-se as esperanças francesas de estabelecer vias marítimas para a Ásia. Em contrapartida, o comércio de pau-brasil, já bem estabelecido em aliança com os Tupinambás em diferentes pontos da costa brasileira – entre o Rio de Janeiro e Bahia –, tornava-se uma alternativa viável e lucrativa para os mercadores normandos. Após a morte do irmão, Girolamo Verrazzano, faria em 1529 uma expedição ao Brasil, da qual retorna ao porto de Honfleur carregado da preciosa madeira (GUEDES, 2000).

Diante do avanço da presença francesa na costa brasileira, a reacção portuguesa se daria com a formação daquilo que Jaime Cortesão (1969) chama de *Capitanias de Mar*. Essas eram caracterizadas pelo envio frequente de uma frota, acompanhada por um capitão, para patrulhar o litoral brasileiro. Assim, em 1516, é enviada uma frota comandada por Cristóvão Jacques, fidalgo e navegador experimentado, ao Brasil, onde se encarrega do serviço até 1519, quando retorna a Portugal. Em 1526, é nomeado governador das partes do Brasil por D. João III e retorna com uma nova frota ao território. Estabelece uma feitoria na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco (GUEDES, 2000).

A atuação das frotas guardas-costa foi bastante brutal. Jaime Cortesão (1969)

reproduz parte do conteúdo de uma reclamação enviada pelo rei de Armas de Angoulême – em nome do rei Francisco I – para D. João III. Na reclamação, o francês relata algumas das cenas promovidas pelos portugueses contra os franceses. Entre enforcamentos, também se assistia ao enterro até os ombros dos navegadores, para serem posteriormente alvejados na cabeça por flechas e tiros.

D. João III ignora as reclamações e Francisco I concede uma carta de corso a Jean Ango, permitindo ao armador desferir ataques a navios portugueses. As tensões entre dois reinos escalavam e, apesar das acções da frota de guarda costeira portuguesa, não cessaram as acções de franceses no Brasil (GUEDES, 2000). Em parte, isso pode ser explicado pela diferenciação do processo de exploração. Sem dispor dos mesmos recursos que os portugueses, os normandos faziam incursões diretas a costa, negociando com os nativos a extracção do pau-brasil, sem estabelecer entrepostos no território, tornando o processo muito mais flexível e dificultando o controle português, que contava com poucos pontos de apoio no vasto litoral (MARCHANT, 1943).

Diante desse quadro – e, também, da presença espanhola, sobretudo no sul, com a viagem de Sebastião Cabot ao rio da Prata (1526) –, torna-se urgente alterar o modelo de controle e exploração aplicado no Brasil. Com portugueses e franceses a disputar o comércio e a aliança com os autóctones, Portugal toma consciência que era preciso apropriar-se de fato do território. Afinal, “como poderia um punhado de embarcações, quatro ou cinco caravelas, impedir aquele comércio ao longo de 1200 milhas náuticas (pouco menos de 400 léguas)? ” (GUEDES, 2000, p. 97). Teria início na década de 1530 a aplicação das Capitanias de Terras ou Capitanias Hereditárias. Atuando sobre porções do litoral brasileiro, essa organização do território irá alterar, por consequência, o modo e a escala com que se representa o Brasil.

CAPÍTULO 7 – AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS NA CARTOGRAFIA COLONIAL (1534-1674)

7.1. O regime de capitanias: considerações gerais

Tal como previamente exposto, a disputa europeia pelo controle de territórios na atual costa do Brasil se acirrava. Nesse contexto, destaca-se a expedição da nau *Pellerine* que, em 1532, deixa uma guarnição na atual região de Pernambuco e instala o primeiro núcleo colonizador não português no litoral. A tentativa de colonização contava com cerca de 70 homens. Diferente das esporádicas viagens à costa para abastecimento de pau-brasil e outros itens comerciais, essa empresa era organizada pelo Barão de Saint Blancard, comandante da esquadra francesa do Mediterrâneo, e era apoiada pelo rei da França (CORTESÃO, 1969).

Diante tentativa francesa de colonização efetiva, Portugal percebe a incapacidade que a guarda costeira teria caso outros empreendimentos semelhantes fossem lançados. Apesar da vitória de Martim Afonso de Sousa, com a retomada do local e a captura da nau *Pellerine* por António Correia, os esforços da armada portuguesa se mostravam incapazes de manter o controle da área (CORTESÃO, 1969). A primeira dessas dificuldades decorria da grande extensão do território. A segunda era de cunho político e econômico.

O esforço comercial e colonial português estava voltado com maior intensidade para a Ásia e a África (FERNANDES, 2003). No entanto, com a retomada das rotas terrestres para a Ásia, torna-se iminente a reorganização da estrutura do Império. Soma-se a isso que, no plano técnico-científico europeu, crescia a capacidade de navegação entre países fora do eixo ibérico, pelo que outras monarquias puderam aumentar sua presença no Atlântico e questionar a política do *Mare Clausum*.

Desse modo, apesar da armada de Martim Afonso de Sousa ter instalado alguns importantes focos de colonização, como São Vicente, era percebida a necessidade de uma ocupação mais efetiva. Por outro lado, Portugal enfrentava uma grave crise econômica. Atingido por um terremoto em 1531 e sofrendo com a seca, a miséria e a peste, a monarquia se vê obrigada a buscar recursos em bancos na Flandres (BUENO, 2006). Esgotado, o erário real era insuficiente para financiar a

ocupação, não dispondo de força militar para se instalar em pontos tão distantes entre si. Diante desse quadro, a Coroa portuguesa opta por uma estratégia já experimentada em diversas ilhas sobre controle português, notadamente no arquipélago da Madeira: as capitanias (LACOMBE, 1978).

No essencial, trata-se da concessão real de terras a indivíduos chamados capitães, ou governadores, aos quais eram atribuídas tarefas ligadas ao direito público, como a nomeação de funcionários administrativos e jurídicos (ouvidores, meirinhos, tabeliães, juízes, etc.). Os capitães donatários ficavam encarregados também da distribuição de terras e da construção de prédios públicos e de defesa (PRADO JUNIOR, 1969). Cabia-lhes ainda a organização espacial, podendo definir aldeias, vilas e cidades. Distante, e com grande demanda de investimentos, a Coroa portuguesa interditava a presença de corregedores e o capitão só poderia ser julgado diretamente pela Corte, reforçando seu status como autoridade máxima sobre o território, submetida apenas ao poder real (CORTESÃO, 1969).

Essa enorme autonomia dada aos capitães, conduziu muitos autores a considerar o sistema de capitanias como a aplicação de um regime feudal no Brasil. Antonio Vasconcelos de Saldanha (1992) lembra alguns desses autores: Ruy Ulrich, por exemplo, que considera as capitanias como um tipo perfeito do regime feudal. Ainda que Portugal nunca o tivesse aplicado em seu território, o modelo parecia adequado para garantir a ocupação colonial. Para autores como o padre Serafim Leite e Contreiras Rodrigues, o modelo de colonização do Brasil era consumadamente feudal. Outros autores consideram o sistema de capitanias como híbrido entre o moderno e o feudal, no qual se garantiam aos capitães privilégios feudais, como mencionou A. Ambrósio de Pina. Charles Boxer foi mais direto nesse sentido ao entender o sistema das donatárias como uma mistura entre elementos capitalistas e feudais. Henrique Galvão rotula ainda o sistema como semi-feudal (SALDANHA, 1992).

A corrente de pensamento contrária a essa interpretação será dada por Roberto Simonsen na sua *História Econômica do Brasil*, em obra publicada pela primeira vez em 1937. Opondo capitalismo ao regime feudal, afirma que “não é o feudalismo que caracteriza o sistema das donatarias, mas sim a inversão capitalista que ela traduz”. Simonsen (1969) justifica que a Coroa real, não dispondo dos recursos necessários para a ocupação, acaba por outorgar concessões a nobres e

fidalgos, concedendo-lhes direitos políticos, lembrando também que nos forais eram definidas as responsabilidades dos donatários perante a Coroa.

Mais do que a relação de concessão estabelecida entre os capitães e o rei, é o caráter econômico deste modelo o que diferencia a instituição das capitanias do regime feudal. Nesse, “não há fito de lucro porque sendo demarcadas as classes sociais, a remuneração se torna função da condição social de cada classe” (SIMONSEN, 1969, p. 82), conquanto que no sistema de capitanias “o fito do lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil” (SIMONSEN, 1969, p. 82).

Apesar disso, Simonsen (1969) reconhece que o sistema de capitanias, ao tornar o domínio da terra hereditário, acaba por estabelecer uma espécie de feudalismo, no qual o rei tinha a suserania da terra e os capitães o domínio direto e útil. Além disso, reconhece que o objetivo geral dos capitães donatários era o de “levar para o Brasil gente, gados, sementes, ferramentas de lavoura. Gente para povoar as terras e as defender do selvagem, e conseguir conversão dêste a fé católica; sementes, para fecundar as terras: ferramentas de lavoura e gados, para as modificar” (SIMONSEN, 1969, p. 85). O mesmo sentido é atribuído pelo Procurador da Coroa Tomé Pinheiro da Veiga, no século XVII, ao afirmar que “o fim principal a que são destinadas [as Capitanias] é a povoação da costa e terra firme delas com obrigação de levarem cada ano certos casais e moradores que as povoem” (SALDANHA, 1992, p. 61).

Desse ponto de vista, a instalação das capitanias parece ir de acordo aos interesses geopolíticos da Coroa e não aparece implícito a busca do lucro; antes, a atividade mercantil aparece mais como um meio de manutenção do empreendimento do que com um fim (MORAES, 2011). Em suma, podemos assumir que as capitanias hereditárias, ainda que inseridas no projeto mercantil global, tiveram cariz territorializante. Pode-se dizer que consistiram num projeto de colonização da Coroa conjugado com agentes individuais a quem era concedida a jurisdição ou governança (LACOMBE, 1978) sobre espaços delimitados no território. O monarca mantinha, todavia, os laços de suserania (PRADO JUNIOR, 1969). Nesse sentido, parece-nos precisa a colocação de Saldanha (1992, p. 22):

Ora, em rigor, toda a questão das capitanias respeita fundamentalmente a uma dispersão de bens da Côroa, de direitos inerentes a soberania real, dispersão essa excepcionalmente aceite e processada em função de

objectivos precisos, segundo um ritmo peculiar e com um enquadramento jurídico e doutrinário determinado.

Com base no pensamento de Paulo Merêa, Saldanha (1992) apresenta uma solução a questão ao distinguir dois regimes: o feudal e o senhorial. Se o primeiro é caracterizado por uma relação vassálica, na qual os senhores feudais detêm extenso poder majéstico, o segundo consiste na distribuição de direitos de soberania pelo rei, direcionados a indivíduos, de modo a partilhar o patrimônio em um modelo jurídico próprio (SALDANHA, 1992) – e, como tal, iria gerar um tipo diferente de organização territorial.

As capitanias hereditárias eram inalienáveis e indivisíveis. Seus limites eram expressos por linha paralelas, artificiais e com sentido leste-oeste, se estendendo desde a costa até a linha divisória de Tordesilhas (CORTESÃO, 1969). Pela enorme área que muitas vezes abrangiam, o sistema de capitanias acabou por criar imensos fundos territoriais (MORAES, 2011). Mais do que a organização do território, o sistema de capitanias teve como objetivo promover a ocupação e defesa simultânea de pontos distintos da costa (PRADO JUNIOR, 1969).

Jorge Cintra (2013, p. 17) lista os documentos hoje conhecidos relacionados às doações. Sobre o conjunto é possível diferenciar três documentações distintas. Às cartas de doação, somam-se as cartas forais, nas quais se especificam os direitos e deveres dos donatários; e a essas acrescem os alvarás formais de lembrança, isto é, documentos de promessa de doação.

A demarcação das capitanias não seria um processo simples, o que explica, de certa forma, o tempo entre o seu estabelecimento e a produção dos primeiros mapas. Considerando que os mapas sobre o Brasil tenham sido produzidos no Armazém da Guiné e da Índia, e com base no que se sabe sobre o conhecimento científico da época, Cintra (2013) descreve o possível processo de elaboração das cartas.

A coleta de dados partiria de um ponto de origem – o mais a leste possível, para permitir navegar a distância segura da costa – onde se tomaria nota da latitude e se atribuiria a longitude. Deste ponto, partia-se para navegação costeira e mediam-se os rumos e as léguas. A partir desses dados calculavam-se as diferenças de latitude e longitude entre os pontos e, assim, estes eram os projetados.

Como se pode verificar, não se tratava de uma operação simples e foram comuns os erros de projeção. Como opção, foi adotado, sempre que possível, o estabelecimento de um marco natural (um rio ou uma baía) como referência aos limites norte-sul entre duas capitanias (CINTRA, 2013). No entanto, devemos considerar que o efeito imediato do sistema de capitanias foi o povoamento pontual na costa (MORAES, 2011).

Apesar do esforço de uma empresa “paraestatal” (MORAES, 2011) capaz de povoar e defender a costa do território reivindicado por Portugal, apenas algumas áreas foram efetivamente ocupadas e apresentaram certo dinamismo. É preciso lembrar que alguns dos capitães nunca chegaram a ter um interesse concreto sobre o território, como é o caso de Martim Afonso de Sousa, muito mais preocupado com sua empresa no oriente. Seu irmão Pero Lopes de Sousa nunca tomaria posse das terras, pois veio a falecer em um naufrágio no ano de 1539 (CORTESÃO, 1969). Somam-se a isso as investidas de populações nativas contra as áreas povoadas por portugueses, por vezes em ataques bem-sucedidos diante das frágeis defesas e da baixa densidade populacional dos espaços colonizados. Somam-se também as incursões de europeus a costa e os saques.

A manutenção do controle sobre o território não alcançava os resultados esperados e, em 1548, é fundado o Governo Geral, tendo Tomé de Sousa como primeiro governador. Nos anos que se seguem, em etapas sucessivas é promovido o povoamento e a defesa da costa, com a fundação de cidades e praças fortes (SANTOS, 1968, p. 78). Nesse sentido, o regimento de 17 de dezembro de 1548, dado a Tomé de Sousa, é bastante significativo. Além de suas atribuições como governador da capitania da Bahia, o documento indicava as diretrizes que deveriam ser seguidas por aqueles que fossem ocupar as terras em vias de colonização.

Enquanto governador-geral, coube a Tomé de Sousa construir uma fortaleza e um povoado bem localizado, grande o bastante para que fosse capaz de se defender, mas também ir em auxílio de outras povoações. O local escolhido foi Salvador. Cumprida esta etapa, deveria visitar as outras capitanias e mandar construir muros, cercas, torres e casas-forte definidas segundo a sua vontade. Em contrapartida, deveria prover as vilas de todos os instrumentos necessários à sua defesa (CORTESÃO, 1969).

O regimento impunha ainda condições diretas aos colonos. Aos senhores de

engenho e fazendeiros tornava-se obrigatória a construção de torres e casas-fortes com o mínimo de dez espingardas, além da pólvora necessária. Tinham ainda de ter dez bestas, vinte espadas, dez lanças ou chuças e vinte armaduras de algodão (CORTESÃO, 1969). As exigências de defesa tornavam o empreendimento ainda mais caro, exigindo grandes montantes de capitais, muitas vezes maiores do que detinham os próprios donatários (MORAES, 2011). Aos moradores das vilas era imposto que adquirissem as armas indicadas pelo governo-geral, sob pena de multa, passado um ano das exigências (CORTESÃO, 1969).

Dentre as medidas que buscaram a adaptação ao território, estão também aquelas vinculadas ao comércio geral e à relação com os nativos. No que tange ao comércio, atribuía-se ao governador-geral o papel de regular os preços das mercadorias produzidas no Brasil e, também, das importações. Considerando de modo diferenciado a realidade de cada capitania, buscava-se adequar os preços a cada realidade. Trata-se de uma regulação flexível e adaptativa, que teve como intuito dinamizar os lugares e evitar a presença de outros europeus, sobretudo franceses (CORTESÃO, 1969).

A relação com as populações nativas também será objeto do regimento que estabelecerá as regras de interação. Dividia os grupos nativos entre aliados e inimigos, definidos pelo modo de ação diante da ocupação colonial. Aqueles que reagissem e atacassem as ocupações portuguesas, fossem vilas, engenhos ou fazendas, eram considerados inimigos e o regimento previa que fossem “castigados”. Sobre aqueles que mantivessem uma postura pacífica diante dos colonos, era ordenado que não lhes fizessem mal. Poder-se-ia inclusive comerciar com eles durante feiras semanais. Era ainda restrito o acesso dos colonos às aldeias, regulando a interação ao espaço comercial. Outro meio de contato tinha cunho religioso e consistia na conversão dos nativos. Aos autóctones convertidos era permitido circular nas áreas de ocupação portuguesa, promovendo uma separação espacial entre convertidos e não convertidos (CORTESÃO, 1969).

7.2. A representação cartográfica das capitanias

Para analisar a representação cartográfica das capitanias é exemplar o mapa da América do Sul presente no *Roteiro de todos os sinaes, conheçim.tos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, atribuído a Luís Teixeira e datado de ca. 1586 (CORTESÃO; MOTA, v. III, 1960). A documentação sobre este cartógrafo demonstra que era um reconhecido profissional de seu tempo. Sabe-se por carta de ofício, datada de 18 de Outubro de 1564, que o cartógrafo foi submetido a um exame no qual estavam presentes Pedro Nunes, Jorge Reinell e outros que o avaliaram “auto e suficiente para fazer cartas de marear” (CORTESÃO; MOTA, 1960, v. III, p. 42). Poucos anos mais tarde, em 1569, era oficialmente reconhecido para a confecção de mapas e instrumentos de navegação para as armadas reais.

Devemos ainda destacar que é conhecido o fato de Luís Teixeira ter vivido no Brasil durante os governos de Luís de Brito de Almeida – portanto, entre 1573 e 1578 –, quando este atua como governador da capitania da Bahia e, mais tarde, governador-geral do Brasil (MARQUES, 1984). Segundo a documento da época, Luís Teixeira recolheu informações sobre a costa do Brasil e se dedicou à cartografia da área, conforme o próprio escreve a Abraham Ortelius em 1592 e está inteiramente reproduzido por Cortesão e Mota (1960, v. III, p. 43): “(...) agora en quanto Vosa Merçe hiziere estas le quiero hazer la tierra del brasil, y sus Capitanias enpartes persi, que es la mas grande cosa que aora ha, este todo he yo visto, y en la verdad deseñado, y son nueve o diez piasas”.

O *Roteiro de todos os sinais* é composto por 13 documentos cartográficos, que incluem cartas e plantas. Nesse momento, trataremos apenas do mapa da América do Sul (Figura 9), que se estende desde o Amazonas até o estreito de Magalhães, entre 55°S e 3°N (CORTESÃO, 1935). Do ponto de vista técnico a carta apresenta a mesma escala para a longitude e para a latitude, indicando a intenção do cartógrafo de alcançar uma projeção do tipo usualmente designado “carta plana quadrada” (CINTRA, 2015; cf. ALBUQUERQUE, 1990, p. 29-38).

Tal como em mapas anteriores, este também apresenta uma “linha de demarcacão” que delimita a área de domínio formal português daquela de domínio

espanhol, sendo que “A terra do Brasil he a que parte da linha vermelha desta do Peru a qual linha he a demarcacão que os Reys de Castella ou Catholicos dom Fernão e dona Izabel e ElRey dom João o 2º de Portugal fizeram no descobrimento geral” (*Roteiro de todos os sinais*, 1988). A alusão ao Tratado de Tordesilhas é clara ao se mencionar o acordo entre monarcas, sem qualquer referência às bulas papais.

Em relação à linha de demarcação, chama atenção o erro de representação no contorno da área próxima ao rio da Prata. Deslocado cerca de 10º para Oeste, esse traçado acaba por incorporar à área de soberania portuguesa boa parte da foz deste rio (CORTESÃO, 1969). Desse modo, a linha de demarcação cruza a margem leste da foz do rio Amazonas ao Norte e, ao Sul, as duas margens da foz do rio da Prata, bem como todo o seu curso hidrográfico, mais uma parte do território da margem sul, incluindo a cidade de Buenos Aires, tal como na carta atribuída a Jorge e Pedro Reinel analisada em seção anterior. A novidade, no entanto, é que apresentam notável avanço no conhecimento do rio Paraná, indicando, por um lado, o progresso na exploração fluvial e, por outro, o avanço terrestre com as explorações advindas dos núcleos de São Vicente, Santos e São Paulo em direção ao Vale do Paraná (CORTESÃO, 2009). No litoral, o número de topônimos é bastante superior em comparação a cartas anteriores.

Passamos agora à extensa legenda sobre o Brasil antes de voltarmos à análise da representação gráfica. Começamos por observar que a legenda traz uma conceituação fundamental: a de capitanias. Segundo o cartógrafo, essas “são Merces que o Reys de Portugal dom Manuel e dom loam seu filho o terceiro neste nome fizeram a homens que muy bem os serviram no descobrimento e conquista das Indias Orientaes” (*Roteiro de todos os sinais*, 1988). O termo “mercê” merece especial atenção, pois estabelece a capitania como um ato de transferência de direitos, fruto de uma ação graciosa do rei. Os direitos sobre a terra diziam respeito ao domínio *útil* e não a soberania, ou seja, o território permanecia incorporado a categoria dos bens da Coroa (SALDANHA, 1992). Fica, portanto, claro que existem duas premissas relacionadas à ocupação do espaço colonial. No âmbito geopolítico, a Coroa permanecia no controle do território; no âmbito da ocupação espacial, a monarquia cedia os direitos de domínio *útil* a um governador. Em síntese, o donatário pode ser definido como o ocupante da terra por graça real, mas cujo domínio *formal* permanece nas mãos do soberano (MORAES, 2011).

[illegible]

É igualmente importante notar que o território era concedido aos capitães como retribuição dos serviços prestados ao rei, mais uma vez reforçando o ideário de um projeto comum voltado para o enaltecimento e a preservação da Coroa. Além disso, nos permite caracterizar os beneficiários. Podemos, assim, compreender, por exemplo, a vasta parcela de terras concedidas a Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa. Conforme carta do próprio rei, D. João III, a Martim Afonso de Sousa, redigida à 28 de setembro de 1532, torna-se clara esta relação entre monarca e os referidos donatários:

... determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cinquenta, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos e de outras pessoas de quem o Conde se informou por meu mandado; e depois de escolhidas estas cento e cinquenta léguas de costa para vós e vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requeriam capitânias de cinquenta léguas cada um (BUENO, 2006, p. 74).

A legenda do mapa caracteriza ainda pormenores de algumas das capitânias, relacionando-as, por vezes, à representação cartográfica. Das nove capitânias representadas no mapa, três são diretamente citadas na legenda. A primeira delas é a “de Sua Magestade”: “foy de Fr.º Pereira Reymão *que* morrendo e ficando sem erdrº. ficou à Coroa, nesta está a bahia de todos os santos e Cidade do Salvador, onde assiste o Governo e o Bispo”. A segunda, a “de Pero de Gois”, “a qual cidade [São Sebastião no Rio de Janeiro] foy tomada aos franceses pelo Governador Mê de Saa Melhor”. Por último, um comentário comum entre a de “Sua Magestade” e a “de Jorge de Albuquerque”, as quais são “as mais ricas destas capitânias (...) estas são as que mays yngenhos tem de assucar; e assistem mais trato de mercadores” (*Roteiro de todos sinais*, 1988). Esse comentário, indica primeiramente que poucos núcleos haviam alcançado sucesso produtivo e comercial na segunda metade do século XVI.

A parte final da legenda do mapa é particularmente interessante, pois demonstra o padrão geral da ocupação portuguesa na segunda metade do século XVI, bem como qual a parcela do conhecimento que tinham sobre o território: “tem cada hua destas capitânias pella costa do mar 50 legoas e pera o Sertão tanto até chegar a linha de demarcação”. Na prática, as cartas de doação demonstram que a extensão em léguas das capitânias era variável, se estendendo por uma costa

irregular e aparecendo com dimensões diferentes no mapa de Luís Teixeira. A referência às “50 legoas” parecem ser assim uma alusão à medida básica, tal como fora comunicada pelo rei a Martim Afonso de Sousa. Das doze concessões iniciais, apenas quatro possuíam essa extensão (CINTRA, 2015).

O texto da legenda continua mencionando que “delas se ve he povoada de gentio da terra do Brasil toda de portugueses quatro dizem as Capitánias e somente ha costa do mar. e quãdo muito 15,20 legoas pello Sertão”. Apesar de bastante confuso, esse trecho é particularmente interessante para a análise territorial, pois menciona a ocupação de populações nativas, apesar de não figurar nenhuma referência a elas no mapa. Em relação à colonização, é curioso que Luís Teixeira mencione diretamente os colonos portugueses, uma vez que o mapa foi possivelmente confeccionado durante a União Ibérica (CINTRA, 2015). É importante notar que a legenda permite situar o padrão da ocupação portuguesa, marcadamente costeira, não se distanciando mais de 20 léguas para o interior.

Esse padrão de povoamento irá perdurar por um longo período no Brasil, de modo que o resultado formal e cartográfico das delimitações no vasto espaço sulamericano será a conjugação de “ficções técnicas”, ou seja, a representação de linhas demarcatórias abstratas, como a do Tratado de Tordesilhas e as das capitánias (SALDANHA, 1991). A territorialização, isto é, a ocupação efetiva, concentrava-se no litoral, algo expresso nas cartas de doação aos donatários que proibiam a criação de núcleos de povoamento afastados da costa (MORAES, 2011).

O mapa e sua legenda, bem como alguns documentos supracitados, permitem verificar a existência de duas lógicas espaciais distintas. A primeira formal e a segunda de ocupação efetiva. Combinando os dois aspectos, o cartógrafo identificado como Luís Teixeira expressa a linha de Tordesilhas e estende a demarcação das capitánias até ela, representando o plano formal de colonização. Por outro lado, identifica algumas ocupações portuguesas no litoral, como a Villa dolinda” e a “Cidade de S. Sebast.”. No interior, apenas alguns rios completam a paisagem do mapa.

O extenso fundo territorial criado pela demarcação das capitánias demoraria a criar disputas de terras pelos colonos. O ritmo de ocupação também seria bastante diferente entre as capitánias. Aquelas com melhor solo e melhores condições de

defesa e plantio logo apresentariam melhor desenvoltura com a implementação de plantios açucareiros, cujas terras de melhor qualidade eram reservadas. A interiorização da colonização obedeceria ao ritmo de crescimento do litoral e às suas necessidades de abastecimento. Plantios auxiliares, como o de algodão, e a pecuária irão conduzir parcelas da ocupação colonial para zonas do sertão próximo. As entradas, comuns inicialmente na zona da capitania de São Vicente, também iriam contribuir para um maior conhecimento do interior (MORAES, 2011).

Tais avanços levariam a alterações significativas no modo de representar o território no que diz respeito aos seus aspectos físicos, de povoamento e suas repartições formais. Entre as razões para tais mudanças está o interesse holandês pelo território brasileiro em um desdobramento da guerra de independência da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, movida contra a Espanha. O Brasil se enquadra nesse contexto como uma extensão geopolítica da guerra para áreas colônias. O intuito era atingir as bases das riquezas que sustentavam o Império dos Habsburgos (MELLO, 1999).

A posição do litoral brasileiro mostra-se estratégica. Diferente das áreas de colonização espanhola, localizadas em altiplanos afastados da costa, os núcleos de colonização portuguesa concentravam-se no litoral, facilitando os ataques sustentados pela armada neerlandesa. Além disso, ofereciam posição estratégica no comércio Atlântico, permitindo atacar frotas ibéricas e intervir na circulação da prata sulamericana e de produtos da rota das Índias (MELLO, 1999).

Para além das vantagens geoestratégicas, o açúcar tornava-se altamente lucrativo no comércio internacional e os engenhos e fazendas instaladas no litoral brasileiro representavam um dos mais importantes centros produtores. A costa era bem conhecida aos holandeses, por conta da presença de portugueses sefarditas, estabelecidos em Amsterdam para fugir da perseguição religiosa. Esse grupo participava diretamente do comércio açucareiro e, também, de outros produtos como o pau-brasil, o algodão e o couro. Por conta desse contato, tinham conhecimento do comércio e, principalmente, do litoral brasileiro e seus portos, conhecimento este que seria fundamental para as investidas no nordeste (MELLO, 1999). Era possivelmente por essa via que o material cartográfico e geográfico português alcançava os setores mais altos do planejamento, tendo em vista que era proibida a impressão de obras de navegação e cartas náuticas em Portugal (GUEDES, 1999).

Herdeiros de uma tradição cartográfica que inclui as obras de Gerard Mercator e Abraham Ortelius, um grande número de astrônomos, geógrafos, cartógrafos e gravadores holandeses acabou por servir a Europa de planisférios e mapas regionais. No caso do território brasileiro, mesmo antes da ocupação holandesa da Bahia em 1624, diversas incursões holandesas foram alimentadas por cartas marítimas do Atlântico baseadas no padrão português. A obra *Toortsse der zee-vaert* (A tocha da navegação), publicada em 1623 por Dierick Ruiters é exemplo síntese desse processo de assimilação do conhecimento. Ruiters viveu no Brasil, onde esteve preso nas primeiras décadas de 1600. Ao retornar, utilizou informações empíricas extraídas diretamente de sua experiência, bem como de colegas holandeses, às quais somou bases extraídas do roteiro do cosmógrafo-mor Manoel Figueiredo para escrever sua obra, a qual, por sua vez, serviria de auxílio ao ataque holandês à Bahia (GUEDES, 1999; ZANDULIET, 2007).

A obra de Johannes de Laet não era aleatória a esse processo. Geógrafo, naturalista e político natural de Antuérpia, Laet nasceu em 1583 e morreu em Leiden, no ano de 1649. Nessa cidade, para a qual se muda em 1624, irá ocupar o cargo de diretor da WIC – a Companhia das Índias Ocidentais –, a qual detinha, por concessão do governo confederado neerlandês, o monopólio comercial de toda a área entre a Terra Nova e o Estreito de Magalhães (MELLO, 1999). Laet dialoga com Hugo Grotius sobre a formação das populações do Novo Mundo e organiza a obra *Historia naturalis Brasiliae*, do importante naturalista Georg Marcgraf (Societé de savants et de gens de lettres, sd).

Imerso entre discussões geográficas e filosóficas, bem como na política neerlandesa, Laet escreve a obra *Novo Mundo ou Descrição das Índias Ocidentais*. Trata-se de um minucioso estudo no qual se compilavam informações importantes e atualizadas de toda América. Publicada originalmente em 1625 com o título *Nieuwe wereldt; ofte, beschrijvinghe van west indien, uit veelderhande schriften ende aenteekeningen van verscheyden natien*, o trabalho conta com uma descrição do Brasil em seu livro XV.

Laet começa por localizar o Brasil, indicando que a costa se encontra no leste da área continental americana, voltada para o Atlântico. Após essa breve explanação sobre a localização, segue por mencionar a polêmica envolvendo a delimitação do Brasil entre Portugal e Castela: “Or sus limites sont designés diversement par divers

Autheurs” (LAET, 1994, p. 473). Atento às discussões sobre a questão, argumenta que para os espanhóis a delimitação entre as duas áreas de soberania era marcada 29º a oeste do meridiano de Toledo, à altura do cabo chamado de Humos, cerca de 25ºS, à altura da Ilha Buen Abrigo. Os portugueses, por sua vez, descreviam a linha de demarcação passando ao norte pela embocadura do Rio Maranhão e ao sul pelo rio da Prata. Laet prossegue explicando a intrincada negociação entre as duas Coroas e narra algumas das viagens exploratórias-reinvidicatórias. O importante dessa passagem para a análise geopolítica é perceber que permaneciam vivos os debates sobre essa delimitação, mesmo durante o período da União Ibérica.

Laet integra no seu *Novo Mundo* um mapa com o nome de *Província de Brasil*, da autoria de Hessel Gerritsz (GUEDES, 1999). O mapa apresenta uma escala de latitudes, representando uma área entre 1ºS e 26ºS. Aí figuram ainda três escalas de léguas: inglesa, hispânica e germânica. O título e os numerosos topônimos são indicativos de uma fonte portuguesa ou, ainda, da hipótese do mapa de Gerritsz ser cópia de um mapa português. Algumas legendas em espanhol evidenciam ter sido feito durante o período da União Ibérica, sendo, portanto, contemporâneo ao conjunto da obra de Laet. Repetem-se muitos dos topônimos do mapa do Brasil presente na obra *Razão do Estado do Brasil*, atribuído a João Teixeira Albernaz I e datado de ca. 1616, segundo Cortesão e Mota (1960). O contorno do litoral do Brasil é basicamente o mesmo das cartas portuguesas, indicando um modelo comum que aparece novamente no mapa da América do Sul presente no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, atribuído também a João Teixeira Albernaz I, datado de ca. 1626. É, no entanto, em um atlas do Brasil, datado de 1627 e assinado por este cartógrafo, que podemos perceber essa matriz comum no traçado da costa.

O mapa de Hessel Gerritsz, no entanto, representa mais informações sobre o território do que os anteriormente mencionados do cartógrafo português. Em primeiro lugar, divide o território em capitanias, mas se diferencia do mapa atribuído a Luís Teixeira antes analisado ao não representar as linhas leste-oeste que delimitam de modo abstrato a divisão territorial do Brasil. Na “Província de Brasil” não há clara demarcação das capitanias, sendo estas sinalizadas apenas por legenda que acompanham o contorno territorial da costa. Próximas muitas vezes aos topônimos, as capitanias se diferenciam por lhes ter sido atribuída uma escrita

em tamanho maior.

Outra diferença importante é o fato de as capitanias não serem identificadas por seus donatários, mas pelo nome que lhes foi atribuída segundo a localização. Esse é um importante indicativo da manutenção da organização territorial, mesmo diante das mudanças nas linhas sucessórias. As capitanias apresentadas na “Provincia de Brasil” aparecem ainda em maior número do que no mapa atribuído a Luís Teixeira, sendo elas, conforme escrita do mapa: 1) Cap. de Siara ó Ciara; 2) Cap. de Rio Grande; 3) Cap. de Parayba; 4) Cap. de Tamaraca; 5) Cap. de Pernambuc; 6) Cap. de la Bahia; 7) Cap. de los Isleos; 8) Capitania de Porto Seguro; 9) Cap. de Spiritu Santo; 10) Capitania de Rio de Janeiro; e 11) Capitania de São Vicente.

É significativo ainda observar que as capitanias do norte – Siara e Rio Grande – aparecem em sentido norte-sul, contrapondo a noção anteriormente projetada por Luís Teixeira. Essa alteração faz sentido se observarmos o contorno do território e o modo de distribuição das capitanias. Como aponta Cintra (2013), as cartas de doação apontam para uma distribuição da costa em léguas. Ainda que o território americano inscrito na jurisdição portuguesa seja predominantemente orientado no sentido norte-sul, essa orientação se altera passado o Cabo de Santo Agostinho, assumindo um sentido leste-oeste. Portanto, se as capitanias são delimitadas segundo léguas a partir da faixa costeira, é esperado que o sentido se altere de acordo com a orientação da costa.

O modelo destes mapas será seguido por outros cartógrafos e logo irá se propagar na cartografia impressa holandesa, proporcionando por vezes episódios de disputa entre cartógrafos e/ou impressores. O contexto histórico era propício aos holandeses para a difusão do conhecimento sobre o território brasileiro, tendo em vista as ocupações que tomaram lugar no Nordeste, desde a primeira metade do século XVII, e são reanimados após a derrota em Salvador, com a tomada de Pernambuco, em 1630. Apesar da derrota, a experiência na Bahia serviu para adquirir ainda mais conhecimentos sobre o litoral nordeste do Brasil e, com isso, outras obras se somariam ao ímpeto expansionista neerlandês (GUEDES, 1999).

Para o caso brasileiro, o mapa *Novus Brasiliae Typus* é um dos mais significativos. É parte da obra *Atlantis Appendix, sive pars Altera, continens Tab: Geographicas diversarum Orbis regionum, nunc primum editas*, de Willem Blaeu,

coleção de 60 mapas que foi publicada pela primeira vez em 1630, ou seja, cerca de cinco anos antes deste renomado cartógrafo holandês – que em 1633 seria nomeado cartógrafo oficial da Companhia das Índias Orientais – ter publicado os dois primeiros volumes de um planeado atlas mundial, *Atlas Novus* ou *Theatrum Orbis Terrarum*. Diversas cópias desse mapa serão impressas ao longo dos anos, assim como será muitas vezes plagiado por outros cartógrafos e oficinas na Holanda. Sem o mesmo controle que a produção portuguesa e hispânica, orientadas para atualização constante dos seus padrões (GUEDES, 1999), a produção cartográfica holandesa centrava-se na iniciativa privada. Ainda que os cartógrafos fossem orientados à produção de cartas precisas de costas e ancoradouros (ZANDULIET, 2007), foi considerável o número de episódios envolvendo plágio.

É o caso, por exemplo, da *Accuratissima Brasiliae Tabula* (Figura 10) de Henricus Hondius de ca. 1635 (MICELE, 2012). Além do traçado geral e da área representada serem exatamente os mesmos que figuram no *Novus Brasiliae Typus* (Figura 11), variando entre 0° e 29°S de latitude e 10° e 339°, estes dois mapas possuem também igual toponímia. É ainda interessante notar que a iconografia é basicamente a mesma, alterando-se apenas os locais de representação, demonstrando o caráter puramente alegórico dos desenhos. São descritas cenas de guerra entre nativos, antropofagia, animais e algumas construções. Sem entrar nas polêmicas do plágio, os dois mapas servem para orientar a leitura sobre os núcleos de colonização – ilustrados por símbolos cuidadosamente desenhados de vilas – e, também, da expansão para o sertão, notadamente na capitania de São Vicente, onde se podem ver núcleos de povoamento de São Paulo ou de Schebetueba, atual área de Jurubatuba (MOURA, 1908).

Uma diferença significativa é o fato de Henricus Hondius acrescentar um pormenor da Vila de Olinda ao lado do da Bahia de Todos os Santos, demonstrando os dois territórios ocupados pelos holandeses. Trata-se de um anexo significativo, pois demonstra que, apesar das cópias, havia um interesse em apresentar os espaços de dominação de modo atualizado. A Bahia de Todos os Santos fora ocupada em 1624; no entanto, Olinda só será ocupada em 1630, o mesmo ano da publicação da *Novus Brasiliae Typus*. Além disso, duas naus, uma ao norte e outra ao sul, ostentam bandeiras holandesas, demonstrando simbolicamente a presença marítima no Atlântico.

Figura 10 - *Novus Brasiliae Typus*. Willem Janszoon Blaeu, 1630



Figura 11 - *Accuratissima Brasiliae Tabula*. Henricus Hondius, 1640



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Para contrapor à cartografia e às investidas holandesas no Brasil, a carta *Estado do Brasil* (Figura 12), presente na obra *Estado do Brasil Coligido das mais certas noticias que pode ajuntar dō Jeronimo de Ataide*, datada de 1631 e assinada por João Teixeira Albernaz I, é um dos exemplares mais simbólicos. O mapa *Estado do Brasil* possui escalas de latitude e longitude, representando uma área entre 3ºN e 45ºS e 17º à 48º de longitude. O Brasil é delimitado por dois padrões: no norte, junto ao Rio de Vicente Pinzón, onde se vê o escudo da Coroa portuguesa e se lê “Padrão de demarcação entre Portugal e Castela”; no sul, junto ao Cabo do Padrão, próximo a Baía de São Mathias, a cerca de 44ºS, e onde se pode ler a mesma legenda.

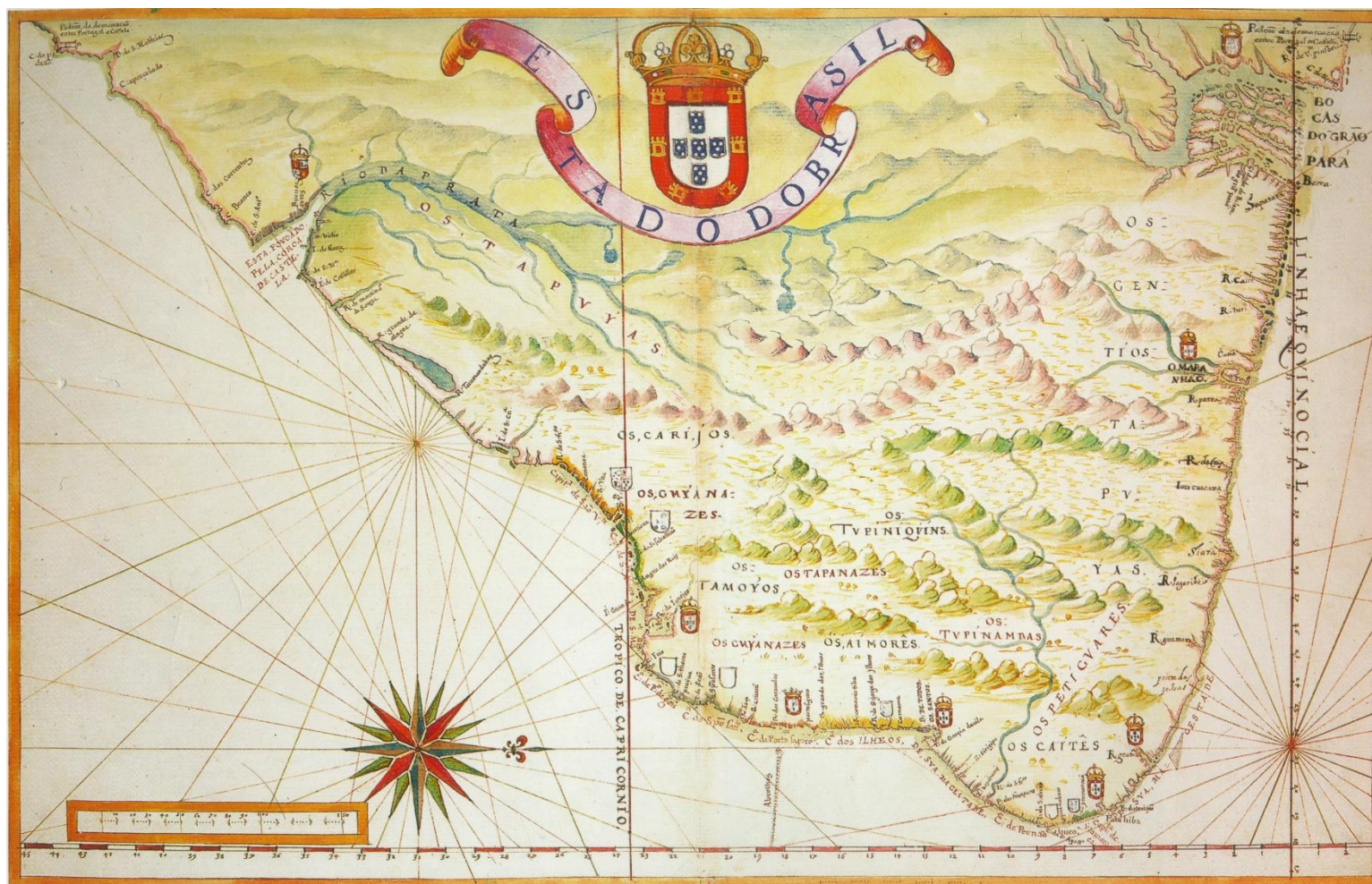
O território, assim demarcado, inclui parcela do litoral ao sul do Rio da Prata, sendo deste modo mais extenso do que aquele descrito pelos cartógrafos holandeses. Apesar dessa delimitação, um escudo da Coroa de Castela demarca o domínio espanhol sobre a cidade de Buenos Aires e uma legenda na embocadura do rio da Prata explicita: “Esta povoado pela coroa de Castela”. O mapa compõe, dessa forma, uma combinação singular que só seria possível durante a União Ibérica.

As capitanias não possuem linhas demarcatórias, mas são sinalizadas por cores pintadas junto ao traçado do litoral e identificadas pelo nome da capitania acompanhando a respetiva área colorida. Esse método de delimitação, e o modo como é aplicado no mapa, demonstra o conhecimento dos limites costeiros das capitanias. Além disso, João Teixeira Albernaz I se esforçou para identificar as casas donatárias, reservando um espaço para os escudos familiares, alguns dos quais preenchidos, outros em branco. Desse modo reforçava o sistema de capitanias e, portanto, o domínio lusitano da área, reiterado pelas capitanias de Sua Magestade (Rio de Janeiro e Bahia de Todos os Santos). O Estado do Maranhão também é sinalizado pela legenda “de sua majestade” e pelo escudo da Coroa portuguesa sobre o Maranhão, abrangendo toda a área desde a Paraíba.

Por outro lado, a ausência de linhas interioranas revela que pouco se sabia sobre essas delimitações nas áreas mais continentais. No entanto, as incursões ao interior parecem ter permitido ao cartógrafo introduzir alguns nomes de povos nativos, concretizando aquilo que Luís Teixeira havia expresso na legenda do seu mapa, ao assinalar ser o sertão povoado por “gentios”. O contato entre colonos e nativos permitira aos portugueses espacializar, ainda que de modo muito genérico,

alguns desses grupos.

Figura 12 - *Estado do Brasil*. João Teixeira Albernaz I. 1631

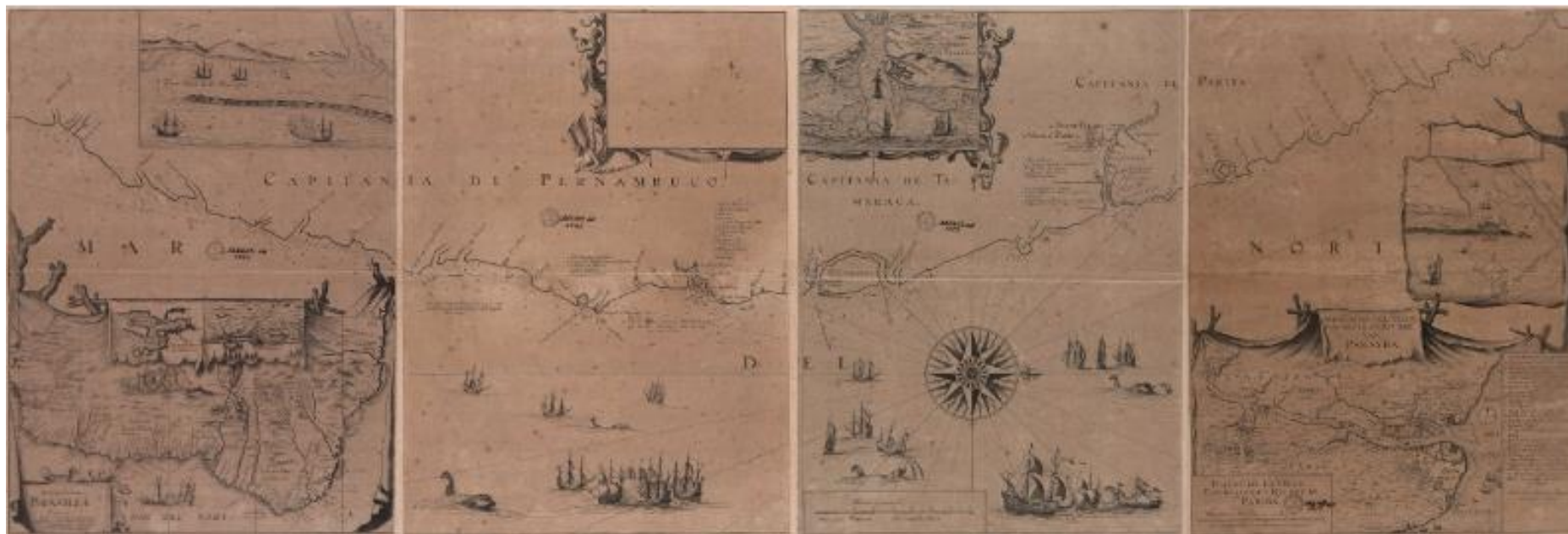


7.2.1. O nordeste representado na cartografia durante a ocupação holandesa

Um período específico na produção de mapas sobre o nordeste do Brasil consistiu em representações sobre os espaços dominados por holandeses entre 1624 e 1654. Um grupo de cartas que representam a região foi então elaborado. Dentre elas está um conjunto cartográfico de quatro folhas do litoral nordeste do Brasil, que representa a área entre a capitania de Pernambuco e a capitania da Paraíba. Assinado por Willem Hondius e datado de 1635, o interessante desse conjunto (Figura 13) é o fato de incorporar outras cinco figuras cartográficas, além de um espaço em branco possivelmente destinado a outra imagem. Quatro dessas imagens são plantas de grande escala das áreas que o cartógrafo optou por representar em pormenor, a saber: a) Foz do rio São Francisco; b) Ilha de Itamaracá; c) Vila, fortalezas e rio da Paraíba; Rio Grande.

No canto inferior esquerdo, há também um mapa regional do Brasil, com o nome *Accuratissima Brasiliae Tabula*, o qual busca situar a área do nordeste dentro do contexto geral do território brasileiro. O mapa não possui escalas de latitude e longitude e representa a área que se estende entre a Capitania de São Vicente e a da Paraíba, incluindo áreas do Ceará. Apesar de representar uma área menor, trata-se de uma cópia menos detalhada do mapa homônimo de Henricus Hondius, anteriormente mencionado, demonstrando que a carta originalmente produzida por Willem Blaeu teria duradoura aceitação.

Figura 13 - Litoral do Nordeste do Brasil. Willem Hondius, 1635



Uma das razões para essa permanência pode ser o fato do mapa *Brasilyche Paskaert*, de Hessel Gerritsz, só vir a ser publicado em 1637, por Philip e Joanne Vingboons. Desde que foi impresso, o mapa de Gerritsz passou a ser de uso comum entre pilotos que circulavam pela costa brasileira, pois fornecia informações sobre o regime de ventos e correntes marítimas. A carta apresenta ainda correções no traçado da costa em relação à *Novus Brasiliae typus*, notadamente à área da Capitania de Pernambuco e ao Cabo de Santo Agostinho. Sua importância faz-se presente ainda por ter servido de base, com poucas alterações, para o mapa do Brasil publicado em 1642 como parte do atlas de Johannes Blaeu (ZANDULIET, 2007).

O modo de representação da área ocupada pelos holandeses viria a alterar-se significativamente após o intenso trabalho exploratório feito na costa do Brasil, a partir de 1630 com a ocupação de Recife e Olinda. Uma vez consolidada a presença em Pernambuco, a Companhia das Índias Ocidentais orientava seus pilotos a navegarem junto a costa para que pudessem inspecionar todas as passagens, entradas, portos e baías, recolhendo o máximo de informações pertinentes sobre os territórios (ZANDULIET, 2007).

Um dos resultados desse processo é a *Caerte van Brasilia*, cuja autoria é de Cornelius Golijath, segundo Max Justo Guedes (1999), datada de 1638-1639. De grande expressão está também o livro *Rerum per octennium in Brasilia*, publicado em 1647, da autoria de Caspar Barlaeus. A obra foi impressa por Johannes Blaeu e conta com mapas de Georg Marcgraf. O conjunto de quatro cartas que compõe a *Brasilia qua parts paret Belgis* é uma das mais representativas obras da área dominada por holandeses (GUEDES, 1999).

Nos sete anos que se seguem à tomada de Pernambuco, uma intensa guerra é travada entre ibéricos e luso-brasileiros contra holandeses. Entre 1630 e 1632 os neerlandeses buscaram construir praças-fortes para consolidar seu domínio na região. No entanto, frente ao cerco instalado pela resistência às cidades de Recife e Olinda, a estratégia mostrou-se falha. Utilizando a mobilidade garantida pelo poder naval, os neerlandeses optam então por romper o cerco através de vias fluviais, atacando áreas produtivas no interior. A estratégia mostra-se bem-sucedida e vai enfraquecendo a resistência instalada no Arraial de Bom Jesus e no Cabo de Santo Agostinho (MELLO, 1999).

Em 1634, os holandeses conseguem ocupar a capitania da Paraíba, estabelecendo acordos com residentes e garantindo a manutenção de suas propriedades, instaurando ainda um regime de liberdade religiosa. A expansão dos domínios neerlandeses segue para a Capitania de Itamaracá e, no ano seguinte, ocupam o Porto Calvo, em Alagoas. O local seria retomado no mesmo ano pela resistência luso-brasileira e serviria para receber a armada luso-espanhola que chegava em reforço e atracaria em Jaraguá (MELLO, 1999).

Em 1637, com a chegada de Maurício de Nassau e os reforços da Companhia das Índias Ocidentais, o foco de resistência instalado em Alagoas irá ser desmantelado e as tropas deslocadas até o sul do rio São Francisco, onde ficariam recolhidas e se dirigiram para a Bahia. Após derrotar as forças ibéricas e luso-brasileiras, o holandeses avançam para o Ceará, onde se instalam em acordo com nativos tapuias, consolidando o domínio de grande parte da região nordeste (MELLO, 1999).

É esse o território representado no conjunto de cartas de Georg Marcgraf, editado em 1647, por Johanes Blaeu (Figura 14). De norte para Sul, a primeira carta é intitulada *Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande*, a segunda *Praefecturae Paranambucae pars Borealis, una cum Praefectura de Itâmaracâ*, a terceira *Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis* e a última *Praefectura de Ciriii, vel Seregippe del Rey, cum Itâpuâma*. O domínio holandês representado na obra se estende desde o Rio Grande até o Porto de Santa Maria. Duas outras cartas de Marcgraf sobre o Brasil compõe o livro editado por Johannes Blaeu, uma da Bahia de Todos os Santos, na qual se vê anexo uma planta da cidade de Salvador, e outra do Porto Calvo.

Figura 14 - Modelo ilustrativo do nordeste de Georg Marcgraf, 1647



A toponímia e o traçado dos rios junto à costa são bastante numerosos e expressivos, resultado das incursões fluviais que marcaram a fase inicial da ocupação holandesa. O ponto áureo, no entanto, diz respeito à organização do espaço e das atividades produtivas. O conjunto representa 14 tipos de ocupações e indica ainda áreas não ocupadas. Os tipos ilustrados, segundo a legenda escrita em português e latim, são: Vila ou Cidade; Povoação; Fortaleza; Aldeia de Índias; Aldeia de Tapuias; Igreja; Engenho com Igreja; Engenho sem Igreja; Engenho de bois com Igreja; Engenho de bois sem Igreja; Casa; Lugar sem povoado; Curral; Salinas e Fontes. As capitanias estão sinalizadas no título e diretamente nos mapas. Outro aspecto interessante são os caminhos, sinalizados por linhas pontilhadas que nos permitem conhecer a malha de circulação.

7.2.2. Entre a organização do espaço e o (re)estabelecimento da soberania

Incorporando parte das técnicas de produção neerlandesas, em meados do século XVII a França, por meio dos seus geógrafos, passa a se ocupar sistematicamente da cartografia, aproveitando o ambiente cultural que se desenvolveria à época dos reinados de Luís III ao de Luís XV (BOUSQUET-BRESSOLIER, 2008).

O trabalho geográfico e cartográfico francês passava por importantes transformações, com a organização de grupos e redes de intelectuais que dariam novas contribuições ao campo. É nesse contexto que surge a Academia Real de Ciências, em 1666, e o Observatório de Paris, em 1667. Na raiz desse movimento é notória a contribuição para a Geografia e a para a Cartografia de Nicolas Sanson d'Abbeville (1600-1667), a qual terá continuidade em personagens como Guillaume Delisle, Jean-Dominique Cassini (1625-1712) e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville (1697-1782).

Nicolas Sanson d'Abbeville adere à profissão de geógrafo-editor em emergência no cenário francês. Erudito, formado no colégio jesuíta de Amiens, elabora seu primeiro mapa quando tem apenas 19 anos de idade. Por intermédio do cardeal Richelieu, obtém do rei Luís III a titulação de Engenheiro Geógrafo do Rei (BOUSQUET-BRESSOLIER, 2001). Seu trabalho se tornaria fundamental para a

popularização de mapas em diferentes círculos sociais franceses, sobretudo após se associar ao importante editor e gravador Melchior II Tavernier (1594-1665) (BOUSQUET-BRESSOLIER, 2008). Abbeville produziu diversos mapas da América Meridional, do Brasil e de regiões menores, como a Amazônia.

Ainda que tenha grande influência da cartografia holandesa e, por conseguinte, da cartografia portuguesa e espanhola como matriz comum, Nicolas Sanson d'Abbeville experimenta outros tipos de projeção cartográfica. É exemplar, nesse sentido, a *Amerique Meridionale*, publicado em 1650 (Figura 15). Neste mapa, Sanson d'Abbeville representa a área entre 15°N e 56° S de latitude e entre 5° a 265° de longitude, desde o meridiano da Ilha do Ferro, a mais ocidental do arquipélago das Canárias (GIRALDES, 1826). A fixação deste meridiano base é uma das medidas normativas de Luís III, ordenada em 1634 para a produção cartográfica (CINTRA; FURTADO, 2011). Era uma das primeiras medidas de padronização cartográfica de longitudes e seria posteriormente adotada em Portugal e Espanha (GIRALDES, 1826).

Figura 15 - *Amerique Meridionale*. Nicolas Sanson d'Abbeville, 1650



É sobre a organização espacial da América do Sul que o mapa de Nicolas Sanson d'Abbeville ganha enorme valor para o estudo da formação territorial, sendo um dos mais expressivos para análise das divisões regionais da América do Sul no século XVII, bem como da ocupação europeia e da presença de povos nativos. Do ponto de vista da ocupação colonial, divide as regiões pertencentes à Espanha de acordo com as suas *audiencias*, permitindo uma visão global da organização política dos espaços. Faz o mesmo para a área de domínio português, dividindo as capitanias de modo similar a *Brasilyche Paskaert* de Hessel Gerritsz. No mapa de Sanson, no entanto, o uso de cores e de linhas de delimitação torna a representação mais evidente.

A capitania do Pará, no extremo norte do litoral, delimita a área de domínio lusitano e sua fronteira com a Guiana. A Portugal conserva-se a margem oriental e as ilhas da foz do Amazonas. As capitanias que seguem a do Pará são delimitadas a uma distância aproximada de léguas desde o litoral, demarcando a extensão da

colonização para o interior. Uma ausência marcante é o fato das capitanias do Pará, Maranhão e Ceará não se diferenciarem das outras, demarcando a jurisdição do Estado do Maranhão, com sede em São Luís.

A Coroa separava o território de soberania portuguesa em dois, ao norte o Estado supracitado, enquanto as outras capitanias compunham o Estado do Brasil, com sede em Salvador. A divisão fora criada em 1621, como modo de melhor organizar a defesa e a ocupação da região após as sucessivas tentativas de ocupação francesa que se assistiam desde o final do século XVI e culminaram na criação do forte francês na Ilha de São Luís, em 1612, quando estes instalaram o povoamento conhecido como França Equinocial – experiência que durou três anos, até que os franceses foram derrotados por forças luso-brasileiras, em 1615 (COUTO, 2005).

O mapa também não faz qualquer menção ao domínio holandês do Nordeste. As capitanias do Rio Grande, Paraíba, Tamaracá e Pernambuco seguem o mesmo padrão demarcatório das anteriores, mantendo-se o tracejado sublinhado em amarelo. O território efetivamente pertencente ao Estado do Brasil inclui as capitanias de Sergipe, Bahia de Todos os Santos, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente.

Nesse sentido, a preocupação do cartógrafo não parece ter-se direcionado à delimitação de soberanias, mas à organização administrativa do espaço. Apesar da complexa questão envolvendo as duas áreas de jurisdição portuguesa e a área holandesa, o espaço representado pelo “Brasil” inclui não apenas o litoral e capitanias, mas uma área do interior delimitada a verde, na qual se pode ver o curso de alguns rios e o nome de alguns povos nativos, sem indicativo de presença europeia. Nenhuma menção é feita ao Tratado de Tordesilhas, mantendo a mesma linha da cartografia holandesa. Trata-se de uma ausência possivelmente orientada pelo não reconhecimento do *Mare Clausum*, profundamente contestado por Hugo Grotius, e pela decorrente reclamação do *Mare Liberum*.

Finda a União Ibérica e retomado o Nordeste, por Portugal, em 1654, aumenta a demanda por conhecimento do território brasileiro, uma vez sentida a grave ameaça sobre a soberania. Por outro lado, o esforço de guerra acabara por aumentar o número de habitantes lusitanos, vindos para combater, além de acelerar os acordos com as populações nativas e intensificar o trânsito populacional nos

núcleos de povoamento. O açúcar já consolidara o interesse no Brasil e os núcleos de povoação multiplicavam-se, dinamizados por essa atividade comercial, a qual sustentava outras auxiliares (MORAES, 2011).

Nesse contexto, enquanto a cartografia holandesa e francesa se dedicava a romper a política do *Mare Clausum* e, interessada em partilhar o território, ocultava o Tratado de Tordesilhas, a obra de João Teixeira Albernaz II resgata a lógica territorial do Império português. Dando continuidade a tradição familiar – e ibérica –, continua a elaborar atlas manuscritos, um dos quais sobre o Brasil (ca. 1666). Composto por 31 mapas, no atlas mantém o estilo característico de João Teixeira Albernaz I (MARANHO, 2010), atualizando informações sobre o território brasileiro.

O primeiro mapa desse atlas representa a “Provincia do Brasil”, delimitada pela “Linha de Demarcação das Conquistas de Portugal e Castella Por onde se ve o Rio da Prata da nossa Conquista”. A linha à qual se refere a legenda perpassa muito além da foz do referido rio, tal como nos mapas anteriormente produzidos pela família Teixeira. Reascende assim a disputa fronteiriça, que não se resolveria até o século XIX. O limite norte segue o mesmo caminho e anuncia outro litígio, dessa vez entre Portugal e França. A linha passa além do Cabo do Norte, garantindo toda a foz do rio Amazonas para Portugal. Nesse sentido, o mapa é bastante representativo da fase de consolidação do domínio português no Brasil, notadamente após a separação da Espanha e a retomada dos territórios brasileiros sob domínio holandês. Demonstra ainda coerência e continuidade no modo de representar e projetar a área de soberania portuguesa, no intuito de consolidar a imagem de um vasto território na América meridional que se pode verificar desde o mapa do Brasil atribuído aos Reinóis de ca. 1519.

As capitanias não são delimitadas como no mapa de Sanson d’Abbeville, sendo apenas sinalizadas pelo nome. A preocupação do cartógrafo parece voltar-se para a representação da soberania portuguesa, o que pode se explicar pelo fato de acompanhar um conjunto de cartas que detalham regiões específicas do território, tal como ocorre em outros atlas da família Teixeira. O mapa “Província do Brasil” mantém ainda o caráter náutico e costeiro da cartografia portuguesa, apresentando vasta toponímia no litoral, além de ilhas e portos. Por outro lado, apenas algumas cidades, de maior relevância, são sinalizadas.

João Teixeira Albernaz II parece ser o último representante da celebrada

escola de cartografia portuguesa (CORTESÃO; MOTA, 1960; ALEGRIA *et al*, 2012). No período seguinte, o predomínio francês e inglês passa a dominar a produção cartográfica mundial. No caso relativo ao território brasileiro, é notável a aproximação de D. Luis da Cunha com cartógrafos como Guillaume Delisle e Jean-Baptiste Bourgnon D'Anville, que inaugura uma nova fase na representação do subcontinente sulamericano (CINTRA; FURTADO, 2011).

Figura 16 - *Província do Brasil*. João Teixeira Albernaz II, 1666



CAPÍTULO 8 – TERRITÓRIOS NATIVOS: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E CARACTERIZAÇÃO DE POVOS AUTÓCTONES

8.1. A territorialidade de povos nativos na geohistória brasileira: uma narrativa oculta

Vimos na seção anterior a organização do território sob o ponto de vista colonial. Marcada pelas capitanias hereditárias e a criação de núcleos concentrados no litoral, tal organização tinha como última finalidade o povoamento e a defesa. Portugal conseguiu o controle virtual da faixa corteira que se estende entre a foz do Amazonas, na capitania do Pará, e a capitania de São Vicente. A definição das fronteiras norte e sul ainda demoraria alguns anos para ser concretizada, notadamente nos séculos XIX e XX, como trataremos na próxima seção.

Essa leitura, no entanto, está focada nos aspectos relativos a ocupação europeia. A população nativa é abordada apenas de modo transversal. Essa tem sido a tendência da maior parte dos estudos da história territorial do Brasil. Rafael Straforini (2008) menciona que essa perspectiva clássica adota um olhar jurídico sobre a formação do território brasileiro, buscando interpretar o resultado espacial no qual se configura o Estado nacional brasileiro a partir dos acordos diplomáticos estabelecidos durante a colonização e que serviriam de base embrionária para o atual território brasileiro. Antes de imergir propriamente na análise cartográfica e documental, a especificidade deste objeto merece algumas considerações prévias que busquem explicar a escassez de estudos sobre a distribuição espacial de populações nativas na geohistória brasileira.

A razão central para essa escassez repousa na relação entre a construção narrativa geohistórica e o processo político de legitimação do Estado independente do Brasil, a partir do século XIX. Buscando assegurar o amplo espaço formalmente garantido pela diplomacia colonial, a história territorial do Brasil se atrela à ideia do expansionismo lusitano, assimilando dentre seus mitos fundadores o signo da conquista (MORAES, 2005). É construída a ideia de que o espaço brasileiro estava destinado a se configurar dessa forma, seguindo o “imperativo da apropriação constante do espaço” (MORAES, 2005, p. 94).

Surgem então concepções que identificam a existência de uma nação destinada a ser criada politicamente pelo europeu. Jaime Cortesão (1969; 2009), por

exemplo, identifica a gênese do Brasil na existência de uma língua básica entre seus nativos. Ao olhar para a cartografia, no entanto, menciona apenas o mapa do Brasil de Bartolomeu Velho (1565), com uma discreta distribuição de povos nativos, que transcreve. A análise fica restrita a algumas linhas sobre os troncos linguísticos.

Outra concepção da visão expansionista do Estado e da consolidação do território dava-se sobre bases cartográficas, analisando mapas que representavam a América meridional dividida pela junção de afluentes do rio da Prata e do Amazonas. Jaime Cortesão (2009) conclui ser esse tipo de representação uma tentativa portuguesa de consolidar a imagem da Ilha-Brasil, a qual justificaria a expansão das fronteiras para além do Tratado de Tordesilhas.

A ideia do expansionismo lusitano como gênese do território brasileiro estará presente também em trabalhos de geopolíticos brasileiros do século XX e servirá de sustentação ideológica às frentes pioneiras e, posteriormente, à política de integração nacional. Therezinha de Castro (1986, p. 7), por exemplo, buscando as raízes para o estabelecimento das fronteiras, se aproxima do pensamento ideológico de Jaime Cortesão. Ainda que não mencione a Ilha-Brasil, afirma que “as comunicações naturais transformaram geopoliticamente a América do Sul, dividindo-a inicialmente em dois territórios distintos...”. Mais a frente, é explícita ao dizer que “a directriz portuguesa, partindo do espaço litorâneo atlântico, só depois de estabelecer o Estado do Brasil se lançou na marcha para o oeste, buscando, como os espanhóis, o enlace com os vales do Amazonas e Prata”. Essa perspectiva combina o expansionismo português e a existência de uma suposta fronteira natural que estaria na gênese do território brasileiro.

Outra perspectiva sobre a formação do território brasileiro recebeu enorme influência da História Econômica e buscou interpretar a conformação espacial a partir de ciclos econômicos, relacionando atividades produtivas com a expansão colonial. Enfim, uma quarta linha de estudos busca analisar a fixação do colonizador no espaço brasileiro a partir núcleos urbanos (STRAFORINI, 2008). Essas correntes de pensamento se sobrepõem no tempo, ora complementando-se, ora divergindo. Em comum, no entanto, está a adoção do elemento colonizador como ator central na formação do território brasileiro. Assim, os acordos jurídicos analisados são definidos entre países europeus, bem como as atividades econômicas e os núcleos de povoamento são por eles promovidos.

Expresso como uma espécie de “destino manifesto”, ou mesmo

desenvolvimento espontâneo, como sugeriu Basílio de Magalhães (1978), a presença dos povos nativos é por vezes completamente ausente, como se percebe em Castro (1968), por vezes focada em generalizações, como fez Adolpho Varnhagen (2011) em dois volumes publicados originalmente entre 1854-1857 e, por vezes ainda, transversal, identificando sua inserção na lógica colonial, como escreveu Caio Prado Junior (1961). Uma outra corrente, com viés linguístico, está também presente na obra Jaime Cortesão (1969), mas o célebre historiador não apresentou uma ruptura ao pensamento colonial, senão a subscreveu: “Para acúmulo de contraste, aqui uma população selvática, na infância de raras indústrias, ignorava as maiores riquezas da terra; e às dificuldades naturais que o europeu deparava, iria somar quase sempre uma ferocidade bestial” (CORTESÃO, 1969, p. 188).

Nessa construção narrativa se estabeleceu a colonização e o ímpeto expansionista como tronco comum da história territorial. Nesse contexto, os povos nativos que se opusessem ao fator colonial eram interpretados como bárbaros e inimigos do projeto embrionário da nação. Um dos primeiros textos a contrapor esse viés colonialista e a apresentar uma ruptura epistemológica foi *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de Florestan Fernandes (2006), originalmente escrito em 1952. No entanto, apenas na década de 1990 surgiram estudos sistemáticos sobre populações autóctones que viveram no atual território brasileiro.

Desde essa década, multiplicaram-se os estudos acerca das populações autóctones no Brasil. Impulsionados pela Constituição de 1988, a qual abandona no nível formal o projecto de assimilação dessas populações e adota como horizonte uma perspectiva pluriétnica (RESENDE, 2014), tem crescido o número de acadêmicos e intelectuais que se propõem a revisar de modo profundo a geohistória brasileira, sobretudo no que tange a questão das populações nativas.

Advindos de áreas como a Arqueologia, a Antropologia, o Direito e a História, esses estudos buscam (re)pensar o papel do nativo em diferentes épocas, seus costumes e práticas. Utilizam-se da análise de documentos, relatos e imagens, bem como da História Oral, entre outros métodos mais ou menos inovadores. A interação entre nativos, africanos e colonizadores, bem como as relações sociais que se desenvolvem nesse ínterim, tornam-se um importante objeto de análise que reavalia o papel do nativo na formação social brasileira.

Diante desses avanços, é curioso que poucos estudos tenham adotado um

olhar geohistórico, isto é, sobre o conhecimento, a espacialização e os processos de (des)territorialização dessas populações no contexto colonial. Dos que fizeram esse esforço, é notável obra *A Construção do Brasil*, de Jorge Couto, publicado em 1995, no qual o autor dedica um capítulo às populações nativas – em especial, uma seção sobre a distribuição espacial, intitulada “Dispersão geográfica e diferenciação linguística”. Merecem também destaque os trabalhos de Maria de Fátima Costa (1999), sobre os povos nativos e o imaginário sobre o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII, e o de Bartira Ferraz Barbosa (2007), sobre o nordeste nos séculos XVI e XVII. Do ponto de vista conceitual, é notável o estudo de Hal Langfur (2006) sobre a fronteira Oeste do Brasil no período colonial e início do Império brasileiro.

Com exceção do trabalho de Jorge Couto, a maior parte dos estudos tratam de regiões específicas, o que não nos permite observar de modo abrangente o conhecimento sobre as populações nativas e remanescentes no contexto geral do território que viria a ser o Brasil. Em outras palavras, é preciso observar mapas de menor escala. Vale lembrar que a Constituição de 1988 considera o “direito à terra como ‘originário’, isto é, ‘anterior e independente a qualquer ato do Estado’” (RESENDE, 2014, p. 268). Apesar de puramente formal¹⁴, esse novo princípio conceitual rompe com a perspectiva ideológica com base no expansionismo colonial e abre espaço para novos estudos que busquem (re)conhecer a espacialização dos povos nativos em diferentes épocas.

¹⁴ O direito à terra não é garantido pelo elemento histórico, mas pela ocupação e uso actual da terra, respeitando-se as tradições (RESENDE, 2014).

8.2. Descrições e imagens cartográficas: a diversidade e a distribuição espacial de povos nativos

Aberto o caminho para uma abordagem pluriétnica, o desafio repousa em encontrar fontes que nos permitam analisar a distribuição espacial e a diversidade de povos nativos no território que viria a ser o Brasil. Nesse sentido, de imediato podemos dizer que elas existem, mas são basicamente feitas por europeus. No período em análise, não existem registros escritos por populações nativas que permitam uma análise documental da sua espacialização. Esse trabalho encontra-se, por essa razão, profundamente alicerçadas na arqueologia (PROUS, 2006).

É somente com a colonização que surgem os primeiros registros escritos sobre o território e as populações nativas com quem os europeus tomaram contato. A carta de Pero Vaz de Caminha e a *Relação do Piloto Anônimo*, já mencionadas em seção anterior, constituem as impressões gerais sobre povos litorâneos nas primeiras fases de exploração europeia do litoral. Com a implementação dos primeiros núcleos de povoamento, a partir da década de 1530, e a consequente intensificação do contato com os diferentes povos nativos, “os Portugueses, que inicialmente registam apenas que os gentios andam nus, que se enfeitam com penas coloridas e pinturas negras, vermelhas e amarelas (e azuis para os prisioneiros que hão-de ser comidos), começaram a perceber que os Ameríndios se compõem de vários grupos, com comportamentos diferentes” (MAGALHÃES, 1998, p. 202).

Nesse contexto, surgem as primeiras descrições do território que diferenciam e nomeiam a diversidade de povos existentes. O *Diário de Navegação pela costa do Brasil até o Rio Uruguay* (de 1530 a 1532) de Pero Lopes de Sousa, é um dos primeiros no qual se vê uma diferenciação espacial na descrição de povos nativos. Aponta semelhanças e diferenças entre os grupos que tem contato em sua expedição. Descreve a “gente” da área da Bahia de Todos os Santos, mencionando serem os homens muito bem dispostos, conquanto as mulheres são muito formosas. A “gente” do rio Paraguay (Paraguai) é como eles, afirma Sousa (1867). Já na Ilha dos Corvos, tem contato com um grupo nativo chamado Beguoaa Chanaa. Da narrativa desse encontro é possível extrair algumas características do grupo:

E chegámos com o bargatim a terra, e logo vieram mais 3 homens e hũa

molher, todos cobertos com peles: a mulher era mui fermosa; trazia os cabellos compridos e castanhos: tinha hûs ferretes que lhe tomavam as olheiras: elles traziam na cabeça hûs barretes das pelles das cabeças das onças, com os dentes e com tudo (Souza, 1867, p. 55).

Aos 21 de dezembro de 1530, no rio de “Sam João”, Lopes de Sousa envia um dos seus marinheiros a terra para observar um grupo de nativos que vivia na área. A fala do marinheiro é um dos primeiros registros da organização espacial de uma aldeia nativa. Nas palavras de Sousa (1867, p. 62), “eram 600 homens; e que aquillo, que pareciam tendas que eram 4 esteiras, que faziam hûa casa em quadra, e em riba eram descobertas: e fato lhe nam vira; senam reides da feição das nossas”. Ao presenciar um episódio no qual alguns nativos nadaram em direção a embarcação, diz Sousa (1867, p. 62) “que nadam mais que golfinhos”. Os homens são descritos como grandes, “nervudos” e fortes, enquanto as mulheres são descritas por chorarem em demasia. Chama ainda atenção de Lopes de Sousa o fato de nenhum deles ter medo da armada.

Além dos relatos de viajantes, devemos lembrar a missão católica de expansão da fé que integra o processo de colonização. Para esse trabalho foram encarregadas da catequese e da “domesticação” do “gentio” diversas ordens religiosas. Dentre elas, os jesuítas seriam os primeiros a relatar a grande diversidade de populações nativas (MAGALHÃES, 1998). Os missionários, pela natureza do próprio trabalho, terão um contato mais imediato e constante com os povos nativos e procedem à sua identificação, categorização e, sobretudo, ao agrupamento daqueles que não se opusessem à catequese. A obra *Informação da Terra do Brasil* do padre Manuel da Nóbrega, escrita em 1549, é um excelente exemplar nesse sentido. Reconhece que “os gentios são de diversas castas” (NÓBREGA, 1955, p. 61), entre as quais estão Goianases, Carijós, Guaimurés ou Aimurés, Tupiques ou Tupinaquins e Tupinambás.

Possivelmente, é essa uma das fontes de que dispôs João Teixeira Albernaz I para o seu mapa *Estado do Brasil*, de 1631, o qual já mencionamos em seção anterior. Nesse mapa estão posicionadas, de modo alegórico, dez “castas” – para manter o termo utilizado por Nóbrega. De especial relevância para caracterização da diversidade de povos nativos ressaltamos a descrição que o jesuíta faz dos Guaimurés ou Aimurés:

Há outra casta de gentios que se chama Guaimurés, e é gente que habita pelos matos. Nenhuma comunicação têm com os cristãos, pelo qual se

espantam quando nos vêem, e dizem que somos seus irmãos, por que trazemos barba como eles (a qual não trazem todos os outros, antes se raspam até as pestanas) e fazem buracos nos beijos e ventas nos narizes, e põem uns ossos neles, que parecem demônios. E assim, alguns principalmente os feiticeiros trazem o rosto cheio deles. Estes gentios são como gigantes. Trazem um arco muito forte na mão e na outra um pau mui grosso com que pelejam com os contrários e facilmente os despedaçam e fogem para os matos. E são muito temidos entre todos os outros (NOBREGA, 1955, p 62).

Essa descrição merece atenção por dois aspectos centrais. O primeiro é a relação, ou a falta dela, com os colonos, curiosamente contradita na frase seguinte, na qual Nóbrega explicita que os Aymurés vêem os cristãos como irmãos. A dificuldade de comunicação é atestada por Pêro de Magalhães de Gândavo (2008) em seu *Tratado da Terra do Brasil*, escrito ca. 1570. O segundo aspecto que merece destaque é a associações do uso de adereços à aproximação da imagem de demônios, sobretudo em relação aos “feiticeiros”. De fato, o discurso moral-religioso será uma constante em basicamente todos os textos de missionários (BARRETO, 1992), sendo bastante direto no texto de Nóbrega. Gândavo (2008, p. 41) afirma que “Muitas terras viçosas estão perdidas junto desta Capitania [Ilhéus] as quaes não são possuidas dos portuguezes por causa destes indios”. A disputa pelo controle da terra torna-se central na relação entre Aymorés e colonos portugueses, que não encontram modo de tomar o território e concretizar a ocupação eliminando o inimigo: “Não se pode achar remedio pera os destruir porque não têm morada certa, nem saem nunca dentre o matto” (GÂNDAMO, 2008, p.42). O extermínio mostra-se assim desejado para o caso.

Fernão Cardim, nos seus escritos de 1585 a 1601 reunidos nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ressalta que os Aymurés “são senhores dos matos selvagens” e “não tem roças, vivem de rapina e pela ponta de flecha”. Descritos como ágeis e habilidosos, mantêm-se ocultuados na mata e “não há poder no mundo que os possa vencer” (CARDIM, 1997, p.95). É esta uma disputa por território bastante expressiva no quadro de resistência nativa ao elemento colonizador. A posição de autores como Fernão Cardim faz parte de um conjunto de obras que merece revisão constante, pois não se prendem a visões generalistas. Ao contrário, partem do esforço de tentar compreender a diferença no gênero humano (AZEVEDO, 1997).

O mapa *Estado do Brasil* de João Teixeira Albernaz I menciona ainda outras populações nativas que não são mencionadas por Nóbrega ou Gândavo, como os

Potiguaras, os Topanazes e os Caitês – no quadro abaixo relacionamos os grupos nativos mencionados com a sua localização no mapa *Estado do Brasil*. Isso nos sinaliza que o cartógrafo teve contato com outras fontes para elaborar esse mapa. Por cruzamento, podemos identificar também os *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de Fernão Cardim, acima mencionados. Essa obra só viria a ser publicada em 1625, em inglês, na coleção *Purchas his Pilgrimes*, com autoria atribuída a Manuel Tristão. A obra teria sido adquirida pelos ingleses em 1603, quando Fernão Cardim foi preso por ingleses ao retornar de Portugal para o Brasil (FERNANDES, sd). Possivelmente por essa demora, João Teixeira Albernaz I deve ter tido contato muito tardio, se de fato o teve, com esses escritos.

Quadro 3 – População nativa e localização no mapa *Estado do Brasil* de João Teixeira Albernaz I (1631)

Populações nativas	Capitanias
Carijós	Capitania de São Vicente
Guynazes	Entre as capitanias de São Vicente e Santo Amaro Entre as capitanias do Espírito Santo e Porto Seguro
Tamoyos	Capitania real do Rio de Janeiro
Aimorés	Capitania de Ilhéus
Caitês	Entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá
Potiguaras	Capitania real da Paraíba
Tapuyas	Entre as capitanias do Ceará (Siara) e Maranhão
Topanezes	Entre as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus
Tupinambás	Capitania real da Bahia de Todos os Santos
Tupiniquins	Sertão

Padre visitador da Companhia de Jesus, Fernão Cardim recolheu uma

quantidade bastante considerável de informações sobre populações nativas, algumas das quais viriam a aparecer no mapa *Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus*, de 1656, da autoria de Nicolas Sanson d'Abbeville (Figura 17), mencionado na seção anterior. Tal como indicado, o título representa a ocupação do litoral do Brasil em capitanias, até a de São Vicente. O que chama atenção no mapa é o grande número de territórios nativos sinalizados.

Não vamos nos ater nesse momento às áreas do litoral, nem da Bacia Amazônica, as quais serão tratadas mais à frente, quando analisarmos a *Carte de la terre ferme du Peru, du Brésil et du Pays des Amazones* de Guillaume de L'Isle, publicada pela primeira vez em 1703, a qual tem como fonte diversas cartas de Nicolas Sanson d'Abbeville. Em vez disso, concentrar-nos-emos na área do sertão.

LE BRESIL, dont
la Côte est possédée par les portugais
et divisée en Quatorze Capitaineries.
Le Milieu du Pays est habité par un tresgrand
Nombre de Peuples presque tous Sauvages.
Vous avez remarqué la plus part de ceux qui sont deffus en
apres de la Carte, que qui sont peuples sont sauvages.
Par V. Saxe d'Albion Geographe ordinaire du Roy.
A PARIS.
Chez Pierre Marquet, Rue d'Alsace a l'Eperon.
Ancien praticien du Roy, pour le 1763.

Embora o mapa de Sanson d'Abbeville não indique fontes, parece-nos correto associar a diversidade de populações nativas representadas com duas obras. Uma, já mencionada, corresponde os *Tratados da Terra e Gente do Brasil* de Fernão Cardim. A outra é do diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Johannes de Laet (1994): *Novo Mundo ou Descrição das Índias Ocidentais*, da qual analisámos um mapa na seção anterior.

A divisão em capitanias representada no mapa de Sanson d'Abbeville parece inspirada em cartas holandesas anteriores, tal como apresentado no capítulo anterior. Trata-se de uma divisão que envolve a organização espacial da colônia. No entanto, ao distribuir espacialmente as populações nativas, parece consciente da divisão linguística dos povos, tal como informa Cardim (1997, p.92): “Em toda essa província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal, que compreende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão”.

Apesar de “amigos antigos dos portugueses, com cuja ajuda e armas conquistaram esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações bárbaras” (CARDIM, 1997, p. 93), a lógica colonial portuguesa não se mostrou de todo benéfica aos nativos e, apesar de serem muitos, “os portugueses lhes têm dado tal pressa que quase todos são mortos e lhes têm tal medo que despovoam a costa e fogem pelo sertão adentro até trezentas a quatrocentas léguas” (CARDIM, 1997, p. 93).

A outra categoria de nativos descritos por Fernão Cardim (1997) é mais numerosa e diversificada: chamados Tapuias, totalizam no relato do jesuíta 76 nações que falam diferentes línguas e somente algumas delas são “amigas”. Essas residem no rio São Francisco e são trazidos pelos missionários para a costa, onde são aldeados, aprendem “a língua dos do mar” e são batizados.

Outro aspecto central no mapa de Sanson d'Abbeville é a delimitação da área ocupada pelos europeus, marcada pela delimitação das capitanias para o interior. Mais do que indicar o alcance da colonização, a demarcação de povos nativos nessa faixa evidencia uma área de *fronteira* com essas populações do interior, ou que lá se refugiaram. Tanto o mapa quanto a documentação do período mostram que é grande o número grupos autóctones. A documentação revela ainda que são múltiplas as relações estabelecidas entre eles. Algumas pacíficas, com forte assimilação entre os grupos, outras belicosas.

A fronteira, enquanto espaço de trocas, está representada na área delimitada por Sanson d'Abbeville. A partir do contato com luso-brasileiros e europeus de modo geral, a penetração no chamado sertão irá alterar as relações desses grupos com o espaço. Capistrano de Abreu (1960), lembra a conflituosa relação estabelecida entre cariris e colonizadores portugueses. Os nativos, antigos ocupantes do litoral, foram-se interiorizando, seguindo o curso dos rios. Resistentes aos colonos, se dispersaram e combateram em sucessivas batalhas. Seja no rio São Francisco, no rio Piranhas, no rio Jaguaribe ou no rio Paraíba, enfrentaram colonos vindos de São Paulo ao Ceará. Foi feita a redução dos sobreviventes em aldeias de padres. Outros foram escravizados. No fim, acabaram por assimilar de modo forçado os hábitos de vida do elemento colonizador. Sérgio Buarque de Holanda (1994), por outro lado, mostra que as condições impostas pela natureza nas áreas de fronteira também levaram à assimilação dos modos de vida do nativo.

8.3. A *Carte de la Terre Ferme du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones*: distribuição geográfica e caracteriação dos povos nativos

Nesta seção optámos por escolher a *Carte de la Terre Ferme du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones* de Guillaume Delisle, de 1703 (Figura 18) para uma análise pormenorizada, pois nela podemos observar não apenas referências diversas sobre a localização de diferentes populações nativas, mas também algumas descrições sobre elas. Além disso, a análise deste mapa nos permite ensaiar a identificação de algumas das suas fontes, partindo para tanto da listagem dos autores referidos junto ao respectivo título.

A partir dessas referências pudemos identificar as seguintes obras: 1) *Descripción de las Indias Occidentales*, do cronista espanhol Antonio de Herrera y Tordesillas, publicada em 1601; 2) *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales*, de Johannes de Laet, publicada pela primeira vez em 1625; 3) *Nuevo descubrimiento del Gran río de las Amazonas*, do padre Cristóbal de Acuña, publicado pela primeira vez em 1641, em Madrid, e no qual Acuña narra a expedição ao Amazonas chefiada por Pedro Teixeira (1637-1639), que acompanhou; e, por fim, 4) *El Marañon y Amazonas*, da autoria de outro jesuíta, o padre Manuel Rodríguez, obra publicada em 1684.

Assim identificadas, procederemos aos cruzamentos das diferentes fontes mencionadas no mapa com algumas outras que pudemos associar com a espacialização dos povos nativos presentes no mapa de Delisle. A partir desse ponto de partida, identificaremos nas fontes documentais alguns fatores que merecem destaque. Tendo este mapa sido publicado diversas vezes, ir-nos-emos concentrar na versão datada de 1703. No entanto, devemos salientar que há cópias gravadas deste mapa até finais do século XVIII, muitos anos após a morte do autor, reforçando a importância que teve na época.

Além dos fatores apontados, o mapa em análise ganha relevo para o período devido à importância do cartógrafo no contexto colonial em que estava inserido. Guillaume Delisle, ou de L'Isle, nasceu em 28 de fevereiro de 1675, filho de Claude Delisle e Marie Malaine. Seu pai era professor de História e Geografia para os filhos de nobres parisienses. Com isso, teve acesso a importantes círculos intelectuais, nos quais conheceu Nicolas Sanson d'Abeville e Jean-Dominique Cassini, que era

um renomado intelectual e cartógrafo genovês ao serviço da França, de grande relevância para a História da Cartografia por ter proposto mapas científicos utilizando métodos astronômicos e de triangulação (BALASH, 2008).

Reconhecido desde a infância como prodígio, foi influenciado por seu pai e teve Cassini como tutor. Guillaume Delisle se tornaria um dos mais renomados cartógrafos franceses de todos os tempos. Já em inícios da vida adulta, junto de seu pai, inicia-se na produção de mapas. Utilizando fontes escritas e orais de missionários e exploradores, fazendo-lhes uma crítica minuciosa, seus mapas se juntariam a um movimento de renovação do campo cartográfico, do qual foi pioneiro o trabalho de Nicolas Sanson d'Abeville e teve continuidade pelas mãos de Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville.

Em 1700, os Delisle publicam seu primeiro globo terrestre, além de um mapamundi que geraria litígio com o cartógrafo Jean-Baptiste Nolin. Esse antecipa-se à publicação do mapa dos Delisle, que começa a ser confeccionado em 1667, e publica seu mapamundi em 1699. Nolin é acusado de plágio e os cartógrafos são submetidos a um julgamento perante pares, entre os quais Jean-Dominique Cassini. Após arguição de ambos os lados, a ação é favorável aos Delisle e Nolin é proibido de publicar seu mapa. O júri ressalta as inovações metodológicas do mapa dos Delisle, o que acaba por alavancar o prestígio da família. Dois anos após a resolução do litígio, Guillaume Delisle entra para a Academia Real de Ciências da França como estudante de Astronomia, sendo tutelado por Cassini. Seus mapas agora tinham o prestígio da instituição (BALASH, 2008).

Em 1707 inicia seu próprio atelier e, em 1714, a pedido do rei Luís XIV, torna-se professor de História e Geografia do Delfim. Nesse período escreve suas lições, publicadas com o título de *Cours des Principaux Fleuves et Rivières de l'Europe*. A exemplo de seu pai, produz uma série de mapas históricos sobre a França e os impérios romano e grego. Por reconhecimento do antigo aluno e agora rei Luís XV, é condecorado, em 1718, com o título honorífico de "Primeiro Geógrafo do Rei". À altura de sua morte, em 25 de janeiro de 1726, Delisle era considerado o melhor geógrafo de seu tempo (BALASH, 2008).

Se sua biografia ajuda a compreender a importância que este mapa teria na época, o reconhecimento de seu trabalho cartográfico deve-se em grande medida ao seu método de produção, marcado pela capacidade de coletar e criticar diferentes fontes de informação, orais e escritas. Essa característica é notável na *Carte de la*

Terre Ferme. Sobre ela é inevitável traçar um paralelismo com o mapa *Le Cours de la Riviere des Amazones*, de 1680, de Nicolas Sanson d'Abbeville, que incorpora os relatos do padre Acuña. Já em 1656, Sanson d'Abbeville havia produzido dois outros mapas, sem indicação de fontes, nos quais apresenta uma distribuição geográfica de populações nativas.

No primeiro, *Le Perou et le cours de la Riviere Amazone*, Sanson d'Abbeville indica ter utilizado diversos autores e relações, sem descriminá-los. O curso do Amazonas é o mesmo que será apresentado na carta de 1680, o que nos permite inferir que, em 1656, o cartógrafo já havia tido contato com o *Nuevo descubrimiento* do padre Acuña. Reforça essa suposição a distribuição geográfica e a nomenclatura das populações nativas, sobretudo na faixa meridional da Bacia Amazônica.

A representação do curso do rio Amazonas e das informações tal como dispostas entre os mapas de Sanson d'Abbeville e de Delisle permite inferir que aquele serviu de base para este, sobretudo pela diferença que apresentam em relação ao traçado do mapa de Conde Pagan, de 1655¹⁵. No entanto, algumas diferenças são notáveis e mostram que Delisle utilizou fontes diferenciadas e mais recentes. Sanson d'Abbeville, por exemplo, não representa as missões jesuítas de Maynas, que seriam amplamente relatadas por Manuel Rodríguez, em 1684.

O segundo mapa de Sanson d'Abbeville foi mencionado na seção anterior: corresponde a *Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières*, cujo título explicita ainda que “le milieu du Pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus”. Muitos dos povos citados por Sanson d'Abbeville se repetem no mapa de Delisle que, no entanto, prioriza a distribuição nas áreas litorâneas, no sertão próximo e no curso de alguns rios. Na faixa mais interiorana, ou sertão, os povos nativos são sucintamente agrupados sobre o nome de *Tapuyes*. De modo sucinto, o geógrafo define o grupo como “composée de plusieurs Peuples differens de mœurs et de langage quoique la Langue Guarani soit entedue par ces Peuples aussi bien que par les autres Nation du Bresil”. Inspirado em Sanson d'Abbeville, a nomenclatura das populações descritas no litoral se baseia em Johannes de Laet (1994), notadamente no livro XV, capítulos II, III e IV.

¹⁵ Blaise François Pagan (1604-1665) era engenheiro militar e marechal de Campo a serviço das Cortes de Luís XIII e Luís XVI. Possivelmente com base no relato do padre Acuña, resulta a sua *Relation historique et géographie de la grande rivière des Amazones dans l'Amérique*, publicada em Paris em 1655 (CINTRA, 2011).

Antes de iniciarmos propriamente a análise territorial e a caracterização das populações nativas mencionadas por Delisle, vale ressaltar que os relatos não apontam precisamente as coordenadas geográficas, sendo completamente omissas as longitudes; ao invés, aparecem as distâncias em léguas, algo comum até finais do século XVIII. Cintra (2011a) demonstra em seu minucioso estudo de posições e técnica cartográfica que o relato do padre Acuña possuía muitas incoerências no cálculo das distâncias. As distâncias entre algumas localidades, por exemplo, pecam ora por excesso, ora por falta. Além disso, o texto é por vezes confuso e ambíguo, cabendo ao cartógrafo ajustá-lo da melhor forma possível. Apesar disso, a narrativa do jesuíta segue constantemente o curso do Amazonas e seus afluentes, o que facilita a representação dessa bacia hidrográfica

É ainda relevante ressaltar que há uma diferença de projeções nas cartas de Sanson d'Abbeville e de Delisle, de modo que os principais afluentes que figuram ao sul do Amazonas na cartografia do primeiro mostram cursos na direção norte-sul, desde o Amazonas, enquanto no de Delisle esses mesmos afluentes têm curso predominantemente sudoeste. Essa diferenciação ocorre pelo ajuste de longitudes, o qual fica a cargo do método de transposição das distâncias para o mapa.

Ainda menos preciso sobre o posicionamento de povos nativos é a descrição de Johaness de Laet, contando apenas com indicações gerais, tais como proximidade a determinada capitania e, quando melhor arregimentado, no curso de rios. No entanto, as indicações, tanto de Acuña, quanto de Laet, serviram por tempo considerável como fontes capazes de sintetizar o conhecimento que se tinha na Europa sobre os espaços sulamericanos. Não é aleatório, portanto, que tenham servido de base para confecção de importantes mapas. Um último aspecto a ressaltar é a diferença de grafias dos nomes.

As duas fontes centrais para o trabalho cartográfico de Delisle para a área da Bacia Amazônica foram os escritos dos jesuítas Cristóbal de Acuña e Manuel Rodríguez. No entanto, este último concentra-se na região de Quixos e dos Maynas, descrevendo a missão de outros padres que aí lançaram seus trabalhos. Para as outras áreas que correspondem ao atual território brasileiro, o mapa basicamente utiliza a descrição do padre Acuña. Esse, por sua vez, descreve sua experiência direta, junto à expedição de Pedro Teixeira, e conta com observações obtidas *in loco*

e informações extraídas de populações nativas com as quais teve contato¹⁶.

A narrativa do padre Acuña tem início no extremo oeste do rio Amazonas, na região de Quixos, mais especificamente no entorno do rio Aguarico ou de Oro, assim chamado, segundo a *Relação* do General Pedro Teixeira – publicada integralmente em Ferreira (2000) –, pelos ornamentos em ouro utilizados pelos nativos. Deslile permanece fiel ao relato de Acuña, mencionando-o em francês como *Aguaric* ou *R. d'Or*. Às margens, em ambos as bandas, habitam os *Indiens Chevelus*, ou, como no relato do padre Acuña, está a Província de *los Encabellados*, onde ficou acampada a expedição portuguesa enquanto Pedro Teixeira seguia para Quito em busca de provisões. É nesse contexto que Acuña se junta a expedição.

Los encabellados eram assim chamados pelos primeiros espanhóis que com eles tiveram contato devido aos longos cabelos que tinham os nativos¹⁷. Segundo o padre Acuña, as relações com os portugueses foram amistosas no início e logo se tornariam conflituosas. Esses nativos ocupavam uma grande área e eram populosos, o que se apresenta ilustrado no mapa de Delisle, considerado o destaque na escrita e a área em que se inscrevem. Todavia, não são representadas as nações circunvizinhas, com as quais, segundo Acuña, *los Encabellados* tinham conflitos¹⁸.

Na margem sul, até o rio Cururay, aparecem as províncias dos nativos *Avixiras*, *Yurusni*, *Zaparas* e *Yquitos*. Seguindo o curso do Amazonas encontra-se, habitando uma série de Ilhas, a província dos *Omaguas* ou *Aguas*, assim descritos com base em Acuña, que apresenta uma interessante relação espacial sobre o modo como os nativos organizam áreas de cultivo e morada, distribuídas por diversas ilhas, garantindo a alimentação do extenso – em longitude – território. Tudo isso dá à evidência certo ordenamento do espaço entre áreas residenciais e de cultivo.

Além do aspecto territorial, a descrição de Acuña versa sobre os movimentos migratórios de povos nativos, diante da colonização:

¹⁶ Todo este nuevo mundo, llamémosle así, está habitado de bárbaros de distintas provincias y Naciones, de las que puedo dar fé, nombrándolas con sus nombres, y señalándolas sus sitios, unas de vista, otras por informaciones de los Indios que en ellos avian estado (ACUÑA, 1891).

¹⁷ Llamaron á estos Indios con nombre de Encabellados, los primeros Españoles que los descubrieron, por los largos cabellos, que así hombres como mugeres vsan, que á algunas les pasan de las rodillas (ACUÑA, 1891, p. 113).

¹⁸ Tiene contiúas guerras com las naciones circunvezinas, que son los Seños, Becabas, Tomas, Chufias, y Rumos (ACUÑA, 1891, p. 113).

Es esta gente la de más razón y mejor gouierno que ay en todo el Rio, ganancia que les grangearon los que de los estuvieron de paz, no ha muchos años, en el Gouierno de los Quixos, de donde obligados de el mal tratamiento que se les hazia, se dexaron venir el Rio abaxo, hasta encontrar con la fuerga de los de su Nación; y introduciendo en ellos algo de lo que hauian aprendido de los Españoles, les pusieron en alguna policía (ACUÑA, 1891, p. 116).

Segundo relato de Acuña, os nativos da área de Quixos teriam seguido o curso do rio até uma área afastada do governo colonial. Assimilaram, junto aos *Aguas*, características sociais que introduziram em outro espaço. Podemos aqui visualizar um processo de desterritorialização, no qual se abandona o território, e a consequente reterritorialização, em outro espaço, isto é, a construção de novos ordenamentos e relações sócio-espaciais, por intermédio dos quais o elemento desterritorializado se serve de nova territorialidade (COSTA, 2011).

Para além da dinâmica de territorialização, a territorialidade, isto é, a relação entre um grupo social e o espaço dos povos nativos, é mais uma vez ressaltada na dinâmica de conflitos com “nações” vizinhas: ao Sul, conflitos com *Curinas*, assim representados no mapa de Delisle; ao Norte com *Teamas*, possivelmente os *Tecunas* no mapa. Esses grupos, por sua vez, sustentariam conflitos com outras províncias vizinhas, indicando uma complexa dinâmica territorial. Pedro Teixeira em seu relato acrescenta que seriam “gente muito antropófoga” (2000, p. 68); no entanto, o padre Acuña afirma não ter tido contato com nenhum episódio de antropofagia e, assim, também não há legenda ou iconografia que mencione essa característica no mapa de Delisle.

Ainda na extensão longitudinal dos *Aguas*, cuja dimensão é ressaltada também por Pedro Teixeira – “(...) ocuparam o rio cerca de cem léguas e terão mais ou menos quatrocentos aldeias” (TEIXEIRA, 2000, p. 68) –, há, na parte norte do rio Amazonas, o rio Putumayo ou Iça, no qual figuram representadas sete “províncias” nativas, que a partir do Amazonas são: *Yorunes*, *Guaraicas*, *Parianas*, *Atoynes*, *Cunas* e *Omagua Siete* ou *Vrays Omaguas*. Esses últimos, segundo Acuña, ocupando o início do rio, de ambos os lados, se apresentam como senhores do afluente, indicando uma relação espacial de poder. Na parte sul, outro afluente, o rio Yetau, apresenta uma série de províncias nativas. São representados no mapa de Delisle os *Tipunas*, os *Gunarus*, os *Ozuanas*, os *Moruas*, os *Naunas*, os *Conomomas* e os *Marianas*. Na margem oposta, *los plateros* que, segundo caracterizado no mapa, são assim chamados por usarem brincos de ouro e prata

nas orelhas e narizes.

Ao fim da chamada província dos *Aguas*, quatro outras populações nativas são representadas: os *Curis* e *Guayrabes* na margem norte, e os *Cacugaras* e *Tucuris* na margem sul. Seguindo o curso do rio Amazonas – vinte e oito léguas segundo a descrição de Acuña –, principia a “nação” dos *Curuziaris*, representados em meio a relevos na margem sul do Amazonas. Essa província era de contínuos povoados, sendo um desses apelidado pelos portugueses de Aldeia do Ouro – *Village de l’Or*, no mapa de Delisle. Mais uma vez, a toponímia é marcada pela procura do precioso metal, encontrado como ornamento das populações locais. Todavia, a extração é – segundo as informações locais adquiridas por Acuña – feita na margem sul, seguindo o rio Yurupa até o rio Yquiari ou rio do Ouro, onde o trabalho extrativo é feito por outra população que habita o dito rio: os *Yumaguaris*, que significa extratores de metal.

Voltando ao curso do Amazonas, situam-se os *Zuanas* cerca de 2º e ½ de latitude. Segundo o padre Acuña, esses são os mais populosos entre as nações que ocupam as ilhas existentes nessa parte do Amazonas. No mapa de Delisle, todavia, está apenas representada uma extensa ilha entre o Amazonas e o rio Agarantuba, cuja legenda com nome do povoado intercepta. Aqui vale ressaltar uma importante diferença entre o mapa de Sanson d’Abbeville (1656a) e o de Delisle: enquanto que neste o rio Agaranatuba aparece como afluente do Amazonas e conecta-se com ao norte com o rio Negro, naquele aparece de modo isolado. Os *Zuanas* – *Suanes*, no mapa de Sanson d’Abbeville – figuram no curso do rio Yapura. Em outro de seus mapas, *Le cours de la rivière des Amazones*, de 1680, essa “nação” aparece junto à margem do Amazonas, em frente à *Village d’Or*. Os rios também não se conectam ao rio Negro. Hoje, sabe-se que eles não interceptam o rio Negro, indicando que a representação dada por Sanson d’Abbeville é mais apurada. O erro de Delisle é, todavia, compreensível, pois, segundo Acuña, os diversos lagos da área juntam-se ao Negro e o conectam ao principal.

Neste rio, Agarantuba ou Araganaruba, Acuña discrimina 21 povoações nativas, das quais apenas a de *Yaguanais* coincide com o mapa de Delisle. A povoação desta área é complementada com informações de outros povos nativos que ocupam o curso de outro afluente do Amazonas. Neste afluente, figuram os *Quereras*, os *Uruyaris*, os *Pocoanas* e os *Caraguanas*, dos onze citados pelo padre Acuña. Sobre esses grupos é importante nos ater à descrição do jesuíta, que

menção o uso de ferramentas de ferro, as quais, segundo informações conseguidas dos nativos, são compradas a outras populações autóctones que vivem em áreas mais próximas à costa. Também os *Zurinas* e *Curupanas*, na feição sul do Amazonas, utilizam essas ferramentas na confecção de bancos de madeira, “tan acomodados para tener el cuerpo com descanso” e armas. O acesso a tais ferramentas dá-se pelo contato com algum povoado europeu localizado a costa que, tal como descritos, Acuña deduz se tratarem de holandeses.

Aqui é importante mencionar que o curso do Amazonas poucas vezes havia sido explorado e não contava naquela altura com nenhuma ocupação europeia em áreas mais interioranas, o que se justifica pelas dificuldades diplomáticas e fronteiriças entre Portugal e Espanha até ao período da União Ibérica (1580-1640) (MICELI, 2012). No entanto, a região da costa e o acesso ao curso do Amazonas por seus afluentes já eram, desde início do século XVII, disputado por holandeses, ingleses e franceses, a despeito das limitações impostas por Tordesilhas. Desse modo, o contato com europeus acabou por intensificar os processos de trocas entre nativos e europeus, bem como entre povos autóctones.

Assim, além de portugueses, outros colonizadores possuíam fortes e povoações mais ou menos próximas da costa e conectadas ao Amazonas, com o intuito de colonizar ou estabelecer relações comerciais mais imediatas. É, portanto, previsível que tenham vindo a comercializar com povos nativos próximos, e esses, por sua vez, com outras populações mais ao interior, indicando uma rede mais ou menos densa de relações que não se restringe à guerra e ao domínio territorial.

É diante desse quadro que a expedição de Pedro Teixeira tem relevância, dada a grande preocupação em descrever as populações nativas que aí se encontravam presente na descrição do padre Acuña. Não se tratava apenas de uma curiosidade ou messianismo, mas de reconhecimento do território em seu aspecto físico e humano, ressaltando as relações das populações autóctones com o território, bem como suas riquezas.

Nesse sentido, o já mencionado Conde de Pagan, em dedicatória feita ao Cardeal Mazarino (primeiro-ministro de Luís XIV) incentiva à construção de cinco colônias, apontando ainda suas localizações. Seguindo o sentido Leste-Oeste, a primeira delas seria a Ilha do Sol, nas proximidades de Belém, com o intuito de guarnecer a foz; a segunda, no Bósforo; a terceira na região dos *Comanares*, no médio Amazonas, que serviria de sede as instações do Império; a quarta, próximo

das montanhas Swana, onde haveria uma mina de ouro; e a quinta no rio Marañon, próximo a foz do rio Napo, com intuito de guarnecer a frente Oeste (CINTRA, 2011). Demonstra-se, assim, o caráter geoestratégico das explorações na Amazônia.

Passamos agora as “nações” do rio Tapy, localizadas à 2° ½ de latitude, à frente do povo *Zuanas*, onde, por entre relevos, situa-se a província dos *Paguanas*. Nas extensão do curso do Amazonas, predominam os *Curuziraris* em um terreno de belas paisagens, com grama para o gado e de floresta não muito fechada, que oferece boas condições aos que a povoam (ACUÑA, 1891).

Seguindo o curso do rio Amazonas, após o Tapy, estão representados os *Yorimas*, que, tal como explícito no mapa de Delisle, ocupam, nesta área, ilhas do Amazonas – “I. habitées par les Yorimans” – e também “tierra firme” (ACUÑA, 1891, p. 140). Sobre esse grupo humano o jesuíta menciona ter os povoados mais populosos com as quais tivera contato, de tal forma que se tornam temidos e respeitados pelos povos vizinhos.

Após a província dos *Yorumans*, na parte sul do Amazonas, em outro grande afluente é relatada uma povoação bastante numerosa. O rio, de nome “des Omopalcos ou des Curiguères”, abriga os *Curiguères*, tal como aparece no mapa de Delisle. Juntam-se em seu curso outras províncias: *Curamayaris*, *Curucuruz*, *Quatausis* e *Mutuanis*. Segundo legenda do mapa, a área dos *Mutuanis* é povoada por gigantes ricos em ouro. Na relação do padre Acuña, todavia, essas características são assim mencionadas para um outro povo, o qual nomeia de *Curiguéres*, que se localiza para lá dos *Mutuanis*, uma grande distância da foz do rio.

No curso do Amazonas, após o rio Curiguères, encontra-se o entroncamento com rio “Curuna ou Curiguacuru”, de águas negras e, por essa razão, chamado rio Negro pelos portugueses e *Tupinambas* (o termo *Vruna* quer dizer água negra). Está povoado de províncias nativas, algumas das quais em contato com populações europeias. Figuras representadas as seguintes “nações”: *Canisiuras*, *Aguayras*, *Yacuncaraes*, *Cahuayapis*, *Manacarus*, *Iammas*, *Granamas*, *Curapanagris*, *Guarianas*, *Caguas* e *Curupatapas*. Apenas os *Azerabarís* citados por Acuña não se encontravam representados no mapa de Delisle. A importância deste rio no contexto da colonização é notável, pois consistia em outro acesso ao Amazonas, pelo rio Orinoco. Nesse residem os *Guanranaquazanas* que, segundo o jesuíta, mantinham contato na costa com os holandeses. Tratava-se, portanto, de um eixo estratégico

para o domínio da bacia e, por essa razão, o padre Acuña menciona ser um bom lugar para construção de fortalezas, as quais poderiam guardar o acesso ao Amazonas. O jesuíta ressalta ainda a presença dos materiais necessários para construí-las. Para além do acesso ao rio, a construção das fortalezas era necessária para conter os nativos, “gente muy belicosa”, e assegurar a conquista de uma área cuja jurisdição era ainda obscura.

Outro importante rio da bacia Amazônica é o Madeira, assim apelidado pelos portugueses, ou Cayarí, nome dado pelos nativos da região. Seguindo o curso ao sul do Amazonas, são nomeadas oito províncias nativas: *Cayanas*, *Curanaris*, *Hunurianus*, *Anamaris*, *Guarinumas*, *Curanaris*, *Eripunacas* e *Abacatis*. O que chama mais atenção, todavia, é a legenda do mapa sobre este rio:

La Riviere de Cayari nomée Madeira ou Bois par le Portugais est formée par deux grandes rivières qui se joignent à quelques lieues de son embouchure c'est par cette Riviere que les Topinambes sont descendus dans la R. de Amazonas.

Mais uma vez a carta nos remete a um processo migratório que está melhor explicitado no relato do padre Acuña. Segundo o jesuíta, em momentos distintos teriam os Topinambás migrado de áreas de Pernambuco, após serem derrotados pelos portugueses e, seguindo o curso sul do Amazonas, teriam chegado a uma ilha no Amazonas, onde se fixaram. Sendo muito numerosos, teriam seguido, tal como a legenda indica, o curso do rio Madeira. Dividindo-se em diferentes territórios, impuseram-se sobre diferentes povoados já instaurados, por vezes assimilando-os, por vezes induzindo a um novo processo migratório.

Por já serem conhecidos dos portugueses e falarem o tupi, consistiam em potenciais aliados na região, uma vez que tinham relações amistosas com nativos do Pará. A aliança estratégica seria “sin duda de mucho util para conquistar todas las demás naciones deste Rio, si se hubiere de poblar; pues sólo el nombre de *Tupinambás* no ay ninguna dellas que no se rinda” (ACUÑA, 1891, p. 169). Elogiando essa população, mais uma vez o conhecimento relacionado com as populações nativas associa-se aos interesses colonizadores na região, com a particularidade destes terem como objectivo a submissão e não o extermínio. No entanto, é preciso ter em mente que em diversos momentos do relato Acuña evidencia e critica a escravização de nativos por parte dos portugueses da expedição, demonstrando que diferentes interesses disputavam a presença na

região durante o processo colonizador.

Na margem sul do Amazonas, vizinhos aos *Tupinambás*, estão os *Guayazis* e os *Mutayus*, com quem negociavam instrumentos para cortar árvores quando queriam cultivar a terra. O padre Acuña teve notícias de outro povo com o qual os *Tupinambás* negociavam, sobretudo sal, mas nunca teve confirmação direta, ainda que esse povo pudesse ser de grande valia para a empresa colonial.

Um fato curioso representado no mapa de Delisle são as notícias de uma tribo só de mulheres, que na viagem de Orellana teria dado origem ao nome do rio principal da Bacia. De acordo com alguns, as *Amazonas* figuram entre os montes Yacamiaba e o rio Canuris, e os seus hábitos são detalhados pelo padre Acuña, notadamente a relação que estabelecem com os homens de tribos vizinhas e os filhos e filhas. Ainda sem confirmação, Acuña acrescenta que “el tiempo descubrirá la verdad” (ACUÑA, 1891, p.178).

Passado este afluente, uma importante região para o controle da entrada do Amazonas se encontra na desembocadura do rio Urixamina, chamado de Bósforo da Amazônia pelo Conde de Pagan, e assim reproduzido no mapa de Delisle. Segundo o padre Acuña, no local existem boas condições para estabelecer duas fortalezas, com a função de impedir a entrada dos inimigos e, também, para servir de alfândega. O Conde de Pagan repete, como vimos, essa recomendação à Coroa francesa, evidenciando o carácter estratégico desta posição.

Das relações entre europeus e nativos no Amazonas é interessante observar os *Tapajós* ou *Tapayosos*, e a capacidade de resistência que tiveram às primeiras investidas na região. Descritos no mapa de Delisle como “peuples guerriers et très nombreux”, são temidos entre as “nações” vizinhas por conta da capacidade bélica, marcada por flechas envenenadas. A resistência frente às investidas inglesas é conhecida após terem os nativos expulsado os tripulantes de uma nau inglesa que aí tentou estabelecer relações comerciais e um assentamento. Discordando da ocupação e das práticas europeias, os *Tapajós* investiram contra os ingleses, tomando suas armas.

Quanto aos portugueses, diz o padre Acuña, a resistência nativa deve-se ao fato de terem tentado com que esses nativos migrassem de sua área para outras, juntando-se a outros povos já dominados, uma prática comum na composição dos assentamentos jesuítas, nos quais se concentravam diferentes povos em um mesmo terreno. Apesar disso, mostraram-se receptivos aos expedicionários, o que fez o

jesuíta concluir que seria proveitoso aos portugueses se estabelecerem naquela área.

No entanto, as intenções das forças portuguesas eram de outra ordem. A escravização de nativos conduziu a um episódio de guerra narrado pelo padre Acuña e a consequente submissão de um grupo de nativos. Esta opção, segundo Acuña, dificultaria as tentativas de colonização do Amazonas e poderia facilitar a presença de outros colonos europeus que pudessem estabelecer aliança futura com os *Tapajós*.

Se as relações eram conflituosas no interior da margem sul, tinham os portugueses estabelecido aliança com os *Curupatuba* e fundando no rio Ginipape um forte chamado Desterro. Sob jurisdição do governador do Maranhão, a área povoada predominantemente pelos *Tucujú* – Ticoutous ou Toucojous no mapa de Delisle – já fora anteriormente povoado por holandeses, e contava com a cobiça gerada pelas notícias de minas de ouro. Também com os nativos do Paranaíba os portugueses firmaram aliança – “sont amis des portugais”, diz a legenda no mapa de Delisle –, consolidando, à altura próxima da desembocadura do Amazonas, duas importantes alianças territoriais.

A foz do Amazonas é marcada por diversas ilhas povoadas por diferentes “nações”. Por todo século XVII foram muitas as investidas de países europeus sobre a região, destacam-se franceses, ingleses e holandeses, até a tomada definitiva por luso-brasileiros. Nessa área, não coincidem os nomes representados no mapa de Delisle com as da relação do padre Acuña, indicando que outra fonte deve ter servido ao cartógrafo para a representação desta área. Pelas similaridades, os atlas atribuídos a João Teixeira Albernaz I parecem ter cumprido essa função, sobretudo os de ca. 1629 e 1642. As cartas de Albernaz I são mais detalhadas devido à maior escala; no entanto, se repetem os nomes das “províncias” nativas mencionadas nesses mapas, com pequenas variações no modo de escrita. Segundo o mapa de Delisle, figuram os *Lacares*, *Pacajares*, *lourounounas*, *Anduros*, *Pirapes*, *Arovãs* e *Avuans*.

Passando agora para o litoral, devemos mencionar que se a relação do padre Acuña serve em grande medida de base para o desenho de Delisle da Bacia Amazônica, a descrição de Johannes de Laet – ou Jean, como será traduzido na versão francesa – terá grande importância para confecção do traçado da faixa litorânea. Na obra *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description de Indes*

Occidentales, Laet (1994) dedica dois livros ao território brasileiro, dentre os 18 que compõem sua obra. Para a territorialidade de populações nativas são particularmente interessantes os capítulos II (De la religion, naturel & mœurs de Brasiens en general), III (Diverses nations de Brasiens & leur Auteur moderne Portugais) e IV (Diverses nations du Brasil, selon la relation de Antoine Knivet Anglois, qui a long temps couru ci & là dans le Bresil) do livro XV.

O capítulo II começa com uma curiosa descrição comparativa entre a compreensão do autor sobre as crenças de povos nativos e a religião cristã. Começa por mencionar que os brasileiros – o termo no texto é utilizado para se referir aos nativos – desconhecem a ideia de religião e a própria existência de Deus. No entanto, contam com a crença em um ser soberano, conhecido por *Tupa* (Tupã). Sua excelência deriva de *Tupa Canunga* e *Tupa Beraba*, trovão e brilho, respectivamente. Essa entidade soberana detém os instrumentos e os conhecimentos para agricultura.

Desconhecendo a religião cristã, os nativos ignoram noções como paraíso e inferno. Laet menciona ainda a existência de espíritos malignos e demônios, como Curupira, um demônio que habitaria as montanhas. Complementa a compreensão do sistema de crenças das populações nativas, a existência de *Pages* e *Caraibas*, responsáveis por ações além da compreensão dos autóctones. É por esta razão que muitos portugueses eram chamados *Caraibas*, ao realizarem ações que os brasileiros não compreendiam.

Laet continua o capítulo descrevendo hábitos alimentares, costumes e ornamentação dos nativos. É relevante, porém, atentar para mudanças nos hábitos dos brasileiros a partir do contato com os portugueses: “Ils vont tout nuds autant les hommes que les femmes, sans aucune hente, excepté ceux qui frequentent avec les Portugais”. A imposição cultural é notada por Laet que, mais à frente, menciona que os portugueses constroem os nativos a utilizar roupas. As razões para essa relação de assimilação e, por vezes, submissão cultural, são diversas. Segundo Laet, vão desde a hospitalidade dos nativos e a inexistência de moeda, que obriga os nativos a negociar por tráfico e escambo, até a coerção.

O diretor da Companhia das Índias Ocidentais finaliza essa fase de caracterização geral das populações nativas ressaltando as habilidades que têm com o arco e flecha, com a pesca e a navegação fluvial. Encerrada essa primeira etapa, passa à diversidade e particularização das “nações”.

Laet ressalta que as relações entre nativos e portugueses variam entre aliados e inimigos, sendo os últimos subjulgados e combatidos. A primeira “nação” descrita pelo diretor da Companhia das Índias Ocidentais é a dos *Petiguares*, habitantes da área da capitania da Paraíba, tal como aparecem no mapa de Guillaume Delisle. Laet narra que essa “nação” inicialmente estabeleceu uma aliança com os franceses, por meio de laços matrimoniais e, por essa razão, sofreu duro golpe dos portugueses após a vitória de Frutuoso Barbosa na área. Sobre o ocorrido, Laet (1994, p. 479) diz: “La plus grande partie dentr’eux à encore pour le iourd’hui en horreur les Portugais, & avec peu de peine pourroit estre incitée à leur courir sus, comme ceux de nostre nation és anees precedentes ont experimenté”.

A narrativa continua mencionando o povo Tupinambá (Tupinambes). Estendendo-se, segundo Laet, desde o rio Real, na fronteira entre as capitanias de Sergipe e da Baía (hoje divisa entre os estados da Sergipe e da Baía), até os confins da capitania de Ilheus, o posicionamento dessa população dava grande margem ao cartógrafo. Acresce ainda que o diretor da Companhia das Índias Ocidentais ressalta que o grupo possui discordâncias internas e parte dele aparece também na região Amazônica, conforme vimos anteriormente. Entre os que permaneceram na faixa próxima ao litoral, são permanentes os conflitos com colonos de *Camamu* (ou Camamu) e *Intrare*.

Diante disso, devemos nos atentar para a diferenciação da espacialização desta “nação” entre o mapa de Nicolas Sanson d’Abbeville (1656) e Guillaume Delisle (1703). Sanson d’Abbeville posiciona os *Tupinambae* – na grafia do mapa, indicando que o cartógrafo utilizou uma fonte em latim – no norte da capitania de Ilheus e a leste de Camamu. Guillaume Delisle, por sua vez, opta por posicioná-los a leste da Baía de Todos os Santos, onde Laet menciona a existência de um dos grupos de Tupinambas; no entanto, de modo diferente do que está no mapa anterior, nesse não está representada a vila de Camamu. Essa opção é curiosa tendo em vista que Camamu fora elevada à condição de vila em 1693, tendo, portanto, aumentado sua relevância. Ainda assim, Delisle não a expressa em seu mapa. Uma hipótese é que o conflito entre os nativos e os colonos tivesse cessado, algo a que este cartógrafo poderia ter acesso a partir de novas fontes às quais Abbeville não teria tido contacto em função do tempo, já que elabora seu mapa em meados do século XVII.

Antes de prosseguir, é fundamental observar um elemento de construção da

narrativa da história territorial dos povos nativos e o papel da guerra. Entre diversos discursos sobre a questão, dois parecem antagônicos e merecem algumas considerações. O primeiro e mais antigo deles surge no século XIX, com Francisco Adolfo Vanhargen, o qual adota uma perspectiva claramente evolucionista: “os nossos Índios viviam e alguns vivem ainda no primitivo estado do homem caído e manchado” (VANHARGEN, 1857, p. 13). Essa leitura evolucionista, sem a mesma carga religiosa aplicada por Vanhargen, ainda hoje encontra adeptos entre diferentes estudos contemporâneos.

É curioso que o próprio Vanhargen (1857) tenha escrito suas reflexões em resposta a outros “philosophos (compreendendo neste número os socialistas e communistas), publicistas e historiadores por erradas abstracções, das quaes, nem que inspiradamente, alguns se desviaram”, indicando que outros modos de reflexão sobre as populações nativas existiam desde o século XIX. No entanto, uma obra marcante e contrária ao pensamento de Vanhargen surgiria em 1952, com a publicação da antes referida *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de Florestan Fernandes (2006). Buscando opor-se à ideia de que a guerra entre os nativos consistia em uma condição instintiva, o sociólogo procura encontrar nos fenômenos societários a origem da guerra.

Utilizando o método funcionalista, Florestan Fernandes (2006) buscou articular guerra e sociedade. Para o autor, na sociedade Tupinambá a guerra constituiu um fenômeno mágico-religioso, dado que sua origem era ritualística – da qual a antropofagia faz parte –, orientado para a “vingança” de um parente próximo ou espiritualmente de um antepassado. A essa função social da guerra, devem ser somados propósitos econômicos e territoriais que articulam esse ato à esfera social, natural e mítica. O controle ecológico encontrava-se conectado aos sentidos míticos atribuídos ao espaço (FERNANDES, 2006).

Laet segue apresentando os *Tupiniquins*. Mais uma vez se impõe a grande extensão do território no qual se podem encontrar aldeias desta “nação” e, por consequência, cabe aos cartógrafos escolher o ponto no qual representá-los. No mapa de Sanson d’Abbeville, os *Tupiniquini* estão localizados na capitania de *Isleos*, ao sul dos *Tupinambas*. Já no mapa de Delisle, os *Tupinaques* se encontram na capitania de Porto Seguro. Este grupo numeroso, que se estendia desde as costas de Pernambuco, foi “reduits auj. a un petit nombre”, conforme indica legenda no mapa. Trata-se da transposição de uma informação extraída da obra de Laet e que

sintetiza uma série de processos descritos pelo diretor da Companhia das Índias Ocidentais.

Os *Tupiniquins*, diante da manutenção de guerras com outras “nações” nativas, como *Apiapitanges*, *Mariaptanges*, *Guaracayos* e *Itatos*, bem como por via do confronto com colonos, acabaram por ver reduzida sua população, sendo que os poucos que restaram foram convertidos a fé cristã. Sobre a ação colonizadora portuguesa, Laer menciona os *Tupiguas*. Descritos como uma pujante “nação” que se estendia desde S. Vicente até Pernambuco – “qui s’etend jusques a Fernambuc”, conforme legenda do mapa Delisle – por sua aliança aos Tupiniquins, viu-se enormemente reduzida “par la cruauté des Portugais, que les enlevent pour s’en servir d’esclaves, ou les contraignent à s’enfuir” (LAET, 1994, p. 479).

O deslocamento de populações nativas incentivado pela ação dos colonizadores portugueses é novamente mencionado em relação aos *Tamuies*, que no mapa de Delisle figuram com a legenda “Arapes nommez cy. Tamuies”. A razão para mudança de nome é significativa do ponto de vista da dinâmica territorial imposta ao nativo: “Les Tamuies habitoyent aupres de Rio de Janeiro, & furent presque tous exterminés de Portugais, apres qu’ils s’y furent habitués, de sorte qu’il y en a peu de reste; qui demeurent maintenant au dedans du païs & s’appellent Ararapas” (LAET, 1994, p. 479). O diretor da Companhia das Índias Ocidentais chama atenção para o quase extermínio dessa população e a consequente mudança na forma de vida desta “nação” que, no limite, foi renomeada.

É nesse contexto que se podem perceber os sentidos da desterritorialização relativa, isto é, do abandono ou mesmo destruição de um território (COSTA, 2011) entre a sociedade *Tupinambá*. O resultado das guerras estabelecidas com os colonizadores pode ser o deslocamento – como já vimos ter sido o caso de parcela da população que emigra para o Amazonas –, estabelecendo uma nova territorialização, ou reterritorialização em local distinto. Pode-se alterar o próprio pensamento mítico, com a assimilação de uma nova religiosidade, representando assim uma desterritorialização absoluta (COSTA, 2011). No limite, a ação colonial, diante da resistência, pode ainda conduzir ao extermínio e dar lugar a uma reterritorialização do grupo invasor sobre aquele espaço.

Laet permanece citando a localização de diversas outras “nações” e “províncias” indígenas, por vezes mencionando algumas de suas características. Já mencionamos aqui o grupo intitulado de *Tapuyas* no mapa de Delisle, mas é

interessante mostrar como Laet os descreve:

Voila presque toutes toutes les nations des Tapuias, septante fixen tout; plusieurs desqueles ont un langage different; ce sont peuples Sauvages & indotés, qui on guerre continuelle avec ceux de la coste de mer, quelques-uns exceptés, qui se tiennent aupres des rivages de la riviere de S. François; ou qui sant proches de Colonie de Portugais, car ceux-là recherchent l'amitié des Portugais & les reçoivent en leurs maisons, quand ils voyagent par leurs contrees; & mesmes plusieurs dentr'euxayans appris la langue de la coste, ont commencé d'embrasser la foi Chrestienne: car sans la cognoissance de cette langue, il seroit presque impossible d'instruire les *Tapuias*, tant il y a entr'eux une grande diversité de langage & de barbarie (LAET, 1994, p. 481).

No capítulo seguinte, Laet busca uma segunda descrição das diferentes “nações” do território brasileiro no relato de Anthony Knivet, um inglês que viveu no Brasil e teve a sua relação publicada em 1625 na coleção inglesa de viagens *Hakluytus Posthums or Purchas His Pilgrims*, editada por Samuel Purchas. Nessa parte do seu texto, o diretor da Companhia das Índias Ocidentais descreve uma das “nações” agrupadas entre os ditos *Tapuias*: os *Mariquites*, que constituem uma “nation vagabonde” (LAET, 1994, p. 481) ou são “peuples errans”, como diz Delisle na legenda que os identifica no seu mapa. Vivendo na área da capitania de Pernambuco, vagueiam pela floresta e estabeleceram aliança com os portugueses, contra os quais não fazem mais guerra. Situação diversa se encontra na capitania do Espírito Santo, onde os nativos *Tomomymes*, ou *Tomomimi*, como no mapa de Delisle, resistem à ocupação dos colonos portugueses.

Na capitania do Rio de Janeiro, a “nação” dos *Wayanas* não possui alianças e se mostrou hostil com seus vizinhos. Curiosamente, na descrição de Laet (1994, p. 482), consta um significativo traço social: “les femmes combatent aussi bien que les hommes”. Do ponto de vista espacial é fundamental notar a existência de uma cidade principal, mencionada por Laet com o nome de *lawaripipo*. Tal como figura em alguns dos casos analisados na bacia Amazônica, isso revela que os níveis de fixação ao solo e o modo de organização sócio-espacial são bastante variados e põem em dúvida as noções generalistas do nomadismo nas populações nativas. A obra de Jean de Laet continua mencionando uma série de outras “nações”, voltando-se para o Amazonas que já tratamos anteriormente.

Figura 18 - Carte de la terre ferme... Guillaume Delisle, 1703



CAPÍTULO 9 – DISPUTAS GEOPOLÍTICAS E CONFLITOS LOCAIS: AS FRONTEIRAS NORTE E SUL DO BRASIL

A última seção de análise deste trabalho se concentra nas áreas de fronteira norte e sul do Brasil. Já mencionámos os conflitos luso-neerlandeses em relação ao nordeste e agora centrar-nos-emos nas disputas entre Portugal e França na região da foz do Amazonas, por um lado, e entre Portugal e Espanha na foz do Prata, por outro. Após perceber a presença e atuação dos povos nativos no processo de territorialização colonial, poderemos perceber que o controle desses territórios estratégicos não se fez alheio à presença de povos nativos.

9.1. Da Baía de Guanabara ao Oiapoque: as relações coloniais entre Portugal e França

As relações de disputa de soberania entre Portugal e França durante o período colonial se estenderam por grande parte da costa que vai desde a Baía de Guanabara até ao rio Oiapoque e datam das primeiras décadas do século XVI, quando ocorreram diversas incursões francesas sobre áreas mais ou menos exploradas por portugueses. A resposta da Coroa lusitana foi quase sempre imediata, tornando mais robusto o modelo inicialmente privado de ocupação do Brasil, estabelecendo novas obrigatoriedades aos donatários, criando inicialmente as capitanias de mar e frotas Guarda-Costa, até às capitanias terrestres, a elevação do estatuto de ocupações de vilas para cidades e o estabelecimento de um complexo sistema administrativo religioso-monárquico (CLAVAL, 2010; ABREU, 2014).

Esse processo, que se reflete na criação de núcleos urbanos e rurais, responde às tentativas estrangeiras de ocupação, em conjunto com a resistência nativa, circunstâncias estas que por vezes se combinavam. A primeira tentativa francesa de ocupação efetiva, isto é, de colonização de uma área na costa do território brasileiro, foi lançada em 1555 por Nicolas Durand de Villegnon (1510-1572), cavaleiro da Ordem de Malta, que após receber um conjunto de cartas-portulano de André Thevet, entre 1551-1552 reconhece junto a Gaspar de Coligny (1519-1572) a importância da Baía de Guanabara para a manutenção do comércio de pau-brasil, algodão e prata na América meridional. A escolha do terreno foi cuidadosa, pois considerava os fatores geográficos que favoreciam a defesa, a ausência de um núcleo português, além da possível aliança com os nativos Tamoios, resistentes à presença portuguesa (COUTO, 2005).

Nomeado vice-almirante da Bretanha, Villegnon faz um pedido à Coroa francesa para iniciar o empreendimento e é parcialmente atendido. Sendo alçado a vice-rei do Brasil, em 1555, dá início ao empreendimento da França Antártica. No entanto, a ocupação contava com um problema político interno grave, pois combinava grupos huguenotes (Protestantes) e católicos, dificultando a administração. Por outro lado, a colonização não passaria despercebida à Coroa portuguesa e em 15 de março de 1560 uma esquadra lusitana inicia o bombardeio

do forte Coligny, localizado na atual Ilha de Villegnon e representado no mapa *Isle et fort des François* (1575) de André Thevet (Figura 19). Com suporte dos nativos Temiminós, liderados por Araribóia, de nome cristão Martin Afonso de Sousa, os portugueses saem vitoriosos e a tribo Temiminó recebeu uma sesmaria onde hoje se localiza a cidade de Niterói, evidenciando que, junto ao processo de territorialização colonial, combina-se um processo de reterritorialização nativa (COUTO, 2005).

Figura 19 - *Isle et fort des François*. André Thevet, 1575



A segunda tentativa empreendida por franceses é lançada na década de 1570 na embocadura do rio São Domingos (Paraíba), onde constroem um forte com o

consentimento dos nativos Potiguaras. O sucesso da empreitada será curto, obrigando-os a seguir com a colonização em direção ao norte, até alcançarem o Maranhão, em um movimento de deslocamento descrito por Jorge Couto (2005: 101):

Après avoir perdu ces positions à l'embouchure de fleuve Paraíba, les Français se sont dirigés vers le Nord, d'abord vers Acejutibiró et ensuite vers l'embouchure du fleuve Potengi (dans l'actuel État de Rio Grande do Norte), des régions contrôlées par leurs alliés Potiguaras, installant à cet endroit une importante base commerciale et maritime d'où ils lançaient des attaques contre les navires et les villages brésiliens.

O projeto de ocupar a região norte da América Meridional foi formulado primeiramente por Jacques Riffault, após retornar de uma viagem à região em 1594. Atacado por nativos Tabajaras, aliados dos portugueses, a ideia só voltaria à pauta entre 1611 e 1612. Como já foi mencionado, os franceses ocupam a Ilha do Maranhão, fundando a França Equinocial. A reação portuguesa começaria em 1613, quando Gaspar de Sousa, governador geral do Brasil, recomenda que Jerônimo de Albuquerque, de Pernambuco, organize as operações de combate. Esse procede ao reconhecimento da área, reforçando a defesa de um ponto próximo, com a construção do forte de Nossa Senhora do Rosário (Ceará). Frente aos ataques portugueses, o empreendimento francês sucumbe em 1615 (COUTO, 2005).

Demoraria algumas décadas até que nova tentativa francesa ocorresse em terras sulamericanas. É somente após o controle de Caiene e a criação da Companhia da França Equinocial (1663) que os franceses se voltam para a área do Amazonas, atacando em 1697 as fortalezas do Macapá e Parú, reiniciando as animosidades entre as duas Coroas. A espacialização do conflito gira em torno da área entre o rio Amazonas (Cabo do Norte) e o Oiapoque, definindo-se nesse espaço a área de fronteira entre as duas Cortes. Pelo lado francês, os domínios da Guiana se estenderiam até à margem setentrional do Amazonas, tal como ilustra a *Partie de Terre Ferme ou sont Guiane et Caribane augmentée et corrigée suivant les dernières relations* de Nicolas Sanson d'Abbeville, de 1656 (Figura 20).

Figura 20 - *Partie de Terre Ferme ou sont Guiane et Caribane*. Nicolas Sanson d'Abbeville, 1656



Portugal, por sua vez, argumentava que essa margem lhe pertencia, tendo em vista que havia conquistado o território dos holandeses, tomando-lhes um forte, o que pode ser visualizado na carta da região elaborada por João Teixeira Albernaz I, de 1642 – presente nos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, v.4. Após os ataques, Luís XIV de França e D. Pedro II de Portugal iniciam os primeiros esforços de negociação. Em 4 de março de 1700, é firmado o Tratado Provisório. Fica estabelecido que a delimitação dar-se-ia posteriormente entre Macapá e o rio Oiapoque (FURTADO, 2012). Possivelmente pelo desconhecimento da área e da sua toponímia, não foi possível estabelecer um limite preciso. O litígio voltaria a pauta por ocasião das negociações que procedem ao fim da Guerra de Sucessão Espanhola, ocorridas em Utreque entre 1712 e 1715. Assinado pelos dois países em 1713, o Tratado de Utreque estabelece:

Art. VIII “Sua Magestade Christianissima desistirá para sempre [...] de todo, & qualquer direito, & pertença que pôde, ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, & situadas entre o Rio das Amazonas, & o de Iapoc, ou de Vincente Pizon [...]”

Art XII “E como he para reear que haja novas dissensões entre Vassallos da Coroa França, & os da Coroa de Portugal, com a ocasião do Commercio, que os moradores de Caiena podem intentar no Maranhão, & na entrada do Rio das Amazonas, Sua Magestade Christianissima promete [...], que nam consentirá que os ditos moradores de Cayena, nem quaisquer outros seus vassallos vão comerciar nos lugares acima nomeados [...]”

Art XIII [...] ficando inteiramente a direção espiritual daqueles Povos aos Missinários Portuguezes, ou mandados de Portugal (*Tratado de Paz de Utreque*, 1713).

Mais uma vez, parece que o desconhecimento da toponímia impedia o estabelecimento de uma delimitação precisa. Tal como destacado, a extensão do Cabo do Norte é imprecisa: Oiapoque e Vincente Pinzón são tratados como sinônimos, o que gera enorme confusão. Na carta supracitada de Albernaz I, o Rio de Vincente Pizón figura a algumas léguas do Cabo do Norte, como “a linha da demarcação das duas cõquistas” e não coincide com o Oiapoque. A dificuldade de demarcação é explícita na *Carte de l’Amérique meridionale*, 1718, de Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville (FURTADO, 2011), onde duas hipóteses de demarcação são demonstradas, uma no Oiapoque junto ao Cabo d’Orange, outra próxima ao Cabo do Norte. Em outro mapa desse mesmo autor – a *Carte de la Guïane françoise ou du gouvernement de Caienne depuis le Cap de Nord jusqu’à la rivière de Maroni* (1729) –, a “Baye de Vincent Pinçon” coincide com o Cabo do Norte. Portugal defendeu que o seu território se estendia até ao Oiapoque e, sem a possibilidade de um acordo, pois não havia consenso em relação aos marcos de delimitação, até 1900 aplicar-se-ia o princípio do *Uti Possidetis*, de modo que o Cabo do Norte permanece como zona de fronteira, sem que se estabeleça uma linha limite.

Se esse é o quadro formal, para efeitos no território é importante atentar para o supracitado artigo XIII do Tratado de Utreque, o qual estabelece aos missionários portugueses exclusividade sobre o território. A cláusula é especialmente relevante tendo em vista não apenas as relações com a França, mas também com a Espanha. Tamara Herzog (2015) lembra que Samuel Fritz, jesuíta espanhol que viveu na região amazônica e fez um importante mapa do espaço, menciona uma série de discussões entre missionários (Carmelitas e Jesuítas) portugueses e espanhóis para fixar os limites entre as missões na Bacia Amazônica e, sobretudo, no Pará.

Podemos ainda acrescentar a presença de Capuchinhos franceses, desde o século XVII.

Antes do Tratado de Utreque, o Conselho Ultramarino português decidiu que era melhor a atuação espanhola do que a não conversão dos nativos. Porém, na prática, apesar dos esforços diplomáticos, jesuítas e carmelitas continuaram o embate, resultando na construção de fortificações e em alguns fracassos, com a destruição de certos espaços e o aprisionamento de missionários e nativos. Após a assinatura do Tratado, a questão permanece indefinida, mas é curiosa a consciência que tinham os portugueses ainda no século XVII de que o controle da região dependia da aliança com os nativos:

[...] the felicity of this enterprise is not only looking at the heavens [i.e., the ability to convert them] but also to Earth, because with this aliance [with the Indians] the conquest of the state of Maranhão has been completed. With the Ingaybas Indias as enemies, Pará could be of any foreign nation that would ally with them, and with the Ingaybas Indians as allies, Pará becomes safe and impenetrable (Consejo de Indias, Madrid, 28.1.1640, Ba, Cod. 51-V-41, fols. 25r-26v *apud* Herzog, 2015: 98).

No processo de estabelecimento colonial cruzam-se, portanto, duas lógicas espaciais distintas e complementares que se fazem presentes no documento do Tratado de Utreque assinado em 1713: uma formal, que estabelece, de modo impreciso, os limites entre Portugal e França, e outra prática, que estabelece o caminho para o domínio efetivo do território, garantindo aos missionários portugueses exclusividade na relação com os nativos. Isso evidencia que, para além da conversão, há uma relação mais ou menos explícita entre a catequese e a extensão da soberania dos Impérios, ainda que nem sempre diretamente relacionada aos interesses mercantis, mas em afinidade com a lógica territorial dos Impérios.

9.2. Símbolos cartográficos da disputa luso-espanhola pela foz do Prata

No outro extremo, a fronteira platina constitui um particular imbróglio que envolve o conhecimento paulatino do espaço e, tal como na fronteira norte, um complexo processo de aliança com populações nativas. Nesse contexto, analisaremos um conjunto de cartas buscando identificar aspectos centrais do território e, sobretudo, as questões simbólico-fronteiriças.

O desejo por estender o território colonial português nas Américas até ao rio da Prata ou por aí ter um entreposto se compreende diante da curiosidade e do interesse com as riquezas a que a partir daí se tinha acesso desde as primeiras décadas do século XVI¹⁹. Vimos que desde o mapa do Brasil atribuído aos Reinóis, de ca. 1519, bem como em todos os mapas elaborados pela família Teixeira, a nível simbólico o território de soberania portuguesa se estendia ao sul do rio da Prata.

No entanto, somente no século XVII se configuraria um plano efetivo de ocupação na bacia do Prata, que se concretiza a partir de 1680-1681 com a criação da fortaleza e povoado de Sacramento, possibilitada graças à migração de casais de Trás-os-Montes e dos Açores. O acesso às riquezas dessa bacia hidrográfica era de forte interesse geoestratégico para a Coroa portuguesa e para a elite fluminense, “desejosos de manterem o trato com o Peru e terem acesso ao gado que abundava na região” (RODRIGUES, 2014, p. 134)²⁰. Sua concretização não passou ao largo dos olhos do governo e da elite da província de Buenos Aires e a notícia logo chegou à Coroa espanhola.

Em 1680 um conjunto de documentos é produzido com a finalidade de verificar a legitimidade da ocupação portuguesa e retomar o território²¹. D. Andrés de Robles, mestre de campo e cavaleiro da Ordem de Santiago, governador e capitão geral das províncias do Rio da Prata, envia um relatório demonstrando as capacidades que tinha Buenos Aires e solicitando aos Reinos de Espanha mais

¹⁹ Max Justo Guedes (2000: 66) ao mencionar a viagem de Cristobão de Haro na primeira metade do século XVI, lembra: “Num porto dela [costa do Brasil], a “duzentas milhas” do cabo, houve notícia de que, no interior do país existia muita prata, cobre e ouro (o capitão-mor da esquadilha obteve um machado de prata para levar ao rei de Portugal); também foi recebida informação a respeito de certo povo serrano que possuía muito ouro batido, usado como uma espécie de arnês”.

²⁰ Para mais informações sobre as razões que levaram a implementação da Colônia de Sacramento ver Monteiro & Cardim, 2013.

²¹ Arquivo Geral das Índias (Sevilha). Referência: BUENOS_AIRES,3, L9

tropas. O mais interessante é a pesquisa por ele levantada sobre os acordos que prevêm os limites entre Portugal e Espanha, mencionando as Bulas do Papa Alexandre VI, emitidas em 1493 (*Inter coetera*) e a divisão entre as áreas de soberania de cada Corte. Andrés de Robles menciona também uma descrição do padre nomeado Simón de Bas Gonzales [sic], impressa em Lisboa, em 1668. Outro informe, não assinado, solicita “con repetidas cartas los informes del Cosmographo y del Pe. Andosilla” – referência ao padre Juan de Andosilla, cosmógrafo real e catedrático de matemática do Colegio Imperial da Companhia de Jesus – para apurar as intenções portuguesas sobre a Isla Maldonado, hoje Ilha Gorriti, no Uruguai. No documento, indica-se ainda que se consulte o “Cosmographo y del Cathedratico de Mathematicas de Sevilla”, em cujas cartas e coleções de cartas:

[...] parece que lha Islas viene a estar en la Demarcaçion de Castilla y no em la de Portugal, y de que esto parece que tiene conesion con la poblaçion de las Islas de S. Gabriel sobre el cons^o consulto le que tubo por conutude de la question de ello la s. y de que tambien ay otras cartas tocantes alas *imbasiones* de los Portugueses²².

O documento chama a atenção para o uso das cartas e sua importância para determinar a legitimidade das ocupações coloniais. O uso do termo “imbasiones” indica a irregularidade da ocupação e justifica, se comprovado, medidas efetivas contra o invasor. Em 24 de agosto de 1680, uma “Real Cédula al presidente de la audiencia de La Plata, don Bartolomé González de Poveda”, ordena que ele socorra o governador de Buenos Aires “con lo que necesitare para desalojar a los portugueses de las islas de San Gabriel”. Não obstante o prenúncio, neste mesmo ano dispõe-se a primeira ofensiva, a qual se encerra apenas em 7 de maio de 1681, quando se firma o Tratado Provisional de Lisboa, no qual fica estabelecido um armistício que permite a manutenção da Colônia portuguesa por meio de provisões, sem que essa pudesse se expandir. A partir de 1683, isso permite a Portugal reestabelecer e fortificar a ocupação.

Tal como na documentação escrita, a insatisfação com a presença portuguesa se mantém, como fica evidente nos mapas de D. Juan Ramón Conick. A primeira carta nos ajuda a contextualizar a área platina e a fronteira entre os domínios das duas Coroas. Sem escala de longitude, o mapa *Carta Geographica de las Provincias*

²² Arquivo Geral das Índias (Sevilha). Referência: BUENOS_AIRES,3, L9

de la Gobernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Com parte de las Confinantes, Chile, Perú, Sancta Cruz, y Brasil”, de 1683 (Figura 21), se estende entre cerca de 17°S e 40°S, desde Cochabamba, a Oeste, e a Ilha de Abrólios, a Leste, à altura basicamente do cabo de Santo Antônio, na margem meridional do rio da Prata, o que nos permite visualizar a disposição dos domínios de cada Coroa.

Figura 21 - Carta Geographica de las Provincias de la Gobernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Juan Ramón Coninck, 1683

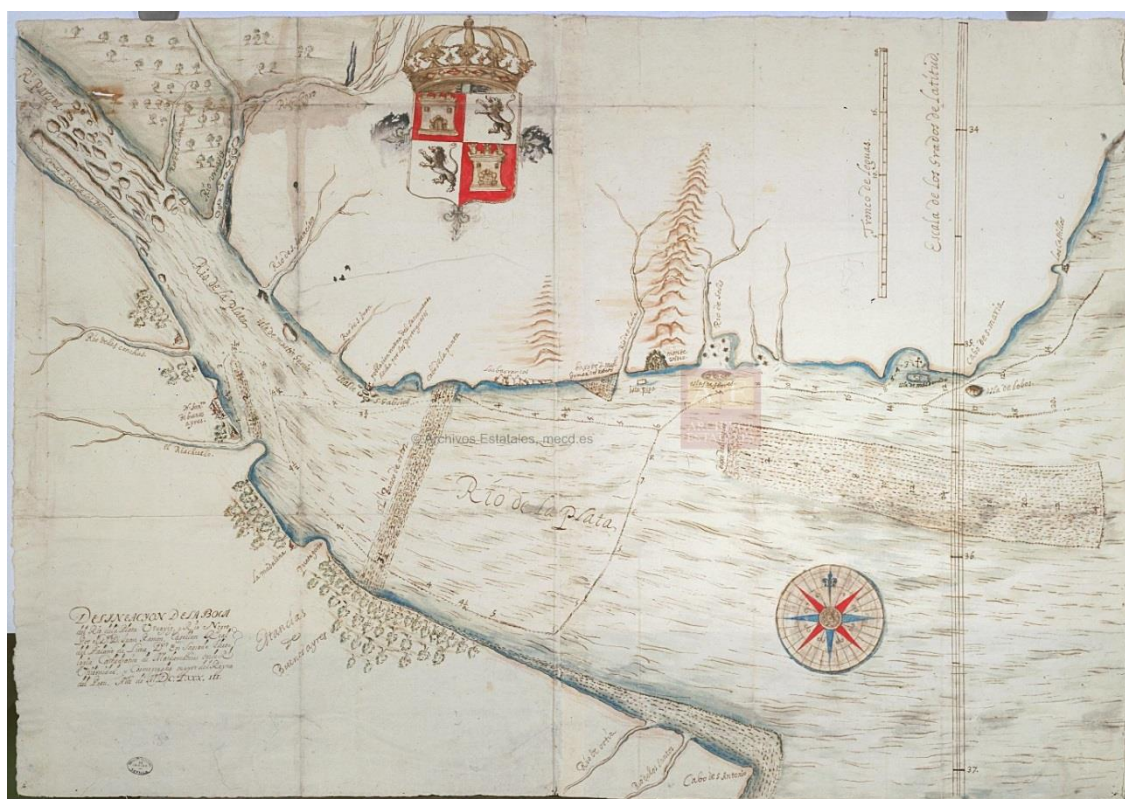


É notável a demarcação de Tordesilhas pela “linea dela Demarcação” que segue um traço longitudinal. Podemos imaginar ter essa linha utilizado o estudo solicitado no informe supracitado, ou algum similar. Para além da força simbólica do traçado, os brasões de Portugal, a leste da linha, e da Espanha, a oeste, estabelecem de modo claro as aspirações territoriais dos dois impérios, segundo a visão espanhola. É interessante a relação entre a delimitação e a posição da Colônia de Sacramento. Com a linha tangenciando cerca de 1° de latitude mais ao Sul de “Laguna delos pasos”, hoje Santa Catarina, a carta representa a “Poblaçion del Portugues” dentro do domínio espanhol, apresentando, portanto, uma exceção ao

antigo acordo. A povoação aparece basicamente à mesma latitude de Buenos Aires, na margem norte do Prata.

A afirmação do domínio espanhol por toda extensão do território setentrional do rio da Prata é ainda mais simbólica no mapa *“Delineación de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro”* (Figura 22). O mapa se estende de 33°S até cerca de 37°S, sem escala de longitude. A carta apresenta com maior detalhe as características de navegação do rio da Prata, bem como algumas representações alegóricas das características naturais do entorno.

Figura 22 - *Delineación de la boca del Río de la Plata, Uruguay y Río Negro*. Juan Ramón Coninck, 1683



Tal como no mapa anterior, a Colônia de Sacramento aparece aproximadamente na mesma latitude que a província de Buenos Aires. O que nos chama maior atenção, todavia, é a disposição do brasão da Coroa espanhola, à longitude da “población nueva del Sacramento hecha por los portugueses”, demonstrando mais uma vez, de modo simbólico, uma transgressão ao acordo de Tordesilhas. Durante a vigência do Tratado Provisional, no entanto, um conjunto de

Patronatto”, em referência às missões jesuíticas na hinterlândia da América Meridional, as quais podem ser visualizadas espacialmente no mapa *Carta Geographica de las Provincias*, tal como indicados pela legenda, no entorno dos rios Paraná e Uruguai.

Além desses aspectos, chama-nos atenção a presença de um pormenor da fortaleza, com duas indicações de legenda. A primeira delas é fundamental para nossa análise, pois expressa a preocupação do governo de Buenos Aires com a presença da Colônia de Sacramento:

Planta geométrica de la Fortaleza que tienen y van perfeccionando los portugueses en la nueva intitulada el Santísimo Sacramento, çita y fundada em la Punta y tierra firme de las Islas de San Gabriel, a la parte septentrional del Río de la Platta, distante siete léguas del Puerto de Buenos Aires. Sacada por la mensura de passos castellanos, que por Horden del Gobernador D. Augustín de Robles, Cauallero del Horden de Santiago, Sargento General da Batalha de los Reales Exércitos de Su Magestad, de su Consejo de Guerras, *se hizo luego que tomó posesión de este Gouino del Río de la Platta* (grifos do autor).

O desenho da fortaleza aparece na parte superior esquerda do mapa, na qual se vê a legenda acima indicada. O detalhamento da planta, com mensuração de distâncias e dos materiais, indica a intenção do governador de Buenos Aires em se manter atualizado com relação à ocupação portuguesa, buscando conhecê-la com detalhe, mesmo após o tratado de paz. Comprovam esta análise não apenas a composição da carta, mas também outra legenda indicativa que demonstra a presença de observadores de campo junto ao Rio de S. Juan: “Sobre este Rio que dista dela Colonía delos Portugues tres leguas y media esta la gente de caualllos que el gouernador de Buenos Aires dispuso parase a este parase e, para observar las máximas correr La campaña, y estortear que la reconosca”.

O enquadramento da fortaleza em relação à área e a descrição dos aspectos no entorno mostram quão apuradas eram as informações obtidas pelos observadores do governador. A preocupação se justificava, conforme documentos de Juan Diez de Andino, datados 1682²³. Neles, Andino pede punição de nativos Payaguas e submissão “a la obediencia” de Guaycuxos e Bayas e outros povos fronteiriços que haviam feito aliança com portugueses (“portugueses mamelucos”) e nativos (“tupis”) para o fabrico de canoas que iriam circular nos rios de fronteira com

²³ Arquivo Geral das Índias (Sevilha). Referência: Charcas, 279

o Paraguai. No documento é solicitada uma guarnição de 500 soldados, que contribua para a redução de indígenas e repressão aos portugueses.

O acompanhamento do crescimento da colônia, a descrição da arquitetura militar e da organização do seu território, o pedido de tropas, bem como a dinâmica de alianças que se observa nos documentos mencionados, anunciavam que uma nova ofensiva se daria em breve. Assim ocorre em 1704, quando se estabelece um cerco à colônia. Diante da inanição e outras moléstias, a ocupação portuguesa é obrigada a se render no ano seguinte.

Esse é o contexto histórico que envolve a ocupação do território. Apresenta-se uma disputa pelos direitos de territorialização, o acesso ao Prata e o monopólio de circulação em sua bacia hidrográfica, juntamente com a consciência de populações autóctones no território. Nesse ínterim, a questão fronteiriça é retomada durante o processo de negociação da Paz de Utreque. O projeto lusitano é claramente exposto na correspondência do enviado português às negociações:

Que o Duque de Anjou ficando em Hespanha, ceda também al Rey de Portugal, o direito que os Reis de de Hespanha pertendem ter as terras [...] no Rio do Pratta, aqui chamas a colônia do Sacramento

[...] ainda que pertença aos Castelhanos, desde o Rio da Prata a Rio o de Janeiro, sejam obrigados a deixar inteiramente o ditto Paiz... (Memorial que D. Luis da Cunha apresentou à Rainha de Inglaterra a 14 de dezembro de 1711. ANTT cx. 926).

Na carta de D. Luís da Cunha à rainha da Inglaterra, fica claro que não é apenas a retomada do território da Colônia de Sacramento que está em causa, mas todo o acesso setentrional ao rio da Prata desde o Rio de Janeiro, com a retirada inclusive das ocupações espanholas, como por exemplo em Castillos. Embora não tenha sido assim consumado, o Tratado de 1715, estabelece:

Art. VI. "Sua Magestade Catholica não somente restituirà o Território, & Colonia do Sacramento, sita na margem septentrional do Rio da Prata, a Sua Magestade Portuguesa; mas cederá assim em seu nome [...] de toda acção, & Direyto, que pertendia ter ao dito Territorio e Colonia" (ANTT, Gav. 2, mç. 11, n.º 19).

A pretensão portuguesa sobre o território aparece exposta no mapa *Partie la plus meridionale de L'Amerique, ou se Trouve la Chili, le Paraguay, et les Terres Magellaniques avec les Fameux detroits de Magellan et de le Marie. Dressée Sur*

divers *Memoires El Relations de Filbusteriers et Fameaux Voyagerus*, elaborado por Nicolas de Fer (Figura 24), Geógrafo e engenheiro cartográfico de Luís XV, datado de 1720.

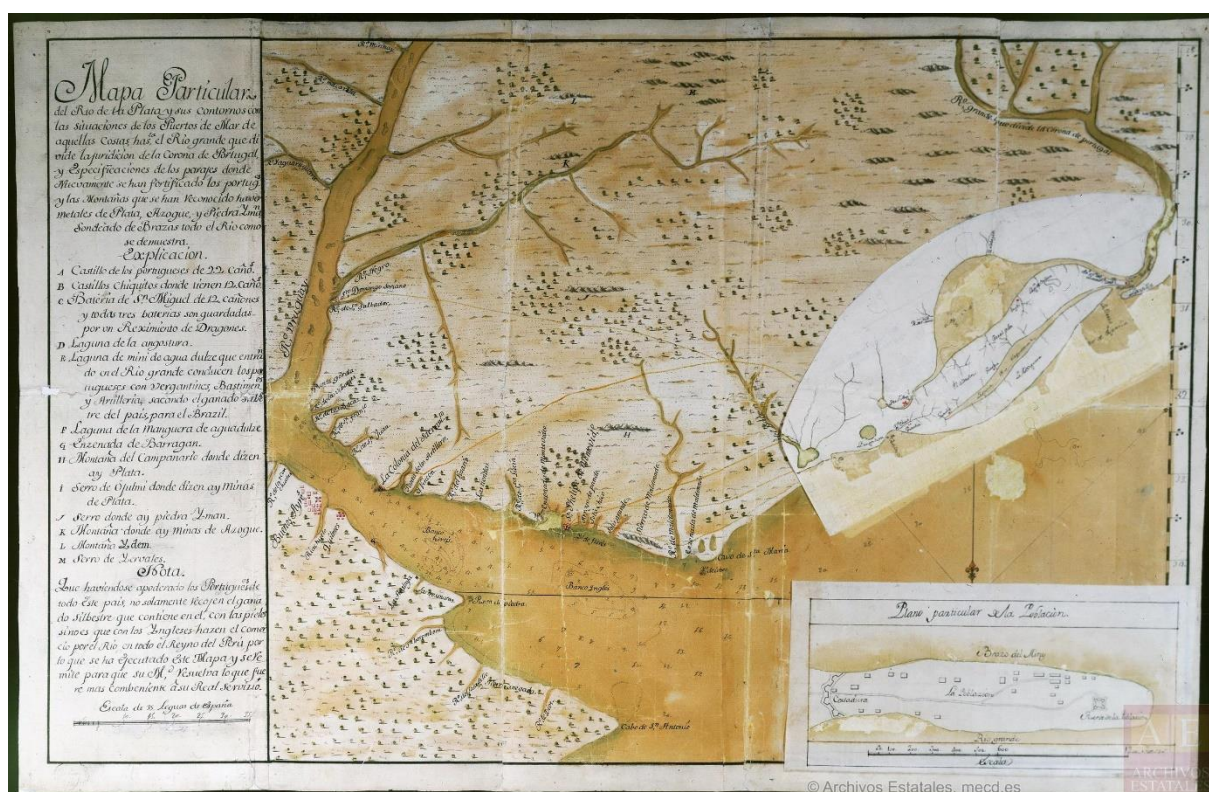
Figura 24 - *Partie la plus meridionale de L’Amerique*. Nicolas de Fer, 1720



Neste mapa, o limite entre Portugal e Espanha consiste em uma linha sem referência a acidentes geográficos ou ao Tratado de Tordesilhas, consistindo em uma referência absolutamente *sui generis* nas delimitações de soberania entre as duas Coroas. A referência de separação consiste em um povoamento espanhol – “Habitation Espagnole” – a oeste e na Colônia de Sacramento – “Habitation Portugaise” – a leste. A delimitação segue paralela à costa até a província de São Vicente, incorporando toda a faixa litorânea ao domínio luso. Esse projeto de um território que se estendesse até ao rio da Prata só seria retomado no século XIX, com sucesso temporário, após o cerco de Montevidéu e a fundação da Província Cisplatina (1816-1828).

A concepção espanhola, por outro lado, pode ser vista na carta anônima "Mapa particular del Río de la Plata y sus contornos con las situaciones de los puertos de mar de aquellas costas, hasta el Río Grande que divide la jurisdicción de la Corona de Portugal, y especificaciones de los parajes donde nuevamente se han fortificado los portugueses, y las montañas que se han reconocido haver metales de plata, azogue y piedra ymán." (Figura 25). Tal como mencionado no título, o limite da soberania portuguesa dá-se no "Rio grande que divide la corona de Portugal", como aparece no próprio mapa. É curioso perceber que neste mapa de 1737 não se evoca, como nos anteriores, o Tratado de Tordesilhas, mas se estabelece um acidente geográfico à latitude cerca de 31°S, possivelmente o rio Jaguarão, cerca de 32°S, atual limite do Brasil com Uruguai, o qual pode ser reconhecido pela representação da Lagoa Mirim, em correção posteriormente acrescentada ao mapa.

Figura 25 - Mapa particular del Río de la Plata y sus contornos, 1732



Tal como se demonstra, os dois projetos geopolíticos não se resolveram após o Tratado de Utreque em 1715. A importância do rio da Prata e o abandono do Tratado de Tordesilhas geram novos litígios e conflitos. Entre 1735 e 1737, um

grande cerco é montado pelo governo de Buenos Aires no entorno da Colônia de Sacramento. O cerco parte da compreensão de que o “território” estabelecido pelo Tratado de Utreque correspondia à distância de um tiro de canhão da fortaleza, ou seja, a cerca de 3km.

A cartografia militar é extremamente elucidativa em termos de estratégia e da participação de povos nativos, evidenciando que à agenda geopolítica europeia se somava uma complexa dinâmica territorial local. O mapa *"Plano de la Colonia del Sacramento y ataques de su sitio."*, de Domingo Petrarca (Figura 26), engenheiro militar de Buenos Aires, foi elaborado ressaltando o governador desta província, conforme legenda explicativa:

Planta del Frente de la Colonia [del Sacramento] con sus contornos hasta media legua, poco más de circunferencia, y asimismo está señalado [sic] los ataque y Baterías que se comenzaron habrir el día 10 de noviembre de 1735, y la situación donde tenemos acampadas las tropas Españolas y Indios Tapes; comandando el Brigadier D. Miguel de Salcedo, Gouernador y Capitán General de la Prouincia de Buenos Ayres.

Este mapa de grande escala, embora sem coordenadas geográficas, com apenas uma escala em léguas, é um belo exemplar da cartografia militar do período, mas sobretudo revela a complexidade das relações político-territoriais nesta área.

tempo, perpassando o cerco.

Após o armistício de 2 de setembro de 1737, o processo de negociação se estenderia até ao Tratado de Madrid em 1750, com a entrega da Colônia de Sacramento aos espanhóis em troca da região do entorno do rio Uruguai, conhecida pelas reduções jesuíticas espanholas: os Sete Povos das Missões. Em 1761 o Tratado de Madrid é anulado pelo Tratado de El Pardo e se reiniciam as negociações em torno da fronteira sudoeste da América Meridional. Em 1777 é assinado o Tratado de Santo Idelfonso, retomando as definições de Madrid, acrescentando-se territórios do atual estado de Santa Catarina às posses portuguesas. Essa não daria fim aos conflitos, que seriam retomados no século seguinte com a Corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro, recuperando o projeto de estender a soberania portuguesa por todo litoral até ao rio da Prata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos a relação entre cartografia antiga, geopolítica e formação do território. Nesse âmbito, começamos por abordar questões relativas à história do pensamento de cada campo do saber, com o intuito de encontrar a conexão entre eles.

Vimos que os sentidos atribuídos ao mapa variam de acordo com a perspectiva do investigador. De um modo geral, os estudos em História da Cartografia estão divididos em tradicionais e pós-modernos. Entre esse largo escopo epistemológico, multiplicam-se as abordagens metodológicas – como vimos, em boa medida em resultado do próprio objeto cartográfico, o qual desperta o interesse de investigadores de diferentes origens.

No âmbito acadêmico podemos observar estudos desenvolvidos por diferentes ramos da História – com destaque para História da Ciência, da Náutica e das Artes. Cartógrafos, geógrafos, filósofos, engenheiros e matemáticos completam esse quadro. Fora do universo universitário, colecionadores e negociantes de mapas juntam-se ao escopo de investigadores da História da Cartografia.

Após analisar as principais correntes de pensamento da História da Cartografia, optámos por adotar um olhar voltado para o território. Assim, partimos de uma perspectiva que reconhece o esforço de aprimoramento da técnica cartográfica, buscando maior aproximação geométrica com o terreno. No entanto, os mapas podem representar elementos que extrapolam a relação cartografia-espço real.

Imersos em contextos sociais distintos, os mapas podem auxiliar a tomada de decisão e, também, contribuir para consolidar imagens políticas e culturais sobre os espaços. É nessa particularidade que identificamos a relação entre a cartografia antiga e a Geopolítica, alcançando, assim, o primeiro objetivo específico desta tese.

A relação entre a Geopolítica e a Geohistória é mais tradicional. Por vezes as duas áreas se confundem e, na maior parte das investigações, são complementares. O estabelecimento de limites, em nosso caso colonial, perpassa por uma série de questões geopolíticas, as quais a análise cartográfica nos ajudou a compreender.

Uma vez selecionada a amostra e identificado o contexto de produção dos

mapas, pode-se estabelecer a análise dos processos geopolíticos, como fizemos nos capítulos 5 e 6. Esses processos, por sua vez, têm reflexo na organização do território, como tratamos nos capítulos 7 e 8. Percebemos, assim, os movimentos que conduzem à territorialização dos espaços e os processos que daí se desenvolvem.

Diante desse diagnóstico, percebemos que a articulação de diferentes escalas pode ajudar a revelar os complexos processos que articulam decisões globais ao nível local. O modelo de diferenciação de níveis de análises (Figura 27), desenvolvido por Yves Lacoste (2009) é bastante elucidativo nesse ponto.

Figura 27 - Os diferentes níveis do conflito Israelo-Palestiniano



Fonte: Lacoste, 2009

Tendo esse modelo multiescalar como ponto de partida, buscamos organizar a tese contemplando essa orientação. Faltava, entretanto, implementar ao modelo uma perspectiva geohistórica que contemplasse a análise de cartas antigas, o que foi feito a partir da seleção cartográfica. O trabalho de seleção das cartas foi uma das etapas mais difíceis deste trabalho. Além do grande número de mapas, era preciso observar a relevância da carta no seu contexto específico e enquadrá-las ao estudo.

Para identificar o contexto de produção dos mapas recorreremos a diversas fontes secundárias, já que algumas das cartas selecionadas eram anônimas. Foram alcançados resultados interessantes, notadamente sobre o planisfério de Cantino (1502), o planisfério atribuído a Jorge Reinel (ca. 1519) ou, ainda, o próprio *Atlas Miller*. A pesquisa bibliográfica apontou para a circulação do conhecimento e as relações de poder.

Nesse âmbito, uma vez selecionados os mapas, começamos a análise a partir de um conjunto de planisférios. Vimos que a representação da raia de Tordesilhas foi o eixo delimitação da América do Sul e, por essa razão, orientou a parte da territorialização colonial. No interior do continente, no entanto, a disputa era puramente formal. Portugal e Espanha desconheciam a área. Nos extremos litorâneos, no entanto, a territorialização viria a animar processos conflituosos e diplomáticos.

Transitando para uma escala maior e avançando no tempo, uma das áreas em que se assistiu ao desenvolvimento de um conflito foi a bacia do rio da Prata. Com a insistência de estender a linha demarcatória para oeste, Portugal decidiu colonizar uma área próxima a Buenos Aires. Surgia a Colônia de Sacramento. Os espanhóis viriam a discordar do processo de territorialização e teria início uma série de conflitos locais.

Um dos resultados mais relevantes da análise foi perceber que os residentes espanhóis solicitaram um estudo sobre a raia de demarcação entre Portugal e Espanha, como modo de legitimar os ataques contra a colônia portuguesa. Desses estudos resultou uma vasta produção cartográfica de grande escala, incentivada ainda pela guerra. Assim, temos a expressão visual do conflito projetada no espaço e no tempo, desde os planisférios que delimitavam de forma abstrata a área, até às cartas de grande escala que nos permitiram visualizar a organização do conflito. Num exercício de aproximação, pode-se ver as diferentes escalas da questão platina no esquema abaixo (Figura 28):

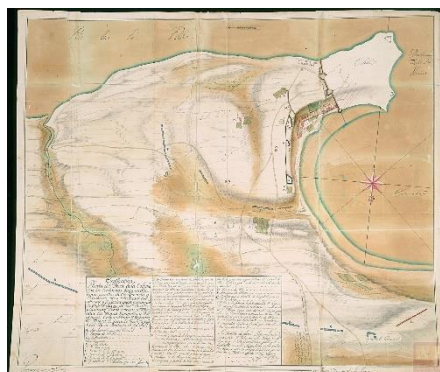
Figura 28 - Níveis de análise do conflito geohistórico da Bacia do Prata



Os planisférios de Jorge Reinel (ca. 1519) e Diogo Ribeiro (ca. 1529). Expõem as divergências entre Portugal e Espanha na divisão do mundo pela raia de Tordesilhas.



Os mapas de João Teixeira Albernaz II e Juan Ramon Conick (1683). Apesar de não representarem especificamente a mesma área, apresentam as divergências entre a representação da raia de demarcação em mapas de maior escala, focando exclusivamente o contexto sulamericano.



Não resolvida a delimitação da raia de Tordesilhas, e após a territorialização de área da bacia do Prata por espanhóis e portugueses, chega-se ao conflito. É o que aparece representado no mapa de grande escala de Domingo Petrarca (1737).

A análise de diferentes escalas revela que os limites podem ser definidos de modo arbitrário e ser representados de forma abstrata sobre um mapa. No entanto, na medida em que orientam a territorialização, acabam por animar relações de trocas entre diferentes grupos. Essas relações – sejam pacíficas ou conflituosas – entre povos distintos são o que transforma um espaço em um território fronteiriço.

A atenção a essa diferenciação conceitual é fundamental para análise da formação dos territórios. Em nossa análise percebemos outro exemplo expresso: que quando observamos a organização do espaço brasileiro entre o território ocupado por populações nativas e colonizadores, demarcadas por uma linha que diferencia o litoral do sertão, podemos visualizar uma outra área de fronteira, mais ou menos contínua.

A documentação e a bibliografia nos permitem identificar relações de troca e conflito entre nativos e colonizadores. Historicamente, essa é a fronteira com que o grupo colonizador se irá deparar sempre que se tentar expandir. Ela pode se alterar de acordo com o ritmo da expansão, pode retroceder ou avançar. Individualizar as relações estabelecidas nessas áreas pode ser um caminho fértil para compreender a formação sócio-espacial do Brasil.

Por fim, mencionamos alguns desdobramentos possíveis a partir desse trabalho. A começar pela metodologia, acreditamos que ela pode ser replicada para outros trabalhos com objetivos similares. Por nos focarmos na banda oriental da América do Sul, uma proposta relevante seria aplicar essa metodologia à banda ocidental, buscando estabelecer um contraponto com o trabalho aqui apresentado.

Além dessa proposta, mencionamos que a análise cartográfica da organização dos espaços do atual território brasileiro revelou um aspecto pouco explorado na formação do território brasileiro: a distribuição e caracterização dos diferentes povos nativos. Mais do que estudos de variações linguísticas, os mapas aqui analisados revelaram a possibilidade de estudos que diferenciem outros aspectos dos povos nativos. O modo de vida, a distribuição dos espaços, os níveis de fixação no solo, a relação com outros grupos nativos, são apenas alguns exemplos. Para o conjunto que hoje corresponde ao Estado brasileiro, esse é um capítulo ainda por ser escrito na história territorial do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de. A apropriação do território no Brasil colonial. In R. Haesbaert, & F. Fridman, *Escritos sobre espaço e história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 265-269

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.

_____. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho editorial do senado federal, 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf?sequence=>>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2000.

ACUÑA, Christoval. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Madrid, 1891. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.cmd?id=1099>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

ADAMGY, Yiossuf Mohamed. *Fontes islâmicas da cultura ocidental*. Loures: Al furqán, 1998.

ADONIAS, Isa. *A Cartografia da Região Amazônica: Catálogo Descritivo 1500-1961*, 2v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

_____. *As peças raras da mapoteca do ministério das relações exteriores*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956.

_____. *Mapa: Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

_____. *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores*, 2v. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1960.

AGNEW, John A. Global Political Geography beyond Geopolitics. *International Studies Review*, v. 2, n. 1, p. 91–99, jun. 2000. Disponível em: <<http://isr.oxfordjournals.org/cgi/doi/10.1111/1521-9488.00185>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. *Geopolitics: Re-Visioning World Politics*. Londres: Routledge, 2003.

_____. The origins of critical geopolitics. *The Ashgate research companion to critical geopolitics*. Burlington: Ashgate, 2013. Disponível em: <http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781409423812_sample_948904.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

AGNEW, John; MUSCARÀ, Luca. *Making Political Geography*. Lanham: Rowan and Littlefield, 2012.

ALBUQUERQUE, Luís de. O Tratado de Tordesilhas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa. *Estudos de história*, v. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. p. 221–256.

_____. *Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Vega, 1990.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DIAS, Maria Helena. Quatro séculos de imagens do litoral português: a região de Lisboa na Cartografia náutica nacional e estrangeira. *Revista STVDIA*, v. 56-57, p. 61–96, 2000.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DUVEAU, Suzane, GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. *História da cartografia portuguesa: séculos XV a XVII*. Porto: Fio da palavra, 2012.

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 26-115.

ANCEL, Jacques. *Géographie des frontières*. Paris: Gallimard, 1938

ANDRADE, Manuel Correia de. *A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000): a produção do território, definição de fronteiras, região, nação e integração regional*. São Paulo: Contexto, 2000.

ANDREWS, John Harwood. Meaning, knowledge, and power in the map philosophy of J. B. Harley. In: HARLEY, John Brian. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

AVEZAC, Armand d'. Introduction et éclaircissements. In: GONNEVILLE, Binot Paulmier de. *Campagne du navire "l'Espoir", de Honfleur, 1503-1505. Relation authentique du voyage du capitaine de Gonneville ès nouvelles terres des Indes*. Paris: Challamel aîné, 1869. Disponível em: <[http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4442g.r=Gonneville%2C Binot Paulmier de?rk=21459;2](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4442g.r=Gonneville%2C%20Binot%20Paulmier%20de?rk=21459;2)>. Consultado em 22 de agosto de 2016

AZEVEDO, Ana Maria de. Introdução. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. Disponível em: <<http://purl.pt/157>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

BALASH, Andrew M. *How maps tell truth by lying: an analysis of Delisle's 1718 Carte de la Louisiane*. [Tese de mestrado]. The University of Texas. Arlington, 2008

BARBOSA, Bartira Ferraz. *Paranambuco: poder e herança indígena*. Nordeste séculos XVI-XVII. Recife: Editora Universitária, 2007

BARRETO, Luís Filipe. O Brasil e o Índio na Geografia dos Descobrimentos Portugueses – Século XVI. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*, v.6, 1992-93, pp.77-102.

BARROS, João de. *Década primeira da Ásia*. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1628. Disponível em: <http://purl.pt/21935/4/res-1395-v/res-1395-v_item4/res-1395-v_PDF/res-1395-v_PDF_24-C-R0300/res-1395-v_0000_capa-capat24-C-R0300.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

BESSE, Jean-Marc et al (org.). *Naissances de la géographie moderne (1760-1860): lieux, pratiques et formation de savoirs de l'espace*. Lyon: ENS editions, 2000

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: uma antologia*, v. 1. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p.279-303

BOURGOIN, J. The french state and nautical cartography. *International hidrographic review*, v. 65, n. 2, p. 7–16, 1988. Disponível em: <<https://journals.lib.unb.ca/index.php/ihr/article/view/23360/27135>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine. Histoire des représentations graphiques (XVIIe-XIXe siècles). *Annuaire de l'École pratique des hautes études (EPHE), Section des sciences historiques et philologiques*, v.139, 2008, p. 253-255.

_____. Histoire et méthodes de la représentation de l'espace (XVIe-XVIIIe siècle). *École pratique des hautes études. Section des sciences historiques et philologiques. Livret-Annuaire*, v. 15. 1999-2000. 2001. p. 205-208. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ephe_0000-0001_1999_num_15_1_10691>. Consultado em 22 de agosto de 2016

BOWMAN, Isaiah. *The new world - problems in political geography*. Nova Iorque: World book company, 1921. Disponível em: <<https://archive.org/details/newworldproblem01bowmgoog>>. Consultado em 22 de agosto de 2016.

BOXER, Charles. *A Igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. *O império marítimo português - 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992.

Brasil Mais Escritos (Opera Omnia), ed. Serafim Leite, I. Universidade de Coimbra, 1955

BRIESEMEISTER, Dietrich. Globalización en la era de los descubrimientos: Waldseemüller y la geografía del Renacimiento. In: MAYER, ALICIA; BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.). *América en la cartografía A 500 años del mapa de Martin Waldseemüller*. Cidade do México: GM Editores/Espejo de Obsidiana, 2009.

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil - a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BUENO. Beatriz Piccolotto Siqueira. *Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)*. In: 1º Simpósio brasileiro de Cartografia Histórica. Anais. Paraty, maio de 2011

_____. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2012.

BURKE, Ana. O Cristianismo e a Escravidão. In: Por um mundo sem religião. Humanismo, História, Cultura e Religião, 2014. Disponível em: <<http://www.exsurge.com.br/enciclicas/textos%20enciclicas/bularomanuspontifex.htm>>. Consultado em 22 de agosto de 2016.

BUTLIN, Robin Alan. *Geographies of empire: europeans empires and colonies, c. 1880-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CAMPBELL, Tony et al. Why Theory in the History of Cartography?: Discussion. *Imago Mundi*, n. 48, p. 203–205, 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1151275>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

CANAS, Antonio Costa. Carta náutica. In: DOMINGUES, FRANCISCO CONTENTE

(Org.). *Dicionário da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de leitores, 2016. p. 239–245.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. Disponível em: <<http://purl.pt/157>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117–141.

CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil*: atlas-texto de geopolítica. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1986.

CEREZO MARTÍNEZ, Ricardo. *La cartografía náutica española en los siglos XIV, XV y XVI*. Madrid: CSIC Press, 1994.

CINTRA, Jorge Pimentel. Magni Amazoni Fluvii: o mapa do Conde de Pagan. In: Simpósio brasileiro de cartografia histórica. *Anais do I Simpósio brasileiro de cartografia histórica*. Paraty, 2011a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CINTRA_JORGE_PIMENTEL_1.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Região amazônica: perspectivas de uma cartografia comparada. In: Simpósio brasileiro de cartografia histórica. *Anais do I Simpósio brasileiro de cartografia histórica*. Paraty, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CINTRA_JORGE_PIMENTEL_2.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 23, n. 2, p. 11–42, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 21, n. 2, p. 11–45, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142013000200002&lang=pt>. Consultado em 22 de agosto de 2016

CINTRA, Jorge Pimentel; FURTADO, Júnia Ferreira. A Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 273–316, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a15v31n62.pdf>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

CLAVAL, Paul. *A Construção do Brasil, uma grande potência em emergência*. Lisboa: Piaget, 2010

CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Edição “Seara nova”, 1935.

_____. *Cartografia portuguesa antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960a.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 5v. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1962.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994.

_____. *A colonização do Brasil*. Lisboa: Portugalia, 1969.

_____. *A expansão portuguesa no período henriquino*. Lisboa: Portugalia, 1965.

_____. *A política do sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

_____. *História do Brasil nos velhos mapas*, v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009a.

_____. *História do Brasil nos velhos mapas*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009b.

_____. *Os descobrimentos portugueses*, v.1. Lisboa: Arcádia, 1960b.

COSTA, Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Edusp, 2010.

COUTINHO, Gago. O mais antigo mapa da América. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n. jan.-mar., p. 1–15, 1955. Lisboa: Cosmos, 1995.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1995

_____. La France Antartique et la France équinoxiale: tentatives française de création de colonies au Brésil. (XVI - XVII siècles). In: NEIVA, Saulo. *La France et le monde luso-brésilien: échanges et représentations (XVI-XVIII siècles)*. Clermont Ferrad: Presses universitaires Blaise Pascal, 2005

DAHL, Edward. A Discussion of Concepts, Approaches and New Directions. *Imago Mundi*, n. 48, p. 185–185, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1151271>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

DELEUZE, Gilles. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, Carlos Malheiro (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*, 3v. Rio de Janeiro: Lit. Ferreira Pinto, 1921-1924.

DOMINGUES, Francisco Contente. *A Travessia do Mar Oceano - A Viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Brasil em 1498*. Lisboa: Tribuna da história, 2012.

_____. *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992.

_____. La cartografía portuguesa en la transición del siglo XV al XVI: el planisfério anónimo de 1502. In: CUETA DOMINGO, Mariano; SURROCA CARRACOSA, Alfredo (Org.). *Cartografía medieval hispánica. Un mundo en construcción*. [S.l.]: CAE-UVICOA, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/11405755/La_cartografia_portuguesa_en_la_transici%C3%B3n_del_sigo_XV_al_XVI_el_planisferio_an%C3%B3nimo_de_1502_2009_>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Rumos da História da Cartografia. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Org.). *Cartógrafos para toda a Terra*. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos. E-book. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História d'Aquém de d'Além Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2015. p. 23-33.

EDNEY, Matthew H. Recent Trends in the History of cartography: a selective, annotated bibliography to the english-language literature. *Journal of the Map and Geography Round Table, American Library Association* [online], s. b, n. 6, 2007. Disponível em: <<http://www.stonybrook.edu/libmap/coordinates/seriesb/no6/b6.pdf>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Theory and the History of Cartography. *Imago Mundi*, n. 48, p. 185–191, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1151272>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Putting “cartography” into the history of cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline. *Cartographic perspectives*, n. 51, p. 14–29/711–728, 2005. Disponível em: <<http://www.praxis-epress.org/CGR/36-Edney.pdf>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. Geografias Moderna e Pós-Modernas. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 121–138, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/9>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAORORaymundoOsDonosdoPoder.pdf>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

FERNANDES, Fernando Lourenço. *O planisfério de Cantino e o Brasil: uma introdução à cartologia política e o Atlântico Sul*. Lisboa: Academia de Marinha, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006

FERREIRA, Anete Costa. *A expedição de Pedro Teixeira: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia*. Lisboa: Équilo, 2000

FLINT, Colin; TAYLOR, Peter. *Political geography: world-economy, nation-state and locality*. Harlow: Pearson, 2007.

FREITAS, Jorge Manoel Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola , o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D ' Anville. *Topoi*, v. 12, p. 66–83, 2011.

_____. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf?sequence=1>> Consultado em 22 de agosto de 2016

GARCIA, João Carlos. Esta carta é da região do Grande Brasil: projetos cartográficos imperiais portugueses no século XVI. In: LEMOS, Amélia Inés Geraides de. GAIVANI, Emerson. *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Expressão popular, 2009. p. 247–255.

_____. Santarém “le navigateur” à Paris. Cartes, diplomatie et sociétés savants. In: GARCIA, José Manuel. *Portugal e a repartição do mundo: do infante D. Henrique a D. João II*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994.

GASPAR, Joaquim Alves. Revisitando o planisfério de Juan de la Cosa: uma abordagem cartométrica. In: Workshop “história da cartografia ibérica: velhas cartas, novos caminhos”. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/2177690/Revisitando_o_planisf%C3%A9rio_de_Juan_de_la_Cosa_text_>. Consultado em 22 de agosto de 2016

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIRALDES, Joachim Pedro Cardozo Casado. *Tratado completo de cosmographia e Geographia, historico-physica e commercial, antiga e moderna*. Paris: Fantin, 1826.

GODLEWSKA, Anne Marie Claire. *French geography Science from Cassini to Humbolt*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999

GONNEVILLE, Binot Paulmier De. *Campagne du navire “l’Espoir”, de Honfleur, 1503-1505. Relation authentique du voyage du capitaine de Gonneville ès nouvelles terres des Indes*. Paris: Challamel ainé, 1869. Disponível em: <[http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4442g.r=Gonneville%2C Binot Paulmier de?rk=21459;2](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4442g.r=Gonneville%2C%20Binot%20Paulmier%20de?rk=21459;2)>. Consultado em 22 de agosto de 2016

GOUGH, Richard. *British topography. or, an historical account of what has been done for illustrating the topographical antiquities of Great Britain and Ireland*. Londres: T. Payne and Son, J. Nichols, 1780.

GREEN, John. *The Construction of Maps and Globes*. Londres: T. Horne, J. Knapton, R. Knaplock..., 1717.

GUEDES, Max Justo. A Cartografia Holandesa do Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999. 64-85

_____. *A cartografia impressa do Brasil 1506-1922: os 100 mapas mais influentes*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2012.

_____. A cartografia portuguesa antiga. *Tesouros da cartografia portuguesa*. Lisboa: INAPA, 1997. p. 13–34.

_____. *O descobrimento do Brasil (1500-1548)*. Lisboa: Correios CTT, 2000.

GUIRADO, Maria Cecília. *Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens*, Lisboa, Piaget. 2001

HARLEY, John Brian. The evaluation of early maps: towards a methodology. *Imago*

Mundi, n. 22, p. 62–74, 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1150436>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. The map and the development of History of Cartography. In: HARLEY, John Brian; WOODWARD, David (Org.). *The history of cartography*, v. 1. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 1–42.

_____. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARTSHORNE, Richard. Recent Developments in Political Geography, I. *American Political Science Review*, v. 29, n. 05, p. 785–804, 2 out. 1935. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0003055400032998>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Recent Developments in Political Geography, II. *American Political Science Review*, v. 29, n. 06, p. 943–966, 2 dez. 1935. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1947312>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. The functional approach in political geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 40, n. 2, p. 95–139, 1950. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2560998>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

HESSLER, John. *The Naming of America: Martin Waldseemüller's 1507 World Map and the Cosmographiae Introductio*. Londres: D. Giles Ltd, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Companhia das Letras, 1994.

_____. *Monções*. São Paulo, 1976.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Ebook. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=kioLAWAAQBAJ&hl=pt-BR>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

JACOB, Christian. Toward a Cultural History of Cartography. *Imago Mundi*, n. 48, p. 191–198, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1151273>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. *The Sovereign Map: Theoretical Approaches in Cartography Throughout History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006

JÚDICE, João António. Acerca da representação do Brasil no planisfério dito Cantino: ao cartógrafo Jaime. *Seara Nova*, n. 1266-1269, p. 212–214, 1952.

KOEMAN, Cornelis. Levels of Historical Evidence in Early Maps (With Examples). *Imago Mundi*, n. 22, p. 75–80, 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1150437>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

KRISTOFF, Ladis. K. D. The nature of frontiers and boundaries. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 49, n. 3, September 1959, p. 269–282.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Capitanias hereditárias*. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1978,

1978.

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

_____. *Dicionário de geografia: da geopolítica às paisagens*. Lisboa: Teorema, 2005.

_____. *Geografia do desenvolvimento*. Lisboa: Difel, 1982.

_____. *Geopolítica. La larga historia del presente*. Madrid: Editorial Síntesis, 2009.

LAET, Jean de. *Le nouveau monde, au description des Indes Occidentalis* [1640]. Leyde: Bonav. Et Abr. Elsevier, 1994

LAGO, Pedro Corrêa Do. Uma seleção criteriosa e inspirada [prefácio]. In: GUEDES, Max Justo. *A cartografia impressa do Brasil 1506-1922: os 100 mapas mais influentes*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2012. p. 9–11.

LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford: Stanford University Press, 2006

LEITE, Duarte. O mais antigo mapa do Brasil. In: DIAS, Carlos Malheiros (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*, v. 2. Porto: Litografia Nacional, 1923. p. 223–281.

LESTER, Toby. *A quarta parte do mundo: a corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LIMA, Salete Teixeira de. Análise crítica das representações cartográficas nos livros didáticos de 1º e 2º graus. *Boletim Paulista de Geografia* n. 70, São Paulo, 2º sem 1991, pp. 53-64

LÍTER MAYAYO, Carmen. La imagen del mundo. *Cartografía en la Biblioteca Nacional. Biblioteca Hispánica: obras maestras de la Biblioteca Nacional de España*. Madrid: Biblioteca Nacional, 2007. p. 169–182. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/Actividades/Exposiciones/Exposiciones/Exposiciones2007/BDHvisitavirtual/artic/artic06.pdf>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

LÍTER MAYAYO, Carmen; HERRERO VIGIL, Ana; SANCHIS BALLESTER, Francisca. *Cartografía de España en la Biblioteca Nacional: siglos XVI-XIX*. Madrid: Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.bne.es/media/Publicaciones/Catalogos/CatalogoCartografial_II.pdf> Consultado em 22 de agosto de 2016

LOIS, Carla. El mapa, los mapas. Propuestas metodológicas para abordar la pluralidad y la inestabilidad de la imagen cartográfica. *Geograficando*, v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Geov11n01a02/6736>> Consultado em 22 de agosto de 2016

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 35, p. 199–215, abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MAGALHÃES, Basílio De. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo:

Editora Nacional, 1978.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O reconhecimento do Brasil. In: BETHENCOURT, FRANCISCO; CHAUDHURI, KIRTI (Org.). *História da expansão portuguesa. A formação do império: 1415-1570*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *O que é geopolítica*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *O corpo da pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MAHAN, Alfred. *The influence of sea power upon history*. Boston: Little, Brown and company, 1890.

MARANHO, Milena Fernandes. Retratos da colonização: Os mapas dos Teixeira Albernáz e a construção dos sentidos da América portuguesa seiscentista. Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. *Anais 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia*. Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo: USP, abril, 2010

MARCHANT, Alexander. *Do escambo a escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Brasileira ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. A cartografia do Brasil no século XVI. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 34, p. 447–462, 1988. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=p4mWyNRpjAQC&pg=PA452&lpg=PA452&dq=Vesconte+de+Maggiollo&source=bl&ots=hjdjODLreQ&sig=drSvU7JQxIlymYS6dylX6vdFiaw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj9vc6l0tjOAhWGDpAKHcmgC4wQ6AEIPzAH#v=onepage&q=Vesconte de Maggiollo&f=false](https://books.google.com.br/books?id=p4mWyNRpjAQC&pg=PA452&lpg=PA452&dq=Vesconte+de+Maggiollo&source=bl&ots=hjdjODLreQ&sig=drSvU7JQxIlymYS6dylX6vdFiaw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj9vc6l0tjOAhWGDpAKHcmgC4wQ6AEIPzAH#v=onepage&q=Vesconte%20de%20Maggiollo&f=false)>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.

MARTÍN LÓPEZ, José. *Cartógrafos Españoles*. Madrid: Centro Nacional de Informacón Geográfica, 2001.

MEDEIROS, Alexandre; MEDEIROS, Cleide Farias de; MONTEIRO JUNIOR, Francisco Nairon. Pedro Nunes e o problema histórico da compreensão da medição das frações. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 10, n. 3, p. 559–570, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132004000300017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MELLO, Evaldo Cabral. Os holandeses no Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante arts, 1999. p. 20–42.

MICELI, Paulo Celso. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Minuta original do Tratado de Tordesilhas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. [S.d.] Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MIYAMOTO, Shiguendi. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, n. 4, 1981. Disponível em:

<<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108202/ISSN1984-0241-1981-4-75-92.pdf?sequence=1>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MONCADA MAYA, José Omar. El mapa de Waldseemüller en el contexto del conocimiento del territorio americano. In: MAYER, Alicia; BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.). *América en la cartografía A 500 años del mapa de Martin Waldseemüller*. Cidade do México: GM Editores/Espejo de Obsidiana, 2009.

MONTEIRO, N. G., & CARDIM, P. (2013). A centralidade da periferia. Prata contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). *História, Histórias*, v.1, n.1, 3-22. Acesso em 09 de 10 de 2015, disponível em <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_NMonteiro_Centralidade_AR1.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, 2ed. São Paulo: Annablume, 2011

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Rafael. Pedro e Jorge Reinol (at.1504-60). *Terra Brasilis*, v. 4, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/1209>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MOTA, Avelino Teixeira da. A África no planisfério anônimo “Cantino”. *Separatas Revista da Universidade de Coimbra*, v. 26, p. 1–13, 1977. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:SEPV102/n102.pdf>>.

_____. Reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia náutica do século XVI. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, v. 23, p. 5–15, 1973. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=VhExObTv9jwC&pg=PA10&lpg=PA10&dq=Avelino+teixeira+da+mota+o+problema+da+longitude&source=bl&ots=udgtMrAF-o&sig=OsAJ4WFibVPwSYL1bo-Ne6Y1ylc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjxKu6uDOAhXBgJAKHec0DJ0Q6AEIQTAAH#v=onepage&q=Avelino teixeira da mota o problema da longitude&f=false](https://books.google.com.br/books?id=VhExObTv9jwC&pg=PA10&lpg=PA10&dq=Avelino+teixeira+da+mota+o+problema+da+longitude&source=bl&ots=udgtMrAF-o&sig=OsAJ4WFibVPwSYL1bo-Ne6Y1ylc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjxKu6uDOAhXBgJAKHec0DJ0Q6AEIQTAAH#v=onepage&q=Avelino%20teixeira%20da%20mota%20o%20problema%20da%20longitude&f=false)>. Consultado em 22 de agosto de 2016

MOURA, Gentil de Assis. O caminho do Paraguay a Santo André da Borja do Campo. *Revista do Instituto Historico e Geográfico de São Paulo*, v. 13, p. 167–180, 1908. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/revistadoinstitu13instuoft#page/180/mode/2up>>.

Consultado em 22 de agosto de 2016

NEBENZAHL, Kenneth. *Atlas de Colon y los grandes descubrimientos*. Madrid: Editorial Magisterio Español, 1990.

NÓBREGA, Manuel da. Informação da Terra do Brasil (1549). In: *Cartas do Brasil Mais Escritos (Opera Omnia)*, ed. Serafim Leite. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1955.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. GARCIA, João Carlos (org). A história da cartografia na obra do 2º Visconde de Santarém: exposição cartobibliográfica. *Investigaciones Geográficas*, v. 63, 2007.

_____. António Ribeiro dos Santos (1745-1818). In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Org.). *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da

Universidade de Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2012a. p. 27–42.

_____. Dois séculos de história da cartografia em Portugal. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Org.). *Leitores de mapas. Dois séculos de história da cartografia em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2012b. p. 11–24.

_____. Geopolítica e actualidades nos vinte anos da revista Hérodote. *Sep. de Inforgeo*, n. 11, p. 197–201, 1996.

_____. Jaime Cortesão, cartógrafo no Brasil. Gênese e conteúdo dos cursos de História da Cartografia e formação territorial brasileira leccionados no Itamaraty. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de; MENDOZA VARGAS, Héctor (Org.). *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção dos espaços americanos: séculos XVI-XIX*. Lisboa; Cidade do México: CEG-ULisboa; IG-UNAM, 2010. p. 19–43.

_____. TOSCANELLI, Paolo dal Pozzo. *Dicionário da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de leitores, 2016. p. 990–993.

Ó TUATHAIL, Gearóid. Thinking Critically About Geopolitics. In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Org.). *The Geopolitics Reader*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 1–15.

_____. *Critical Geopolitics: the Politics of Writing Global Space*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

PAASI, Anssi. Territory. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gérard (Org.). *A companion to political geography*. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishers, 2007. p. 109–123.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *Zoonímia tupi nos escritos quinhentistas europeus*. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2014. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Apapavero-2014-zoonimia/papavero_teixeira_2014_zoonimia.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

PISSARA, José Virgílio. Armazéns. In: DOMINGUES, FRANCISCO CONTENTE (Org.). *Dicionário da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de leitores, 2016. p. 86–91.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Livraria Martins, 1961.

PROTÁSIO, Daniel Estudante. 2.º Visconde de Santarém (1791-1856). In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Org.). *Leitores de mapas. Dois séculos de história da cartografia em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2012. p. 43–56.

PROUS, André. *O Brasil Antes dos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RABELO, Lucas Montalvão. A síntese cartográfica renascentista no mapa de Diogo Ribeiro. In: Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica: *Anais do V simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica*; 25 a 28 nov; Petrópolis; 2013. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/69/a-sintese-cartografica-renascentista-no-mapa-de-diogo-ribeiro_1380572150.pdf> Consultado em 22 de

agosto de 2016

RECLUS, Élisée. *L'homme et la Terre*, t. I. Paris: Librairie universelle, 1905. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65596472.r=elis%C3%A9e_reclus%27homme_tome_1?rk=128756;0>. Consultado em 22 de agosto de 2016

Relação do piloto anônimo. In: GARCIA, José Manuel (Org.). Número especial comemorativo dos 500 anos do Brasil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 12–17.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. *Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento descolonial*. 2014. 360p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2014

RIBEIRO, Orlando. *Introduções geográficas à história de Portugal*. Imprensa nacional – Casa da moeda, 1977

ROBINSON, Arthur Howard. *Early thematic mapping in the history of cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

_____. *Elements of cartography*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1985.

RODRIGUES, José Damião. Diplomacia, geopolítica e migrações: colonos portugueses no povoamento do Brasil meridional entre os tratados de Utreque e de Madrid. Em A. D. Silva, A. L. Faria, & T. C. Miranda, D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque (pp. 131-156). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/download/43282/40999>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ROGERS, Francis; WASHBURN, Wilcomb. *Exploring the Atlantic. Portugal-Brazil: the age of discovers*. Nova Iorque: The New York Public Library, 1990. p. 65–161.

ROSENDAHL, Z. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães. [autor provável Luís Teixeira]; leitura, introd. e notas de Melba Ferreira da Costa ; coord. Tomás Machado Lima. Lisboa: Tagol, 1988

ROUKEMA, E. Brazil in the Cantino Map. *Imago Mundi*, v. 17, n. 1, p. 7–26, jan. 1963. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03085696308592220>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitânias: regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*. Funchal: Sec. Regional do Turismo, Cultura e Emigração - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

SÁNCHEZ, Antonio. La institucionalización de la cosmografía americana: la Casa de la Contratación de Sevilla, el Real y Supremo Consejo de Indias y la Academia de Matemáticas de Felipe II. *Revista de Indias*, v. 70, n. 250, p. 715–748, 2010a.

_____. Los Artífices Del Plus Ultra: Pilotos, Cartógrafos Y Cosmógrafos En La Casa De La Contratación De Sevilla Durante El Siglo XVI. *Hispania. Revista Española de Historia*, 236, v. LXX, p. 607–632, 2010b.

SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa. 2o Visconde de. *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa da África ocidental*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.

_____. *Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-âge: et sur les progrès de la géographie après les grandes découvertes du XVe siècle*. Paris: Maulde et Renou, 1849. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k67060r>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: <[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A_natureza do Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A_natureza_do_Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1)>. Consultado em 22 de agosto de 2016

SANTOS, Paulo. Formação das cidades no Brasil colonial. In: *Actas V colóquio internacional de estudos luso-brasileiros*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1968. p. 7–116.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, n.1, 2008

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SMITH, C. D. Why theory in the history of cartography? *Imago Mundi*, n. 48, p. 198–203, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1151274>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

SOCIÉTÉ DE SAVANTS ET DE GENS DE LETTRES. *La grande encyclopédie*. t. 21. Paris: Société anonyme de la grande encyclopédie, sd.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77–116.

SOUZA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pedro Lopes de Souza pela costa do Brasil até o rio Uruguay (de 1330 [i.e. 1530] à 1532). Acompanhada de varios documentos e notas. e Livro da viagem da nao “Bretoa” ao Cabo Frio (em 1511)*. Rio de Janeiro: Typ. de D. L. dos Santos, 1867. Disponível em: <<https://archive.org/details/DELTA54123FA>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

SOUZA. Raquel Fulino de. *O silêncio cartográfico de João Teixeira Albernaz I nas representações da costa brasileira*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Rio Claro: UNESP, 2015.

SPYKMAN, Nicholas J. Geography and Foreign Policy, I. *The American Political Science Review*, v. 32, n. 1, p. 28–50, 1938. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1949029>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. Geography and Foreign Policy, II. *The American Political Science Review*, v. 32, n. 2, p. 213–236, 1938. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1948667>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

STRAFORINI, Rafael. A formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de

colonização. *Geouerj*, v. 1, n. 18, p. 25, 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1379/1169>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

THROWER, Norman J. W. *Maps and civilization: cartography in culture and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947

TOMÉ, António Almeida. *Relações internacionais geopolítica e geoestratégia - O Estudo e a problemática*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

Tratado de Paz de Utreque entre França e Portugal. 11 de abril de 1713. Arquivo Nacional-Torre do Tombo, Gav. 2, mç 11, n.º 8. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4665851>>. Consultado em 22 de agosto de 2016.

Tratado de Tordesilhas. 7 de Junho de 1494. Versão portuguesa da minuta original do Tratado de Tordesilhas. Biblioteca Nacional de Portugal. PP. 4878 A. Versão portuguesa de José Manuel Garcia. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Consultado em 22 de agosto de 2016.

TURNBULL, David. *Maps are Territories: Science is an Atlas: A Portfolio of Exhibits*. Geelong, Victoria: Deakin University, 1989

URROZ, Raquel; MENDOZA VARGAS, Héctor. Los mapas de México: situación actual y análisis de las trayectorias. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de; MENDOZA VARGAS, Héctor (Org.). *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção dos espaços americanos: séculos XVI-XIX*. Lisboa; Cidade do México: CEG-ULisboa; IG-UNAM, 2000. p. 19–43.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho (transcrição). *Llyvro da nãao bertoa que vay para a tera do brazyll de que som armadores bartolomeu marchone e benadito morelle e ferña de lloronha e francisco mjz que partiu deste porto de lixa a xxij de fevereiro de [1]511*. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, v. 24, p. 96–111, 1861. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=iau.31858021719475;view=1up;seq=100>>. Consultado em 22 de agosto de 2016

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia geral do Brazil*, v1. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

VASCONCELOS, Ernesto. A carta planisférica de Alberto Cantino: parte atlântica. *Boletim da sociedade de geografia de Lisboa*, v. 20, n. 7-9, 1922.

VATTEL, Emer. *O direito das gentes*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0261-direito_das_gentes.pdf>. Consultado em 22 de agosto de 2016

VAUGONDY, Didier Robert De. *Essai sur l'histoire de la géographie: ou sur son origine, ses progrès et son état actuel*. Paris: Antoine Boudet, 1755.

VICENS-VIVES, Jaume. *Tratado general de geopolítica. El factor geográfico y el proceso histórico*. Barcelona: Ediciones Vicens-Vives, 1981.

WHITTLESEY, Derwent. *The Earth and the State: a study of political geography*.

Nova Iorque: Henry Holt and co., 1939.

WOOD, Andy. Conflict, Power and Politics in the City. In: Kevin Cox (org). *Key Texts in Human Geography*. London: SAGE Publications Ltd, [S.d.]. p. 33–42. Disponível em: <http://sk.sagepub.com/books/key-texts-in-human-geography/n5.xml>. Consultado em 22 de agosto de 2016

WOODWARD, David. Introduction. In: WOODWARD, David (Org.). *Art and cartography. Six historical essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 1–10.

ZANDVLIET, Kees. Mapping the Dutch World Overseas in the Seventeenth Century. *The History of Cartography*, v.3. Chicago: University of Chicago Press, 2007. p. 1433–1462.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

ANÔNIMO. *Descripción de las Yslas de San Gabriel que están en el Río de la Plata...* [manuscrito]. Acervo – Sevilha: Arquivo Geral das Índias, 1692. Versão digitalizada: <http://pares.mcu.es/> Consultado em 22 de agosto de 2016

ANÔNIMO. *Mapa particular del Río de la Plata y sus contornos* [manuscrito]. Acervo – Sevilha: Arquivo Geral das Índias, 1732. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ANÔNIMO. *Planisfério “dito de Cantino”* [manuscrito]. Acervo - Modena: Biblioteca Estense, 1502. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Cantino_planisphere_%281502%29.jpg> Consultado em 22 de agosto de 2016

ANÔNIMO – atribuído a Jorge Reinell. *Planisfério Kuntsmann IV* [manuscrito], ca. 1519. Disponível em: <http://eugostodehistoria2.blogspot.pt/2013_10_01_archive.html. > Consultado em 22 de agosto de 2016

ANÔNIMO – atribuído a Luís Teixeira. Mapa do Brasil presente no *Roteiro de todos os sinais* [manuscrito]. Acervo - Lisboa: Biblioteca da Ajuda, ca. 1586. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Paran%C3%A1#/media/File:Capitanias.jpg> Consultado em 22 de agosto de 2016

ANÔNIMO – atribuído a Pedro e Jorge Reinell. *Tabula hec regionais magni Brasilis no Atlas Miller* [manuscrito]. Acervo - Paris: Biblioteca Nacional da França, ca 1519. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002607s/f1.item.r=Atlas%20Miller>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ANÔNIMO – atribuído a Pedro e Jorge Reinell. Carta atlântica no *Atlas Miller*. Acervo - Paris: Biblioteca Nacional da França, ca 1519. V Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59011484/f1.item.r=Atlas%20nautique%20du%20Monde,%20dit%20atlas%20Miller>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ABBEVILLE, Nicolas Sanson d'. *Amerique Meridionale* [impresso]. Acervo - Nova Iorque: John Carter Brown Library, 1650. Disponível em: <<http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~3361~101626:Amerique-Meridionale-par-N--Sanson-?qvq=q:%3D%22Sanson%2C%2BNicolas%2C%2B1600-1667%22;lc:JCB~1~1,JCBBOOKS~1~1,JCBMAPS~1~1,JCBMAPS~2~2,JCBMAPS~3~3&mi=0&trs=16>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ABBEVILLE, Nicolas Sanson d'. *Le Bresil...* [impresso]. Acervo – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Brasil, 1956. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075/cart1079075.htm> Consultado em 22 de agosto de 2016

ABBEVILLE, Nicolas Sanson d'. *Partie de Terre Ferme ou sont Guiane et Caribane*. Acervo – Nova Iorque: John Carter Brown Library, 1656. V Disponível em: <<http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~3513~101703:Partie-de-Terre-Ferme-ou-sont->> Consultado em 22 de agosto de 2016

ALBERNAZ I, João Teixeira. *Estado do Brasil* [manuscrito], 1631. Disponível em:

<<https://catracalivre.com.br/salvador/agenda/barato/natureza-historica-e-cultural-indigena-e-retratada-em-exposicao/>> Consultado em 22 de agosto de 2016

ALBERNAZ II, João Teixeira. *Província do Brasil* [manuscrito]. Acervo – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Brasil, 1666. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1079075.djvu> Consultado em 22 de agosto de 2016

BLAEU, Willem Janszoon. *Novus brasiliae typus* [impresso]. Acervo - David Rumsey map collection, 1630. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~286000~90058518:Novus-Brasiliae-Typus?qvq=q:%3D%22Blaeu%2C%2BWillem%2BJanszoon%2C%2B1571-1638%22;lc:RUMSEY~8~1&mi=62&trs=71#>> Consultado em 22 de agosto de 2016

CAVÉRIO, Nicolau. *Planisphère nautique*. Acervo – Paris: Biblioteca Nacional da França, ca. 1502-1506. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b7759102x/f1.item.r=caverio>> Consultado em 22 de agosto de 2016

CONINCK, Juan Ramón. *Carta Geographica de las Provincias de la Gobernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay* [manuscrito]. Acervo – Sevilha: Arquivo Geral das Índias, 1683. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>> Consultado em 22 de agosto de 2016

_____. *Delineación de la boca del Río de la Plata, Uruayig y Río Negro* [manuscrito]. Acervo – Sevilha: Arquivo Geral das Índias, 1683. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>> Consultado em 22 de agosto de 2016

COSA, Juan de la. *Planisfério* [manuscrito]. Acervo - Madrid: Museo Naval de Madrid, 1500. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/1500_map_by_Juan_de_la_Cosa.jpg> Consultado em 22 de agosto de 2016

DELISLE, Guillaume. *Carte de la terre ferme...* [impresso]. Acervo – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Brasil, 1703. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart484879.jpg> Consultado em 22 de agosto de 2016

FER, Nicolas de. *Partie la plus meridionale de L'Amerique* [impresso]. Acervo – Sevilha: Arquivo Geral das Índias, 1720. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>> Consultado em 22 de agosto de 2016

HONDIUS, Henricus. *Accuratissima brasiliae tabula* [impresso], 1640. Disponível em: <http://www.voyagerantiquemaps.com/maps/larger.php?f=hondius_brazil_accuratissima-brasiliae-tabula_2066.jpg&n=Accuratissima%20Brasiliae%20Tabula> Consultado em 22 de agosto de 2016

HONDIUS, Willem. Litoral do Nordeste do Brasil [impresso]. Acervo – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1635. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164608_611/cart164608_611.html> Consultado em 22 de agosto de 2016

MARCGRAF, Georg. Litoral do Nordeste do Brasil [impresso]. Acervo - Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1647. Disponível em: <<http://purl.pt/4067>; <http://purl.pt/4068/3/>; <http://purl.pt/4069>; <http://purl.pt/4070>> Consultado em 22 de

agosto de 2016

PETRARCA, Domingo. *Plano de la Colonia del Sacramento y ataques de su sitio* [manuscrito]. Acervo – Sevilha: Arquivo Geral das Índias, 1737. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>> Consultado em 22 de agosto de 2016

RIBEIRO, Diogo. *Carta Universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto hasta agora* [manuscrito]. Acervo - Cidade do Vaticano: Museu do Vaticano, 1529.

THEVET, André. *Isle et fort des François* [impresso]. Acervo – Paris: Biblioteca Nacional da França, 1575. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8626691v.r=La%20cosmographie%20universelle%20d%27Andr%C3%A9%20Thevet?rk=21459;2>> Consultado em 22 de agosto de 2016

WALDSEEMÜLLER, Martin. *Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii alioru[m]que lustrationes*. [impresso]. Acervo – Washington DC: Biblioteca do congresso norte americano, 1507 Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/2003626426/>> Consultado em 22 de agosto de 2016